



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL NO BRASIL: O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (1990 A 2005)

Erika da Cunha Ferreira Gomes

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia Regional e Urbana, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendido por **Erika da Cunha Ferreira Gomes** em 19/12/2008 e orientada pelo Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota.*

CPG, 19/12/2008

Campinas, 2008

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

Gomes, Érika da Cunha Ferreira.

G585d Desconcentração produtiva regional no Brasil: o Estado do Espírito Santo
(1990 a 2005) / Érika da Cunha Ferreira Gomes - Campinas, SP: [s.n.], 2008.

Orientador : Fernando Cezar de Macedo Mota.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto
de Economia.

1. Economia regional. 2. Espírito Santo – Condições econômicas.
3. Economia urbana. 4. Desenvolvimento econômico I. Mota, Fernando Cezar de
Macedo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III.
Título.

09-001-BIE

Título em Inglês: Regional productive decentralization in Brazil: Espírito Santo state (from 1990 to 2005).

Keywords: Regional economy; Espírito Santo – Economic conditions; Urban economy; Economic development.

Área de concentração: Economia Regional e Urbana

Titulação: Mestre em Desenvolvimento econômico.

Banca examinadora: Prof. Dr. Fernando Cézar de Macedo Mota.

Prof. Dra. Ana Lucia Gonçalves da Silva.

Profa. Dr. Mauricio de Souza Sabadini..

Data da defesa: 19/12/2008

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento econômico.

Dissertação de Mestrado

Aluna: ERIKA DA CUNHA FERREIRA GOMES

**“Desconcentração Produtiva Regional no Brasil”:
O estado do Espírito Santo (1990 a 2005)”**

Defendida em 19 / 12 / 2008

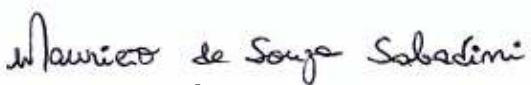
COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. FERNANDO CÉZAR DE MACEDO MOTA
Orientador – IE / UNICAMP



Profa. Dra. ANA LUCIA GONÇALVES DA SILVA
IE / UNICAMP



Prof. Dr. MAURÍCIO DE SOUZA SABADINI
UFES

AGRADECIMENTOS

Fazer parte de um projeto de pesquisa do Instituto de Economia da Unicamp foi para mim uma experiência única. Além da vivência da universidade, das aulas, dos seminários e dos congressos que pude participar, a imersão pessoal no estudo do tema foi marcante. Tive a oportunidade de aprender sobre um assunto que jamais imaginara ser tão complexo. Pude solucionar muitas dúvidas pendentes da graduação e principalmente, concluir minha formação sobre o pensamento econômico brasileiro. Compreender o Brasil e suas dinâmicas urbanas e regionais particulares, num contexto de Subdesenvolvimento, foi fundamental para o entendimento de muitas questões envolvidas no trabalho.

Entretanto, isso tudo não seria possível sem a participação de importantes instituições nacionais e de fomento à pesquisa científica. Gostaria de agradecer ao Banco do Brasil, pela concessão de minha licença, à CAPES pelo financiamento que me permitiu dedicação exclusiva e realizar valiosa pesquisa de campo, e à Unicamp que, desde a graduação, me possibilitou pensar o mundo e refletir sobre as mais variadas questões de uma forma crítica e ativa. Agradeço em especial ao Instituto de Economia, que ofereceu durante o mestrado todas as condições físicas e intelectuais para essa reflexão e aos professores em particular, por despertarem em mim o fascínio das principais questões brasileiras.

Gostaria de deixar aqui também meu agradecimento ao NEIT – Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia – e CEDE – Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico – da Unicamp, pela dedicação intensiva na formação de uma geração comprometida com o Brasil. Meu registro especial aos professores Carlos Antônio Brandão, Cláudio Schüller Maciel e ao mestre Wilson Cano, pelos exemplos de comprometimento acadêmico e político e pelos ensinamentos inesgotáveis em economia e sua dinâmica regional. Um forte abraço ao meu professor e orientador Fernando César Macedo Mota, pelas conversas intermináveis, correções exaustivas e dicas importantes para esse trabalho.

Gostaria de agradecer também aos órgãos públicos do Espírito Santo que me auxiliaram na pesquisa de campo: BANDES, IJSN, UFES, SEAG, SEFAZ e INCAPER, e em especial aos srs.: José Antônio Buffon e Eliene, Ricardo Santos, Ênio Bergoli, e Orlando Caliman; aos profs.: Helder Gomes, Paulo Nakatani, e Robson Grassi; e aos secretários de Estado da Fazenda e Desenvolvimento, srs. José Teófilo e Guilherme Gomes Dias, respectivamente, pela concessão de

entrevistas e dados. Meu abraço apertado à dona Joarita e Fabíola pela hospitalidade e espírito acolhedor.

Devo agradecer também a um conjunto de pessoas especiais que surgiram durante minha vida acadêmica. “Viver a universidade” não seria um processo tão rico caso elas não tivessem aparecido. Aqui vai meu abraço aos meus colegas de turma: Soraia, Armando, Felipe, Denílson, Helmer, Guilherme e Thomas, pois muito aprendi em nossas calorosas discussões, tanto em sala de aula, quanto nos bares de Barão Geraldo.

Mando um forte abraço a todos os colegas de outras áreas do mestrado e doutorado, em especial da História Econômica, que se tornaram especiais em meu coração: Uallace, Gabriel, Diogo, Guilherme, Gustavo, Renata e Joaquim. Não poderia deixar aqui de mencionar minha profunda admiração pela minha grande amiga e “irmã” Tatiana, que me adotou como tal, me ensinou a pensar diferente e a viver a vida um dia de cada vez. Bruno, que apesar de ficarmos amigos apenas no mestrado, se tornou parte da minha família. Giovanna, que sabe me entender tão bem e com quem posso sempre contar. E Edison, o “Edinho”, que sempre se mostrou um amigo sincero.

Não poderia deixar de mandar meu beijo especial aos amigos que fiz durante a graduação e que certamente farão parte de minha vida por muito tempo: Olívia, Caio, Lucas, Cláudia, Rogério, Patrícia Camargo, Jeremias e Patrícia Nasser. Durante essa jornada semeei e plantei amizades valiosas de outras áreas, que participaram ativamente de minha vida e com quem sempre posso contar: Thirza, Marina e Paloma. Adoro vocês, meninas!

Não tenho palavras para agradecer também os meus amigos maravilhosos: Gustavo, Sabrina, Emanuela e Patrícia por todo apoio e companheirismo. Vocês são a prova viva de que a vida vale a pena e que a amizade existe, independentemente da distância física ou do dia-a-dia.

Meu abraço especial à Flávia, minha amiga, irmã e confidente, pelo apoio de todas as horas e pelas risadas durante nossos cafés, à Rosana, pelos momentos profundos de reflexão e auto-conhecimento, e à Giovana, pelo estímulo e paciência por revisar este trabalho.

Sou grata a todos os funcionários do Instituto de Economia, em especial da Secretaria Acadêmica e do CEDE: Alberto, Cida, Marinete, Alex, Teresa e Dora, que sempre se mostraram muito próximos, solícitos e extremamente amigos.

Além dos amigos gostaria de agradecer a toda minha família, que esteve ao meu lado em todas as horas difíceis e incertas e que se revelaram como verdadeiros portos seguros. Um beijo

em particular a vocês dois, dona Rita e seu José, vocês foram incríveis e o amor que tenho por vocês vai além dessas palavras. Um obrigado especial à minha avózinha Iracema, que de um modo muito sublime me iluminou sempre.

Muito obrigado ao meu amor, amigo e companheiro, Michel (o “Ni”), pelo coração enorme, pelas palavras doces e pelo olhar sincero.

E por fim, meu agradecimento eterno a Deus, porque sem Ele nada disso teria sido possível.

The Road Not Taken

*Two roads diverged in a yellow wood,
And sorry I could not travel both
And be one traveler, long I stood
And looked down one as far as I could
To where it bent in the undergrowth.*

*Then took the other, as just as fair,
And having perhaps the better claim,
Because it was grassy and wanted wear;
Though as for that the passing there
Had worn them really about the same.*

*And both that morning equally lay
In leaves no step had trodden black.
Oh, I kept the first for another day!
Yet knowing how way leads on to way,
I doubted if I should ever come back.*

*I shall be telling this with a sigh
Somewhere ages and ages hence:
Two roads diverged in a wood, and I...
I took the one less traveled by,
And that has made all the difference.*

FROST (1966)

RESUMO

Esta pesquisa faz parte de um amplo projeto de investigação, coordenado pelo CEDE – Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico – do Instituto de Economia da Unicamp, o qual busca analisar a evolução do processo de Desconcentração Produtiva Regional no Brasil, de 1970 a 2005. Em virtude da formação histórico-econômica nacional ter se dado de forma heterogênea nas regiões brasileiras, os impactos da desconcentração produtiva, iniciada na década de setenta, também ecoaram de forma diferenciada. O presente trabalho circunscreve-se a essa temática, centrando-se nas mudanças ocorridas na estrutura produtiva do estado do Espírito Santo a partir de 1990. Diferentemente de outras unidades da federação, que apresentaram resultados mais modestos, o Espírito Santo, em razão das implicações das mudanças ocorridas na economia nacional e internacional em suas estruturas produtivas, se beneficiou economicamente, crescendo, inclusive, acima da média nacional. Esse trabalho procurará responder os motivos desse crescimento, ou melhor, a maneira pela qual sua estrutura produtiva se organizara e como isso esteve, de certo modo, em consonância com os eventos da macroeconomia nacional e internacional. Para isso, serão estudadas as principais mudanças na agricultura, pecuária e organização agrária; o desempenho das indústrias extrativas e transformação; o peso das atividades de comércio exterior e das *tradings companies*, o papel da Guerra Fiscal na região; a estrutura de investimentos realizados e os potenciais no estado, bem como sua composição, localização e finalidade; e, por fim, algumas considerações sobre a dinâmica de seu espaço, fluxos migratórios e mercado de trabalho.

Palavras-chave: Economia Regional e Urbana, Desenvolvimento Econômico, Espírito Santo.

ABSTRACT

This research is part of a wide investigation project, coordinated for the CEDE - Center of Studies of Economical Development - from the Institute of Economics from UNICAMP, in which looks for to analyze the evolution of the process of Regional Productive Decentralization in Brazil, from 1970 to 2005. The national historical-economical formation had happen in heterogeneous ways in different Brazilian areas and the impacts of the productive decentralization, initiated in the decade of 1970, also echoed in a differentiated way. The following work that the theme is bounded, being delimited to the changes happened in the productive structure of Espírito Santo state, starting from 1990. Differently from other units of the federation that presented more modest results. Resulting from the implications of the changes happened in the national and international economy in their productive structures; it benefitted economically growing above the national average. That work will try to answer the reasons of that growth, the way for which its productive structure had been organized and how that happened, in certain way, in consonance with the events of the national and international macroeconomics. For that, they will be studied the main changes in the agriculture, livestock and agrarian organization; the acting of the extractive industries and transformation; the weight of the activities of external trade and of the tradings companies, the paper of the Fiscal War in the area; the structure of accomplished investments and the potentials in the state, as well as its composition, location and purpose; and, finally, some considerations on the dynamics of its space, migratory flows and job market.

Word-keys: Regional and Urban economy, Economical Development, Espírito Santo.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1.1: Participação do estado do Espírito Santo no VTI da Indústria de Transformação do Brasil - 1960 - 2006.....	22
Tabela 2.1 - Participação Relativa no Produto Interno Bruto do Brasil – 1985- 2006.....	27
Tabela 2.2: PIB - Taxas médias de crescimento do PIB.	28
Tabela 2.3: Participação do estado do Espírito Santo no Valor Adicionado Bruto (VAB) do Brasil, por Atividade Econômica - 1985 – 2004.	30
Tabela 2.4: PIB Agropecuário: participação regional.	32
Tabela 2.5: Produção e variação da produção física vegetal e área colhida do ES - 1970 - 1996.....	33
Tabela 2.6: Utilização e variação da área agrícola total do ES e seus efetivos de animais.	34
Tabela 2.7: Participação relativa dos estados selecionados na quantidade produzida na silvicultura - madeira em tora para papel e celulose.	34
Tabela 2.8 - Espírito Santo: Área média dos estabelecimentos agropecuários – 1960 - 1995/1996	36
Tabela 2.9: Espírito Santo – Uso de Tecnologia aplicada.....	37
Tabela 2.10: Taxa média de crescimento dos principais produtos da lavoura do Espírito Santo de 1990 - 2006, por Microrregiões Administrativas.	38
Tabela 2.11: Participação relativa das Microrregiões Administrativas do ES em área plantada, área colhida e valor de produção da área colhida de 1990 - 2006.	39
Tabela 2.12: Participação relativa dos principais produtos da lavoura do ES, por Mesorregiões e Microrregiões - 1990.	40
Tabela 2.13: Participação relativa dos principais produtos da lavoura do ES, por Mesorregiões e Microrregiões - 2006.	40
Gráfico 2.1: Índice de preços internacionais de commodities: geral preço-índice.	43
Gráfico 2.2: Índice de preços internacionais de commodities: minerais - preço-índice.	44
Tabela 2.14: Índice da Produção Física Industrial do Espírito Santo e Brasil.	45
Tabela 2.15: Participação Relativa da Indústria Extrativa do estado do Espírito Santo em relação ao Brasil - 1985 - 2005.	46
Tabela 2.16: SAMARCO - Investimentos para aumento de capacidade produtiva.....	48

Tabela 2.17: Participação Relativa das Unidades da Federação na produção de petróleo, por localização (terra e mar) de 1997 - 2007.....	49
Tabela 2.18: Participação Relativa das Unidades da Federação na produção de gás natural, por localização (terra e mar) de 1997 - 2007.	50
Tabela 2.19: Participação relativa na distribuição de <i>royalties</i> sobre a produção de petróleo e de gás natural, segundo beneficiários - 1997- 2006.....	52
Tabela 2.20: Participação Relativa do VTI do estado do Espírito Santo em relação ao VTI do Brasil.	56
Tabela 2.21: Participação Relativa do VTI, por atividade, em relação ao VTI Total do Espírito Santo.....	57
Tabela 2.22: Taxas médias de crescimento da indústria de transformação do Espírito Santo e brasileira – por períodos selecionados.	58
Tabela 2.23: Participação Relativa da produção da ArcelorMittal Tubarão no total brasileiro.....	59
Tabela 2.24: Distribuição regional da produção de aço bruto.....	59
Tabela 2.25: Receita Bruta das Vendas Internas da ArcelorMittal Tubarão.....	59
Tabela 2.26: Produtividade industrial capixaba 1985- 2006.....	61
Tabela 2.27: Indústria de Transformação: principais ganhos ou perdas na participação nacional do VTI em dois cortes temporais: 1985 - 1996 - 2004.	63
Tabela 2.28: Participação relativa dos setores na arrecadação do Espírito Santo - 1997 - 2006. ...	64
Tabela 2.29: Participação Relativa dos setores na arrecadação do Espírito Santo - 1997- 2006.....	69
Tabela 2.30: Participação Relativa na Receita Bruta Total - Análise entre as 100 maiores empresas do estado do Espírito Santo, conforme períodos e setores selecionados.....	70
Tabela 2.31: Número de Empresas por Setor - Análise entre as 100 maiores empresas do estado do Espírito Santo, conforme períodos e setores selecionados.	71
Tabela 2.32: Análise entre as 100 maiores empresas do estado do Espírito Santo, conforme localização e períodos selecionados.....	71
Gráfico 3.1: Evolução das Importações, Exportações e Saldos Comerciais Brasileiros de 1989 - 2006.....	76
Tabela 3.1: ES, BR e UF's selecionadas - Coeficientes de Exportação e Importação em relação ao PIB Regional.....	77

Tabela 3.2: Exportações brasileiras, por estados selecionados e regiões.....	81
Tabela 3.3: Taxas médias de crescimento das exportações brasileiras – 1989 - 2006.....	83
Tabela 3.4: Evolução das exportações realizadas pelos portos do Espírito Santo e de suas empresas.....	85
Tabela 3.5: Importações Brasileiras por Estados Selecionados e Regiões.	85
Tabela 3.6: Taxa de crescimento das importações nacionais.....	86
Tabela 3.7: Exportações do Espírito Santo, conforme classificação CNAE.....	88
Tabela 3.8: Conteúdo tecnológico das exportações do Espírito Santo.	89
Tabela 3.9: Destino das importações do Espírito Santo, conforme nível de desenvolvimento.	89
Tabela 3.10: Destino das Exportações do estado do Espírito Santo, conforme Blocos Econômicos selecionados.....	90
Tabela 3.11: Importações realizadas pelo Espírito Santo.	91
Tabela 3.12: Conteúdo tecnológico das importações do Espírito Santo.....	92
Tabela 3.13: Origem das importações do Espírito Santo, por nível de desenvolvimento.....	92
Tabela 3.14: Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) do Espírito Santo.	93
Tabela 3.15: Evolução das principais cargas exportadas pelos portos e terminais do Espírito Santo - 1999 - 2003.	94
Tabela 3.16: Evolução das principais cargas importadas pelos portos e terminais do Espírito Santo - 1998 - 2003.	95
Tabela 3.17: Evolução da movimentação geral de cargas nos portos, por regiões e estados selecionados entre 1994 - 2006.	96
Tabela 3.18: Investimentos realizados, segundo setores, por número de projetos e total dos investimentos no período de Jan. 2000 – Nov. 2006.	98
Tabela 3.19: Investimentos Aprovados pelo BANDES ao Espírito Santo.	100
Tabela 3.20: Operações Aprovadas - FUNRES, por atividades.	100
Tabela 3.21: Operações Aprovadas FUNRES - por microrregiões.	101
Tabela 3.22: FUNDAP - Operações Aprovadas - por microrregiões.	102
Tabela 3.23: Principais atividades receptoras do FUNDAP, microrregião metropolitana.....	102
Tabela 3.24: Principais atividades receptoras do FUNDAP, demais microrregiões.....	103
Tabela 3.25: Classificação dos projetos enquadrados com termo de acordo no INVEST-ES, por atividade – 2003 - 2007.....	104

Tabela 3.26: ES: Número de Unidades Locais.	104
Tabela 3.27: Investimentos potenciais, segundo setores, por números de projetos e total dos investimentos – 2006 - 2011.	106
Tabela 3.28: Principais atividades receptoras de investimentos no Espírito Santo – 2006 - 2011.	107
Tabela 3.29: Investimentos, segundo setores, por finalidade – 2006 - 2011.	108
Tabela 3.30: Distribuição dos investimentos por microrregião administrativa no ES.	109
Tabela 3.31: Distribuição regional e setorial dos investimentos previstos no ES - 2006- 2011 - percentuais por microrregião.	109
Tabela 4.1: Classificação das Microrregiões do estado do Espírito Santo - tipologia da PNDR.	121
Tabela 4.2: Espírito Santo (RMGV e Interior) - taxas médias anuais de crescimento populacional - Diversos períodos.	127
Tabela 4.3: Fluxos migratórios inter-regionais acumulados de/para o estado do Espírito Santo ..	127
Tabela 4.4: Situação do domicílio – 1991 - 2000	129
Tabela 4.5: Situação do domicílio – 2002 - 2007	129
Tabela 4.6: Nasceu em algum município do estado do Espírito Santo?	130
Tabela 4.7: Dados de nascimento e moradia no estado do Espírito Santo e seus municípios	130
Tabela 4.8: Localização populacional, por Microrregiões de Planejamento	131
Tabela 4.9: Relação entre municípios de residência e municípios de trabalho e/ou estudo.	132
Tabela 4.10: Relação entre municípios de residência e municípios de trabalho e/ou estudo, em relação ao município de residência	133
Tabela 4.11: Relação entre municípios de residência e municípios de trabalho e/ou estudo, em relação ao município de destino – trabalho e estudo	133
Tabela 4.12: PIB Municipal, por Microrregiões e Municípios selecionados	134
Tabela 4.13: Pessoas ocupadas – Brasil, Macrorregiões, estados, distrito federal, e atividade econômica - 1991 - 2000.	137
Tabela 4.14: Estrutura da ocupação - Brasil, Macrorregiões, estados e distrito federal - 1991 - 2000	137
Tabela 4.15: Pessoas ocupadas no Espírito Santo, por atividade econômica – 2002 e 2007	139
Tabela 4.16: Pessoas ocupadas no Espírito Santo, por posição na ocupação – 2002 e 2007	139

Tabela 4.17: Pessoas ocupadas, por Microrregiões de Planejamento do Espírito Santo e atividade econômica - 1991 e 2000.	141
Tabela 4.18: Posição na Ocupação, por Microrregiões de Planejamento do Espírito Santo - 1991.	143
Tabela 4.19: Posição na Ocupação, por Microrregiões de Planejamento do Espírito Santo - 2000.	143
Tabela 4.20: Pessoas ocupadas no setor formal, por Microrregiões de Planejamento do Espírito Santo e atividade econômica - 1985 e 2006.	144
Tabela 4.21: Posição na Ocupação no setor formal, por Microrregiões de Planejamento do Espírito Santo – 1985 e 2006.	145
Tabela 4.22: Participação regional no PIB terciário 1939-2004	146
Tabela 4.23: Participação regional no emprego terciário: 1980 e 1991.	147
Tabela 4.24: Participação regional no emprego terciário: 1989 e 2004.	147
Tabela: 4.25: Participação regional no emprego terciário, por setores - 1985 e 2006	148
Quadro 4.1: Espírito Santo 2025 - Plano de Desenvolvimento (principais tópicos).	149
Tabela 4.26: Participação relativa na arrecadação do Espírito Santo, por Micro e Mesorregiões - ICMS - 1995 a 2006.	152
Quadro 1: Mesorregiões e Microrregiões de Planejamento do ES	169
Figuras 1 e 2: Microrregiões e Mesorregiões de Planejamento do Espírito Santo	170
Quadro 2: Mesorregiões e Microrregiões – IBGE	171
Quadro 3: Municípios contemplados e não contemplados pelo Fundo para Redução das Desigualdades Regionais.	172
Quadro 4: Blocos Econômicos	176
Quadro 5: Países Desenvolvidos	176

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIROCHAS	Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
APL	Arranjo Produtivo Local
BANDES	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
CST	Companhia Siderúrgica de Tubarão
EFVM	Estrada de Ferro Vitória a Minas
FCA	Ferrovias Centro-Atlântica
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDAP	Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias
FUNRES	Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
G-L	Índice de Comércio Intra-Industrial
GERES	Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Espírito Santo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBS	Instituto Brasileiro de Siderurgia
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICSC	Índice de Contribuição ao Saldo Comercial
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
INVEST-ES	Programa de Incentivo ao Investimento no estado do Espírito Santo
LTV	Laminador de Tiras a Quente
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
RMSP	Região Metropolitana da Grande São Paulo
SEAG-ES	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo
SEDES-ES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Espírito Santo
SEFAZ-ES	Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus
SUPPIN	Superintendência de Projetos de Polarização Industrial
TC	Taxa de Cobertura
UCAM	Universidade Cândido Mendes
VCR	Vantagem Comparativa Revelada
VTI	Valor de Transformação Industrial
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Evolução da Economia Internacional e Nacional – 1970 - 2005: A Desconcentração Produtiva Regional no Brasil e o caso do estado do Espírito Santo	7
1.1 Introdução.....	7
1.2 A economia mundial e nacional	8
1.3 A questão regional e urbana	14
1.4 A economia capixaba	19
Capítulo 2 - A estrutura produtiva do estado do Espírito Santo – 1990 - 2005: as principais características, potencialidades de crescimento e deficiências.....	25
2.1 Introdução.....	25
2.2 A dinâmica agropecuária do estado do Espírito Santo.....	31
2.3 O desempenho industrial capixaba.....	43
2.3.1 A indústria extrativa capixaba.....	46
2.3.2 A Indústria de transformação capixaba.....	54
2.4 Conclusões	72
Capítulo 3 – O papel do comércio exterior e dos investimentos na economia do Espírito Santo – 1990 - 2005.....	75
3.1 Introdução	75
3.2 Considerações sobre o comércio internacional e nacional e inserção econômica capixaba.....	75
3.3 O comércio exterior capixaba: o papel das exportações e importações em sua estrutura produtiva.....	87
3.4 Investimentos realizados e potenciais no estado e influência dos instrumentos fiscais estaduais sobre a dinâmica econômica espírito-santense.....	97
3.5 Conclusões	110

Capítulo 4 – Rede Urbana do Espírito Santo – 1990 - 2005: a estruturação do espaço, migrações e mercado de trabalho	113
4.1 Introdução.....	113
4.2 Comentários gerais sobre o espaço e a rede urbana	113
4.3 Considerações sobre o espaço e a rede urbana capixaba	121
4.4 O movimento migratório ao/do Espírito Santo	126
4.5 O comportamento do mercado de trabalho capixaba	135
4.6 Algumas propostas para a interiorização do desenvolvimento capixaba	149
4.7 Conclusões	154
Considerações Finais.....	157
Referências Bibliográficas	161
Apêndice(s).....	169
APÊNDICE A – Mesorregiões e Microrregiões de Planejamento	169
APÊNDICE B – Mesorregiões e Microrregiões, conforme metodologia do IBGE.....	171
APÊNDICE C – Lei 116/2006	172
APÊNDICE D – Tipologia para a classificação do Comércio Exterior, conforme intensidade de tecnologia	174
APÊNDICE E– Indicadores de Comércio Exterior	186
Anexo(s).....	191
ANEXO A – Tabela 2.14: Índice da Produção Física Industrial (em %) do Brasil, ES e SP.....	191

INTRODUÇÃO

O Brasil já apresentava desequilíbrios regionais antes do processo de industrialização e concentração das atividades no estado de São Paulo no início da década de 1930. As regiões articulavam-se mais com suas *hinterlands* do que inter-regionalmente, demonstrando existir um mercado interno ainda não-integrado e muito orientado às atividades agro-exportadoras, caracterizando-se um “arquipélago regional”.

Pedaços do nosso território, por exemplo, foram sendo articulados naquele movimento, montando suas bases produtivas e estruturas socioculturais diferenciadas. Esse tempo marca até hoje nossas distintas regiões. Porém, mudanças relevantes também ocorreram, alterando a configuração regional do país. Assim, vêm sendo trabalhadas duas grandes faces, ao analisar a dinâmica regional brasileira. Uma que marcou o Brasil primário-exportador e outra que marca o Brasil do século XX e início do século XXI, com o Brasil industrial e urbano que se firma. Com seus momentos distintos em cada uma delas, mas com marcas centrais, importantes. (ARAÚJO, 2007, p. 223).

Entretanto, foi após a crise de 1929 e a adoção federal de políticas anti-cíclicas, como forma de conter o nível interno de renda, que o mercado interno se integrou, orientado pela economia paulista, pois esta reunia as condições básicas para uma acumulação capitalista diversificada: não apenas em café, mas também em estradas de ferro, bancos, indústria, comércio, eletricidade e outros, no qual o capital cafeeiro se desdobrava em múltiplas faces (Cano, 1998). Isso possibilitou a concentração produtiva, urbana e demográfica em “seu território”, apesar da maioria dos estados e regiões também cresceram de forma sustentada e complementar à economia paulista. Assim como apresentou Cano (1998), os efeitos de estímulo, inibição ou destruição¹ foram importantes para que se definissem as principais especializações regionais e seus níveis de inserção, que permitiram ao Brasil transformar de modo estrutural sua economia, de uma base essencialmente agro-exportadora para uma economia urbano-industrial, em um período de praticamente cinquenta anos.

¹ O processo de integração gerou três efeitos diferentes. Os de *bloqueio*, no sentido de que a periferia não pode repetir o processo histórico do desenvolvimento de São Paulo. Este efeito pode ser parcialmente contornado, via decisões macro-políticas de inversão tomadas pelo governo federal. Os de *destruição*, que se manifestam através da concorrência que empreendimentos mais eficientes implementados pelo capital do pólo possam fazer aos similares periféricos, que operam com técnica obsoleta ou de outro tipo de desvantagem concorrencial. Os de *estímulo*, que se manifestam através da implantação do grau de complementaridade (agrícola e/ou industrial) inter-regional (CANO, 1998, p. 302).

Contudo, foi entre 1967 e 1980 que o Brasil obteve suas maiores taxas de crescimento, resultando em elevação dos níveis de emprego, urbanização e serviços. Para amparar esse crescimento, sua matriz industrial deveria ser expandida, principalmente no abastecimento de matérias-primas (intensivas em recursos naturais), sendo que estas, por sua vez, constavam na periferia. Dessa forma, foram implantados investimentos de grande porte (II PND), que se alocaram espacialmente nas demais áreas do território nacional, desconcentrando-se a matriz industrial fora do eixo “Rio de Janeiro – São Paulo”.

Simultaneamente, se consolidou internamente o combate aos desequilíbrios regionais. Durante o governo militar foram implantadas políticas de desenvolvimento regional, como a criação de vários órgãos de fomento, além de ações destinadas às cidades médias, com o objetivo de conter a excessiva concentração nas metrópoles do Sudeste. Essas obras resultaram num grande número de investimentos na periferia em infra-estrutura, energia e instalação de empresas de caráter estratégico, fundamentais ao aumento da desconcentração produtiva regional. Avançou-se também a fronteira agrícola e mineral para os estados do Paraná, Goiás, Mato Grosso e região Norte do país, devido à elevação da tecnificação, crédito seletivo e baixo preço dessas terras. Deste modo, a desconcentração ocorreu especialmente pelos efeitos positivos das ações de desenvolvimento nacional e regionais, pelo alto nível dos investimentos públicos e privados, e pelas elevadas taxas de crescimento econômico.

Intensificou-se também o processo de industrialização e a integração do mercado nacional, pelo motivo que o resto do Brasil, em média, teve crescimento econômico positivo e acima de São Paulo, explicitando, conforme Cano (2008), a desconcentração produtiva positiva nos setores de bens de consumo não-duráveis, intermediários (especificamente: aço, metalurgia, celulose e derivados de petróleo e álcool) e indústria pesada.

Contudo, a crise da década de oitenta e o corte brusco do crédito internacional e nacional, inviabilizaram os investimentos públicos e privados em expansão de capacidade e modernização. Isso levou à escassez dos recursos direcionados à diminuição das desigualdades regionais, denotando-se a falência dos antigos vetores de desenvolvimento.

Não obstante a crise da década de oitenta ter sido de elevadas proporções (o que afetou o crescimento nacional), o processo de desconcentração produtiva perdurou entre os anos de 1985 a 1996, porém em um ritmo mais lento, em virtude dos seguintes fatores: i) queda no crescimento da economia paulista (especialmente em determinados ramos da indústria de transformação), e

das outras economias regionais, sendo que os efeitos destas não foram tão danosos, pois ainda se maturavam os investimentos do II PND e da SUDENE; ii) expansão agrícola e mineral nas demais regiões; iii) o esforço exportador da década beneficiou essas áreas (dentre elas, o Espírito Santo), já que suas principais matrizes produtivas baseavam-se em *commodities* destinadas à exportação; iv) e incidências de Guerra Fiscal.

Na década de noventa, notadamente após a estabilização monetária, abertura comercial, valorização cambial e conseqüente elevação das importações, além dos novos modos de gestão administrativa das empresas, importantes ramos de cadeias produtivas nacionais foram prejudicados². Isso afetou, sobretudo o comportamento da indústria paulista, detentora de maior parte dos encadeamentos produtivos (e, portanto, mais sensível às crises), acelerando novamente o ritmo de desconcentração produtiva regional brasileiro. Ademais, a deterioração fiscal e a queda na capacidade de financiamento da União incitaram o acirramento da Guerra Fiscal entre os entes federados para a atração de novos investimentos – os “leilões de localização” – em busca de eficiência.

Concomitantemente, em âmbito internacional, se fortificaram as principais bases teóricas em defesa do desenvolvimento local. Conforme essas concepções, as ações autônomas e pontuais, de áreas normalmente detentoras de vantagens comparativas e voltadas à exportação (as “regiões competitivas”), seriam os novos e principais vetores de promoção do desenvolvimento econômico e social nacional. Contudo, deve-se destacar que essas práticas, embora promovam o desenvolvimento de determinadas áreas, seus raios de ação estão restritos a essas localidades, não englobando escalas mais elevadas de ação, o que mantém seu caráter excludente, haja vista o não enfrentamento de históricos problemas estruturais regionais. As dificuldades de coordenação e gestão pública colaboraram para que a maioria das economias regionais brasileiras tivesse sua economia descolada da dinâmica nacional, apresentando assim, vetores de crescimento próprios, grande parte deles atrelados à demanda econômica internacional, como o observado no Espírito Santo, especificamente na Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV.

No entanto, há ainda que se considerar que nessa fase houve queda na participação de São Paulo no total nacional de riqueza gerada, em oposição às regiões Norte, Centro-Oeste e (em menor proporção) Nordeste, que elevaram suas participações no PIB nacional. E ademais, a melhoria dos indicadores sociais das regiões mais pobres, especialmente às áreas rurais, também

² Para maiores informações, verificar Carneiro (2002) e Coutinho & Ferraz (1995).

influenciaram nesses resultados. Portanto, ações dessa natureza colaboraram para que a desconcentração produtiva regional brasileira novamente avançasse.

Assim, após desenvolver esse breve preâmbulo, foi possível anunciar algumas das principais questões que esta pesquisa pretenderá melhor qualificar. Entretanto, deve-se deixar claro que o principal objetivo é o de entender as principais mudanças na estrutura produtiva do estado do Espírito Santo e seus impactos sobre sua dinâmica urbana, não esquecendo que esses fenômenos se inseriram em um cenário de baixo crescimento econômico nacional, de desconcentração produtiva regional e de saídas autônomas, como a Guerra Fiscal.

Outro fator a ser analisado é o recorte temporal adotado, delimitado do início da década de noventa a 2005. Esta temporalidade foi utilizada em razão de já existir uma extensa literatura que contemplou a formação político-econômica do Espírito Santo. Como o foco principal deste estudo não era apenas reproduzir conhecimento, optou-se em concentrar os esforços de investigação nos últimos quinze anos, de modo a apreender de que forma os impactos macroeconômicos nacionais e internacionais, no bojo da desconcentração regional da produção, repercutiram sobre essa estrutura produtiva, beneficiando-a, a grosso modo.

Portanto, para o andamento da dissertação, deve-se considerar pormenorizadamente a estrutura produtiva do estado para assim responder às seguintes questões nos próximos capítulos:

- i) Quais foram as principais mudanças estruturais na agricultura, pecuária e organização agrária (área plantada, principais culturas, tecnificação, etc.)?
- ii) Estudar o comportamento da indústria de transformação, enfatizando seus principais vetores de crescimento.
- iii) Identificar o peso das atividades de comércio exterior em sua estrutura produtiva, suas principais características, e também, o papel das *tradings companies* que se instalaram no estado, atraídas pelo sistema de incentivos fiscais do FUNDAP.
- iv) Analisar a estrutura de investimentos realizados no estado nesse período e dos prospectivos, bem como de sua composição, localização e finalidade.
- v) Estudar o “comportamento” do espaço capixaba, e analisar também o movimento de seus fluxos migratórios, além de suas peculiaridades quanto ao mercado de trabalho.

- vi) E finalmente, fazer um balanço de como a economia capixaba se inseriu no processo de desconcentração produtiva no país.

Capítulo 1 – Evolução da Economia Internacional e Nacional – 1970 - 2005: A Desconcentração Produtiva Regional no Brasil e o caso do estado do Espírito Santo

1.1 Introdução

Esta pesquisa faz parte de um amplo projeto de investigação, coordenado pelo prof. Wilson Cano, no qual busca analisar a evolução da desconcentração produtiva regional no Brasil a partir da década de setenta.

Os principais objetivos são identificar as mudanças fundamentais na estrutura produtiva do estado do Espírito Santo entre os anos de 1990 a 2005, mudanças essas resultantes tanto da expansão do processo de desconcentração produtiva brasileira quanto do cenário macroeconômico nacional e internacional, determinantes para a dinâmica da economia capixaba. Identificar-se-ão os principais setores econômicos e como prevaleceu sua organização espacial no território, evidenciando a concentração produtiva na Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV – e alguns pontos de seu interior. Será a partir dessas linhas-mestras – desconcentração produtiva nacional e concentração intra-estadual – que o trabalho se orientará para explicar a evolução recente dessa economia.

Este primeiro capítulo tem como finalidade introduzir o leitor às questões básicas que serão tratadas mais detidamente ao longo da dissertação e, para isso, serão retomados de forma breve alguns temas que envolvem a compreensão acerca da problemática regional atual. Este estudo se iniciará na seção 1.2, fazendo um breve resgate sobre a evolução da economia internacional e nacional nas últimas décadas. Nesta seção, serão vistos alguns acontecimentos que durante essa fase restringiram o movimento do capital internacional, cessando os fluxos de créditos aos países emergentes, dentre eles o Brasil. Este, por sua vez, reorientou sua economia, passando de um período de grande crescimento, o “Milagre Econômico” (1967 a 1974), para uma década posterior de recessão, corte de investimentos, altos índices de inflação, desemprego e falência das principais bases de planejamento regional. Serão analisados também como os impactos da abertura comercial e financeira ao longo da década de noventa afetaram a dinâmica econômico-produtiva nacional nessa fase.

Feitas essas considerações, na seção 1.3 será feito novamente outro apanhado, focalizando os reflexos dos movimentos da economia internacional sobre a dinâmica da economia nacional e

da organização urbano-regional brasileira no período recente, em relação às principais transformações macroeconômicas: abertura comercial, financeirização, desregulamentação de capitais, reestruturação e re-localização das plantas produtivas das empresas transnacionais (“leilões de localização”) mediante menores custos de trabalho, matérias-primas e concessão de incentivos fiscais, intensificando a Guerra Fiscal e a desconcentração produtiva regional.

Finalmente, na seção 1.4 partir-se-á para uma análise mais específica, na qual se retomará sucintamente a evolução da estrutura produtiva do estado do Espírito Santo, eminentemente agrícola até a década de cinquenta, mas que já na década de setenta contava com mecanismos próprios de incentivos fiscais e investimentos de grande porte, realizados nos Grandes Projetos no setor produção de bens intermediários. Esses investimentos integraram definitivamente a economia espírito-santense ao mercado nacional e internacional e permitiram que ela se expandisse, a despeito da crise (identificada no item 1.2), pelo esforço exportador, como ocorreu com a maior parte da periferia nacional. Essa seção, portanto, tem como intenção deixar claros os pontos basilares dessa economia, recém-formada e de caráter industrial, para examinar, nos capítulos posteriores, de que forma esta se reorganizou nos anos noventa, destacando seus novos e principais vetores de crescimento.

1.2 A economia mundial e nacional

Para a introdução ao objeto, faz-se necessário retomar pontos importantes da macroeconomia internacional durante as décadas de setenta e oitenta, para examinarmos como suas principais mudanças ressoaram sobre o Brasil em geral, e o Espírito Santo em particular.

Assim, esse estudo se inicia com a retomada da década de setenta. Esta se destacou internacionalmente pelo fim do período duradouro de crescimento - *The Golden Age* - baseado na paridade de taxas de câmbio de *Bretton Woods* e que adquiriu maior ênfase entre as décadas de 1950-60 com a internacionalização das empresas americanas pela Europa. Entretanto, no início da década de setenta, esse sistema entrou em crise e foi substituído por um regime de taxas flutuantes, impulsionado pela liquidez internacional do euromercado, das praças *offshore*, e dos petrodólares, aprofundando a internacionalização do capital financeiro. Os dois choques internacionais do petróleo – em 1973 e 1979 – a crise de produtividade e competitividade americana, os déficits gêmeos estadunidenses e a subida de suas taxas de juros marcaram

definitivamente o fim da trajetória virtuosa da economia internacional e cancelaram o destino de grande parte dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Enquanto a América Latina passava pelos efeitos devastadores da crise da dívida externa na década de oitenta e, para isso, elevava crescentemente seu esforço exportador, de acordo com as reformas sugeridas por organismos internacionais (FMI e Banco Mundial), a Europa se preocupou com o fortalecimento de seu mercado comum, procurando sanear suas dívidas. O Japão intensificara sua área de influência sobre a Ásia, estreitando e ocupando os interstícios deixados pelos Estados Unidos. Já a Ásia, especificamente os países conhecidos como Tigres Asiáticos, apresentaram bons resultados produtivos e financeiros, resultados advindos das reformas econômicas e institucionais, da crescente abertura de seu mercado às exportações asiáticas e da demanda americana de produtos industriais e de seus investimentos.

Do ponto de vista espacial, a Ásia converteu-se num dos principais *lôcus* da concorrência e da difusão acelerada do progresso técnico nos anos 1980 (o Japão e a primeira geração de Tigres Asiáticos). A liderança do IDE mundial coube ao Japão, que foi seguido por alguns países europeus, nos quais também tentaram transnacionalizar o espaço americano. A partir do *endaka* e da desvalorização do dólar, na segunda metade dos anos 1980, iniciou-se uma nova etapa. Os Estados Unidos, além de continuarem sendo os maiores receptores de capitais globais, tornaram-se progressivamente os maiores investidores na Ásia (os tigres de segunda geração e a China). (TAVARES; BELLUZZO, 2002, p. 154-155).

O movimento da economia mundial fora suficiente para a corrosão das principais bases de crescimento da *Golden Age*. Passou-se a se defender mundialmente a queda nas barreiras financeiras e produtivas e o aumento da eficiência econômica das empresas (reestruturação produtiva das principais transnacionais - ETNs), resultando em novas formas de organização trabalhista, re-localização espacial de plantas produtivas e em novos tipos inserção e formação de estratégias. Simultaneamente, se consolidou um novo tipo de “gestão pública”, iniciados pela Inglaterra e Estados Unidos, que apregoavam o desmonte da estrutura pró-Estado (formada após a crise de 1929 e que via no estado nacional o provedor e o promotor do desenvolvimento).

A longa e complexa crise financeira e o esgotamento do padrão de acumulação da Segunda Revolução Industrial aumentaram ainda mais o risco e a incerteza para o capital privado. Por outro lado, isto debilitou fiscal e financeiramente a maioria dos estados nacionais, endividando-os, e ‘justificando’, por isso, a ‘necessidade’ de ajustes patrimoniais a favor do setor privado. A busca ideológica por um ‘Estado Mínimo’ respaldou também as novas políticas de descentralização, que tentaram transferir atribuições e recursos do poder central

aos poderes locais, enfraquecendo ainda mais econômica e politicamente o Estado nacional. (CANO, 2008, p.5).

Aos países subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil, que durante a década de setenta firmaram suas principais bases de financiamento mediante empréstimos externos, à taxa de juros flexíveis, para aumento/manutenção dos investimentos e importação de bens de produção, restou uma grave crise de financiamento externo. Assim, essa década:

[...] foi, para os países da periferia capitalista, um período adverso, caracterizado pelo que se convencionou chamar de crise da dívida. Nesses anos ocorreu uma deterioração global da situação econômica de tais países, compreendendo uma piora nos termos de troca e um extremo racionamento do financiamento externo, significando para alguns países, sobretudo da América Latina, a transferência de recursos para o exterior em razão do pagamento da dívida externa. O Brasil não constituiu uma exceção a esse quadro. Ao contrário, dada a situação de fragilidade de suas contas externas, pagou um preço elevado em termos de sacrifício do seu crescimento econômico. (CARNEIRO, 2002, p. 115).

Seus efeitos foram intensos no conjunto da economia nacional. Rompeu-se o padrão anterior de crescimento que tinha como projeto uma política nacional desenvolvimentista, calcada na diversificação e ampliação da estrutura produtiva, integração do mercado interno e diferenciação das exportações nacionais³. Do ponto de vista macroeconômico, os efeitos foram complexos: crise do balanço de pagamentos e corte de créditos externos e internos, altos índices de inflação e uma seqüência de planos ortodoxos e heterodoxos que surgiram para contê-la, aumento da dívida interna e externa, queda na competitividade e investimentos nas empresas estatais – antigos vetores de desenvolvimento regional – pela manutenção de uma posição defensiva quanto à realização de novos investimentos, e também financista das empresas privadas (que por sua vez, reduziram seu endividamento externo, em contrapartida ao aumento da dívida pública externa líquida, onerando o setor público). Além disso, observaram-se ciclos curtos e instáveis de crescimento e aumento da incerteza e risco, tanto nos mercados reais quanto financeiros.

Nessa década, a recessão declinou as importações, a política cambial ativa – as máxi e minidesvalorizações cambiais – e o esforço do *drive* exportador elevaram o nível das

³ O período de 1930 a 1980 ficou caracterizado, portanto, pela formação do mercado interno, com o fortalecimento do parque industrial brasileiro, capitaneado por São Paulo, mas que a partir do Plano de Metas e intensificado pelo II PND, promoveu o fenômeno, destacado por Cano (1998), de desconcentração produtiva espacial e que garantiu à periferia aumento em suas taxas de crescimento. Além disso, é nessa fase que observamos outros fenômenos, como: a expansão da urbanização e o atendimento das demandas sociais e de infra-estrutura.

exportações, gerando superávits primários para o pagamento dos déficits em transações correntes. Todavia, os saldos comerciais foram insuficientes para cobrir o pagamento da dívida externa, as despesas com os juros e as transferências de lucros das empresas, que corroeram as principais bases de financiamento público, e sucatearam os órgãos de fomento e desenvolvimento regional. No entanto, o esforço exportador, como será visto adiante, foi importante para o dinamismo de algumas economias regionais, como foi o caso da economia capixaba, que pôde continuar crescendo apesar do ritmo mais lento da economia nacional.

A década de noventa caracterizou-se pela ascensão nacional e internacional do neoliberalismo e da globalização. Destacaram-se os fenômenos de maior liberalização financeira, mobilidade de capitais, abertura comercial, valorização cambial, competição internacional e fluxos intensos de capitais “Norte-Norte”. Os países subdesenvolvidos sofreram prejuízos: i) queda de importância internacional do Mercosul; ii) efeitos da automatização na estrutura de emprego; iii) endividamento externo de seus Estados Nacionais e interno das Federações; iv) e reestruturação produtiva das empresas estrangeiras sediadas em seus territórios. Esses itens foram apenas algumas das condicionantes que agravaram suas antigas desigualdades econômicas, sociais, regionais e urbanas.

As mudanças nas condições internacionais ocorridas no último quarto do século XX dizem respeito a três movimentos centrais e interdependentes: a liberalização financeira e cambial; a mudança nos padrões de concorrência; a alteração das regras institucionais do comércio e do investimento – todos eles conducentes à instabilidade financeira e ao aumento da desigualdade econômica e social. (TAVARES; BELLUZZO, 2002, p. 151).

A capacidade intrínseca do capital monetário de delinear um movimento de valorização ‘autônomo’, com características muito específicas, foi alcançada pela globalização financeira a um grau sem precedentes na história do capitalismo. As instituições financeiras, bem como os ‘mercados financeiros’ [...] erguem-se hoje com força independente todo-poderosa perante os Estados [...], perante as empresas de menores dimensões e perante as classes e grupos sociais despossuídos, que arcam o peso das ‘exigências dos mercados’ (financeiros). (CHESNAIS, 1996, p. 239).

Nesse período se intensificaram os fluxos de capitais estrangeiros aos países subdesenvolvidos, inclusive ao Brasil, sob a forma de capitais especulativos e IDE, na maior parte das vezes destinados às Fusões e Aquisições – F&A: “[nesse] espaço forma-se a base da expansão dos grandes grupos, de seus investimentos cruzados intra-triádicos e da concentração

internacional resultante das aquisições e fusões que efetuam para esse fim” (CHESNAIS, 1996, p. 36). As privatizações brasileiras atingiram seu auge na década de noventa nos macro-setores: telecomunicações, elétrico, metalurgia, siderurgia, extração de minérios, química e petroquímica, alguns desses estratégicos para políticas de desenvolvimento regional e ordenamento do território brasileiro. Ao mesmo tempo, o cenário era negativo para novos investimentos, graças ao momento de incerteza e de elevação das taxas de juros, com exceção dos ramos produtivos: i) favorecidos pelas privatizações; ii) daqueles no qual a alteração dos preços relativos não representava um problema; iii) e os que não eram afetados pela concorrência internacional advinda da abertura desenfreada comercial e financeira.

Além disso, outros problemas tornaram crônico o quadro econômico-social brasileiro: aumento da informalidade, flexibilização das leis de trabalho, terceirização, mudanças tecnológicas e organizacionais, elevação significativa das importações (competição com os similares nacionais) e acirramento da Guerra Fiscal que ocupou cada vez mais o espaço deixado pela derrocada do planejamento regional. Foi ao fim dessa década que ocorreram as crises russa, brasileira e argentina, que influenciaram na desvalorização da moeda nacional, na mudança para o padrão cambial flutuante, na elevação das taxas de juros, no aumento do serviço das dívidas interna e externa e nos acréscimos na carga tributária nacional, além dos cortes em áreas sociais.

Diante desse panorama, os investimentos públicos foram insuficientes para determinados setores da economia brasileira, como o industrial, por exemplo. Observaram-se certas carências na articulação entre os elos produtivos na indústria e da infra-estrutura existente, que levaram à perda de participação na estrutura produtiva total nacional. “[...] A perda de elos nessas cadeias significou a redução do valor agregado para um mesmo valor bruto da produção, o que, na prática, representa a eliminação de pontos de geração de renda e de emprego” (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002, p. 377). Ao mesmo tempo, se defendia o crescimento da competitividade e eficiência pelo aumento da concorrência internacional, graças à queda das barreiras alfandegárias e à valorização cambial:

O novo modelo colocar-se-ia como uma alternativa radical ao desenvolvimento ao definir a concorrência como motor primordial do processo. Ou seja, em substituição às políticas de demanda ou de garantia de mercado decorrentes do primeiro paradigma propõe-se uma política de oferta, sintetizada na ampliação da concorrência. Esse seria o mecanismo central de estímulo à incorporação de novas tecnologias, sustentando o ciclo virtuoso de aumento de produtividade e de salários reais” (CARNEIRO, 2002, p. 310).

A queda das barreiras comerciais colaboraria para a eficiência das cadeias produtivas pela aquisição de bens de produção mais acessíveis e de maior tecnologia, e no âmbito das empresas, o incremento de produtividade⁴. Esperava-se que:

A globalização da atividade produtiva suporia a superação da dicotomia do mercado interno *versus* mercado externo com especialização local em certos segmentos da cadeia de valor agregado. Assim, implicaria a eliminação dos esquemas tradicionais de divisão do trabalho inter-setorial do tipo centro-periferia. Em síntese, a atividade industrial instalada em qualquer país visaria sempre ao mercado global e participaria nas cadeias de valor agregado de acordo com as suas vantagens comparativas que definiriam um padrão de especialização intra-setorial” (CARNEIRO, 2002, p. 311).

Criticava-se, assim, a participação ativa do Estado, na qual:

[...] o desenvolvimentismo teria sido o responsável pela crescente perda de dinamismo das economias latino-americanas, especialmente no que diz respeito à incapacidade de manter o ritmo de incorporação do progresso técnico e do aumento de produtividade (CARNEIRO, 2002, p. 309).

Segundo essa fundamentação, o Estado, ao impor barreiras ao capital internacional para a consolidação da firma nacional teria produzido como efeito colateral perda de competitividade, elevação da burocracia e falha de eficiência capitalista, apesar de garantir margens de lucros consideráveis às empresas locais.

Isso resultou, conforme Belluzzo & Almeida (2002), em: i) elevação do grau de especialização nas atividades intensivas em *commodities* ou em semi-elaborados (que foi particularmente importante para economia capixaba, conforme discutiremos adiante); ii) e redução nas articulações dos ramos interdepartamentais importantes na cadeia produtiva, decorrentes do aumento dos coeficientes de importação, pois:

[...] a combinação das políticas de câmbio e de juros deixou os produtores e mercados na defensiva para a realização de novos investimentos. Isso valeu tanto para as decisões de preços da produção destinada aos mercados de bens *tradables* quanto aos mercados de ativos, de câmbio e de dinheiro⁵. (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002, p. 388).

⁴ Sobre esse posicionamento, pode ser consultada a seguinte bibliografia: CASTRO & GOLDENSTEIN (1997), CASTRO (2001), CASTRO (2003), MOREIRA (1999), AVERBUG (1999) E PINHEIRO (1999).

⁵ Foi possível ainda observar que o coeficiente importado se elevou principalmente para os produtos de maior tecnologia como: bens de capitais, bens duráveis, materiais de transporte e intermediários elaborados, ao contrário dos de menor valor agregado. “A combinação das informações setoriais – por uso e intensidade de fator – permite

A economia nacional, até o fim da década de noventa, continuou calcada na manutenção de políticas de estabilização, déficits em transações correntes e insuficiência na taxa de formação bruta de capital fixo. Entretanto, entre 1999 e 2002 o Brasil passou por duas crises cambiais, seguidas por desvalorizações (principalmente na primeira), elevação das taxas de juros, contenção do crédito e restrições ao crescimento.

Dessa forma, a evolução das últimas décadas é a queda gradual na capacidade de investimento e financiamento públicos de longo prazo. O abandono das antigas políticas de desenvolvimento regional, a expansão da Guerra Fiscal entre os entes públicos e o aprofundamento da lógica localista aceleraram a desconcentração produtiva nacional. Ao contrário da perda de participação da economia paulista, as demais regiões, cujas matrizes produtivas se estabeleceram nos ramos de bens semi-elaborados, e que alcançaram um nível mínimo de inserção no mercado interno, foram beneficiadas pelos contextos macroeconômicos nacionais e internacionais dos últimos quinze anos, pois mantiveram seu ritmo de crescimento do produto acima da média nacional, como foi o caso do estado do Espírito Santo, que será tratado a seguir.

1.3 A questão regional e urbana

O Brasil já apresentava desequilíbrios regionais antes mesmo do processo de industrialização e concentração das atividades no estado de São Paulo a partir da década de 1930. No período anterior (antecedente à década de 1930, portanto), as regiões articulavam-se muito mais com suas hinterlândias do que inter-regionalmente, demonstrando haver um mercado

concluir que a abertura acompanhada da valorização do câmbio promoveu uma reestruturação produtiva de grande significado na economia brasileira. Setores de alta intensidade de tecnologia e capital, via de regra localizados nos segmentos produtores de bens de capital, intermediários elaborados ou consumo duráveis, realizaram uma expressiva especialização. Apenas uma parcela desses mesmos segmentos produtivos foi preservada e ampliou a sua inserção externa. Ao revés, os setores intensivos em recursos naturais e trabalho, predominantemente produtores de bens de consumo correntes e intermediários convencionais, mantiveram-se mais diversificados e ampliaram moderadamente a inserção externa. Em resumo, há claras indicações de uma especialização regressiva na economia brasileira com a ampliação do peso dos setores intensivos em recursos naturais e trabalho e redução de importância – com exceções – dos intensivos em tecnologia e capital”. (CARNEIRO, 2002, p. 320). “O atual ciclo de investimentos apenas reitera o padrão de especialização competitiva que a economia brasileira já havia logrado alcançar na década de 70. Em todos os complexos industriais mais sofisticados, com grau mais elevado de agregação de valor e maior dinamismo tecnológico, verifica-se um inegável retrocesso – sendo este particularmente evidente no caso do complexo eletrônico. Neste sentido, poder-se-ia precisamente classificar o período pós-estabilização como uma etapa de *especialização regressiva* do ponto de vista industrial”. (COUTINHO, 1995, p. 105).

interno não-integrado, e orientado às atividades agroexportadoras, caracterizando-se um “arquipélago regional”. Este se formou a partir da colonização quando cada região apresentou trajetórias específicas e autônomas de desenvolvimento. As heranças regionais foram determinantes para que os impactos da industrialização fossem diferenciados na interação entre essas economias, a partir de mudanças promovidas pela economia cafeeira paulista, conforme demonstrou Cano (1998).

Capitaneado por São Paulo, que durante as décadas de 1930 e 1970 setenta cresceu a altas taxas, e estimulou a concentração produtiva, urbana e demográfica em seu território, por razões de economia de aglomeração, as demais regiões também cresceram a percentuais elevados. A produção voltada para o mercado interno superou àquela destinada às exportações e, apesar do crescimento substancial da economia paulista, o crescimento da periferia não ocorreu separadamente do resto do país, ao contrário, reorientou a estrutura produtiva nacional para a geração de complementaridades com a estrutura produtiva paulista. Assim como apresentou Cano (1998), os efeitos de estímulo, inibição e destruição⁶ foram suficientes para se definir as principais especializações regionais e seus níveis de inserção.

Entretanto, no período compreendido entre 1967 a 1980, o Brasil se empenhou para diversificar e expandir sua economia, tanto a respeito de seu mercado interno quanto de sua pauta exportadora. Este movimento resultou no aumento do emprego e no aprofundamento da urbanização e do setor de serviços. O país encontrava-se num grande ciclo de crescimento econômico – o “Brasil Potência” – e a consolidação da indústria pesada exigiria a expansão da matriz industrial nacional, necessitando do fornecimento de matérias-primas intensivas em recursos naturais para abastecê-la, constantes na periferia. Esses investimentos de grande envergadura foram desconcentrados e espacialmente alocados para essas regiões com o objetivo de suprir as demandas nacionais.

Simultaneamente, fortaleceu-se no âmbito nacional o combate aos desequilíbrios regionais e à minoração desses efeitos sobre a população da periferia. Durante o governo militar foram implementadas políticas de desenvolvimento regional, com a criação de órgãos estatais de

⁶ Como a integração do mercado significa aumento no comércio inter-regional, a concentração estimulada pelo incremento do comércio provocaria efeitos de estímulo, de inibição ou de destruição sobre as estruturas produtivas regionalizadas, com crescimento localizado de alguns segmentos, dificuldades de produção em outros e o fim daqueles que não lograssem manter-se competitivamente. Em síntese, a manifestação desses efeitos significaria a capacidade de respostas dos distintos estados e regiões ao processo de integração da economia. Sobre essa questão, ver Cano (1998).

fomento ao desenvolvimento como a SUDAM, a SUFRAMA, a SUDENE e a Zona Franca de Manaus (ZFM), além de políticas para as cidades médias com vistas a conter a excessiva concentração nas metrópoles do Sudeste. A ação mais direta do Estado resultou numa gama de investimentos na periferia em infra-estrutura⁷, energia e instalação de empresas de caráter estratégico, essenciais para a deflagração do processo de desconcentração produtiva regional. Expandiram-se para fora do Sudeste o setor mecânico, transportes, materiais elétricos e telecomunicações, aplainando-se o diferencial entre São Paulo e o resto do país, conforme demonstrou Cano em diversos trabalhos. Foi nessa fase também, que se observou o avanço da fronteira agrícola e mineral para os estados do Paraná, Goiás, Mato Grosso e para a região Norte do Brasil, devido às melhorias das técnicas de produção, crédito seletivo e preço baixo das terras nessas regiões. De 1970 a 1985, o processo de desconcentração interestadual ocorreu, sobretudo, pelos positivos efeitos das políticas de desenvolvimento nacional e regional (notadamente o II PND), pelo elevado nível dos investimentos públicos e privados, e pelas elevadas taxas de crescimento da economia. Com isso, se deu a intensificação do processo de industrialização e a conseqüente consolidação da integração do mercado nacional.

Essa dinâmica fez com que a urbanização e a industrialização atingissem a maior parte da periferia nacional. Assim, a desconcentração industrial (e também, a agropecuária) de São Paulo não se explica por efeitos negativos de crises, e sim pelo fato de que o resto do Brasil, em média, teve crescimento econômico positivo e acima do também elevado crescimento de São Paulo, conforme Cano (2006).

Embora a economia brasileira ainda estivesse muito concentrada nas regiões Sudeste e Sul e, em especial, no estado de São Paulo, nas últimas décadas [...], ocorreram mudanças significativas nessa distribuição. Em primeiro lugar, pela relativa desconcentração da produção industrial, criando alternativas diferenciadas não só dentro das regiões Sudeste e Sul, como também, pela expansão da indústria nordestina e pela criação de vários núcleos industriais nas regiões Centro-Oeste e Norte do país. Em segundo lugar, pela significativa expansão da produção agrícola na ampla região dos cerrados e pelo desenvolvimento da agricultura de irrigação na região Nordeste (DINIZ, 2005, p. 188).

Esses investimentos permitiram às demais regiões brasileiras alcançarem taxas de crescimento superiores às paulistas, denotando a desconcentração produtiva positiva nos setores

⁷ Com destaque para os investimentos no complexo minero-siderúrgico e de celulose e de incentivos fiscais do Espírito Santo.

agrícolas, industriais e de serviços. Como demonstrou Cano (2008), este processo permitiu principalmente na primeira metade da década de oitenta, a convergência regional da renda média por habitante no país, além de expandir a matriz produtiva brasileira nos setores de bens de consumo não-duráveis e intermediários, especificamente: aço, metalurgia, celulose e derivados de petróleo e álcool e da indústria pesada.

Porém, após o esgotamento do padrão internacional de acumulação durante a década de setenta, cujos rebatimentos foram sentidos no Brasil na década de oitenta, inviabilizaram-se investimentos públicos e privados em expansão de capacidade e modernização e de recursos para a diminuição das desigualdades regionais, denotando-se o esgotamento dos antigos vetores de desenvolvimento.

A política recessiva de ajuste exportador como resposta à crise da dívida, vinculava mais fortemente algumas dessas áreas ao mercado externo, possibilitando ritmos diferenciados de crescimento, não obstante o fraco desempenho da economia brasileira durante o período. O estado do Espírito Santo foi uma dessas regiões que continuariam a crescer ao longo dos anos 80 (MACEDO, 2002, p. 68).

Apesar dos efeitos da crise desta década terem sido de grande ordem, comprometendo o crescimento nacional, paulista e também das demais regiões, ainda assim, a desconcentração produtiva brasileira continuou entre os anos de 1985 a 1996, porém a um ritmo mais lento, marcando seu arrefecimento. Cano (2006 e 2008) a definiu como “desconcentração espúria de efeito estatístico”. Isso pode ser explicado grosso modo pelos fatores: i) queda acentuada no ritmo de crescimento da economia paulista, principalmente a indústria de transformação e das outras economias regionais, sendo estas últimas num ritmo menor do que a primeira, pois ainda se maturavam os investimentos do II PND e da SUDENE; ii) as implicações da expansão agrícola e mineral na periferia nacional; iii) essas mesmas regiões se beneficiaram do esforço exportador da década, já que suas principais matrizes produtivas baseavam-se em *commodities* e bens intermediários intensivos em matérias-primas destinados à exportação; iv) e finalmente, as incidências de Guerra Fiscal, principalmente no Nordeste e ZFM.

Não obstante a queda de participação relativa na produção industrial paulista, esta se consolidou na produção de bens modernos, de informática e microeletrônica. Ademais, São Paulo centralizou atividades financeiras, comerciais, centros de decisão e de pesquisa científica, além de serviços de hotelaria, turismo, atividades culturais, etc. Isto, obviamente, também representava

algo de novo: uma nova concentração dentro do próprio processo de desconcentração, de acordo com Cano (2008).

Além disso, a desconcentração produtiva ocorreu dentro do interior paulista, principalmente em direção às regiões de Campinas, São Carlos, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba, conseqüências da reorganização produtiva de sua agricultura destinada, em parte, à exportação de *commodities*, cana-de-açúcar, álcool e suco de laranja, dos avanços científicos em P&D, da formação superior de qualidade, da infra-estrutura adequada, da ausência de deseconomias de escala e da proximidade em relação à Região Metropolitana de São Paulo - RMSP.

Na década de noventa, notadamente pós-1995, em que se consolidaram os processos de estabilização monetária, abertura comercial, valorização cambial, elevação das importações e novos modos de gestão das empresas, grande parte das cadeias produtivas nacionais foi prejudicada⁸. Isto afetou principalmente o comportamento da indústria paulista, detentora de maior parte dos ramos produtivos e, portanto, mais sensível às crises, o que acelerou novamente o ritmo da desconcentração produtiva nacional.

A deterioração fiscal e da capacidade de financiamento da União empurrou os estados e municípios a acirrar a Guerra Fiscal para atração de novos investimentos, verdadeiros “leilões de localização”, promovidos pelas grandes empresas em busca de incrementos na produtividade e eficiência.

Simultaneamente, consolidaram-se no cenário mundial as bases teóricas das escalas localistas de desenvolvimento, em que inserções regionais e pontuais, detentoras de vantagens comparativas, e voltadas para exportação – as “regiões competitivas” – buscavam seu desenvolvimento econômico, ainda que descolado das escalas estaduais e federais de atuação.

Deste modo, a desconcentração produtiva nacional ganhou fôlego, graças também à queda de participação de São Paulo no total da riqueza gerada, da elevação das participações no PIB das regiões Norte, Centro-Oeste e em menor proporção Nordeste, e na melhoria dos indicadores sociais das regiões mais pobres, especialmente as áreas rurais. No entanto, esse fenômeno continuou excludente e não solucionou os históricos problemas regionais, já que grande parte dos crescimentos regionais se desacoplaram das dinâmicas nacional e paulista, e apresentaram vetores próprios de crescimento, atrelados à economia internacional. Isso, por sua vez, reforçou a percepção de que a “integração competitiva”, ainda que não tenha gerado uma

⁸ Para maiores informações, verificar Carneiro (2002) e Coutinho & Ferraz (1995).

alternativa de crescimento para o país, promoveu seu dinamismo pontual⁹, cuja base produtiva foi envolvida pela acumulação internacional de capital, como ocorreu no estado do Espírito Santo, especificamente na Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV – (e alguns pontos de seu interior) que concentrou a maior parte do crescimento da economia capixaba nas últimas décadas.

1.4 A economia capixaba

Uma literatura vasta já tratou a formação econômica e política do estado do Espírito Santo¹⁰. Esse tópico não busca sua reprodução, apenas a retomada de premissas importantes para a abordagem subsequente da pesquisa, cujo período limita-se a um momento mais recente.

A economia do estado do Espírito Santo, até a década de sessenta, mostrava-se pouco integrada ao processo de industrialização brasileiro. As pré-condições para o desenvolvimento capitalista não haviam sido completadas como na economia paulista¹¹. A base produtiva era agrícola, com relações de trabalho familiares e unidades pouco tecnificadas e de baixa monetização, sendo o café o principal produto. Os excedentes criados eram insuficientes para a diversificação dessa economia, não motivando seu crescimento industrial sustentado, ao contrário: o “Espírito Santo era uma região extremamente atrasada no desenvolvimento da

⁹ Seguindo essa orientação, o governo federal buscou modernizar seus sistemas de transporte e comunicação entre as localidades bem-sucedidas e o exterior, por meio da política dos Grandes Eixos. Várias foram as críticas a esse projeto, conforme Galvão & Brandão (2001, p. 10-11) e Pacheco (1999, p. 38).

¹⁰ Macedo (2002) aponta para a seguinte bibliografia a qual acrescentamos mais algumas: ALMADA, Vila Paraíso Ferreira de. A escravidão na História Econômica do Espírito Santo – 1850/1888, Niterói: ICHF/UFF, Dissertação de Mestrado, 1981; BUFFON, José A. O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar, Campinas: IE/UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1992; CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira. O Novo Arrabalde, Vitória: PMV/ Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996; FERREIRA, Sinésio Pires. Espírito Santo: dinâmica cafeeira e Integração no mercado nacional 1840-1960, Campinas: IE/UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1987; ROCHA, Haroldo C., COSSETI, Maria da Penha. Dinâmica Cafeeira e constituição da indústria no Espírito Santo – 1850/1930, Vitória: UFES/NEP/COPLAN/IJSN/GERES, 1983; ROCHA, Haroldo C., MORANDI, Ângela. Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985, Vitória: FCAA, 1991; SILVA, Justo Corrêa da. Espírito Santo: Influência do processo de industrialização na formação da estrutura de poder executivo – 1967/1983, Belo Horizonte: UFMG, Dissertação de Mestrado, 1993; ZORZAL, Marta. Espírito Santo – Estado, Interesse e Poder, Vitória: FCAA, 1995; GOMES, Helder. Potencial e Limites às Políticas Regionais de Desenvolvimento no estado do Espírito Santo – O apego às formas tradicionais de intermediação de interesses, Vitória: UFES, Dissertação de Mestrado, 1998; PEREIRA, G.H. Política Industrial e localização de Investimentos – o caso do Espírito Santo, Vitória: EDUFES, 1998; MACEDO, F.C. Integração e Dinâmica Regional: o caso capixaba (1960-2000), Campinas: IE/UNICAMP, Tese de Doutorado, 2002.

¹¹ Para questões dessa natureza, consultar as obras: BUFFON, 1992; FERREIRA, 1987; ROCHA e COSSETI, 1983 e ROCHA e MORANDI, 1991.

industrialização brasileiro, o que lhe confere uma condição subordinada na dinâmica da industrialização regional da economia brasileira” (GOMES, 1998, p. 12).

Durante a segunda metade da década de sessenta, o estado passou por mudanças importantes, tanto no campo, quanto na formação de uma institucionalidade burocrática, capazes de alterar substancialmente a economia, e abrir oportunidades ao início de sua industrialização¹². Deste modo, no bojo do desenvolvimento industrial nacional, foi que se desenvolveram no estado do Espírito Santo seus principais instrumentos de desenvolvimento regional. Isso o possibilitou realinhar suas bases produtivas às formas capitalistas de produção, com o intuito de promover a geração de excedentes próprios e a integração à economia nacional. Esses instrumentos referem-se ao seu aparelho de incentivos fiscais, especificamente ao sistema GERES/BANDES, cujos resultados foram expressivos a sua economia. Esta se transformou numa economia urbano-industrial, (adensada ao redor da capital Vitória), relativamente complexa e um pouco mais diversificada. Nas décadas de setenta e oitenta, os setores que apresentaram maior crescimento foram: Produtos Alimentares, Metalurgia, Minerais não-metálicos, Química, Têxtil e Madeira, sendo a indústria de transformação a maior concentradora dos recursos do fundo. Os investimentos realizados elevaram a participação do estado do Espírito Santo no VTI nacional e afetaram significativamente na estrutura produtiva local, porém, a diversificação e o encadeamento produtivos necessários para sua completa industrialização ainda eram insuficientes.

Este fenômeno só se concretizou, ainda que parcialmente, com a implantação dos Grandes Projetos¹³ no estado – investimentos de grande porte e que se concentravam principalmente em segmentos da indústria extrativa mineral e de transformação – cuja implicação foi significativa no

¹² [...] o processo de crescimento industrial capixaba pode ser decorrente das principais interpretações: (I) da crise da produção do café, consequência da queda do seu preço internacional; (II) da política industrial, com intervenção do governo federal, no sentido de incentivar especialmente os setores básicos; (III) da construção de infra-estrutura com características específicas, atraindo iniciativas industriais para o Estado; (IV) do transbordamento da economia brasileira, que naquele momento encontraria na periferia alternativa para a expansão; (V) do sistema de incentivos fiscais para o setor industrial; (VI) da expansão do mercado consumidor urbano no Espírito Santo; (VII) do esgotamento da estrutura de produção familiar na cultura cafeeira; (VIII) da política nacional de erradicação dos cafezais na década de 60, (IX) da construção de uma institucionalidade estadual que permitiria a implementação de políticas de apoio à indústria. (MACEDO, 2002, p. 22).

¹³ Os investimentos produtivos realizados podem ser assim destacados: construção do Porto de Tubarão pela CVRD – Companhia Vale do Rio Doce – em 1966, instalação de cinco usinas de pelotização de minério de ferro entre 1969 e 1979, instalação da usina de pelotização SAMARCO em 1978 e a construção de seu porto e minero-duto em Ubu, implantação da Aracruz Celulose em 1972, sendo que suas atividades começaram em 1979, construção do gasoduto da Petrobrás para o abastecimento de gás natural para as empresas CVRD e Aracruz, instalação da CST em 1983, e a formação de “um complexo minero-metalúrgico com consideráveis vantagens locais” (MACEDO, 2002, p.90). Consultar também MORANDI (1997).

desempenho da economia capixaba durante as décadas de setenta e, sobretudo oitenta. Foram responsáveis pelo aumento no VTI, produtividade e pessoal ocupado, além do desenvolvimento de redes de fornecedores especializados no atendimento das demandas das grandes empresas e das atividades de logística, transportes e serviços de comércio exterior, localizados na capital Vitória. Criou-se nessa região um rol expressivo de externalidades (se comparadas às décadas anteriores), contudo, sua estrutura ainda se apresentava altamente especializada em bens semi-elaborados, de baixo valor agregado e sensível às variações da demanda internacional.

Assim, antes da crise da década de oitenta, do avanço do neoliberalismo e da concepção de inserção competitiva, a economia do estado do Espírito Santo abrigava dois diferentes tipos de dinâmicas: i) uma capitaneada por empresas de menor porte, incentivadas pelo sistema GERES/BANDES e voltadas ao atendimento das demandas do mercado nacional; ii) e outra, orientada pelos Grandes Projetos, para a exportação de *commodities*. É o que pode ser verificado pela tabela 1.1¹⁴, na qual a participação dos Gêneros Locais (GL) se sobrepôs aos Gêneros Exógenos (GE) entre os anos de 1960 a 1985, representando a importante atuação do sistema de GERES/BANDES no desenvolvimento da economia estadual e na geração de encadeamentos produtivos. Contudo, já é possível avistar na tabela que 1.1 que, a partir de 1979, com o início das atividades da maior parte das grandes plantas industriais, como a Vale do Rio Doce, Aracruz e SAMARCO, a participação dos GE – ligados ao grande capital – se avolumou, em detrimento da leve perda de participação dos GL. Esses dois segmentos, no entanto, se equipararam em 1985, quando os efeitos da crise econômica nacional se consolidaram e atuaram principalmente sobre os GL.

¹⁴ Conforme metodologia adotada por Pereira (1998), a economia capixaba, no período de 1960 a 1985 pode ser dividida em dois blocos: i) os Gêneros Locais, ligados aos gêneros tradicionais; ii) e os Gêneros Exógenos, setores ligados aos investimentos dos Grandes Projetos. O primeiro bloco foi o que, até o início da década de oitenta, se apresentou como o principal indutor do desenvolvimento econômico do Espírito Santo, reflexo dos investimentos realizados pelo sistema de fomento GERES/BANDES e FUNRES e ligados aos setores constantes na estrutura produtiva local, destinados ao abastecimento de seu mercado interno e mais sujeitos às crises devido ao porte menor de suas empresas. O segundo bloco, de “Gêneros Exógenos”, engloba os setores privilegiados pelos Grandes Projetos, e que tem como mercado consumidor o exterior.

Tabela 1.1: Participação do ES no VTI da Indústria de Transformação do Brasil - 1960 - 2006

Anos	"Gêneros Exógenos"	"Gêneros Locais"
1960	0,01	0,25
1970	0,04	0,42
1973	0,07	0,42
1974	0,09	0,46
1975	0,12	0,52
1976	0,11	0,52
1977	0,10	0,61
1978	0,13	0,62
1979	0,26	0,58
1980	0,25	0,58
1981	0,26	0,50
1985	0,60	0,61
1996	0,51	0,62
1997	0,64	0,63
1998	0,57	0,67
1999	0,62	0,63
2000	1,07	0,64
2001	0,84	0,47
2002	1,04	0,57
2003	1,13	0,57
2004	1,16	0,51
2005	1,07	0,55
2006	0,89	0,68

Nota: Devido à falta de Censos Industriais após 1985, foram utilizados os dados das PIAs - IBGE, disponíveis a partir de 1996.

Fonte: Pereira (1998) de 1960 a 1985; PIAs - IBGE para os anos posteriores.

Esses dados esboçam, portanto, a formação e a organização da estrutura produtiva capixaba no período e dão condições para que seja explicitado como as condições macroeconômicas nacionais e internacionais influenciaram em seu processo posterior de desenvolvimento, aumentando significativamente a participação dos segmentos ligados ao grande capital. Isso pode ser visto, por exemplo, na elevação da participação dos Gêneros Exógenos (em comparação aos Locais) no VTI brasileiro, principalmente a partir no início do século XXI, cujas causas podem ser explicadas, dentre outros fatores, pelo crescimento da demanda internacional por *commodities* (notadamente o crescimento chinês) e dos investimentos realizados por suas plantas, mas que serão mais bem detalhados ao longo desta dissertação.

Apenas dando continuidade ao apanhado sobre o período, a crise da década de oitenta, especificamente após 1985, trouxe impactos significativos à economia brasileira. Afetou a economia dos estados e de São Paulo, porém, esta última em maior intensidade. No estado do Espírito Santo, seus dois vetores de crescimento também sofreram abalos. O sistema de

incentivos foi prejudicado e a maturação dos investimentos realizados durante o II PND diminuiu a participação do estado no VTI nacional dos segmentos mais tradicionais. Parte dessa perda, contudo, foi compensada pela necessidade nacional de elevação do *drive* exportador e do superávit primário para amortizar os déficits do balanço de pagamentos brasileiro. Isso ocorreu principalmente nos setores intensivos em recursos naturais e intermediários, justamente aqueles que o estado do Espírito Santo havia se especializado.

Em decorrência dos investimentos nas indústrias extrativas, metalúrgicas e de papel e celulose, localizadas na RMGV ou próximas a ela, todas com produção prioritariamente voltada para o mercado internacional, a economia capixaba pode beneficiar-se do ajuste exportador dos anos 1980 e que continuaria na década seguinte. (MACEDO, 2006, p. 95).

O estado do Espírito Santo aproveitou essas “brechas” que a evolução da economia nacional e internacional permitiu e diversificou relativamente sua estrutura produtiva (em relação ao seu passado), mormente sua pauta exportadora. Contudo ela ainda se concentrava em alguns ramos especializados na produção de: produtos alimentares, metalurgia, minerais não-metálicos, química, têxtil e madeira.

Na década de noventa, o Espírito Santo intensificou sua articulação junto ao mercado internacional. A abertura econômica, os incentivos fiscais criados anteriormente, dentre eles o FUNDAP¹⁵ (Fundo para Desenvolvimento das Atividades Portuárias) – criado em 1970, cuja finalidade era ampliar as importações e exportações pelo Porto de Vitória¹⁶, e a valorização cambial ampliaram seu caráter extrovertido e estimularam as atividades ligadas ao comércio exterior e o surgimento das *tradings companies* na RMGV. Ao mesmo tempo em que decresceram os recursos destinados ao sistema GERES/BANDES (para atender aos Gêneros Locais), ganharam expressão os ramos ligados ao grande capital (Gêneros Exógenos) beneficiados também pela desoneração das exportações pela Lei Kandir.

Essa conjunção de fatores alterou expressivamente os vetores básicos de crescimento do Espírito Santo, antes baseado na industrialização, para uma órbita também fundamentada no comércio exterior de mercadorias e inserção competitiva, o que o permitiu crescer acima da média nacional, ainda que num panorama de baixo crescimento econômico do país, como será

¹⁵Para maiores informações sobre o funcionamento do incentivo FUNDAP, ver nota de rodapé nº. 19, consultar o site [www.bandesonline.com.br] ou MACEDO (2002).

¹⁶ Para maiores informações sobre a área de influência do Porto de Vitória, ver CAMPOS NETO (2006).

visto adiante. Da mesma forma, a retomada do crescimento no mercado internacional a partir de 2002 e os investimentos das grandes plantas industriais ressoaram-lhe favoráveis.

Diante dessas considerações, tem-se como meta avaliar nos próximos capítulos como as alterações de política econômica nacional e internacional provocaram rebatimentos sobre os setores da estrutura produtiva capixaba a partir do início da década de noventa. Deste modo, a composição dessa pesquisa contará com quatro capítulos: este primeiro, no qual se procurou apresentar as principais nuances do tema; o segundo, cuja temática engloba o comportamento da agricultura, pecuária e indústria do estado; o terceiro, no qual aborda especificamente o impacto das operações de comércio exterior na estrutura produtiva espírito-santense e os investimentos realizados e potenciais; e finalmente, o quarto capítulo, que tem como escopo analisar o espaço urbano do Espírito Santo, e fazer considerações sobre seu movimento migratório e mercado de trabalho. Após essas colocações, as considerações finais farão uma avaliação geral sobre os resultados da pesquisa.

Capítulo 2 - A estrutura produtiva do estado do Espírito Santo – 1990 - 2005: as principais características, potencialidades de crescimento e deficiências

2.1 Introdução

Este segundo capítulo tem como principal mote o estudo da estrutura produtiva do estado do Espírito Santo no período de 1990 a 2005. Para o melhor entendimento de sua lógica de acumulação e inserção na economia nacional e internacional, serão analisados os setores responsáveis pelas atividades agropecuárias e industriais, sendo que no capítulo seguinte serão passadas em revista as atividades específicas de comércio exterior.

Como já mencionado, o estado do Espírito Santo se integrou tardiamente à dinâmica do mercado interno brasileiro, resultado do processo de desconcentração regional produtiva e industrial, iniciado no final da década de sessenta e início de setenta. Sua industrialização se avolumou nessa fase, quando foi implantado um conjunto de instrumentos públicos destinados ao fomento da indústria local e ao incremento das operações de comércio exterior, e em seguida, a instalação dos Grandes Projetos. Isto colaborou para que a indústria no estado se diversificasse relativamente e estimulasse o atendimento da demanda de seu mercado interno, aumentando a participação dos setores e contribuísse ativamente para sua ascensão no PIB nacional.

No entanto, a crise econômica da década de oitenta interrompeu o ciclo virtuoso de crescimento brasileiro e comprometeu a atuação dos principais vetores de desenvolvimento nacionais, inclusive os capixabas. A necessidade da manutenção e intensificação do esforço exportador nacional incitou a produção e exportação de semi-elaborados, exatamente os principais gêneros constantes da estrutura produtiva do estado. A indústria de grande porte do Espírito Santo se beneficiou desse movimento, enquanto que as pequenas e médias empresas, ligadas aos segmentos do mercado nacional, e anteriormente beneficiadas pelo sistema estadual de fomento, foram afetadas pela crise e apresentaram crescimento mais modesto, conforme demonstrou Macedo (2002).

No entanto, na década de noventa, novamente, a economia espírito-santense se beneficiou dos desdobramentos da macroeconomia nacional e internacional. Apesar do baixo crescimento econômico nacional no período, a desconcentração econômica e produtiva brasileira, após um período de desaceleração durante a década de oitenta, prosseguiu após a instauração do Plano

Real, de maneira especial a partir de 1996-1998, em decorrência de certos determinantes, como o aprofundamento da Guerra Fiscal e a “[...] ‘autonomia’ regional ganha por algumas áreas do país, com a expansão de produção destinada às exportações (notadamente agrícolas e minerais) e à produção energética, como o álcool de cana e petróleo” (CANO, 2008, p. 15-16). E dentre essas áreas encontra-se o estado do Espírito Santo. Esta economia apresentou taxas de crescimento consideráveis para o período e, ao contrário de outras regiões do país, aproveitou as “brechas” que o movimento da economia nacional e internacional lhe proporcionou. Por exemplo, a conjunção dos fatores abertura econômica e valorização cambial, que elevou o patamar das importações brasileiras, e afetou negativamente a maioria dos ramos produtivos da economia nacional¹⁷, beneficiou o estado, pois estimulou a importação de mercadorias pelo porto de Vitória, transformando-o na unidade da federação de maior coeficiente de importação e exportação do país, portanto, com maior extroversão da estrutura produtiva.

Alguns fatores positivos foram, entretanto, decisivos para essa ocorrência: localização geográfica privilegiada, existência de infra-estrutura rodo-ferro-portuária eficiente. e especialmente, intensificação do benefício do FUNDAP¹⁸ – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias – criado em 1970, com o objetivo de promover o incremento das exportações e importações pelo porto da capital através de incentivos fiscais, mas que só na década de noventa efetivamente “ganhou corpo”, graças também ao movimento da macroeconomia. Essas condicionantes foram fundamentais para a propagação das *tradings companies* (sediadas na Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV – especializadas em operações de comércio exterior, na maioria das vezes, beneficiárias FUNDAP), que normalmente importam as mercadorias com o benefício fiscal e as revendem a outras áreas do território nacional.

¹⁷ Ver Cano (1998), Coutinho (1995) e Carneiro (2002).

¹⁸ O FUNDAP é um financiamento para apoio a empresas com Sede no Espírito Santo e que realizem operações de comércio exterior tributadas com ICMS no próprio estado. As empresas industriais que utilizam insumo importado, poderão se habilitar aos financiamentos FUNDAP, criando uma filial especializada em comércio exterior. A condição básica para o financiamento FUNDAP é o fato gerador do imposto e a necessidade do recolhimento. A empresa pode ser uma Ltda. ou S/A. Podem solicitar o registro as empresas de comércio exterior, as quais passarão a ter um limite operacional para operar no sistema. Para a definição do limite, cuja validade é de 12 meses com renovações anuais solicitadas com 60 dias de antecedência, são consideradas as seguintes alternativas: Capital Integralizado, Previsão do Faturamento e Patrimônio de Fiadores. A definição do limite é efetuada de acordo com as normas vigentes. Para maiores informações sobre o mecanismo do benefício, consultar Silva (1993), Pereira (1998) e Macedo (2002, pp. 30 e 104-105) e Manual Operacional do FUNDAP, disponível no site www.bandesonline.com.br.

No âmbito das exportações, as empresas de grande porte beneficiaram-se novamente. A Lei complementar nº 87 de 1996, conhecida como Lei Kandir, isentou do tributo ICMS os produtos e serviços destinados à exportação, inclusive os produtos primários e semi-elaborados, beneficiando assim as empresas exportadoras capixabas. Em contrapartida, como foi visto pela tabela 1.1 do capítulo 1, as empresas ligadas aos setores tradicionais ficaram mais expostas à concorrência internacional, e o aparato público que as sustentavam (o sistema GERES/BANDES) foi afetado negativamente.

Já no início do século XXI, o cenário internacional favorável elevou os preços e a demanda por *commodities* (especialmente estimulado pelo crescimento da economia chinesa) e incitou o crescimento da economia brasileira (especificamente após 2002). Acompanhando esse mesmo movimento, a economia capixaba – com forte presença de atividades ligadas à pelotização, metalurgia, celulose, e recentemente petróleo e gás natural – cresceu e possibilitou às grandes corporações realizar expressivos investimentos em implantação, expansão e modernização de suas plantas e também em infra-estrutura, elevando a participação do Espírito Santo no PIB nacional, como pode ser visualizado pelas tabelas 2.1 e 2.2.

Tabela 2.1 - Participação Relativa no PIB do Brasil – 1985 – 2006 (%)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Anos																					
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
NO	3,8	4,4	4,4	4,4	4,9	4,9	4,7	4,3	5,2	5,1	4,6	4,6	4,4	4,5	4,4	4,6	4,8	5,0	5,0	5,3	5,0	5,1
NE	14,1	14,1	13,1	12,8	12,3	12,9	13,4	12,9	12,8	12,9	12,8	13,2	13,1	13,1	13,1	13,1	13,1	13,5	13,8	14,1	13,1	13,1
SE	60,2	58,6	60,2	60,3	59,4	58,8	58,7	58,8	57,7	57,3	58,7	58,1	58,6	58,2	58,2	57,8	57,1	56,3	55,2	54,9	56,5	56,8
MG	9,6	9,5	9,8	9,7	9,6	9,3	9,5	9,5	9,4	10,0	9,7	10,1	10,0	9,8	9,6	9,6	9,5	9,3	9,3	9,4	9,0	9,1
ES	1,7	1,8	1,5	1,5	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6	1,8	2,0	1,9	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	1,8	1,9	2,0	2,2	2,2
RJ	12,7	11,6	11,1	11,0	10,3	10,9	12,3	12,1	11,8	11,3	11,5	11,1	11,2	11,0	11,7	12,5	12,3	12,6	12,2	12,6	11,5	11,6
SP	36,1	35,7	37,7	38,1	37,8	37,0	35,3	35,5	34,9	34,1	35,5	34,9	35,5	35,5	34,9	33,7	33,4	32,6	31,8	30,9	33,9	33,9
SUL	17,1	17,6	17,3	17,5	18,6	18,2	17,1	18,3	18,4	18,7	17,9	18,0	17,7	17,5	17,7	17,6	17,8	17,7	18,6	18,2	16,6	16,3
CO	4,8	5,4	5,0	5,0	4,8	5,2	6,1	5,7	5,8	6,1	6,0	6,1	6,2	6,8	6,4	7,0	7,2	7,4	7,5	7,5	8,9	8,7
BR	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Contas Regionais, IBGE.

Na tabela acima, verificou-se que essa economia apresentou crescimento em relação ao PIB total, partindo de 1,7% em 1985 para 2,2% em 2006. Apesar de representar uma parcela modesta na geração da riqueza nacional, esta foi ascendente no período e suas taxas médias de crescimento (tabela 2.2) foram superiores às médias nacionais, denotando seu descolamento da dinâmica econômica interna. Vale ainda a pena destacar o crescimento no período de 2000 a 2006, fruto do aquecimento recente da economia mundial e nacional, cujos impactos resultaram

em expansão de investimentos nas atividades produtoras de semi-elaborados no estado, a ser observado no próximo capítulo. Há a necessidade, no entanto, de se fazer a seguinte ressalva: apesar dessa unidade da federação crescer acima da média nacional, tanto o cenário nacional não vinha apresentando altas taxas de crescimento, quanto o ritmo de crescimento de outras unidades também era sustentável, sendo superiores, inclusive, às taxas observadas no Espírito Santo.

Tabela 2.2: PIB - Taxas médias de crescimento do PIB – 1985 – 2004 (%)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	1985/1990	1990/1995	1995/2000	2000/2004	1985/1995	1995/2004	1985/2004
Acre	3,3	3,3	2,5	9,4	3,3	5,9	4,6
Alagoas	-1,8	-1,3	2,8	4,4	-1,6	3,6	1,0
Amazonas	5,7	-0,2	2,6	1,6	2,7	2,1	2,4
Amapá	8,1	4,7	1,0	5,7	6,4	3,3	4,9
Bahia	-1,5	-0,5	3,5	2,1	-1,0	2,8	0,9
Ceará	0,8	4,8	1,9	3,7	2,8	2,8	2,8
Distrito Federal	5,5	6,1	8,1	10,1	5,8	9,1	7,4
Espírito Santo	1,3	4,9	2,0	4,8	3,1	3,4	3,3
Goiás	1,4	2,1	3,8	8,4	1,8	6,1	3,9
Maranhão	3,5	0,8	3,7	9,7	2,2	6,7	4,4
Minas Gerais	1,3	2,1	2,2	2,4	1,7	2,3	2,0
Mato Grosso do Sul	2,3	3,6	2,3	3,8	2,9	3,0	3,0
Mato Grosso	6,1	5,1	6,4	13,2	5,6	9,7	7,6
Pará	8,4	-0,7	0,7	4,9	3,7	2,8	3,2
Paraíba	5,4	0,7	2,8	1,9	3,0	2,3	2,7
Pernambuco	2,3	1,5	2,0	0,4	1,9	1,2	1,6
Piauí	4,7	3,1	2,1	4,5	3,9	3,3	3,6
Paraná	3,5	-0,2	2,6	4,6	1,6	3,6	2,6
Rio de Janeiro	-1,1	2,4	4,1	1,8	0,6	3,0	1,8
Rio Grande do Norte	0,3	1,5	5,4	2,5	0,9	3,9	2,4
Rondônia	2,7	-0,2	4,7	6,2	1,2	5,4	3,3
Roraima	12,8	-7,2	9,5	11,2	2,3	10,3	6,2
Rio Grande do Sul	2,7	1,6	1,0	1,8	2,1	1,4	1,8
Santa Catarina	4,6	0,7	3,5	4,3	2,6	3,9	3,3
Sergipe	-7,1	0,2	2,1	6,8	-3,5	4,4	0,3
São Paulo	2,5	0,3	1,3	3,2	1,4	2,3	1,8
Tocantins		4,9	5,7	17,9		11,7	
BR	2,0	1,2	2,4	3,6	1,6	3,0	2,3

Fonte: Contas Regionais, IBGE.

Isso diagnostica que: “[...] a economia estadual manteve ao longo de sua história uma relação direta com o setor externo, seja no período primário exportador, seja atualmente, quando a dinâmica da economia tornara-se urbano-industrial” (MACEDO, 2002, p. 97), sendo assim, capaz de beneficiá-la nos momentos de bonança internacional, como ocorreu no período recente. Tal comportamento pode ser conferido no seguinte comentário:

A decolagem da economia brasileira a partir de 2003, com o crescimento das exportações de produtos básicos como minério-de-ferro e soja, puxou a recuperação. Com uma boa estrutura de terminais portuários voltados para a exportação, o Espírito Santo decolou. [...] no início de 2003, a Petrobrás anunciou a descoberta de uma série de poços de gás e petróleo na região. Hoje, parte desses poços já está em operação, o que garante ao Estado o posto de segundo maior produtor de petróleo no país – e, claro, o dinheiro dos *royalties* pagos pela Petrobrás. Muitos analistas consideram que o Espírito Santo vive hoje o melhor período econômico de sua história. Há uma explosão de investimentos públicos e privados na região. A Companhia Vale do Rio Doce se associou à siderúrgica chinesa *Baosteel* para construir uma usina no sul do Estado. A própria Vale, a *Arcelor-Mittal* Tubarão, a Samarco Mineração e a Aracruz Celulose vão ampliar suas instalações. A combinação desses fatores fez a arrecadação do Espírito Santo disparar (Revista Época, RICARDO MENDONÇA, 19/05/2008, p. 12).

De acordo com a tabela 2.3, em que foi analisada a participação capixaba no Valor Agregado Bruto (VAB) brasileiro ao longo do período, podem ser identificados três fenômenos principais: i) queda substancial na atividade agropecuária estadual, de 3,0% para 0,9%, reflexo da diminuição de participação desse segmento em relação aos demais, mas, principalmente, o fato de o Espírito Santo não ser fronteira agrícola; ii) elevação da indústria de transformação do Espírito Santo, consequência das oportunidades de crescimento mencionadas anteriormente e dos investimentos de ampliação da capacidade produtiva realizados principalmente em siderurgia e celulose; iii) e finalmente, o crescimento dos ramos de construção civil, transportes e armazenagem; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, resultado da concentração na RMGV das atividades especializadas em operações de comércio exterior, que por sua vez, demandaram investimentos nessas áreas e movimentaram esses segmentos, reforçando a centralidade urbana da área metropolitana.

Tabela 2.3: Participação do estado do Espírito Santo no Valor Adicionado Bruto (VAB) do Brasil, por Atividade Econômica - 1985 - 2004 (%)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Agropecuária	3,0	3,8	1,6	2,1	2,5	1,2	1,4	1,4	1,5	1,9	1,9	2,2	1,7	1,9	1,7	2,1	1,1	0,8	0,6	0,9
Indústria Extrativa Mineral	2,0	1,9	2,0	2,0	1,7	1,9	1,8	1,6	1,4	1,5	1,6	1,5	1,4	2,2	1,1	0,8	0,8	0,7	0,9	0,8
Indústria de Transformação	1,3	1,3	1,4	1,3	1,3	1,4	1,5	1,7	1,5	1,4	1,5	1,6	1,5	1,5	1,7	1,7	1,7	1,8	1,9	2,0
Eletricidade, Gás e Água	0,9	0,9	0,9	0,8	1,1	0,8	1,0	0,8	0,9	0,7	0,8	0,9	1,0	0,9	0,8	0,8	0,7	0,5	0,5	0,3
Construção Civil	1,8	2,1	1,7	2,0	2,4	2,1	2,4	2,8	2,5	2,4	2,6	2,5	2,6	2,3	2,2	2,2	2,3	2,3	2,3	2,2
Comércio e Reparação de Veículos e de Objetos Pessoais e de Uso Doméstico	2,0	2,2	2,0	2,1	1,8	1,9	2,1	2,1	2,1	2,2	2,1	2,1	2,1	2,2	2,2	2,3	2,0	2,2	2,1	2,2
Alojamento e Alimentação	1,4	1,5	1,4	1,4	1,8	1,6	1,5	1,2	1,3	1,4	1,5	1,6	1,6	1,5	2,0	1,8	1,5	1,7	1,7	1,8
Transportes e Armazenagem	4,1	3,5	3,2	3,1	3,6	4,0	4,1	3,9	3,9	4,6	5,6	5,2	5,7	5,6	5,6	5,4	5,7	5,0	4,9	4,8
Comunicações	0,7	0,6	0,8	0,8	1,1	0,8	0,8	0,8	0,8	1,0	1,0	1,1	1,2	1,2	1,3	1,6	1,7	2,0	2,2	2,0
Intermediação Financeira	0,8	0,8	0,8	0,8	0,5	0,6	0,5	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	1,2	1,0	0,9	1,0	1,1
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	1,5	1,2	1,2	1,1	0,8	0,9	1,4	1,5	1,4	1,3	1,2	1,3	1,4	1,5	1,5	1,6	1,8	1,8	1,8	1,8
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	1,3	1,4	1,3	1,4	1,4	1,4	1,6	1,5	1,5	1,8	1,8	1,9	1,8	1,8	1,8	1,7	1,7	1,7	1,7	1,9
Saúde e Educação Mercantis	1,8	1,9	1,6	1,5	1,4	1,7	1,5	1,4	1,5	1,6	1,7	1,6	1,6	1,6	1,8	1,7	1,7	1,8	1,8	1,9
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	1,1	0,9	1,1	1,0	1,5	1,7	1,8	2,0	2,3	2,4	2,3	2,6	2,5	2,7	2,7	2,5	2,7	2,7	2,7	2,8
Serviços Domésticos	1,2	1,4	1,2	1,2	1,4	1,3	1,5	1,6	1,4	1,3	1,2	1,7	1,5	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6	1,6
Total	1,6	1,8	1,4	1,5	1,4	1,4	1,6	1,5	1,4	1,6	1,7	1,8	1,7	1,7	1,8	1,8	1,7	1,7	1,7	1,8

Fonte: Contas Regionais do Brasil - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Aqui foram lançados alguns dos temas que deverão ser tratados mais especificamente neste e no próximo capítulo. Neste capítulo, serão passadas em revista as seguintes questões: considerando os macro-setores agropecuário e industrial, quais os ramos que alçaram maior crescimento econômico no estado? De que forma os instrumentos fiscais contribuíram para a realização de investimentos nesse estado? Quais as possibilidades de encadeamentos setoriais nessa unidade da federação? E finalmente, quais suas principais deficiências? E no próximo capítulo analisaremos os dados referentes ao comércio exterior capixaba.

Portanto, além desta primeira seção, o capítulo será dividido em mais três itens: o segundo relativo ao setor agropecuário, nos quais serão ponderados seus principais tópicos e espacializadas as informações, de acordo com as Mesorregiões e Microrregiões de Planejamento do estado; a terceira referente à indústria (esta seção será subdividida em duas subseções, sendo que a primeira versará sobre a indústria extrativa e a segunda sobre a indústria de transformação) e finalmente, a quarta e última seção, apresentar as conclusões do capítulo.

2.2 A dinâmica agropecuária do estado do Espírito Santo

O Espírito Santo é tradicionalmente conhecido pelo seu binômio histórico a favor de pequena propriedade e trabalho familiar. Conforme literatura já citada, o estado conheceu a transição do trabalho compulsório para o livre por meio das políticas de imigração do século XIX, reforçado uma estrutura fundamentada basicamente no trabalho em parceria e em pequenos estabelecimentos. A maior parte das pequenas propriedades especializou-se na produção do café, fazendo deste o principal produto da economia da região, da segunda metade do século XIX até o início da década de sessenta do século XX.

Ao final desse período, o desenvolvimento da pecuária, o fechamento da fronteira agrícola ao norte no território e a queda internacional no preço do café levaram à implantação da política de Erradicação dos Cafezais, o que abalou profundamente a estrutura de acumulação daquela economia. Desses movimentos sucedeu-se a expulsão de grande parte da mão-de-obra sediada no campo em direção à capital e seu entorno, estimulando a concentração populacional nessa região. Ademais, a modernização da agropecuária durante a década de oitenta, de forma abrupta, afetou negativamente também a agricultura familiar, alterando significativamente suas nuances.

Tanto a crise na estrutura produtiva e na reprodução da agricultura familiar, deflagrada na década de 1960 e que culminou com a erradicação do café, quanto a modernização da agricultura, delinearam mudanças expressivas na estrutura fundiária estatal, as quais expressam-se por meio do movimento crescente de concentração da propriedade da terra. (BERGAMIM, 2006, p. 121).

De acordo com Cano (2008), a evolução da participação do Espírito Santo no PIB Agropecuário de 1980 a 1985 se elevou de 2,1% para 3,0% (tabela 2.4), fruto da recuperação da atividade cafeeira, além da expansão da produção animal e de madeira. Entretanto, esse comportamento se reverteu, passando para uma trajetória descendente, e atingindo em 2004 0,9% do PIB Agropecuário. Esses dados refletem a queda significativa na participação da agropecuária capixaba no total nacional, além dos efeitos cadentes do café no início do século XXI.

Tabela 2.4: PIB Agropecuário: participação regional – 1980-2004

(%)

	1980	1985	1989	1995	2000	2004
NO*	5,0	5,8	10,9	8,6	7,7	6,9
NE	19,5	20,4	19,4	19,2	16,4	14,3
MG	16,3	14,7	14,9	11,3	10,9	8,7
ES	2,1	3,0	2,5	1,9	2,1	0,9
RJ	2,0	1,4	1,7	1,4	1,2	0,8
SP	14,2	18,0	14,4	21,5	18,2	21,3
PR	11,7	12,7	8,5	6,4	10,9	12,0
SC	5,2	5,2	8,1	6,3	7,1	5,7
RS	12,6	11,3	13,4	13,9	12,5	14,1
CO*	11,4	7,5	6,1	9,6	13,0	15,3
DF	0,0	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1

Nota: *NO: inclui TO a partir de 1990. CO: inclui TO de 1985 a 1990; exclui DF.

Fonte: *apud* Cano (2008).

Conforme tabela 2.5 (de acordo com as informações para os anos entre 1970 a 1996), apesar da defasagem dos dados¹⁹, verificou-se que a produção física vegetal se elevou principalmente para a atividade produtora de cana-de-açúcar, e de café em coco²⁰. Quanto aos demais produtos, como laranja, feijão, milho e mandioca, constantes da demanda básica da população, houve queda na participação na produção total vegetal estadual²¹. Quando analisada a área colhida, constatou-se sua diminuição para a maioria dos produtos, inclusive nos anteriormente mencionados. Já nas áreas referentes principalmente à produção de cana-de-açúcar houve acréscimo na área colhida de 85,9%, ressaltando a consistente evolução do volume dessa atividade no estado. Em segundo lugar, vem a produção cafeeira, que, mesmo padecendo com a queda internacional do preço durante os primeiros anos do século XXI, pôde se recuperar e elevar sua área colhida em 129,4%.

¹⁹ Devido ao fato de na versão preliminar do Censo de 2006 não constar os valores referentes à produção física vegetal e ao valor de produção por produto

²⁰ Deve ser ressaltado, no entanto, que a quantidade produzida desta atividade cresceu significativamente de 1990 a 2001, partindo de 436.280 toneladas para 962.556 toneladas. Entretanto, a queda internacional de seu preço, principalmente nos anos de 1999 a 2004, fez a produção encolher, recuperando-se apenas em 2006, quando alcançou o patamar de 547.767 toneladas colhidas (acima, portanto, do obtido em 1990).

²¹ Apesar do crescimento intenso verificado para os produtos soja e trigo, deve-se destacar que sua produção no estado é mínima e, portanto, um simples aumento, acabou se refletindo em altas taxas percentuais. A título de informação, a produção de trigo em 1970 foi de 2 toneladas e a de soja foi de 1 tonelada. Em 1996, a produção desses produtos foi de 10 e 7 toneladas apenas, respectivamente.

Tabela 2.5: Produção e variação da produção física vegetal e área colhida do ES – 1970 - 1996 (%)

Tipo de produção vegetal	Produção física vegetal			Área colhida		
	1970	1996	1996/1970	1970	1996	1996/1970
Café em coco (Tonelada)	174.496	665.728	281,5	190.596	437.143	129,4
Cacau (amêndoa) (Tonelada)	5.889	6.165	4,7	20.126	18.541	-7,9
Laranja (Mil frutos)	162.862	124.885	-23,3	2.909	2.790	-4,1
Uva (Tonelada)	72	10	-86,1	47	2	-95,7
Algodão em caroço (Tonelada)	417	1	-99,8	1.571	1	-99,9
Arroz em casca (Tonelada)	44.201	16.946	-61,7	50.813	12.389	-75,6
Cana-de-açúcar (Tonelada)	455.499	1.782.898	291,4	20.797	38.665	85,9
Feijão em grão (Tonelada)	20.946	5.714	-72,7	68.930	11.827	-82,8
Fumo em folha (Tonelada)	50	2	-96,0	-	4	-
Mandioca (Tonelada)	249.556	155.391	-37,7	31.840	19.666	-38,2
Milho em grão (Tonelada)	162.204	75.300	-53,6	184.981	54.768	-70,4
Soja em grão (Tonelada)	1	7	600,0	3	13	333,3
Trigo em grão (Tonelada)	2	10	400,0	5	4	-20,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário.

Segundo dados preliminares do Censo de 2006, verificou-se (tabela 2.6) o afirmado anteriormente: a queda na área total utilizada (ha) no estado, especificamente a partir de 1985, para os três tipos de utilização das terras: lavoura, pastagens e matas e florestas. Já pelo efetivo de animais visualizou-se elevação significativa de bovinos que, apesar da queda entre 1975 e 1980, de 1970 a 2006 cresceu 26%, explicitando a ascendência dessa atividade, juntamente com a produção canavieira e de silvicultura (tabela 2.7), em relação às demais.

Tabela 2.6: Utilização e variação da área agrícola total do ES e seus efetivos de animais – 1970 - 2006 (%)

	1970	1975	1980	1985	1995	2006	1970/2006
Área total (ha)	3.759.359	3.838.841	3.798.226	3.895.426	3.488.725	2.780.274	-26,0
Utilização das terras (ha)							
Lavouras (1)	693.539	653.998	808.261	1.071.950	828.522	926.364	33,6
Pastagens (2)	1.829.975	2.130.563	1.978.794	1.879.617	1.821.069	1.316.403	-28,1
Matas e florestas (3)	680.048	538.016	581.322	556.059	544.597	475.096	-30,1
Efetivo de animais							
Bovinos	1.386.809	2.104.159	1.844.025	1.759.823	1.788.748	1.789.518	29,0
Bubalinos	323	536	748	820	860	952	194,7
Caprinos	22.790	19.572	12.295	13.134	14.252	10.427	-54,2
Ovinos	11.394	11.852	10.980	20.380	26.913	33.222	191,6
Suínos	489.469	522.366	432.391	434.578	266.238	227.841	-53,5
Aves (galinhas, galos, frangas e frangos) (1 000 cabeças)	4.223	5.095	7.363	6.663	7.629	22.180	425,2

Nota: Lavoura permanente somente foi pesquisada a área colhida para os produtos com mais de 50 pés em 31.12.2006.

(1) Lavouras permanentes, temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte. (2) Pastagens naturais, plantadas (degradadas e em boas condições). (3) Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais, florestas com essências florestais e áreas florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais. (4) Em 1995-1996 o pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor que trabalhavam no estabelecimento e recebiam salários foram incluídas como empregados contratados sem laço de parentesco com o produtor.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970/2006.

Tabela 2.7: Participação relativa dos estados selecionados na quantidade produzida na silvicultura - madeira em tora para papel e celulose – 1990 - 2006 (%)

	Anos																
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Pará	3,1	2,7	2,4	4,1	3,7	2,7	4,7	0,3	3,8	3,7	2,6	3,3	3,2	3,0	3,4	2,7	2,7
Amapá	1,1	0,8	0,7	0,7	0,5	0,6		3,5	3,3	3,3	2,6	2,7	2,9	2,9	3,9	0,3	0,3
Piauí							0,0	0,0	0,0	0,0	0,3		0,4	0,1			
Bahia	0,4	1,0	4,2	4,6	4,3	5,4	6,7	8,1	14,9	13,9	24,9	12,5	11,8	12,6	11,5	21,9	13,8
Minas Gerais	3,6	4,0	4,6	3,9	3,6	3,7	7,0	6,7	6,7	9,5	6,3	7,5	6,0	7,7	7,0	6,6	6,4
Espírito Santo	5,0	8,9	10,5	8,5	11,9	10,5	14,4	9,7	7,1	7,6	9,9	11,4	12,2	9,6	8,5	8,6	9,6
Rio de Janeiro	0,3	0,0	0,5	0,1	0,1	0,0									0,0	0,2	0,2
São Paulo	35,8	30,5	26,3	24,0	17,7	18,3	28,7	30,3	30,8	31,3	26,1	27,5	29,3	26,9	32,0	28,5	35,6
Paraná	37,1	34,7	34,0	35,0	29,0	33,5	18,8	22,7	17,9	13,9	10,6	13,2	11,4	15,0	13,6	13,7	15,1
Santa Catarina	8,9	13,1	11,9	13,5	25,0	22,3	16,4	13,8	11,2	12,7	12,2	14,5	14,3	12,3	13,6	11,0	11,6
Rio Grande do Sul	3,7	2,8	3,9	4,8	3,6	2,9	3,4	4,8	4,2	4,1	4,5	6,4	7,0	7,2	4,0	4,7	4,3
Mato Grosso do Sul	1,1	1,4	1,1	0,9	0,7							0,9	1,3	2,6	2,4	1,7	0,3
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: As Unidades da Federação, mesorregiões, microrregiões e municípios sem informação para pelo menos um produto da silvicultura em pelo menos um ano da pesquisa não aparecem nas listas.

Fonte: IBGE – Silvicultura.

Há que se destacar a expressiva participação do estado capixaba na silvicultura, especificamente na produção de madeira para papel e celulose. A Aracruz Celulose, fundada em

1978²², localizada em Barra do Riacho, detém um complexo industrial, composto por três fábricas (Fábricas A, B e C), que utilizam a infra-estrutura e logística de transporte existente para a exportação de maior parte de sua produção. Com a inauguração da planta produtiva B em 1991, a Modernização das Fábricas A e B em 1997 e a inauguração de sua nova planta C em 2002, constatou-se o crescimento da participação relativa do Espírito Santo na produção de madeira para papel e celulose nacional nos anos subseqüentes aos novos projetos. Entretanto, deve-se considerar também que seu raio de influência não se restringe ao próprio estado, já que a empresa detém outras duas unidades, em Guaíba - RS (450 mil t) e Veracel - BA (450 mil t) ²³, repercutindo no desempenho desses estados na participação nacional.

Dessa forma, a importância das atividades pecuaristas, canavieira e silvicultura tem contribuído para um movimento gradual de concentração fundiária no estado, alterando de forma expressiva sua peculiar organização produtiva, baseada na agricultura familiar. É importante enfatizar que esta ainda é uma estrutura muito desconcentrada, se comparada às demais áreas brasileiras, contudo deve-se avaliar que essas atividades detêm a maior parte do valor de produção e quantidade produzida no estado atualmente. Conforme Bergamim (2006), de 1972 a 1992 o estado do Espírito Santo passou por dois movimentos distintos de concentração fundiária.

²² Cabe registrar que desde 1967, quando implantou a Aracruz Florestal, essa empresa atua no estado capixaba. À época, aproveitou-se da queda dos preços da terra – resultado da erradicação dos cafezais – e dos programas de incentivo ao reflorestamento criados pelo governo federal. Além da Aracruz Florestal, desde 1956 a Vale já atuava nessa área, quando adquiriu a Reserva Florestal de Linhares do governo estadual, com área de 23 mil hectares.

²³ A Fábrica A foi inaugurada em 1978, com capacidade produtiva de 450.000t/ano, dividida em duas linhas de produção. Em 1991, entrou em operação a Fábrica B, que também possui duas linhas, produzindo 550.000t/ano, elevando a capacidade nominal de produção da Aracruz para 1.000.000t/ano.

No ano de 1997 a Aracruz realizou um grande projeto de modernização das Fábricas A e B elevando a capacidade total do complexo para 1,3 milhão de t/ano (550.000t/ano na Fábrica A e 750.000t/ano na Fábrica B). O projeto, concluído em 1997, expandiu a capacidade instalada de produção em 20%. Os investimentos envolveram a implantação de novos equipamentos e sistemas e modificações em unidades já existentes, incluindo a instalação de uma terceira caldeira de recuperação, uma nova linha de caustificação e uma nova planta de evaporação. Na Fábrica A foram efetuadas modificações no digestor e no sistema de coleta de gases odorosos, introduzida a deslignificação por oxigênio e adotado um sistema digital de controle distribuído, em substituição à instrumentação pneumática. Na Fábrica B o objetivo principal foi aumentar a capacidade, incluindo nova linha de picagem e seleção de cavacos, melhorias no sistema de cozimento e nos processos de branqueamento e secagem. Em agosto de 2002, foi inaugurada a Fábrica C, com 700.000t/ano de capacidade anual, elevando a produção total da Aracruz para 2.000.000t/ano.

A Unidade Barra do Riacho tem capacidade nominal para produzir anualmente 2,3 milhões de toneladas de celulose branqueada de eucalipto. A Unidade Guaíba, localizada no município de Guaíba (RS), opera uma fábrica com capacidade nominal de 450 mil toneladas anuais de celulose, de alta tecnologia e igualmente dotada de avançados recursos de proteção ambiental. A unidade destina parte desse volume à produção de cerca de 50 mil toneladas anuais de papel para imprimir e escrever, basicamente destinadas ao mercado doméstico. Um terceiro complexo fabril - a Veracel Celulose, com capacidade nominal de 900 mil toneladas anuais de celulose - está situado no município de Eunápolis, no sul da Bahia. Para maiores informações, consultar Pereira (1996) ou o site da própria empresa: [www.aracruz.com.br]

O primeiro, entre 1960 e 1980, ocorreu nos estabelecimentos com menos de 100ha, que encolheram em relação aos estratos acima de 100 ha. No entanto, após 1980 foram os estabelecimentos com menos de 100 ha que elevaram sua área em relação aos estabelecimentos acima de 100 ha. Apesar de similares, esses movimentos teriam sido, na primeira etapa, mais intensos nos dois extremos dos grupos de área: redução de área nos estabelecimentos com menos de 50 ha e acréscimo naqueles acima de 500 ha. Já na segunda etapa esses efeitos se manifestaram mais intensamente sobre os estabelecimentos com menos de 50 ha, em detrimento dos outros estratos que perderam áreas cultiváveis (excetuando-se a faixa dos estabelecimentos acima de 10 mil ha).

Tabela 2.8 - Espírito Santo: Área média dos estabelecimentos agropecuários- 1960 - 1995/96

Grupos de Área (ha)	1960	1970	1975	1980	1985	1995
1-- 10	6,1	5,6	5,7	5,5	5,1	5,1
10--20	14,3	14,7	14,6	14,8	14,4	14,5
20--50	31,3	31,8	32,0	32,1	31,5	31,7
50--100	66,2	68,4	68,3	69,0	68,1	69,0
100--500	171,0	182,0	186,7	190,3	190,4	194,8
500--1000	658,3	671,3	754,2	690,2	682,2	677,4
1000--10000	1.845,6	1.738,8	1.776,7	1.846,5	1.661,0	1.900,9
< 10000	16.666,7	17.518,0	23.028,6	23.011,4	37.851,5	32.921,4
Total	52,8	53,2	64,0	64,0	55,5	47,7

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/ES: 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96. Elaboração Bergamim (2006, p. 132).

Ademais, a agricultura capixaba passou a utilizar um número maior de máquinas e tecnologias (assistência técnica, uso de energia elétrica, adubos corretivos e práticas para a conservação do solo e número de tratores, conforme tabela 2.9), cujos resultados reforçaram sua mecanização e conseqüentemente, o movimento de expulsão de mão-de-obra do campo em direção aos centros urbanos, inchando-os, como será observado no último capítulo. Devido à versão preliminar do Censo de 2006 não mencionar o uso específico de cada uma dessas técnicas, não foi possível até o presente momento completar essa série. Entretanto, seguindo a mesma tendência ascendente observada para o número de tratores (que passou de 9.079 em 1985 para 12.360 em 2006), pode-se presumir seu incremento tecnológico.

Tabela 2.9: Espírito Santo – Uso de tecnologia aplicada – 1985-2006

(%)

Atividade Econômica	1985	1995/96	2006
Estabelecimentos informantes de assistência técnica (informantes)	10898	14.987	-
Energia Elétrica	26071	56.487	-
Estabelecimentos informantes para métodos de irrigação	10596	14.764	-
Estabelecimentos informantes para adubos corretivos	43638	52.322	-
Estabelecimentos informantes de práticas de conservação do solo	31407	32.642	-
Tratores	9.079	10.995	12.360

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/ES: 1985, 1996 e 2006 (versão preliminar). Elaboração Própria.

Dessa forma, apesar das atividades produtoras de cana-de-açúcar, silvicultura e pecuária terem se avolumado e concentrado terras e recursos, não devem ser esquecidas as quedas na participação no PIB Agropecuário nacional no período (tabela 2.4) e na área total utilizada. Esse comportamento responde, enfim, a uma conjunção de fatores, desde a própria diminuição da participação das demais atividades agrícolas no estado, quanto do próprio avanço de outras regiões brasileiras, como Centro-Oeste, Sul e Norte, que cresceram a taxas maiores. E ainda, deve-se sublinhar que a própria condição do plantio na região capixaba é muitas vezes desfavorável, tanto pela declividade de seus terrenos, quanto pela escassa extensão que o impede de avançar com a produção, como nas demais regiões, pela Agricultura Itinerante. Todavia, para um melhor entendimento da questão da agricultura capixaba no período recente, há a necessidade de espacializá-la. Isso será feito a partir daqui, com a adoção da divisão do estado em quatro Mesorregiões e em doze Microrregiões de Planejamento, conforme lei 5.120 de 01/12/1995²⁴.

Com base nos dados da Pesquisa Anual por Municípios – PAM – do IBGE, a tabela 2.10 permite identificar os produtos que no estado, entre 1990 a 2006, apresentaram crescimento relativo: cana-de-açúcar, mamão, café, coco-da-baía, tomate, banana e mandioca. Muitas dessas atividades constam do agronegócio capixaba e tiveram relativo apoio do governo estadual (como o órgão de pesquisa agrícola – INCAPER) para o crescimento da safra e melhoria na qualidade de suas exportações. Cabe registrar, entretanto, que as atividades produtoras de coco-da-baía e mamão, apesar de apresentarem certo crescimento relativo, em termos absolutos ainda são bem menores aos totais produzidos pelas atividades canavieira, de silvicultura e cafeeira. Os demais

²⁴ Sobre a agregação feita para esses dados, consultar Apêndice Metodológico.

produtos apresentaram menores taxas de crescimento, e de forma muito mais regionalizada, como será visto.

Já as outras atividades, como arroz, batata-inglesa, feijão, milho, laranja e tangerina, alimentos constantes da cesta básica, perderam participação e foram sendo substituídas pelas atividades de maior porte. Isso certamente contribuiu para a menor participação do estado no PIB Agropecuário nacional (tabela 2.4), e nos resultados negativos de área colhida, plantada e valores totais de produção. Ademais, colaborou para a diminuição da agricultura do tipo familiar em favor de uma estrutura mais concentradora de terras e de capital.

Tabela 2.10: Taxa média de crescimento dos principais produtos da lavoura do Espírito Santo, por Microrregiões Administrativas – 1990 - 2006 (%)

Produtos	Anos			
	1900/1996	1996/2001	2001/2006	1990/2006
Arroz	-18,1	-12,2	-8,2	-13,3
Batata-inglesa	-11,1	7,5	-2,3	-2,9
Cana-de-açúcar	8,4	0,4	11,1	6,7
Feijão	-12,5	-9,0	-2,6	-8,4
Mandioca	-2,9	-0,5	4,5	0,1
Milho	-4,9	-3,7	-7,3	-5,3
Tomate	12,2	-7,4	5,9	3,8
Banana	-1,5	51,6	5,5	15,1
Cafê	6,1	9,1	-10,7	1,4
Coco-da-baía	43,2	37,0	3,4	27,6
Laranja	5,4	-30,4	-5,2	-10,4
Mamão	-1,6	11,1	12,3	6,5
Tangerina	11,6	-21,9	-1,2	-3,9

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Elaboração própria.

Para um estudo mais aprofundando da agricultura capixaba foi necessário regionalizar os dados (tabelas 2.11, 2.12 e 2.13), de acordo a lei 5.120 de 01/12/1995, nos quais os 78 municípios do estado foram agrupados em quatro Mesorregiões e doze Microrregiões de Planejamento²⁵. Observa-se que a Mesorregião Central foi a que concentrou a maior parte da área plantada, área colhida e, também parcela significativa do valor de produção gerado. Já as Mesorregiões

²⁵ As Mesorregiões de Planejamento são: Central, Norte, Noroeste e Sul. A Mesorregião Central engloba as Microrregiões: Metropolitana, Pólo Linhares, Metrópole Expandida Sul, Central Serrana e Sudoeste Serrana. A Mesorregião Norte: Litoral Norte e Extremo Norte. A Mesorregião Noroeste: Pólo Colatina, Noroeste 1, Noroeste 2 e a Mesorregião Sul: Pólo Cachoeiro e Caparaó. Para maiores detalhes sobre os municípios constituintes, consultar o Apêndice metodológico.

Noroeste e Sul concentraram pouco mais de 20% cada das áreas plantada e colhida do estado, apesar da leve tendência de queda para cada uma das regiões quanto a essas variáveis, tendência, aliás, já mencionada ao nível estadual. Entretanto, os comportamentos dos valores de produção foram destoantes, sendo que a primeira obteve crescimento ao longo do período, fruto do crescimento nessa região das atividades produtoras de cana-de-açúcar, café e mamão além do crescimento nas atividades produtoras de feijão, arroz, milho e banana (especialmente na região Noroeste 2). Destacou-se, também, a queda significativa na produção de laranja nessa área.

Já na região Sul, a queda na participação do valor de produção foi certamente causada pelo declínio do principal produto do estado, o café, resultado da queda internacional do preço dessa *commoditie*, cuja participação decaiu de 31% em 1990 para 21,3% em 2006, além da queda nas produções de tangerina, laranja, coco-da-baía e batata-inglesa.

E finalmente, a região Norte foi aquela cujas áreas plantadas e cultivadas foram as menores do estado, mas que, no entanto, tiveram sua parcela no valor de produção praticamente dobrado. Tal ocorrência pode ser explicada pelo crescimento expressivo na região das atividades produtoras de cana-de-açúcar, silvicultura, coco-da-baía e mamão.

Tabela 2.11: Participação relativa das Microrregiões Administrativas do ES em área plantada, área colhida e valor de produção da área colhida - 1990 - 2006 (%)

Microrregiões	Área plantada					Área colhida					Valor de produção				
	1990	1996	2001	2005	2006	1990	1996	2001	2005	2006	1990	1996	2001	2005	2006
Metropolitana	1,4	1,7	1,8	2,0	2,1	1,4	1,7	1,7	2,0	2,1	3,9	1,6	1,7	1,6	1,7
Pólo Linhares	13,2	13,8	12,9	14,3	14,5	13,2	13,9	12,9	14,3	14,5	14,5	12,5	17,9	15,9	16,2
Metrópole Expandida Sul	3,9	4,6	4,1	4,0	4,1	3,9	4,6	4,1	4,0	4,1	8,9	7,4	3,3	5,0	3,9
Central Serrana	8,8	8,5	8,6	7,7	8,0	8,8	8,5	8,6	7,7	8,0	13,2	9,6	11,2	7,9	8,5
Sudoeste Serrana	11,1	11,2	10,5	10,5	10,5	11,2	11,2	10,5	10,5	10,5	12,1	14,9	10,0	9,9	8,6
Central	38,5	39,9	37,8	38,6	39,1	38,6	39,9	37,8	38,6	39,1	52,6	46,0	44,0	40,3	38,8
Litoral Norte	7,4	8,6	7,7	8,7	9,0	7,3	8,6	7,7	8,7	9,0	8,3	8,6	11,5	10,6	11,4
Extremo Norte	4,2	2,8	3,7	4,3	4,4	4,1	2,8	3,7	4,3	4,4	5,3	2,7	9,9	15,1	12,8
Norte	11,5	11,3	11,4	13,0	13,4	11,4	11,3	11,4	13,0	13,4	13,6	11,3	21,4	25,7	24,2
Pólo Colatina	10,9	10,3	9,4	8,4	8,3	11,0	10,3	9,4	8,4	8,3	6,2	6,6	5,0	5,0	5,6
Noroeste 1	7,2	7,5	6,7	6,6	5,3	7,3	7,5	6,7	6,6	5,3	4,0	4,5	3,7	4,0	4,0
Noroeste 2	9,1	7,9	10,6	11,0	11,3	9,1	7,9	10,6	11,0	11,3	5,2	5,9	8,5	8,8	10,0
Noroeste	27,2	25,7	26,7	26,0	24,8	27,4	25,7	26,7	26,0	24,8	15,4	17,0	17,3	17,8	19,7
Pólo Cachoeiro	11,0	11,1	10,2	10,3	10,0	10,8	11,1	10,2	10,3	10,0	7,8	12,1	6,8	7,9	8,0
Caparaó	11,8	12,0	14,0	12,2	12,6	11,9	12,0	14,0	12,2	12,6	10,6	13,5	10,5	8,3	9,3
Sul	22,8	23,1	24,1	22,5	22,6	22,7	23,1	24,1	22,5	22,6	18,4	25,6	17,3	16,2	17,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Elaboração própria.

Tabela 2.12: Participação relativa dos principais produtos da lavoura do ES, por Mesorregiões e Microrregiões – 1990 (%)

Microrregiões	Arroz	Batata-inglesa	Cana-de-açúcar	Feijão	Mandioca	Milho	Tomate	Banana	Cafê	Coco-da-baía	Laranja	Mamão	Tangerina
Central													
Metropolitana	1,5	0,0	0,8	1,0	3,5	0,6	1,2	17,7	0,6	6,3	7,9	4,5	12,0
Pólo Linhares	5,5	0,0	25,7	17,6	9,7	7,2	0,1	7,8	15,6	17,3	8,7	37,5	0,0
Metrópole Expandida Sul	1,5	1,9	8,5	1,5	8,4	0,8	1,3	42,3	1,3	3,9	11,8	0,0	14,6
Central Serrana	5,1	2,1	2,7	8,5	3,9	11,5	39,3	11,4	13,2	3,6	10,2	0,2	12,1
Sudoeste Serrana	5,5	78,9	1,5	14,8	2,9	20,3	36,5	6,5	10,1	0,4	6,8	0,3	6,1
Subtotal	19,1	82,9	39,2	43,3	28,5	40,5	78,4	85,7	40,7	31,5	45,4	42,4	44,8
Norte													
Litoral Norte	0,5	0,0	46,0	18,1	17,9	4,8	0,0	0,1	4,1	17,0	7,6	30,9	0,0
Extremo Norte	0,8	0,0	5,3	20,0	31,2	7,3	0,0	0,0	2,6	4,9	3,8	23,6	0,0
Subtotal	1,4	0,0	51,3	38,2	49,1	12,2	0,0	0,1	6,8	21,9	11,4	54,6	0,0
Noroeste													
Pólo Colatina	21,7	0,0	0,5	3,3	2,6	14,9	5,8	1,0	8,8	6,4	5,5	0,3	5,7
Noroeste 1	28,9	0,0	0,5	4,1	5,0	5,9	0,6	1,2	3,8	6,9	6,3	0,1	12,2
Noroeste 2	14,4	0,0	5,0	2,2	7,1	3,7	0,6	1,4	8,8	29,6	6,9	2,5	5,1
Subtotal	65,0	0,0	6,0	9,7	14,7	24,5	7,0	3,6	21,4	42,9	18,7	2,9	23,0
Sul													
Pólo Cachoeiro	7,6	4,6	3,0	1,9	6,1	6,8	7,4	8,9	13,9	3,1	17,2	0,1	20,6
Caparaó	6,9	12,6	0,5	6,9	1,7	16,1	7,2	1,6	17,1	0,6	7,2	0,0	11,6
Subtotal	14,5	17,1	3,5	8,8	7,7	22,8	14,6	10,5	31,0	3,7	24,5	0,1	32,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Elaboração própria.

Tabela 2.13: Participação relativa dos principais produtos da lavoura do ES, por Mesorregiões e Microrregiões – 2006 (%)

Microrregiões	Arroz	Batata-inglesa	Cana-de-açúcar	Feijão	Mandioca	Milho	Tomate	Banana	Cafê	Coco-da-baía	Laranja	Mamão	Tangerina
Central													
Metropolitana	0,3	0,0	0,8	1,1	3,1	0,8	0,2	12,6	1,4	3,1	6,8	0,0	12,2
Pólo Linhares	0,9	0,0	21,0	17,8	14,5	15,0	0,8	3,7	16,9	9,4	44,9	12,9	5,9
Metrópole Expandida Sul	0,0	0,7	13,7	1,9	12,3	0,8	3,0	26,6	2,5	2,4	3,3	0,0	0,2
Central Serrana	5,2	23,2	1,1	14,9	3,7	21,4	32,6	19,4	9,3	0,9	8,6	1,1	37,6
Sudoeste Serrana	3,1	61,9	0,5	28,3	2,1	17,1	42,7	13,8	7,7	0,1	4,0	0,0	33,4
Subtotal	9,5	85,7	37,1	64,0	35,7	55,1	79,3	76,2	37,8	15,8	67,5	14,1	89,3
Norte													
Litoral Norte	0,2	0,0	35,1	2,3	7,6	1,2	0,0	0,8	10,2	52,9	11,6	9,0	2,5
Extremo Norte	0,0	0,0	15,6	3,1	27,1	1,7	1,2	0,1	4,3	4,9	0,0	70,8	0,1
Subtotal	0,2	0,0	50,6	5,4	34,7	2,9	1,2	0,9	14,5	57,8	11,7	79,8	2,6
Noroeste													
Pólo Colatina	13,5	0,0	0,1	3,2	1,6	5,7	2,6	1,3	7,8	6,5	0,9	0,1	0,0
Noroeste 1	47,2	0,0	0,4	1,7	2,7	2,0	0,8	0,9	5,5	3,3	0,5	0,0	0,0
Noroeste 2	11,4	0,0	6,8	3,0	3,8	4,2	0,0	2,2	13,1	15,0	1,8	6,0	0,0
Subtotal	72,2	0,0	7,3	7,9	8,1	11,9	3,4	4,3	26,4	24,8	3,2	6,2	0,0
Sul													
Pólo Cachoeiro	10,1	7,4	4,7	6,0	20,5	13,7	9,2	15,9	8,7	1,5	10,8	0,0	1,6
Caparaó	8,0	6,9	0,2	16,7	0,9	16,3	6,9	2,7	12,6	0,1	6,8	0,0	6,5
Subtotal	18,1	14,3	5,0	22,7	21,5	30,0	16,2	18,6	21,3	1,5	17,6	0,0	8,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Elaboração própria.

Examinando-se especificamente o desempenho produtivo e econômico de cada Microrregião, verificou-se que a Região Metropolitana concentra muito pouco das áreas plantadas e colhidas do estado, além de deter baixo valor de produção. Isso ocorre porque essa região centraliza outros tipos de atividade (essencialmente industriais, comerciais e burocráticas) e ainda, devido à sua acanhada extensão territorial, que dificulta seu desenvolvimento sustentado.

O Pólo de Linhares foi o que obteve a maior participação no total da área colhida e plantada, e do valor de produção gerado no estado. Essa microrregião destacou-se na produção de cana-de-açúcar, café e laranja, um produto que, aliás, vem perdendo participação em todo o território. O Pólo de Linhares tem ainda participação relevante de feijão, mandioca e milho, gêneros básicos da alimentação da população (e na produção moveleira, como será visto adiante), mas que ainda sim, em termos absolutos, teve uma participação muito menor do que a atividade canavieira.

A Metrópole Expandida Sul, cujas áreas colhidas e plantadas não ultrapassaram os 4%, e ainda tiveram queda no Valor de Produção total de 8,9% em 1990 para 3,9% em 2006, pode-se afirmar que sua produção praticamente se concentrou na plantação de cana-de-açúcar, apesar do crescimento relativo de outras atividades, como feijão, mandioca e tomate. Há que se considerar ainda, a queda nas atividades produtoras de arroz, batata-inglesa, banana, laranja e tangerina.

Assim como a Metrópole Expandida Sul, a microrregião Central Serrana praticamente não alterou sua área total plantada e colhida, mas perdeu participação no valor de produção, consequência provável do declínio de sua participação no total produzido de tomate, cana-de-açúcar e café, e que, apesar do crescimento nas atividades produtoras de arroz, batata-inglesa, feijão, milho, banana, coco-da-baía, e laranja, não foram capazes de substituir a perda das primeiras atividades.

A região Sudoeste Serrana concentra a produção estadual de batata-inglesa, feijão, tomate e tangerina, e detém também parcela considerável da produção de milho. Todavia, também perdeu participação no valor de produção estadual.

As Microrregiões Litoral Norte e Extremo Norte, que compõem a Mesorregião Norte, foram as que concentraram as menores áreas plantadas e colhidas, mas contribuíram para o crescimento da Mesorregião Norte no valor de produção estadual, causado principalmente pela ascensão da produção de cana-de-açúcar, café, coco-da-baía e mamão, em detrimento da queda acentuada na produção dos gêneros feijão, mandioca e milho.

A Mesorregião Noroeste, formada pelas microrregiões de Colatina, Noroeste 1 e Noroeste 2, teve queda na área plantada e colhida e elevação do valor de produção. As quedas nas áreas utilizadas foram observadas principalmente nas regiões de Colatina e Noroeste 1, juntamente com a pequena participação no valor de produção. Já a região Noroeste 2 apresentou comportamento contrário, elevou suas áreas utilizadas nas lavouras e também sua participação em valor. Isso

ocorreu porque, enquanto a região Noroeste 2 elevou sua participação no total produzido de cana-de-açúcar, café e mamão, as outras duas regiões, apesar de deterem menor participação nessas atividades, também diminuíram suas participações em muitos gêneros destinados ao mercado interno, como: arroz, feijão, mandioca, milho, tomate, laranja e tangerina em Colatina e feijão, mandioca, milho, banana, coco-da-baía, laranja e tangerina em Noroeste 1.

Finalmente, analisando-se a Mesorregião Sul, constatou-se que as áreas totais plantadas e colhidas praticamente não se alteraram e a participação no valor de produção decresceu levemente no período. A microrregião de Pólo Cachoeiro apresentou-se um pouco mais diversificada em 2006 do que em relação a 1990, pois além de elevar sua participação na produção canavieira, a região aumentou sua produção em outros gêneros, como: arroz, batata, feijão, mandioca, milho, tomate e banana. Já em Caparaó, apesar da elevação de produtos de menor participação do estado (arroz, feijão, milho e banana), a produção de cana-de-açúcar e café declinou.

Desse modo, esse exame constatou que as Mesorregiões e Microrregiões cujas atividades principais se concentraram na produção de cana-de-açúcar (como, por exemplo, o Pólo de Linhares, Extremo Norte, Litoral Norte e Noroeste 2) elevaram seu valor de produção no período, o mesmo não ocorreu nas regiões produtoras das demais atividades (especialmente aquelas destinadas ao abastecimento do mercado interno). Deste modo, além da expansão do setor pecuarista e de silvicultura visto antes, ganharam participação no valor de produção capixaba as regiões intensivas na produção canavieira, suscitando críticas dos movimentos sociais no Espírito Santo ligados ao campo, que denunciam a especialização crescente da agricultura capixaba nessas atividades que se destinam ao mercado externo, com impactos negativos na demanda social.

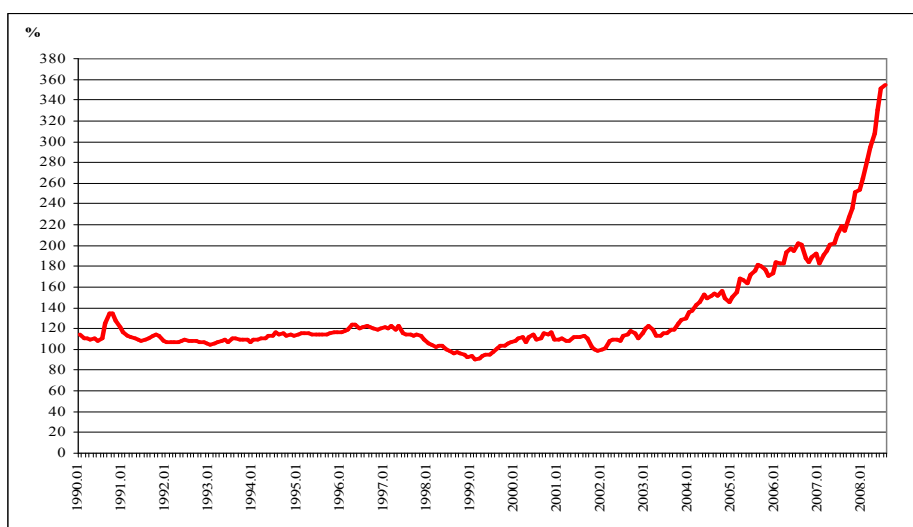
Tais assertivas decorrem, por conseguinte, do panorama já explicitado de gradual concentração fundiária no estado, de perda de participação da agricultura familiar e do esvaziamento da população do campo em direção às cidades. Ademais, há que se refletir que esse movimento não se circunscreveu em um cenário de crescimento para a agropecuária do estado. Pelo contrário, conforme observado na tabela 2.4, a participação do estado no PIB nacional declinou profundamente, ressoando não apenas o crescimento das demais regiões brasileiras, mas a própria retração do setor no estado em geral, comprovado pela queda na utilização total das terras e pela perda em participação de gêneros tradicionais do mercado interno, como arroz, batata-inglesa, feijão, milho, laranja e tangerina.

Assim, após a breve análise do comportamento do setor agropecuário do Espírito Santo no período recente, será analisada a seguir a dinâmica de sua estrutura industrial.

2.3 O desempenho industrial capixaba

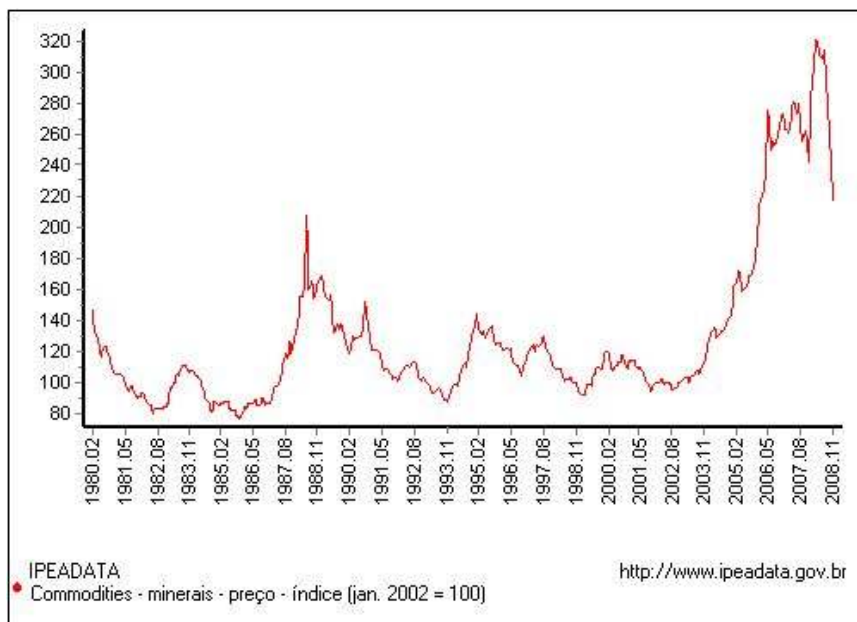
Como mencionado, as mudanças ocorridas na economia internacional e nacional foram importantes para a estrutura produtiva industrial capixaba, pois estimularam suas principais atividades econômicas. Essa economia, muito concentrada na produção de *pellets*, pedras ornamentais, petróleo e gás natural, metalurgia e papel e celulose, e altamente extrovertida, pelos fatores de localização geográfica, infra-estrutura aeroportuária e concessão de benefícios fiscais às operações de comércio exterior, tem como um dos principais vetores de crescimento a demanda internacional de semi-elaborados. Especificamente a partir de 2002, o aquecimento das economias emergentes (principalmente a China) e a elevação dos preços das *commodities* mundiais e minerais, conforme gráficos 2.1 e 2.2, deram margem às grandes empresas espírito-santenses elevar suas exportações e seus níveis de investimento, incitando o crescimento dessa unidade da federação acima da média nacional.

Gráfico 2.1: Índice de preços internacionais de *commodities*: geral preço-índice – 1990-2000
(jan. 2002=100)



Fonte: IPEADATA. Disponível em < www.ipeadata.gov.br >. Acesso em 03/10/2008.

Gráfico 2.2: Índice de preços internacionais de *commodities*: minerais preço-índice - 1990-2008 (jan. 2002=100)



Fonte: IPEADATA. Disponível em < www.ipeadata.gov.br >. Acesso em 03/10/2008.

Tal efeito pode ser confirmado pelo índice da produção física industrial do estado para indústria geral, indicado na tabela 2.14²⁶. A produção física da indústria geral do estado elevou sua participação significativamente no período, notadamente após 1995, em virtude dos eventos macroeconômicos nacionais e internacionais favoráveis que beneficiaram essa unidade da federação. A partir desse instante, para a maior parte dos anos (com exceção de 1996, 2000, 2003 e 2004), a taxa de crescimento anual da indústria geral espírito-santense foi maior do que a nacional, e maior que outros estados brasileiros em certos períodos, como Rio de Janeiro, Ceará, Paraná e os estados da região Sul. Esse crescimento, por sua vez, embora se apresente ainda muito concentrado em determinados ramos e regiões, como será visto no próximo capítulo, estimulou a realização de um conjunto expressivo de novos investimentos a serem executados. A seguir, será passado em revista o comportamento da indústria extrativa e de transformação capixaba no período.

²⁶ Para maiores dados sobre a produção física industrial dos demais estados, consultar a tabela completa (2.14) no Anexo A.

Tabela 2.14: Índice da Produção Física Industrial do Espírito Santo e Brasil – 1991 - 2006

(dez. 1991=100) (%)

UF's	Seções e atividades industriais	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
BR	1.Indústria geral	-3,7	7,5	7,6	1,8	1,7	3,9	-2,0	-0,7	6,6	1,6	2,7	0,0	8,3	3,1	2,8	6,0
	2.Indústria extrativa	0,7	0,5	4,8	3,2	9,6	6,9	12,2	8,5	11,8	3,4	19,0	4,7	4,3	10,2	7,4	5,9
	3.Indústria de transformação	-4,1	8,1	7,8	1,7	1,1	3,6	-3,3	-1,6	6,1	1,3	0,5	-0,2	8,5	2,7	2,6	6,0
	3.1Alimentos e bebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	3.2Alimentos	-0,2	0,4	2,2	7,9	5,4	1,0	1,3	3,1	-2,1	4,9	3,0	-1,4	4,1	0,6	1,8	2,6
	3.3Bebidas	-16,7	8,7	10,4	17,2	-3,3	-0,3	-2,2	0,0	4,0	0,3	-12,2	-4,1	5,8	6,4	7,1	5,4
	3.4Fumo	17,7	4,4	-14,8	-5,1	12,5	22,2	-22,7	-7,1	-7,8	-4,7	-40,0	-6,4	18,9	-0,9	3,9	-8,1
	3.5Têxtil	-4,6	0,1	3,8	-5,8	-5,8	-6,4	-6,8	2,1	6,1	-5,4	0,2	-4,5	10,1	-2,1	1,5	3,8
	3.6Vestuário e acessórios	-8,9	5,8	2,6	-2,8	-5,6	-5,9	1,2	-4,3	8,8	-9,6	5,6	-12,2	1,5	-5,0	-5,1	5,1
	3.7Calçados e artigos de couro	-5,2	16,0	-6,6	-14,0	1,8	-6,4	-12,5	-1,4	0,5	-4,0	-1,5	-9,7	2,3	-3,2	-2,7	-2,2
	3.8Madeira	-2,3	8,0	-2,3	-2,7	0,9	2,5	-6,7	7,0	3,1	-0,3	4,4	5,3	7,7	-4,5	-6,8	-2,9
	3.9Celulose, papel e produtos de papel	-2,0	4,8	2,8	0,4	2,9	2,9	0,3	6,3	4,1	0,1	3,3	6,3	7,9	3,1	2,2	0,8
	3.11Refino de petróleo e álcool	0,8	1,5	5,6	0,0	7,3	3,8	5,6	-0,5	-1,8	4,0	-2,6	-2,2	2,3	1,5	1,6	3,0
	3.13Farmacêutica	-11,3	12,4	-2,5	18,1	-8,6	11,4	4,0	-0,4	-2,0	-1,0	16,3	-7,6	1,0	14,4	4,4	1,9
	3.14Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	-0,1	4,5	2,6	5,4	4,2	5,5	3,2	7,3	2,7	-1,2	1,9	0,9	11,9	3,7	2,0	5,1
	3.15Outros produtos químicos	-2,3	11,5	10,7	0,2	2,2	5,1	1,1	3,8	6,0	-8,3	-4,2	3,0	7,0	-1,2	-0,9	5,7
	3.16Borracha e plástico	-6,1	8,3	4,1	5,6	5,6	3,8	-5,7	-1,8	4,1	-4,5	0,1	-3,5	7,8	-1,2	2,1	5,9
	3.17Minerais não metálicos	-7,5	5,1	3,0	3,7	6,2	8,0	-0,5	-2,9	1,7	-2,3	-1,0	-3,6	4,9	2,8	2,6	5,3
	3.18Metalurgia básica	0,3	6,7	8,3	-2,5	2,1	6,7	-3,7	-1,3	9,2	0,2	3,6	6,0	3,3	-2,0	2,8	6,7
	3.19Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-2,8	6,9	16,5	0,5	-4,5	4,0	-4,1	-1,1	2,2	2,3	2,7	-5,5	10,0	-0,2	-1,3	5,8
	3.20Máquinas e equipamentos	-9,3	19,1	21,4	-3,4	-7,4	6,9	-3,8	-5,9	18,9	4,2	2,8	5,3	16,1	-1,4	4,0	17,7
	3.22Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-0,3	6,2	14,8	7,4	0,4	10,2	0,8	-6,7	10,5	20,3	-0,9	1,8	7,1	7,9	8,7	14,0
	3.23Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações	-27,0	23,7	24,7	15,9	9,0	-6,5	-29,7	-19,4	32,7	-2,8	-11,2	0,5	17,8	14,2	0,0	-1,1
	3.25Veículos automotores	-5,0	26,1	12,4	7,0	2,2	13,7	-19,3	-9,3	18,5	0,0	-2,1	4,3	29,9	6,8	1,3	15,0
	3.26Outros equipamentos de transporte	10,5	-0,4	11,7	-10,8	-12,5	-4,1	27,9	11,0	21,4	24,2	21,8	9,2	10,3	5,5	2,1	13,9
	3.27Mobiliário	-8,9	21,6	9,2	5,8	11,3	-0,3	-10,3	0,1	8,1	0,0	-1,9	-9,2	6,9	0,5	8,4	7,4
ES	1.Indústria geral	0,8	1,4	9,0	-1,2	4,1	2,2	1,8	9,2	6,7	-0,3	11,7	6,4	5,1	1,4	7,6	7,5
	2.Indústria extrativa	-11,5	-0,8	9,4	-1,7	1,9	0,3	7,1	9,9	17,2	12,1	25,9	14,1	2,6	1,0	10,9	15,2
	3.Indústria de transformação	4,9	1,9	8,9	-0,8	4,6	2,6	0,4	9,0	3,8	-4,3	7,2	3,5	6,2	1,5	6,3	4,2
	3.1Alimentos e bebidas	9,1	-1,9	9,6	-2,1	4,8	-9,3	-1,9	1,0	1,1	-15,3	-5,1	-6,1	15,3	0,7	12,5	6,1
	3.9Celulose, papel e produtos de papel	30,0	-2,3	8,3	-2,8	3,6	-2,0	10,2	8,3	3,1	-2,3	30,2	22,7	3,0	2,0	2,1	-2,2
	3.17Minerais não metálicos	-10,9	4,9	3,5	8,3	23,0	18,4	2,4	-6,0	-4,5	7,6	-1,2	-1,7	-0,1	6,4	2,2	1,0
	3.18Metalurgia básica	-2,0	11,1	0,8	4,2	0,8	5,6	4,9	20,2	8,1	0,4	3,5	-2,5	6,9	-0,3	8,0	9,4

Fonte: IBGE/SIDRA - Tabela 2295. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 21/10/2008.

2.3.1 A Indústria Extrativa capixaba

Analisando primeiramente o comportamento da indústria extrativa, seu desempenho foi positivo no período, especificamente a partir do fim da segunda metade da década de noventa, quando se intensificaram os investimentos das empresas pelletizadoras e também, as descobertas de gás e petróleo em mar da região. Ao lado disso, a demanda internacional favorável por *commodities* contribuiu para que a produção física da indústria extrativa do estado praticamente triplicasse. De acordo com a tabela 2.15, identificaram-se seus principais ramos, que contribuíram para que o Valor de Transformação Industrial – VTI – do estado (em relação ao Brasil) praticamente quadruplicasse no período, de 2,8% em 1985 para 11,1% em 2005. Os principais ramos foram os destinados à extração de minerais não-metálicos, cujo crescimento duplicou no período puxado pela extração de rochas ornamentais que ampliou sua produção com o avanço das empresas para o norte do estado, e petróleo e serviços relacionados, de importância recente para a região, mas cujas novas descobertas tendem a aumentar sua participação na estrutura produtiva estadual.

Tabela 2.15: Participação Relativa da Indústria Extrativa do estado do Espírito Santo em relação ao Brasil - 1985 - 2005 (%)

Classificação nacional de atividades econômicas (CNAE)	1985	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
C Indústrias extrativas	2,8	7,7	11,8	10,5	10,2	8,1	8,7	8,0	8,9	9,9	11,1
10 Extração de carvão mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 Extração de petróleo e serviços relacionados	-	-	-	-	-	-	3,4	4,4	6,4	5,9	4,3
13 Extração de minerais metálicos	10,4	15,3	23,0	19,2	20,7	17,5	16,4	13,7	13,9	16,3	21,2
14 Extração de minerais não-metálicos	1,9	-	-	-	-	5,6	6,8	7,4	8,1	11,4	-

Fonte: IBGE - Para 1985, Centro Industrial compatibilizado com os ramos de atividade de PIA a partir de informações gentilmente cedidas por Macedo (2002). Para os demais anos, PIAs/IBGE.

Quanto ao ramo de extração de minerais metálicos, especificamente de pelletização, destacaram-se, os investimentos feitos na região pela empresa Vale. Operando no estado desde a década de 1940, foi responsável pela construção de um complexo de usinas de pelletização e sistema logístico no Espírito Santo. Atualmente, esse complexo é constituído por sete usinas,

sendo que duas delas pertencem exclusivamente à empresa²⁷. As demais foram instaladas em regime de coligadas, ou *joint-ventures*, com grupos siderúrgicos de Japão, Espanha, Itália e Coréia do Sul (Nibrasco, Kobrasco, Itabasco, Hispanobras e Samarco)²⁸. Em 2005 a empresa investiu na expansão e melhoria de infra-estrutura de logística para seu conjunto de ferrovias, dentre elas a Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM e a Ferrovia Centro-Atlântica – FCA. Em outubro de 2007, foi constituída a Companhia Siderúrgica Vitória (CSV), em parceria com a chinesa *Baosteel Group Corporation*, visando à construção de uma usina integrada de produção de placas de aço no pólo industrial de Anchieta, ao sul do estado. Além disso, a companhia tem projetos de investimento em logística e infra-estrutura, como o “Corredor Sudeste”, para a expansão da capacidade da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), do porto de Tubarão e a construção da ferrovia Litorânea Sul, que dará acesso ao porto de Ubu.

Já a SAMARCO Mineradora se destacou pela implantação do sistema *Roller Press* para a diminuição da granulometria do *pellet feed*, ou seja, evitar a dispersão de pó de minério no ar por meio de um supressor químico de poeira, o que elevou sua produtividade. Em 2008 inaugurou sua terceira Usina de Pelotização em Ubu e seu segundo mineroduto, paralelo ao já existente, para o transporte de minério de ferro. Tais ações foram responsáveis pelo crescimento considerável dos investimentos em capacidade produtiva, conforme tabela 2.16²⁹. A relação dos investimentos realizados e previstos para o estado, bem como suas localizações, será abordada mais adiante.

²⁷ A empresa anunciou a construção da oitava usina de pelotização no porto de Tubarão, com capacidade anual de produção de 7,5 Mtpa, somando-se ao complexo de sete plantas já existentes. A conclusão está prevista para o segundo semestre de 2010. Fonte: Empresa. Disponível [http://www.vale.com/vale/media/1011capex_p.pdf]. Acesso em 21/10/2008.

²⁸ A Vale assinou contrato com a siderúrgica coreana Posco para o arrendamento, por cinco anos, da usina de pelotização de minério de ferro da Companhia Coreano Brasileira de Pelotização (Kobrasco), *joint venture* entre as duas empresas. O arrendamento da Kobrasco - que está situada no porto capixaba de Tubarão – será válido por cinco anos (a partir de 1º de junho de 2008). Vale e Posco possuem, cada uma, 50% do capital da Kobrasco. "Em contrapartida, a Vale passará a consolidar 100% das operações da Kobrasco em suas demonstrações financeiras, o que contribui para a simplificação e a maior transparência na divulgação de informações operacionais e financeiras", diz a nota divulgada pela Vale. Em 30 de abril, a Vale anunciou o arrendamento de duas usinas de pelotização da Companhia Nipo Brasileira de Pelotização (Nibrasco), também situadas em Tubarão. Neste caso, o prazo é de 30 anos e começou a vigorar a partir de 1º de maio. Nas duas usinas da Nibrasco, a Vale detém participação de 51% e 49%, respectivamente, e tem como sócios os japoneses Nippon Steel Corporation (NSC), JFE Steel Corporation (JFE), Sumitomo Metal Industries (Sumitomo), Kobe Steel Ltd. (Kobe), Sojitz Corporation (Sojitz) e Nisshin Steel Co. Ltd. (Nisshin). Disponível em: <www.vale.com.br>. Acesso em 20/10/2008.

²⁹ Informações sobre investimentos realizados: consulta na revista 150 Maiores Empresas do Espírito Santo e sites das empresas.

Tabela 2.16: SAMARCO - Investimentos para aumento de capacidade produtiva - 2000 - 2007

Anos	RS (mil)
2.000	25.358
2.001	33.335
2.002	56.575
2.003	69.368
2.004	64.128
2.005	301.090
2.006	592.071
2.007	1.943.747

Fonte: Empresa. Disponível em <www.samarco.com.br>. Acesso em 10/10/2008.

Em se tratando da extração de petróleo e serviços relacionados, este segmento adensou sua participação no VTI da indústria extrativa nacional.

O campo de Jubarte, na Bacia de Campos, pode ter reservas de óleo e gás equivalentes à metade do volume concentrado em Tupi, ou cerca de 4 bilhões de barris. Desse total, 2 bilhões seriam de óleo pesado, na área superior à camada de sal, e outros 2 bilhões de óleo leve, encontrados no pré-sal. [...] a elevação do potencial de Jubarte fez até com que a Petrobrás revisse seus planos para o campo (O Estado de São Paulo. Campo de Jubarte pode ser equivalente a meio Tupi, 26/08/2008).

Essa assertiva remete, portanto, à atuação do Espírito Santo na produção de petróleo e gás natural no Brasil. Com as descobertas realizadas, o estado se tornou a segunda maior província petrolífera do País.

Dentre os destaques da produção está o campo de Golfinho, localizado ao Norte do Espírito Santo, com reserva de 450 milhões de barris de óleo leve, considerado o mais nobre. Há ainda os campos de Jubarte, Cachalote, Baleia Franca, Baleia Azul, Baleia Anã, Caxaréu, Mangangá e Pirambu, que fazem parte do denominado Parque das Baleias, ao Sul do estado. Atualmente, o campo de Jubarte está na sua primeira fase de produção, por meio da plataforma P-34, que foi reformada no Porto de Vitória. Pelas estatísticas recentes da ANP (na tabela 2.17), averiguou-se que a produção capixaba de petróleo foi a que mais cresceu, passando de 3.100.228 barris (2.833.125 barris em terra e 267.104 barris no mar) em 1997 para 42.159.296 barris em 2007 (5.962.500 mil barris em terra e 36.196.796 em mar), elevando a participação do estado de 1% (0,9% em terra e 0,1% em mar) em 1997 para 6,6% em 2007 (0,9% em terra e 5,7% em mar)

do total brasileiro, a uma taxa média de crescimento de 29,8% a.a. para o total produzido (em terra e em mar).

Tabela 2.17: Participação Relativa das Unidades da Federação na produção de petróleo, por localização (terra e mar) – 1997 - 2007 (%)

Unidades da Federação	Localização	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2007/1997
Amazonas	Terra	2,8	3,4	3,1	3,5	3,3	3,0	2,8	2,9	2,4	2,1	1,9	3,8
Ceará	Terra	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	-5,3
	Mar	1,4	1,2	1,0	0,9	1,0	0,8	0,8	0,8	0,6	0,5	0,5	-3,4
Rio Grande do Norte	Terra	9,8	8,9	7,5	6,1	5,5	4,7	4,5	4,6	3,9	3,2	3,1	-4,1
	Mar	1,0	0,8	1,1	1,0	0,8	0,7	0,7	0,8	0,7	0,6	0,5	0,3
Alagoas	Terra	0,5	0,4	0,4	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4	0,5	0,5	7,1
	Mar	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-3,0
Sergipe	Terra	3,1	2,5	2,2	2,0	2,0	1,8	2,0	2,1	2,0	1,9	2,0	3,2
	Mar	0,9	1,1	1,3	1,0	0,8	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,2
Bahia	Terra	6,0	5,1	4,3	3,7	3,5	3,0	2,9	3,0	2,7	2,5	2,4	-1,7
	Mar	0,2	0,2	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-15,7
Espírito Santo	Terra	0,9	0,9	1,0	1,0	1,5	1,7	1,7	1,3	1,1	1,0	0,9	7,7
	Mar	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	1,2	0,8	1,0	2,7	5,7	63,4
Rio de Janeiro	Mar	71,3	73,9	77,1	79,6	80,6	82,6	81,7	82,0	84,2	84,2	81,6	9,1
São Paulo	Mar	0,5	0,4	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-12,5
Paraná	Mar	1,2	0,8	0,5	0,4	0,2	0,1	0,3	0,5	0,4	0,3	0,2	-9,0
Subtotal	Terra	23,4	21,5	18,8	16,9	16,4	14,9	14,6	14,5	12,6	11,3	11,0	-0,2
	Mar	76,6	78,5	81,2	83,1	83,6	85,1	85,4	85,5	87,4	88,7	89,0	9,3
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	7,6

Notas: Petróleo: óleo e condensado. Não inclui LGN (GLP e C5+).

Fonte: ANP - Boletim Mensal de Produção, conforme o Decreto n.º 2.705/9.

Na produção de gás natural, o Espírito Santo foi o que obteve o maior aumento de produção no período dentre todas as outras áreas de exploração, passando de uma produção de $264.225 \cdot 10^3 \text{ m}^3$ em 1.997 ($259.611 \cdot 10^3 \text{ m}^3$ em terra e $4.614 \cdot 10^3 \text{ m}^3$ em mar) para $965.365 \cdot 10^3 \text{ m}^3$ em 2.007 (sendo $83.702 \cdot 10^3 \text{ m}^3$ em terra e $881.663 \cdot 10^3 \text{ m}^3$ em mar) do total brasileiro, a uma taxa média de crescimento de 13,8% a.a para o total produzido (em terra e em mar). A parcela produzida ainda é muito menor se comparada ao produzido na extensão carioca, porém o ritmo de crescimento de exploração de suas jazidas se deu de forma extremamente rápida e significativa, de 69,1%, conforme tabela 2.18.

Tabela 2.18: Participação Relativa das Unidades da Federação na produção de gás natural, por localização (terra e mar) - 1997 - 2007 (%)

Unidades da Federação	Localização	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2007/97
Amazonas	Terra	5,4	5,7	6,2	15,1	17,3	17,7	18,9	21,3	20,2	19,1	19,5	20,9
Ceará	Terra	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-4,0
	Mar	1,1	1,0	1,0	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7	0,6	0,6	0,4	-2,9
Rio Grande do Norte	Terra	2,9	3,0	3,0	2,9	2,8	2,3	1,9	2,0	1,7	1,5	1,7	1,0
	Mar	6,6	6,2	5,9	6,6	5,7	6,5	6,1	6,1	5,8	5,2	4,2	1,7
Alagoas	Terra	5,9	5,0	5,0	4,3	4,3	4,1	5,0	6,1	5,6	5,0	4,2	2,8
	Mar	1,1	1,3	1,4	1,3	1,2	1,0	0,9	0,9	1,0	0,8	0,8	2,4
Sergipe	Terra	0,7	0,6	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	2,9
	Mar	6,8	6,9	6,8	6,1	5,4	4,8	4,2	3,5	3,0	3,0	2,5	-3,8
Bahia	Terra	18,4	17,7	15,7	14,3	14,0	12,7	13,4	13,1	11,1	10,6	8,2	-2,0
	Mar	0,3	0,3	-	0,0	0,1	0,3	0,3	0,2	0,1	0,1	6,4	43,9
Espírito Santo	Terra	2,6	2,7	2,6	2,4	2,8	2,7	2,8	2,8	2,7	1,1	0,5	-10,7
	Mar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,4	0,2	0,3	4,0	4,9	69,1
Rio de Janeiro	Mar	39,5	42,1	46,6	43,1	42,6	44,4	42,2	39,9	45,0	46,4	44,2	7,5
São Paulo	Mar	7,0	6,0	4,7	2,4	2,5	2,5	2,5	2,3	2,1	2,0	1,8	-7,3
Paraná	Mar	1,6	1,3	0,7	0,4	0,3	0,1	0,4	0,4	0,4	0,2	0,2	-14,3
Subtotal	Terra	35,9	34,8	32,9	39,4	41,6	39,7	42,5	45,8	41,7	37,7	34,6	5,9
	Mar	64,1	65,2	67,1	60,6	58,4	60,3	57,5	54,2	58,3	62,3	65,4	6,5
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	6,3

Notas: O valor total da produção inclui os volumes de reinjeção, queimas e perdas e consumo próprio de gás natural.

Fonte: ANP - Boletim Mensal de Produção, conforme o Decreto n.º 2.705/98.

Os retornos obtidos pelas descobertas e pelo desenvolvimento dessas duas atividades no litoral do estado se refletiram tanto indiretamente, pela geração de encadeamentos, investimentos e empregos específicos a essas atividades na região, quanto diretamente, por meio do recebimento de *royalties* pagos pela Petrobrás ao governo do estado e municípios localizados próximos às áreas extrativas. Dentre os desdobramentos desse segmento, destacaram-se os investimentos realizados pela Petrobrás e suas coligadas na região, como as obras de construção de sua sede em Vitória e a implantação de projetos de desenvolvimento, como o do campo de Fazenda Alegre, ao norte capixaba, por exemplo. Outros investimentos ocorreram ainda nos campos marítimos de Peroá e Cangoá e na ampliação da rede de gasodutos, com a construção do denominado Gasoduto Sudeste Nordeste (Gasene), que ligará a malha do Sudeste e Nordeste brasileiro, passando pelo Espírito Santo. O projeto – constituído pelos trechos Cabiúnas-Vitória, Vitória-Cacimbas e Cacimbas-Catu – permitirá o escoamento previsto de 20 milhões de metros cúbicos de gás ao dia. Ademais, a BR Distribuidora, nos últimos 14 anos, instalou 113

quilômetros de rede para fornecer gás natural às residências, hospitais, postos de combustíveis, indústrias e outras instalações na Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV³⁰.

Quanto aos retornos diretos da extração de petróleo e gás natural, tem-se o pagamento feito pela Petrobrás de *royalties*³¹ aos municípios capixabas que se localizam na chamada “zona de produção principal”³², sendo eles: Aracruz, Itapemirim, Linhares, Presidente Kennedy, São Mateus, Serra, Jaguaré, Conceição da Barra e Vitória. De acordo com a tabela 2.19, a participação estadual no recebimento desses recursos se elevou de 0,8% do total em 1997 para 1,3% em 2006. Já ao nível municipal, os recursos mantiveram-se relativamente estáveis.

³⁰ Informações retiradas do site: <www.petrobras.com.br>. Acesso em 01/10/2008.

³¹ Compensação financeira exigida dos concessionários da exploração e produção de petróleo e gás natural, referentes à exploração de petróleo e gás natural aos municípios localizados nos campos produtores. Além das cidades, os recursos são creditados ao governo do Estado, proprietários de terras, Ministério da Marinha e Ministério da Ciência e Tecnologia.

³² A zona de produção principal de uma dada área de produção petrolífera marítima é o conjunto formado pelos municípios confrontantes com os poços produtores e os municípios onde estiverem localizadas três ou mais instalações dos seguintes tipos: a) Instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural, excluídos os dutos. Estas instalações industriais devem atender, exclusivamente, à produção petrolífera marítima. b) Instalações relacionadas às atividades de apoio à exploração, produção e ao escoamento do petróleo e gás natural, tais como: portos, aeroportos, oficinas de manutenção e fabricação, almoxarifados, armazéns e escritórios. Disponível em: <www.petrobras.com.br>. Acesso em 01/10/2008.

Tabela 2.19: Participação relativa na distribuição de *royalties* sobre a produção de petróleo e de gás natural, segundo beneficiários - 1997-2006 (%)

Beneficiários	1.997	1.998	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Unidades da Federação	40,0	37,7	33,6	33,4	33,1	32,1	32,1	32,1	32,0	30,9
Amazonas	2,0	2,3	2,1	2,6	2,6	2,2	2,1	2,3	2,3	1,7
Ceará	0,7	0,6	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2
Rio Grande do Norte	7,3	6,6	5,1	4,6	3,9	3,2	3,2	3,2	2,9	2,3
Alagoas	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6
Sergipe	2,6	2,2	1,7	1,5	1,4	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2
Bahia	4,8	4,4	3,5	3,2	3,1	2,4	2,6	2,6	2,4	2,2
Espírito Santo	0,8	0,8	0,8	0,7	1,1	1,0	1,3	1,0	0,9	1,3
Rio de Janeiro	20,3	19,7	19,3	19,7	20,0	21,1	20,6	20,7	21,2	21,4
São Paulo	0,5	0,4	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Paraná	0,5	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Santa Catarina	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Municípios pertencentes às	37,5	35,7	33,3	33,3	33,4	33,6	33,5	33,7	34,0	33,9
Unidades da Federação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amazonas	0,6	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8	0,9	1,0	0,9	0,8
Pará	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amapá	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ceará	0,7	0,6	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Rio Grande do Norte	3,4	3,1	2,7	2,3	2,1	2,1	2,2	2,2	2,1	1,9
Paraíba	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	-	-	-	-	0,2
Pernambuco	1,0	0,9	0,6	0,6	0,6	0,1	0,0	0,2	0,1	0,3
Alagoas	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4
Sergipe	1,9	1,6	1,4	1,1	1,0	1,3	1,2	1,2	1,1	1,1
Bahia	2,5	2,4	1,9	1,7	1,7	1,7	1,8	1,7	1,7	1,5
Minas Gerais	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
Espírito Santo	1,2	1,0	0,8	0,8	0,9	0,9	1,2	1,2	1,1	1,3
Rio de Janeiro	22,1	21,4	21,0	21,3	21,6	23,2	22,7	22,6	23,3	23,6
São Paulo	1,7	1,8	2,1	2,7	2,8	1,8	1,7	1,7	1,6	1,5
Paraná	0,6	0,4	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,2	0,1	0,1
Santa Catarina	0,2	0,3	0,4	0,3	0,4	0,5	0,5	0,4	0,5	0,4
Rio Grande do Sul	0,7	0,7	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4
Fundo Especial ¹	7,5	7,2	7,0	7,0	7,1	7,3	7,3	7,3	6,6	7,6
União	15,0	19,4	26,2	26,3	26,4	27,0	27,0	26,9	27,4	27,6
Ministério da Ciência e Tecnologia	-	5,0	12,2	12,2	12,3	12,3	12,3	12,3	12,4	12,3
Comando da Marinha	15,0	14,4	13,9	14,0	14,2	14,7	14,7	14,6	15,0	15,3

Notas: 1. Reais em valores correntes. Elaboração própria.

2. Foi utilizado regime de caixa na elaboração da tabela.

3. Fundo a ser distribuído entre todos os Estados, Territórios e Municípios.

Fonte: ANP/SPG, conforme as Leis n.º.990/89 e n.º.478/97 e o Decreto n.º.705/98.

Mas, conforme relatórios da Universidade Cândido Mendes – UCAM:

Com o amadurecimento do debate sobre a melhor aplicação destas receitas, o investimento é apontado como destino mais responsável, que prepararia os municípios para um futuro sem petróleo, sobretudo se tais investimentos servirem para a promoção da diversificação produtiva. Desta forma, idealmente, poderíamos dizer que aqueles municípios que dependem todas as receitas petrolíferas com investimentos estariam no caminho mais seguro, senão eleitoral, pelo menos na direção do cuidado com as gerações futuras, que não contarão com a riqueza das rendas petrolíferas. Aliás, esta posição é mesmo

assumida por uma enormidade de gestores municipais quando alardeiam suas realizações. Alternativamente, se os municípios gastam com investimentos valores inferiores ao montante que recebem de rendas petrolíferas, significa que estão, de alguma forma, custeando a máquina pública com as receitas finitas advindas da exploração petrolífera. Quanto mais se cristalizar este quadro, de usar as rendas petrolíferas para o financiamento do custeio, maior será o baque nas finanças municipais quando ocorrer a inevitável redução daquelas rendas. Infelizmente, os resultados mais imediatos obtidos por este novo indicador, mostram que há muita distância entre discurso e a prática. Embora devamos observar que há grande heterogeneidade entre as experiências, no geral os maiores recebedores de rendas petrolíferas estão comprometendo grande parte destas rendas com o custeio. (PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO, Mar/2007, p. 2).

Desse modo, apesar da extração de recursos fósseis ser finita, a função primordial dos recursos advindos desta atividade – *royalties* – deve se direcionar à viabilização de projetos e programas de fomento ao desenvolvimento sócio-econômico das regiões petrolíferas, contribuindo-se para a criação de encadeamentos produtivos, adensamento dos já existentes e geração de externalidades positivas, de modo a colaborar para a diminuição das disparidades intra-regionais. Para beneficiar os 68 municípios capixabas que não recebem *royalties* petrolíferos, o governo do estado criou o Fundo para Redução das Desigualdades Regionais, cujos recursos são provenientes do repasse de 30% dos *royalties* creditados no cofre público estadual. Em vigor desde junho de 2006, a distribuição do dinheiro do fundo leva em consideração a população, o percentual de repasses do ICMS e a condição de não ser grande recebedor de *royalties*. Os municípios que têm participação acima de 10% no ICMS e mais de 2% dos *royalties* não têm acesso aos recursos do Fundo³³. Como a medida é relativamente recente, há ainda que se aguardar para que se observem os primeiros resultados.

Finalmente, o ramo de extração de minerais não-metálicos, especificamente o grupo de extração de pedra, areia e argila, também se destacou na cadeia produtiva do Espírito Santo. Responsável pela extração de granito e mármore para exportação, e localizado em dois nichos, um na região noroeste (um em Nova Venécia na microrregião de Noroeste 2, e outro em Baixo Guandu, no Pólo Colatina), e outro ao sul do estado (na microrregião de Pólo Cachoeiro, em Cachoeiro do Itapemirim), se caracteriza por ser uma das poucas atividades desconcentradas espacialmente no território. Apesar do sigilo estatístico, na tabela 2.15, constatou-se sua elevação no VTI da indústria extrativa estadual, de 1,9% em 1985 para 11,4% em 2004, especialmente a

³³ Verificar no Apêndice Estatístico os municípios contemplados pelo Fundo.

partir de 2002, resultado do crescimento na demanda americana, chinesa e também do próprio mercado nacional. Como destacado nos documentos da ABIROCHAS,

Os estados do Espírito Santo e Minas Gerais são os dois principais produtores e exportadores brasileiros de rochas ornamentais. O Espírito Santo detém a liderança nos segmentos de mármore e granitos, enquanto Minas Gerais nos segmentos de ardósias, quartzitos foliados e pedra-sabão (ABIROCHAS, 2006, p. 3).

As exportações capixabas de rochas ornamentais somaram US\$ 726,1 milhões em 2007, correspondentes à comercialização de 1,44 milhão de toneladas. O Espírito Santo continua assim liderando as exportações setoriais, respondendo por 66,4% do faturamento e 57,6% do volume físico do total brasileiro. As rochas processadas, representadas sobretudo por chapas polidas de granito, compuseram 86% das exportações do estado. (ABIROCHAS, 2008, p. 27).

2.3.2 A Indústria de transformação capixaba

Considerando o comportamento da indústria de transformação do Espírito Santo, constatou-se a ascensão de sua produção física industrial, especificamente após 1996, quando suas taxas de crescimento ficaram acima da média brasileira.

Há que se destacar que a economia nacional passou por um histórico de recessão e hiperinflação no fim da década de oitenta, o que afetou significativamente sua base industrial, e que durante a década de noventa conviveu com baixas taxas de crescimento, afetando negativamente seu desempenho e da economia paulista, que reunia os ramos de maior complexidade.

Entretanto, as implicações advindas tanto da desvalorização do Real frente ao Dólar em 1999, quanto da elevação dos preços das *commodities* internacionais e de sua demanda internacional a partir de 2002, estimularam tanto o crescimento das exportações nacionais e capixabas, contribuindo para que as empresas de grande porte desse estado (baseadas na produção de *commodities*), realizassem investimentos em ampliação da capacidade produtiva no período. Esses fatores foram essenciais, portanto, para que essa economia se especializasse na fabricação de bens intermediários (e que, num contexto internacional favorável) e alcançasse taxas positivas de crescimento.

Opostamente a esse movimento, tem-se, o setor de alimentos e bebidas, cuja produção se retraiu significativamente, produto tanto da conjunção econômica, que privilegiou outras

atividades, quanto da própria mudança no perfil dos incentivos concedidos pelo estado, que passou a privilegiar pelo FUNDAP as empresas ligadas às operações de comércio exterior, em detrimento daquelas mais vinculadas ao mercado interno e cobertas pelo sistema GERES/BANDES, como será visto adiante.

A performance dos setores ligados ao capital de grande porte foi também observada na participação estadual no Valor de Transformação Industrial – VTI – nacional, pela tabela 2.20. De acordo com esses dados, houve crescimento significativo das atividades produtoras de celulose, transformação de minerais não-metálicos (principalmente de rochas especiais britadas para exportação) e metalurgia.

Em situação contrária está a maior parte dos setores de bens de consumo não-durável³⁴, cujas participações declinaram (como foi o caso da indústria de alimentos e bebidas, que caiu praticamente à metade do que era produzido em 1985).

Quanto aos setores produtores de bens de consumo durável e de capital, a participação do estado no total produzido no Brasil é modesta. Não obstante, deve ser considerado que o setor referente à fabricação de máquinas e equipamentos, ainda que tendo pequena participação, teve crescimento no período, fruto certamente da elevação da atividade metal-mecânica da região, especializada na fabricação de bens destinados à indústria extrativa e de beneficiamento de rochas ornamentais.

³⁴ Verificar em Cano (2008) metodologia para agregação dos setores em BCND, BI, BCD e BK.

Tabela 2.20: Participação Relativa do VTI do estado do Espírito Santo em relação ao VTI do Brasil – 1985 – 2006 (%)

Classificação de atividades (CNAE)	1985	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indústrias de transformação	1,4	1,1	1,2	1,1	1,1	1,6	1,3	1,6	1,6	1,6	1,5	1,6
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	1,7	1,4	1,2	1,3	1,1	1,3	0,6	1,1	0,9	0,8	0,8	0,9
Fabricação de produtos do fumo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos têxteis	0,9	0,8	0,8	0,7	0,7	0,3	0,4	0,2	0,4	0,7	0,6	0,4
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1,0	1,1	1,0	1,3	1,7	1,2	1,4	1,7	1,9	1,8	1,9	1,6
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	0,6	0,5	0,5	0,6	0,6	1,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4	0,3
Fabricação de produtos de madeira	3,0	1,1	0,6	0,4	0,5	0,4	0,3	0,4	0,3	0,2	0,8	0,9
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	5,1	4,7	5,5	4,9	5,9	9,7	7,7	9,9	12,3	9,2	8,5	7,6
Edição, impressão e reprodução de gravações	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,2	0,5	0,4	0,4	0,7
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	0,8	0,2	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
Fabricação de produtos químicos	0,3	0,1	0,3	0,2	0,2	0,4	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Fabricação de artigos de borracha e plástico	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,6	0,6	0,6	0,5	0,4	0,5
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2,0	3,2	3,8	3,6	4,2	5,0	4,2	4,3	4,9	4,6	4,3	5,6
Metalurgia básica	4,3	5,6	6,7	6,2	5,3	8,6	7,1	6,9	6,5	7,3	8,2	6,6
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	0,2	0,4	0,4	0,4	0,3	0,2	0,4	0,8	0,5	0,3	0,4	0,9
Fabricação de máquinas e equipamentos	0,6	0,2	0,4	0,4	0,4	0,8	0,7	0,9	1,0	0,9	1,4	1,8
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	-	-	0,1	0,1	0,1	0,1	0,8	1,0	0,7	0,7	0,1	0,1
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,6	0,3	0,3	0,2	0,1	0,3	0,1	0,5	0,6	0,5	0,3	0,7
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	0,0	-	0,0	-	-	-	0,0	-	-	0,0	-	0,0
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	-	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,2	0,3	-	0,3	0,3	0,3
Fabricação e montagem de veículos automotores, rebocues e carrocerias	0,0	0,2	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fabricação de outros equipamentos de transporte	1,2	0,7	0,6	0,6	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1
36 Fabricação de móveis e indústrias diversas	0,5	0,6	0,7	0,6	0,8	0,7	0,8	1,0	1,0	1,2	1,4	2,0
Reciclagem	-	7,4	-	-	5,1	4,8	3,3	3,2	4,1	5,2	5,8	4,0
Outros*	7,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Para 1985, Centro Industrial compatibilizado com os ramos de atividade de PIA a partir de informações gentilmente cedidas por Macedo (2002). Para os demais anos, Pesquisa Industrial Anual/IBGE.

Analisando-se esses mesmos dados com relação ao total produzido no próprio estado (tabela 2.21), identificou-se que, enquanto o setor de alimentos e bebidas detinha 14,5% do VTI estadual em 1985, em 2006 sua participação caiu para 10,3%. O mesmo verificou-se para os setores de fabricação de produtos de fumo, têxteis, artigos de vestuário e acessórios, preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados e fabricação de produtos de madeira, setores diretamente ligados ao abastecimento da demanda interna. Enquanto isso, os setores de fabricação de produtos de minerais não-metálicos, papel e celulose e metalurgia ganharam expressividade no VTI estadual.

Tabela 2.21: Participação Relativa do VTI, por atividade, em relação ao VTI Total do Espírito Santo – 1985- 2006 (%)

Classificação de atividades (CNAE)	1985	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indústrias de transformação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	14,5	22,8	17,4	19,6	15,2	11,4	7,9	11,3	9,0	8,1	8,7	10,3
Fabricação de produtos do fumo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos têxteis	3,6	2,4	1,9	1,7	1,7	0,5	0,8	0,4	0,6	1,0	0,7	0,6
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	2,2	2,4	1,8	2,3	2,7	1,3	2,0	1,6	1,7	1,5	1,7	1,7
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	1,1	1,1	0,7	1,0	0,9	1,5	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4
Fabricação de produtos de madeira	3,3	1,1	0,5	0,4	0,6	0,3	0,4	0,4	0,3	0,2	0,7	0,8
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	11,1	15,9	15,5	14,6	20,0	25,8	24,0	29,3	33,6	22,8	18,4	18,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	0,7	2,3	2,3	2,3	1,8	1,5	1,8	0,4	0,9	0,8	0,8	1,5
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	4,4	1,0	1,5	0,9	0,6	0,7	0,6	0,5	0,7	0,8	1,2	1,6
Fabricação de produtos químicos	2,8	1,7	3,1	2,3	2,9	3,0	4,4	3,3	3,0	2,7	2,5	2,9
Fabricação de artigos de borracha e plástico	0,2	0,9	0,7	1,0	0,9	0,9	1,5	1,2	1,4	1,1	1,0	1,1
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	6,9	9,9	11,5	12,2	13,0	11,4	13,1	11,1	11,1	9,8	8,3	12,5
Meturgia básica	24,6	27,4	31,7	29,1	26,7	33,6	35,7	31,9	30,0	43,9	43,2	35,8
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	0,8	1,4	1,2	1,3	1,0	0,3	1,1	1,7	0,9	0,7	1,0	2,0
Fabricação de máquinas e equipamentos	4,3	1,5	2,5	2,0	1,7	2,5	3,4	3,6	3,7	3,5	4,8	6,9
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	-	-	0,0	0,1	0,0	0,1	0,9	0,5	0,3	0,2	0,0	0,1
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1,4	0,6	0,7	0,5	0,3	0,4	0,3	0,8	0,7	0,6	0,4	1,0
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	0,0	-	0,0	-	-	-	0,0	-	-	0,0	-	0,0
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	-	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,2	-	0,2	0,2	0,2
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	0,1	1,3	0,8	1,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2
Fabricação de outros equipamentos de transporte	1,3	0,6	0,6	0,6	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,2	0,1	0,2
Fabricação de móveis e indústrias diversas	1,1	1,2	1,2	1,2	1,4	0,9	1,2	1,2	1,0	1,2	1,5	2,1
Reciclagem	-	0,3	-	-	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,4	0,3
Outros*	15,8	4,3	4,4	6,1	7,9	3,5	-	0,0	0,2	-	3,8	0,0

Fonte: IBGE - Para 1985, Centro Industrial compatibilizado com os ramos de atividade de PIA a partir de informações gentilmente cedidas por Macedo (2002). Para os demais anos, Pesquisa Industrial Anual/IBGE.

Verificando-se o comportamento das taxas médias de crescimento da indústria de transformação e de seus ramos em relação aos dados nacionais (tabela 2.22), identificou-se que, não obstante a falta de dados para a cobertura do período entre 1985 e 1996, esta foi uma fase difícil, tanto no Espírito Santo quanto para o Brasil. A crise da década de oitenta e a recessão do início dos anos noventa foram responsáveis pelo declínio significativo das taxas de crescimento da indústria em geral e de transformação capixabas, bem como em cada um de seus ramos. A queda da indústria de transformação espírito-santense foi maior que a nacional, -11,5% contra -9,3%, respectivamente, e os gêneros produtores de bens de consumo não-durável foram muito afetados: fabricação de produtos de madeira (-19,5%), têxteis (-14,4%), vestuário e acessórios (-10,5%), fabricação de couro (-10,9%) e alimentos e bebidas (-7,4%), que também caíram a taxas maiores que as nacionais. Disso, foi possível concluir que os efeitos da crise foram determinantes para o mau desempenho desses segmentos, refletindo-se em perda de participação no VTI.

Tabela 2.22: Taxas médias de crescimento da indústria de transformação do Espírito Santo e brasileira, por períodos selecionados – 1985 – 2006 (%)

Classificação de atividades (CNAE)	Espírito Santo			Brasil		
	1996/1985	2006/1996	2006/1985	1996/1985	2006/1996	2006/1985
Indústrias de transformação	-11,5	16,9	1,0	-9,3	12,5	0,5
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	-7,4	7,5	-0,6	-6,1	12,3	2,3
Fabricação de produtos do fumo				2,4	8,1	5,1
Fabricação de produtos têxteis	-14,4	1,3	-7,2	-13,3	7,6	-3,9
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	-10,5	12,4	-0,3	-11,8	8,6	-2,6
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	-10,9	4,2	-4,0	-9,6	9,7	-0,9
Fabricação de produtos de madeira	-19,5	12,8	-5,5	-11,8	14,6	-0,1
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-8,2	17,9	3,4	-7,4	12,2	1,5
Edição, impressão e reprodução de gravações	-0,8	11,3	4,8	-1,7	7,2	2,5
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	9,0	21,7	-3,9	-10,4	19,8	2,9
Fabricação de produtos químicos	-15,2	22,9	1,2	-8,4	10,5	0,2
Fabricação de artigos de borracha e plástico	2,5	18,7	9,9	-9,2	11,2	0,0
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-8,1	19,1	4,0	-12,0	12,6	-1,1
Metalurgia básica	-10,3	19,5	2,9	-12,3	17,4	0,8
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	-6,3	21,0	5,8	-10,5	11,8	-0,5
Fabricação de máquinas e equipamentos	-19,1	35,3	3,4	-11,6	10,7	-1,6
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática				-13,0	16,3	-0,1
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-17,6	21,7	-0,7	-10,4	10,9	-0,8
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações			3,3	-6,1	6,9	-0,1
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios		32,3		-8,7	12,3	0,8
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	9,4	-1,9	3,9	-4,7	13,0	3,3
Fabricação de outros equipamentos de transporte	-17,7	4,3	-7,9	-14,3	22,5	1,6
36 Fabricação de móveis e indústrias diversas	-10,3	23,1	4,3	-12,0	9,0	-2,5
Reciclagem		15,2		-12,7	22,4	2,6
Outros*	-21,0	-100,0	-100,0			

Fonte: IBGE - Para 1985, Centro Industrial compatibilizado com os ramos de atividade de PIA a partir de informações gentilmente cedidas por Macedo (2002). Para os demais anos, Pesquisa Industrial Anual/IBGE.

Entretanto, no segundo período analisado, de 1996 a 2006, a taxa de crescimento médio da indústria de transformação do Espírito Santo foi maior que a nacional, enfatizando-se os setores intermediários e ligados às exportações, como: fabricação de celulose e produtos de papel (17,9%), minerais não-metálicos (19,1%) e metalurgia básica (19,5%). Foi neste período, inclusive, que as grandes empresas exportadoras capixabas realizaram seus principais investimentos. Na produção de papel e celulose se destacaram os investimentos feitos pela Aracruz. Na metalurgia, os investimentos feitos desde a fundação da CST em 1983³⁵, até a implantação de seu Laminador de Tiras a Quente (LTQ) em 2002, contribuíram para elevação do estado na distribuição regional da produção nacional de aço bruto (tabela 2.24) e ampliação de participação da ArcelorMittal Tubarão (antiga CST) tanto no total nacional de laminados planos

³⁵ Além dos resultados de sua implantação e da fase de maturação, houve a instalação do sistema de lingotamento contínuo em 1996 e do Alto-Forno 2 em 1998, que elevaram a participação do estado na produção de aço bruto a 19,4% em 2001. Em 2002, ArcelorMittal Tubarão, devido à implantação do LTQ, passou a produzir bobinas a quente (de maior valor agregado) e majoritariamente destinadas ao mercado interno. Em contrapartida, diminuiu a produção de placas de aço.

(tabela 2.23) quanto na parcela crescente de suas vendas brutas para o mercado interno (tabela 2.25).

Tabela 2.23: Participação Relativa da produção da ArcelorMittal Tubarão no total Brasileiro – 1984 - 2006 (%)

Produção	1984	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Aço Bruto	125	97	146	133	00	143	149	142	142	148	177	171	179	166	154	151	153	166
Laminados Planos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	90	135	165	187
Semi-acabados para Vendas*	00	364	493	475	00	506	504	502	521	535	596	671	689	638	450	332	288	262

Nota: *A produção de semi-acabados para vendas inclui a produção de (placas) + (lingotes+blocos+tarugos).

Fontes: Anuários IBS.

Tabela 2.24: Distribuição regional da produção de aço bruto – 1975 - 2006 (%)

Estado	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1989	1992	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
MG	44,2	46,8	42,5	39,5	38,2	37,5	35,5	40,1	34,5	34,1	38,6	39,4	34,7	38,7	40,8	36,9	37,4	37	37,2	38,6
RJ	23,1	21,5	23,4	23,8	22,4	22,0	23,9	24,7	26,6	20,0	20,9	24,2	25,5	22,9	20,5	21,8	21,9	22,5	21,6	20,2
ES	1,2	1,1	1,1	1,2	1,3	1,2	1,4	1,2	1,4	13,4	14,3	14,3	19,1	18,6	19,4	18	16,9	17,4	18	18,3
SP	24,3	23,5	27,0	29,2	31,6	32,3	32,4	26,4	30,6	25,7	20	16,7	14,8	13,9	13	17,1	17,3	16,4	16,8	16,5
RS	3,5	3,3	2,9	2,8	3,3	3,2	2,8	2,9	2,2	2,2	1,8	1,7	2,3	2,2	2,4	2,3	2,5	2,3	2,5	2,5
BA	1,3	1,4	1,4	1,6	1,4	1,7	2,0	2,1	1,6	1,5	1,3	1,4	1,7	1,6	1,6	1,6	1,7	1,6	1,6	1,5
PR	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,5	1,2	1,3	1,3	1	0,9	1	1,4	1,4	1,4	1,6	1,3	1,2
PE	1,6	1,6	1,2	1,1	1,1	1,4	1,4	1,7	1,3	1,3	1,2	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8
CE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4
AL	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-
BR	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Anuários IBS.

Tabela 2.25: Receita Bruta das Vendas Internas da ArcelorMittal Tubarão – 1999 -2004 (%)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Mercado Interno	6,6	11,2	10,0	5,9	27,1	36,8
Mercado Externo	93,4	88,8	90,0	94,1	72,9	63,2
Receita Bruta de Vendas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ArcelorMittal Tubarão. Disponível em: <www.arcelor.com/br/cst/>. Acesso em 01/10/2008.

Enquanto isso, os gêneros locais também apresentaram taxas de crescimento positivas: alimentos e bebidas (7,5%), têxteis (1,3%), principalmente nos municípios de Colatina e Vila Velha, e fabricação de couros (4,2%), todavia menores que as nacionais, com exceção da produção de artigos de vestuário e de madeira, esta última localizada no município de Linhares e que cresceu no período.

Finalmente, com relação à taxa média de crescimento para todo o período (ainda na tabela 2.22), comprovou-se que a participação da indústria de transformação capixaba no VTI nacional cresceu à frente da média nacional. Porém, além de se circunscrever num contexto de baixo crescimento da indústria nacional, decorreu também do crescimento especial dos setores voltados à exportação, que ganharam participação no mercado nacional e estadual e que se sobrepuseram aos demais³⁶.

A seguir, pelos dados da tabela 2.26, foram examinadas as taxas de produtividade da indústria do Espírito Santo em geral, da indústria extrativa e de transformação para o período. Quanto à indústria extrativa confirmou-se seu crescimento relativo, sendo significativos os desempenhos dos ramos de extração de petróleo e minerais metálicos. Quanto à indústria de transformação, esta seguiu uma trajetória de queda, partindo de 1,2 em 1985 para 0,8 em 2006, nos quais a maioria dos setores produtivos, tanto os relacionados à produção de bens de consumo não-durável, quanto os bens de consumo durável e de capital, tiveram crescimento de produtividade abaixo do observado para o Brasil.

³⁶ Apesar das taxas de crescimento dos demais setores terem sido consideráveis, em termos absolutos e relativos respondem às parcelas modestas do VTI.

Tabela 2.26: Produtividade industrial capixaba (VTIES)/(POES)/(VTIBR)/(POBR)*- 1985-2006.

Classificação nacional de atividades econômicas (CNAE)	1985	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indústrias extrativas	1,6	0,7	1,1	1,2	1,6	1,7	1,9	1,9	2,4	3,7	4,4	4,9
Extração de carvão mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de petróleo e serviços relacionados	-	-	-	-	-	-	3,4	4,5	8,6	9,1	7,4	8,12
Extração de minerais metálicos	2,1	1,6	2,9	3,1	5,2	5,4	6,2	5,9	5,6	12,3	12,6	12,8
Extração de minerais não-metálicos	0,4	-	-	-	-	0,2	0,3	0,3	0,3	-	-	-
Indústrias de transformação	1,2	0,3	0,3	0,3	0,4	0,6	0,5	0,7	0,8	0,8	0,9	0,8
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	0,9	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,4	0,5	0,4	0,5	0,5
Fabricação de produtos do fumo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos têxteis	1,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,3	0,5	0,3	0,2
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,4	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
Fabricação de produtos de madeira	0,4	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,2
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	4,7	1,0	1,5	1,7	3,3	8,4	6,2	7,0	10,1	9,4	8,1	7,7
Edição, impressão e reprodução de gravações	0,4	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,1	0,3	0,3	0,4	0,4
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	1,6	0,3	0,5	0,5	0,5	0,7	0,5	0,3	0,8	0,5	0,8	0,7
Fabricação de produtos químicos	2,0	0,4	0,5	0,4	0,6	1,0	1,3	1,5	1,4	1,4	1,4	1,8
Fabricação de artigos de borracha e plástico	0,4	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,2	0,4	0,3	0,3	0,3
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,7	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5
Metalurgia básica	2,8	1,0	1,3	1,2	1,3	2,5	2,2	2,8	3,4	4,8	5,1	4,0
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	0,4	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3
Fabricação de máquinas e equipamentos	0,6	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4	0,3	0,4	0,6
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	-	-	0,3	0,3	0,2	0,2	3,8	2,0	0,7	0,9	0,7	0,6
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2,1	0,3	0,4	0,3	0,2	0,3	0,3	0,4	0,3	0,5	0,2	0,6
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	0,1	-	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	-	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	-	0,4	0,5	0,6
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0,7	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2
Fabricação de móveis e indústrias diversas	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
Reciclagem	-	0,3	-	-	0,4	0,3	0,4	0,4	0,3	0,6	0,6	0,6
Outros*	16,1	0,2	0,2	0,3	0,4	2,7	-	0,2	0,3	-	0,4	0,0

Notas: (*) Considera-se VTIBR/POBR = 100, ou seja, representa a produtividade média da indústria brasileira. PO refere-se ao pessoal ocupado total.

Fonte: IBGE - Para 1985, Centro Industrial compatibilizado com os ramos de atividade de PIA a partir de informações gentilmente cedidas por Macedo (2002). Para os demais anos, Pesquisa Industrial Anual/IBGE.

Assim, a reflexão a ser feita é que esses setores exportadores, além terem elevado suas produtividades e realizado investimentos significativos (como será visto a seguir), também se consolidaram como os segmentos de maior crescimento dessa unidade da federação, e foram, inclusive, os maiores beneficiados pela infra-estrutura construída no território, contribuindo para a progressiva especialização dessa economia na expansão da fronteira mineral.

Com relação aos produtos destinados ao abastecimento do mercado interno, sua base industrial ainda era muito incipiente para resistir à abertura comercial e à maior concorrência da década de noventa. Pode ser também pensado algumas outras questões, como por exemplo: i) que

a própria organização produtiva estadual ainda era frágil; ii) que poucos ajustes foram feitos nessa composição no sentido do enfrentamento dos impactos da abertura comercial em suas bases; iii) e que talvez, a postura de racionalidade econômica dos industriais locais fosse de comerciantes de fato e não de empresários industriais, apostando assim, em outras oportunidades de investimentos fora da esfera industrial. Tais assertivas estão de acordo com o desempenho econômico desses segmentos, haja vista as quedas expressivas no VTI e produtividade de seus gêneros, revertendo, portanto, a lógica de crescimento e diversificação observada nas décadas anteriores.

Entretanto, os setores intensivos na produção de bens de consumo durável e de capital, cujas participações são modestas no Espírito Santo, mantiveram-se nesse mesmo patamar no período, pois:

[...] não podemos nos esquecer que a produção capitalista é intrinsecamente concentradora, seja em termos pessoais, de empresas, de setores, regiões ou países, e isso decorre da fria lógica de seu funcionamento dinâmico. Para contrariá-la, aquelas especificidades acima apontadas, em termos de exceção à regra, podem ser úteis ou necessárias, mas nunca são capazes de evitar as regras do capitalismo. Existem vários segmentos da produção industrial, [...], que têm suas próprias determinações técnicas e econômicas, que não permitem sua desconcentração, a não ser sob determinadas condições históricas (CANO, 2008, p. 191).

Apenas confirmando o que já foi observado, de acordo com Cano (2008), constatarem-se os setores que apresentaram os principais ganhos e perdas na participação nacional do VTI. Conforme dados da tabela 2.27, se verificou que o Espírito Santo teve, no período de 1985 a 1996 seus principais ganhos nos setores de Metalurgia e Reciclagem, e no segundo, de 1996 a 2004, basicamente na produção de bens intermediários, notadamente: derivados de petróleo e álcool, papel e celulose, metalurgia e minerais não-metálicos, todos eles frutos de grandes investimentos, ao contrário dos setores que fazem parte da indústria de bens de consumo não-durável, durável e bens de capitais³⁷.

³⁷ Para isso, considerar as Notas Metodológicas constantes de seu Apêndice Estatístico, nos quais o autor explica a necessidade do confronto estrutural em dois cortes temporais e analíticos diferentes.

Tabela 2.27: Indústria de Transformação: principais ganhos ou perdas do ES na participação nacional do VTI em dois cortes temporais – 1985 – 1996 – 2004 (%)

Gêneros	1985 1996	1996 2004
Alim. e bebidas	-0,4	-0,6
Fumo	0	0
Têxtil	0	0
Vestuário	0,2	0,6
Couros e Peles	-0,1	0
Farmacêutica	...	0
Perf., sabões e velas	-0,2	0
Móveis diversos	0,5	0,6
Mobiliário	-0,5	0,8
Diversas	0	0
Editorial	0	-0,1
Madeira	-1,8	-0,8
Papel	-0,5	4,6
Der.de petróleo e álcool	0	4,6
Prod. Químicos, farm. E perfum.	-0,6	0,2
Prod. Químicos (outros)	-0,6	0,3
Borracha e plástico	0,1	0,4
Borracha	...	...
Mat. Plástico	...	...
Min. Não-met.	0,7	1,4
Metalurgia Básica	2,5	1,3
Prod. Metal	-2,4	-0,1
Reciclagem	7,4	-2,2
Maq. E equipamentos	-0,4	0,7
Maq. Para escritório e informática	0	...
Mat. Elétrico	-0,1	0,2
Mat. Eletrônico	0	...
Equip. médicos, automação e cine-foto	0,1	0,2
Veículos automotores	0,2	0
Outros equip. transporte	-0,4	-0,5
Total	-0,1	0,5

Fonte: PIAs 1996, 2003 e 2004. Elaboração: CANO (2008, p. 182).

Apesar dos dados aqui apresentados refletirem de forma clara a organização produtiva capixaba no período, serão mais bem entendidos se verificados em conjunto com os dados referentes ao Valor Agregado Fiscal (VAF)³⁸ do ICMS arrecadado. De acordo com a tabela 2.28,

³⁸ O governo estadual distribui 25% do total arrecadado entre os 78 municípios capixabas. Para fazer a transferência, a SEFAZ considera a Declaração de Operações Tributáveis (DOT) que as empresas encaminham anualmente à Secretaria. Com base nesta informação, é apurado o Valor Adicionado Fiscal, que corresponde a 75% do Índice de Participação dos Municípios (IPM). No restante da composição (25%) são levados em conta quesitos estipulados na

para os anos de 1997 a 2006, as atividades que tiveram maior participação relativa na arrecadação do ICMS foram aquelas relacionadas aos serviços, arrecadando na maior parte dos anos mais de 2/3 do total obtido. Em segundo lugar, aparecem as atividades industriais, e finalmente aquelas ligadas à agropecuária, com pequenas participações no total do ICMS arrecadado³⁹.

Tabela 2.28: Participação relativa dos setores na arrecadação do Espírito Santo – 1997 - 2006 (%)

Descrição da Atividade	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2
Indústria(1)	20,5	20,2	21,7	26,1	25,2	26,5	30,2	27,0	29,0	27,2
Serviços (2)	78,0	78,6	77,1	73,2	72,3	70,7	65,9	66,0	64,6	71,0
Atividades Indefinidas	1,4	1,0	1,0	0,5	2,2	2,5	3,7	6,8	6,3	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Notas:(1) Refere-se às Indústrias Extrativas e de Transformação. (2) Refere-se aos ramos: Comércio, Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos; Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água; Transporte, Armazenagem e Comunicações; Administração Pública, Defesa e Seguridade Social; Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas; Intermediação Financeira; Alojamento e Alimentação; Construção; Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais; Saúde e Serviços Sociais; Educação; Serviços Domésticos e Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais.

Fonte: SEFAZ – ES. Elaboração própria.

Os dados constantes da tabela acima foram desagregados e organizados na tabela 2.29, a seguir, para os principais ramos dessa economia. A partir desses elementos foi possível relacionar aqueles de maior importância na economia capixaba e suas respectivas participações relativas na arrecadação estadual. Assim, foram revistos os desempenhos dos seguintes ramos: agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, indústria extrativa, indústria de transformação, comércio, transporte, armazenagem e comunicações e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas. O primeiro setor, referente à agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, foi aquele que apresentou menor participação no ICMS do Espírito Santo, como notado pela tabela anterior. Como visto na segunda seção, houve queda de participação no PIB Agropecuário no período. Entretanto, isso foi compensando pela expressiva alta na

legislação estadual, como: número de propriedades rurais, produção agrícola e hortigranjeira, área do município e investimentos em saúde e em saneamento. Com base nessas informações é possível verificar quais foram atividades que mais geraram arrecadação ao estado, e dessa forma, quais pilares sob as quais essa economia se baliza.

³⁹ Entretanto, deve ser ressaltado que o controle sobre a arrecadação é mais problemático nos campos da agricultura e setor terciário, devido aos problemas de informalização e sonegação fiscal.

arrecadação da silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados, consequência do crescimento das atividades produtoras de papel e celulose, o que elevaram sua participação no VTI. Apesar da relativa diversificação agrícola do estado para a produção de arroz, feijão, cana e fruticultura (café, coco e mamão principalmente), isso não foi suficiente para que se superasse o crescimento da plantação de eucaliptos para a fabricação de celulose branqueada, reforçando a tese de maior especialização da agricultura estadual. Não podemos deixar de registrar que os dados de arrecadação da agropecuária são muito mais complicados do que os das indústrias e dos serviços industriais de utilidade pública.

O segundo ramo alude à participação relativa da indústria extrativa na arrecadação do ICMS capixaba. Conforme observado antes, a importância das descobertas recentes do setor de extração de petróleo e serviços correlatos se destacou. Sua arrecadação corresponde à quase totalidade do obtido para a maior parte dos anos e vale a pena destacar o salto entre 1999 a 2000, reflexo das descobertas de jazidas petrolíferas no litoral, e que impactou significativamente em sua capacidade arrecadatória, deixando em segundo lugar as atividades de extração de minerais metálicos e não-metálicos. Isso denota, portanto, a importância para o estado da atividade de extração de recursos fósseis, responsável também pelo aprofundamento da malha local de fornecedores especializados, aumento na capacidade de financiamento e dos investimentos públicos concentrados principalmente na RMGV.

O terceiro setor analisado foi o da indústria de transformação capixaba. Como observado, muitos ramos da indústria local desaceleraram suas participações no VTI, sendo que seus reflexos também foram sentidos na arrecadação, principalmente nos ramos: alimentos e bebidas; fabricação de coque...; fabricação de produtos químicos; fabricação de móveis; confecção de artigos do vestuário; têxteis; materiais para escritório, produtos de madeira e artigos de couro.

Enquanto isso, o crescimento das atividades exportadoras do Espírito Santo, observado na PIM-PF e VTI, também pôde ser conferido pelos dados de arrecadação. Os segmentos que elevaram a participação foram: metalurgia, produtos não-metálicos, papel e celulose, borracha e plástico, produtos de metal, máquinas e equipamentos, materiais elétricos, edição, impressão e reprodução de gravações, fumo, transportes e reciclagem. Há que se considerar também que o estado foi aos poucos aprimorando seu sistema de arrecadação, informatizando-o (acompanhando uma tendência nacional). Esse fator, aliado ao mecanismo do FUNDAP (que estimula a importação de mercadorias pelo porto de Vitória) contribuiu para a elevação da arrecadação do

ICMS estadual, pois esses bens, ao serem revendidos aos demais estados, foram nacionalizados e tributados no território capixaba, caracterizando-se assim, num intenso comércio interestadual⁴⁰.

Já quanto aos dois primeiros setores, pode-se dizer que sua capacidade de arrecadação se elevou significativamente. Isso pode ser atribuído graças à instalação do LTQ pela ArcelorMittal Tubarão em 2002, que passou a produzir bobinas a quente para o mercado interno, e que colaborou para a elevação do ICMS do setor, lembrando que as exportações são desoneradas de impostos (enquanto que as vendas internas não). Já o setor de produção de minerais não-metálicos (que faz parte de muitos encadeamentos produtivos, dentre eles a construção civil), além de se expandir devido ao aumento da demanda externa a partir de 2002, também cresceu em razão do aquecimento da economia nacional. Já o setor produtor de papel e celulose, que representa praticamente 20% do VTI do total da indústria de transformação, elevou apenas marginalmente sua participação na arrecadação, de 0,7% em 1997 para 0,8% em 2006, estando assim, muito aquém do ritmo de seu desempenho produtivo. Isso se deu em virtude da estratégia privada da empresa no qual a produção se direciona majoritariamente para o mercado externo, cujas exportações são desoneradas da cobrança do ICMS, o que, por sua vez, reflete-se na pequena parcela do ICMS.

Ademais, analisando-se o setor responsável pela produção automobilística, verificou-se, pois, que este setor é inexistente na cadeia produtiva capixaba, quando se verificou sua participação no VTI estadual. Entretanto, o mesmo é responsável por arrecadar em 2006 10% do total da indústria de transformação no segmento de automóveis. Isso ocorre devido à existência do benefício fiscal do FUNDAP, que estimula a importação de bens pelo porto de Vitória e nesse caso, automóveis. Esses bens, por sua vez, sofrem taxaço do ICMS quando nacionalizados e quando revendidos a outros estados, o que evidencia sua maior arrecadação. Isso será mais bem visualizado no capítulo seguinte, no qual será analisado o comportamento do comércio exterior espírito-santense, bem como a movimentação geral de cargas pelos seus portos. Já os setores de materiais eletrônicos e fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares mantiveram praticamente “estáveis” sua arrecadação e em níveis bem modestos.

Quanto às demais atividades, anteriormente agrupadas no macro-setor “Serviços”, foram desagregados e analisados separadamente os ramos de maior expressividade econômica:

⁴⁰ Por dificuldades de acesso aos dados, não se tem informações completas sobre esse tema, mas em pesquisa de campo no estado, em entrevistas em órgãos públicos e universidades, obtivemos a confirmação de que esse fenômeno é intenso no estado.

comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, transporte, armazenagem e comunicações, e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas. Dentre esses ramos, o de maior arrecadação foi o de comércio por atacado e intermediários do comércio (com a média de geração de 80% do total do ramo), fruto da consolidação das empresas especializadas em operações de comércio exterior, ao contrário do setor varejista, que perdeu participação.

A consolidação das operações ligadas ao comércio exterior pode ser observada também pelo desempenho de outros gêneros, como dos segmentos relacionados a transporte, armazenagem e comunicações, cuja maior participação se deveu às atividades de correio e telecomunicações (que concentrava em 1997 50% da arrecadação e passou para $\frac{3}{4}$). Em segundo lugar tem-se o setor de transportes terrestres, que apesar de sua relevância no Espírito Santo, por conta de sua localização geográfica, perdeu participação no período, a despeito de 2 das maiores empresas do setor serem capixaba: Viação Itapemirim e Águia Branca. Finalmente, no setor relacionado às atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas realçaram-se os ramos: serviços prestados principalmente às empresas e aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos (a partir de 2001). Deve-se ressaltar, contudo, que assim como a agropecuária, para uma grande parcela dos serviços, os dados de arrecadação devem ser vistos com muito cuidado.

Devido à magnitude das atividades voltadas à exportação de semi-elaborados do estado, surgiram no entorno das grandes empresas (ArcelorMittal Tubarão, Vale, SAMARCO, Petrobrás e Aracruz Celulose) uma gama relativamente diversificada de fornecedores especializados nessas atividades (ainda que muito concentrada em determinados macrosetores). Este fenômeno pode ser observado pela tabela 2.21, pelo aumento desse gênero nos serviços prestados principalmente às empresas, quanto no aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos, consequências do crescimento das atividades de extração de petróleo e gás na região, que em 2000 respondia por 0,1% da arrecadação e em 2006 passou para 21,2%. O crescimento deste segmento foi acompanhado pela prestação de um conjunto de serviços terceirizados.

Os dados da tabela 2.29 refletem juntamente com aqueles relacionados à participação no VTI e PIM-PF, a organização produtiva do Espírito Santo nesta fase. Conjeturam, portanto, um cenário de crescimento e de possibilidades de investimento nessa unidade da federação, mas que

ainda se restringe a uma lógica particular de acumulação, calcada na exportação de semi-elaborados, na especialização de seus “intra-ramos” e de uma malha de fornecedores, e no aprimoramento da infra-estrutura e logística locais, o que possibilita a esse território, especificamente em sua região metropolitana, apresentar relativa diversificação, mas que ainda está muito balizada pela flutuação das demandas internacionais.

Quando se verificou a composição estrutural das 100 maiores empresas do Espírito Santo, pelas tabelas 2.30, 2.31 e 2.32, confirmou-se a característica de extroversão dessa unidade federativa, pois ao longo do tempo sua economia passou a ter entre as maiores empresas localizadas em seu território ou aquelas ligadas à exportação de semi-elaborados ou as *tradings companies*, deixando em segundo plano àquelas ligadas ao mercado interno. É perceptível a queda da participação do setor agropecuário na Receita Bruta Total das 100 maiores ao longo do tempo (apesar de terem já em 1973 apenas 1,3% de participação) e também, a diminuição em seu número, principalmente a partir de 1990, quando possuía oito empresas e passou a não ter mais nenhuma em 2005.

Tabela 2.29: Participação relativa dos setores no Espírito Santo no ICMS - 1997 - 2006

(%)

Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal										
Descrição da Atividade	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Arrecadado por Ano	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados Com Essas Atividades	50,3	34,8	22,2	16,1	6,2	5,5	6,1	11,3	11,1	9,4
Silvicultura, Exploração Florestal e Serviços Relacionados Com Estas Atividades	49,7	65,2	77,8	83,9	93,8	94,5	93,9	88,7	88,9	90,6
Indústria Extrativa										
Descrição da Atividade	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Arrecadado por Ano	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	62,9	53,5	61,8	66,2	94,5	95,0	77,7	94,6	93,7	94,0
Extração de Minerais Não-metálicos	28,3	22,1	23,6	28,3	4,2	3,0	3,2	3,1	1,5	1,9
Extração de Minerais Metálicos	8,9	24,4	14,6	5,5	1,4	2,0	19,1	2,3	4,9	4,1
Extração de Carvão Mineral	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria de Transformação										
Descrição da Atividade	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Arrecadado por Ano	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	25,2	39,1	49,3	51,9	45,9	39,6	41,7	29,9	11,0	14,8
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	24,1	19,9	16,4	15,8	18,6	21,4	18,4	25,1	18,2	20,8
Fabricação de Produtos Químicos	11,3	5,3	5,5	4,8	6,1	8,1	6,9	6,9	6,7	6,0
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	9,4	6,3	4,4	5,1	6,7	4,8	5,3	7,1	8,6	10,2
Fabricação de Produtos Não-metálicos	7,9	11,6	10,2	8,3	9,3	9,8	11,3	12,5	7,5	9,6
Metalurgia Básica	5,8	3,0	1,2	1,6	1,0	0,9	3,9	4,1	31,2	19,1
Fabricação de Móveis e Indústria Diversas	3,3	1,4	2,2	1,5	1,3	1,6	1,6	2,0	1,9	1,8
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	2,6	2,5	2,3	1,8	2,0	2,1	1,9	1,8	1,8	1,7
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	2,5	3,2	2,8	4,5	2,8	4,1	3,3	4,8	4,4	5,6
Fabricação de Produtos de Metal - Excluídas Máquinas e Equipamentos	1,4	1,9	1,1	0,8	1,1	1,1	1,1	1,2	1,6	2,2
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	1,6	1,2	0,9	0,5	0,7	1,0	0,8	1,0	1,6	4,0
Fabricação de Máquinas Para Escritório e Equipamentos de Informática	1,7	0,3	0,1	0,0	0,1	0,3	0,1	0,2	0,3	0,2
Fabricação de Produtos de Madeira	0,8	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,4	0,3	0,5	0,7
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	0,6	0,6	0,5	0,4	0,5	0,6	0,5	0,5	0,6	0,4
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,7	1,0	0,7	1,1	1,9	2,5	1,4	1,4	2,7	0,8
Fabricação de Produtos Têxteis	0,6	1,0	0,6	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0,2	0,4	0,6	0,6	0,8	0,5	0,5	0,5	0,6	0,9
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Fabricação de Produtos do Fumo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos Para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Fabricação de Outros Equipamentos de Transportes	0,3	0,4	0,4	0,3	0,4	0,4	0,3	0,3	0,4	0,5
Reciclagem	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2
Comércio; Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos										
Descrição	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Arrecadado por Ano	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Comércio Por Atacado e Intermediários do Comércio	79,3	83,1	82,1	81,0	82,3	80,9	79,4	79,7	80,1	83,1
Comércio Varejista e Reparação de Objetos Pessoais e Domésticos	13,7	13,4	13,7	14,5	13,5	13,9	15,1	13,5	12,2	10,9
Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; e Comércio a Varejo de Combustíveis	7,0	3,5	4,2	4,5	4,2	5,2	5,5	6,8	7,7	6,0
Transporte, Armazenagem e Comunicações										
Descrição da Atividade	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Arrecadado por Ano	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Correio e Telecomunicações	51,5	72,4	75,4	75,5	82,4	83,4	80,3	76,5	76,7	76,5
Transporte Terrestre	31,9	20,7	16,9	14,8	11,7	11,1	14,2	16,9	16,3	17,7
Atividades Anexas e Auxiliares do Transporte e Agências de Viagem	14,7	5,7	4,9	9,4	5,8	5,2	4,9	5,4	5,8	3,7
Transporte Aquaviário	1,8	1,2	2,7	0,2	0,1	0,2	0,5	1,1	1,2	1,9
Transporte Aéreo	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas										
Descrição da Atividade	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Arrecadado por Ano	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Serviços Prestados Principalmente às Empresas	80,6	98,7	98,2	98,8	97,1	91,2	85,9	90,0	84,9	73,8
Atividades Imobiliárias	17,7	0,5	1,1	0,5	0,1	5,8	8,2	2,9	0,4	1,1
Atividades de Informática e Conexas	1,6	0,7	0,7	0,6	0,2	0,8	0,6	0,7	4,0	3,9
Aluguel de Veículos, Máquinas e Equipamentos Sem Condutores Ou Operadores e de Objetos Pessoais e Domésticos	0,1	0,1	0,0	0,1	2,6	2,2	5,2	6,4	10,7	21,2
Pesquisa e Desenvolvimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: SEFAZ – ES. Elaboração própria.

Tabela 2.30: Participação Relativa na Receita Bruta Total - Análise entre as 100 maiores empresas do estado do Espírito Santo, conforme períodos e setores selecionados – 1973 - 2005 (%)

	1973	1974	1975	1976	1980	1981	1984	1985	1986	1988	1989	1990	1991	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Agropecuária	1,3	0,1	0,3	0,4	0,4	0,4	1,2	0,3	0,3	0,4	0,5	1,3	1,4	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,1	0,0
Indústrias	62,6	34,8	35,5	22,9	68,9	66,8	68,5	63,0	64,5	63,6	57,0	71,1	76,0	41,1	44,1	44,1	49,4	59,8	59,6	54,9
Serviços Totais*	36,0	65,1	64,2	76,7	30,8	32,8	30,3	36,8	35,2	36,1	42,5	27,6	22,6	58,9	55,9	55,7	50,7	40,1	40,3	45,1
Serviços gerais **	14,2	14,3	12,6	33,4	5,7	10,3	14,1	15,3	11,9	24,7	29,8	16,6	9,1	8,6	17,4	16,1	16,7	13,9	12,4	14,4
Comércio em geral - exclusive de Comércio Exterior	11,1	16,6	14,2	9,2	4,2	5,3	2,9	5,1	5,3	2,6	3,0	2,5	3,5	12,6	7,9	9,8	10,9	10,2	8,7	10,2
Serviços específicos de Comércio Exterior	6,7	28,8	33,1	31,0	17,8	12,7	10,7	13,2	15,3	5,8	5,6	4,2	7,3	36,0	28,0	27,4	20,9	14,3	15,6	18,4
Serviços específicos de Transportes	4,1	5,4	4,4	3,0	3,0	4,5	2,7	3,3	2,7	3,0	4,2	4,3	2,7	1,8	2,5	2,4	2,1	1,7	3,7	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Notas: * Neste setor foi feita a soma dos itens: Serviços Gerais, Comércio em geral - exclusive Comércio Exterior, Serviços Específicos de Comércio Exterior, e Serviços Específicos de Transportes. ** Foram agrupados neste setor as operações: Banco Comercial, Banco de Desenvolvimento, Serviços de Saneamento, Serviços de Urbanização, Serviços de Crédito, financiamento e investimento, crédito imobiliário, seguros em geral, engenharia rural, turismo, hotelaria, empreendimentos e administração, serviços de incorporação imobiliária, energia elétrica, serviços técnicos profissionais, caderneta de poupança, exibição de filmes, prestação de serviços e assessoria, pesquisa lavra, aproveitamento de insumos e materiais, intermediação financeira, serviços de auxílio de atividade econômica, serviços de capitalização, administração de imóveis, alojamento e alimentação, serviços médicos, odontológicos e veterinários, distribuição de veículos e autopeças, serviços auxiliares às atividades econômicas - operação de portos e pedágio, Radiodifusão e TV, Vigilância, serviços de informática e serviços de *telemarketing*.

Fonte: Dados retirados da revista 150 Maiores Empresas do Espírito Santo.

Tabela 2.31: Número de Empresas por Setor - Análise entre as 100 maiores empresas do estado do Espírito Santo, conforme períodos e setores selecionados – 1973 - 2005

	1.973	1.974	1.975	1.976	1.980	1.981	1.984	1.985	1.986	1.988	1.989	1.990	1.991	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005
Agropecuária	4	3	6	5	4	6	9	8	8	6	6	8	3	0	0	1	0	1	1	0
Indústrias	45	47	43	39	49	46	41	41	42	50	50	50	51	33	33	33	37	38	38	33
Serviços Totais*	51	50	51	56	47	48	50	51	50	44	44	42	46	67	67	66	63	61	61	67
Serviços gerais **	16	13	16	19	16	19	19	19	21	18	21	22	8	16	25	21	21	23	21	22
Comércio em geral - exclusive de Comércio Exterior	26	23	22	23	15	17	16	18	16	12	9	8	18	30	18	19	16	18	20	22
Serviços específicos de Comércio Exterior	6	9	9	10	12	7	9	8	9	6	6	5	16	17	19	21	21	16	15	19
Serviços específicos de Transportes	3	5	4	4	4	5	6	6	4	8	8	7	4	4	5	5	5	4	5	4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Notas: * Neste setor foi feita a soma dos itens: Serviços Gerais, Comércio em geral - exclusive Comércio Exterior, Serviços Específicos de Comércio Exterior, e Serviços Específicos de Transportes. ** Foram agrupados neste setor as operações: Banco Comercial, Banco de Desenvolvimento, Serviços de Saneamento, Serviços de Urbanização, Serviços de Crédito, financiamento e investimento, crédito imobiliário, seguros em geral, engenharia rural, turismo, hotelaria, empreendimentos e administração, serviços de incorporação imobiliária, energia elétrica, serviços técnicos profissionais, caderneta de poupança, exibição de filmes, prestação de serviços e assessoria, pesquisa lavra, aproveitamento de insumos e materiais, intermediação financeira, serviços de auxílio de atividade econômica, serviços de capitalização, administração de imóveis, alojamento e alimentação, serviços médicos, odontológicos e veterinários, distribuição de veículos e autopeças, serviços auxiliares às atividades econômicas - operação de portos e pedágio, Radiodifusão e TV, Vigilância, serviços de informática e serviços de *telemarketing*.

Fonte: Dados retirados da revista 150 Maiores Empresas do Espírito Santo.

Tabela 2.32: Análise entre as 100 maiores empresas do estado do Espírito Santo, conforme localização e períodos selecionados – 1973 - 2005

	1.973	1.974	1.975	1.976	1.980	1.981	1.984	1.985	1.986	1.988	1.989	1.990	1.991	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005
RMGV*	68	63	71	64	74	70	68	69	63	74	74	76	75	85	83	83	80	78	79	80
Demais Localidades	32	37	29	36	26	30	32	31	37	26	26	24	25	15	17	17	20	22	21	20
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Nota: * A Região Metropolitana de Vitória (RMGV), é formada pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Foi constituída pela Lei Complementar estadual 58, de 21.02.1995, e posteriormente modificada em 1999 e 2001, quando incorporou, respectivamente, os municípios de Guarapari e Fundão.

Fonte: Dados retirados da revista 150 Maiores Empresas do Espírito Santo

Quanto às indústrias, essas também perderam participação na Receita Bruta gerada, partindo de 62,6% em 1973, e chegando a 54,9% em 2005. Entretanto, há que se considerar que o número de empresas também diminuiu no período, de 45 para 33, indicando possíveis sinais de concentração de capital em determinadas empresas.

Em contrapartida, analisando-se o setor de serviços totais, constatou-se que este elevou sua participação na receita bruta gerada, especificamente naquele referente aos serviços de comércio exterior, que praticamente triplicou. Como nessa fase o Espírito Santo também adensou sua área urbana e elevou sua população nessa região, é natural que as participações na receita bruta dos serviços gerais e no comércio em geral também tivessem se avolumado. O mesmo foi visto no número de empresas, de 51 para 67, sendo que nos serviços de comércio exterior seu crescimento foi mais expressivo, de 6 para 19 empresas.

Ademais, quanto à localização geográfica das 100 maiores empresas capixabas, averiguou-se que, no período entre 1973 e 2005, a RMGV passou a sediar uma parcela maior dessas empresas (de 68% para 80% delas), restando às demais regiões do estado apenas 20%. Isso materializa, portanto, o que foi discutido anteriormente: as atividades ligadas à produção de bens intermediários e de serviços de comércio exterior (principalmente na RMGV) foram os vetores que delinearão essa economia nos últimos anos. Essa constatação também será percebida quando forem analisados os investimentos realizados e os potenciais para o estado, no próximo capítulo.

2.4 Conclusões

Muitos analistas consideram que o Espírito Santo vive hoje o melhor período econômico de sua história. Essa assertiva, citada no começo do capítulo, reflete, portanto, o retrato da economia dessa unidade da federação nos últimos quinze anos. Conforme demonstrado ao longo das seções anteriores, esse crescimento colaborou para a implantação de um leque significativo de oportunidades de investimento ao estado capixaba. Entretanto, ao se analisar detidamente essa estrutura produtiva e sua lógica de acumulação há que se ponderar os modos pelos quais esses resultados foram obtidos e de que maneira foram apropriados.

Foi visto que algumas alterações na estrutura produtiva do campo, como a recente tendência de concentração fundiária nos estratos superiores e de agricultura patronal, vieram a

confirmar o desenvolvimento de atividades voltadas à produção de *commodities* para a exportação (reflorestamento e cana-de-açúcar), o que comprimiu a área de atuação da agricultura e de sua orientação para o abastecimento do mercado interno.

Quanto à estrutura industrial do estado do Espírito Santo, tanto a extrativa quanto a de transformação, apesar de reterem grande parte dos investimentos realizados e potenciais, apreendem ainda parcelas muito modestas do VTI brasileiro. O horizonte de otimismo e as oportunidades de crescimento não foram ainda suficientes para ocultar algumas deficiências importantes dessa estrutura, pois: i) são intensivas em recursos naturais, logo, finitos; ii) são significativamente concentradas em determinados ramos; iii) muitos de seus elos são incompletos; iv) tem baixa capacidade de arrecadação, dada a exoneração das exportações; v) agregam baixos valores ao produto final e são sensíveis às flutuações na demanda internacional; o que denota, portanto, sua fragilidade.

Deste modo, procurou-se expor alguns pontos considerados essenciais à compreensão da estrutura produtiva do estado do Espírito Santo. Contudo, um de seus tripés situa-se nas atividades de comércio exterior cuja dinâmica está determinada por um conjunto de condicionantes (a localização territorial privilegiada, as dinâmicas macroeconômicas nacionais e internacionais favoráveis e a existência de um sistema de incentivos fiscais próprio), que transformaram o estado capixaba no mais extrovertido do país, e que alterou também, os perfis de seus investimentos, como será discutido no capítulo a seguir.

Capítulo 3 – O papel do comércio exterior e dos investimentos na economia do Espírito Santo – 1990 – 2005

3.1 Introdução

Este capítulo tem como intenção analisar a evolução e a composição do comércio exterior capixaba, bem como sua estrutura de investimentos, de 1990 a 2005.

Assim, ele se estrutura da seguinte maneira: na primeira seção serão feitos breves comentários acerca da evolução do comércio mundial, nacional e capixaba, de modo que, nas seções subseqüentes, serão aprofundadas as questões mais particulares. No segundo item, o foco principal é avaliar a estrutura de seu comércio exterior em si, englobando nos objetivos específicos, questões atinentes à participação das exportações do estado, o tipo de conteúdo tecnológico envolvido e a relevância de sua infra-estrutura e logística. Na terceira parte, explanar-se-ão os principais investimentos realizados e os previstos para o estado, dispondo-os conforme atividade, finalidade e localização. E por fim, a conclusão do capítulo.

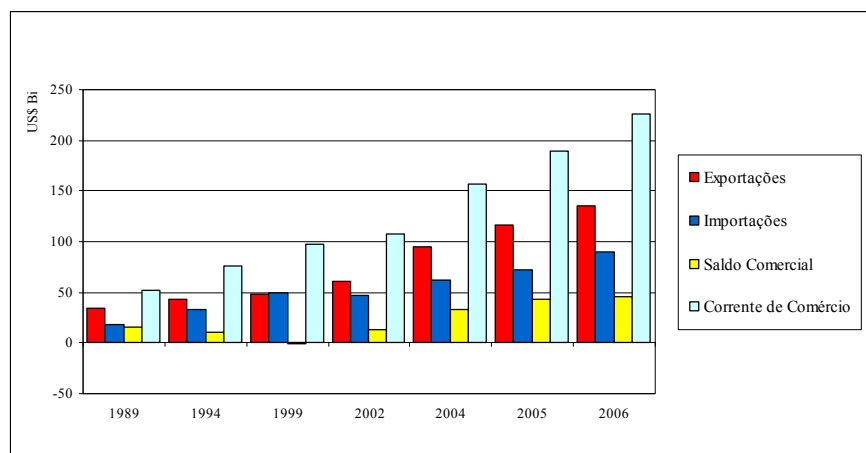
3.2 Considerações sobre o comércio internacional e nacional e inserção econômica capixaba

Como examinado no primeiro capítulo, ao contrário do período do “Milagre Econômico”, a economia brasileira nas últimas duas décadas viveu períodos de estagnação e baixo crescimento que afetaram sua capacidade de gasto e investimentos públicos, deterioraram as bases de sustentação da maioria dos órgãos de desenvolvimento regional e de seus principais mecanismos de ação.

Na década de noventa, a abertura comercial e financeira e a valorização cambial refletiram no comportamento das importações brasileiras, elevando-as a um patamar muito superior às exportações nacionais, o que resultou em sucessivos déficits comerciais. De acordo com o gráfico 3.1, entre 1989 e 2006, as exportações brasileiras saltaram de um nível de pouco mais de US\$ 30 bilhões para mais de 130 bilhões de dólares (valores correntes). As importações tiveram o mesmo comportamento, no entanto, cresceram, inicialmente, a um compasso bem mais acelerado. Entretanto, após a desvalorização do Real em 1999 e a posterior aceleração do

comércio mundial (especificamente a partir de 2002) e da demanda chinesa por *commodities*, que se refletiu na elevação de seus preços internacionais (conforme visto no capítulo 2), as exportações brasileiras, como um todo, foram estimuladas, especialmente, nas regiões especializadas na produção de semi-elaborados, como o Espírito Santo.

Gráfico 3.1: Evolução das importações, exportações e saldos comerciais brasileiros – 1989 - 2006



Fonte: Dados SECEX/SISCOMEX/NEIT⁴¹. Elaboração própria.

Isso corresponde, em grande medida, ao comportamento ascendente dos coeficientes de importação e exportação nacional, regionais e estaduais⁴² a seguir. Quando analisados os coeficientes de exportação nacionais (tabela 3.1) verificou-se que estes foram ascendentes basicamente em dois períodos. O primeiro entre 1980 e 1985, quando a necessidade de se aumentar o *drive* exportador nacional, durante a crise da década de oitenta, possibilitou à economia brasileira elevar a participação de sua indústria de bens intermediários (em detrimento aos demais setores), especificamente nas regiões fora do eixo Rio de Janeiro - São Paulo e que receberam investimentos de grande porte do II PND, como foi o caso do estado capixaba. Isso foi responsável, portanto, para que o coeficiente de exportações nacional saltasse de 9,5% em 1980 para 12,2% em 1985.

⁴¹ Trata-se de uma base de dados de comércio exterior, disponibilizada pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – SECEX, a partir do Sistema de Comércio Exterior – SISCOMEX – e sistematizada pelo NEIT-IE-UNICAMP. A elaboração dos dados, feita a partir dessa sistematização, é explicada pela autora no apêndice metodológico.

⁴² Esses coeficientes foram calculados relacionando-se o valor das importações e exportações e os PIB's e refletem o grau de extroversão dessas economias.

Tabela 3.1: ES, BR e UF's selecionadas - Coeficientes de Exportação e Importação, em relação ao PIB Regional – 1970 - 2004 (%)

UF's e Regiões	ES, BR e Ufs selecionadas - Coeficientes de Exportação e Importação em relação aos PIB's regionais (em %)																									
	1970		1975		1980		1985		1990		1994		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
ES	6,5	16,9	3,0	18,0	22,9	23,9	30,2	13,4	18,5	10,1	23,1	17,0	16,5	23,2	23,7	25,3	23,7	21,3	25,3	25,6	30,8	23,9	37,5	22,9	34,4	25,5
RJ	4,4	14,5	1,8	20,9	3,4	23,0	7,3	19,1	2,9	10,5	3,7	2,8	2,1	5,3	2,6	7,0	2,4	6,6	3,8	8,4	6,3	9,3	7,8	7,9	9,2	8,4
MG	12,5	0,3	14,9	0,5	11,9	0,1	16,5	0,2	10,7	1,7	10,5	8,9	10,1	3,6	12,4	5,7	11,6	4,8	12,5	6,2	14,8	5,9	15,8	5,2	17,6	5,2
SP	7,6	9,3	7,2	16,9	9,6	13,9	12,7	7,7	6,7	5,7	7,9	6,0	6,7	9,2	9,4	12,4	9,8	12,6	12,1	14,5	13,4	13,3	14,3	12,6	16,6	14,5
Sudeste	7,4	9,6	7,0	15,6	9,0	14,0	12,7	9,1	7,0	6,1	8,0	6,2	6,7	8,0	9,0	10,7	8,9	10,3	10,8	12,2	12,6	11,5	13,9	10,7	16,2	12,3
Nordeste	10,3	3,8	14,9	4,4	10,4	6,2	9,5	2,8	5,1	2,8	5,0	4,1	3,7	3,7	4,8	5,0	5,1	6,1	6,3	7,6	7,5	7,5	8,7	6,2	9,5	6,5
Norte	11,8	13,0	24,1	12,7	9,4	12,3	7,5	7,4	7,9	6,6	7,5	6,3	7,5	9,6	11,2	13,0	12,0	15,5	13,4	15,1	14,9	14,9	16,5	15,0	16,5	14,6
Centro-Oeste	0,8	0,2	1,1	0,9	0,6	1,8	1,3	0,3	2,4	0,8	3,4	1,7	2,3	1,8	3,7	3,4	4,4	2,7	6,7	3,8	8,4	4,5	10,0	4,5	11,4	5,1
Sul	12,3	4,4	13,4	5,8	13,3	10,6	17,1	3,9	8,1	2,9	10,7	6,5	9,3	7,0	12,1	8,3	12,2	9,1	16,2	10,8	18,8	9,6	20,0	9,2	21,9	9,8
Brasil	8,5	7,7	8,9	12,5	9,5	10,8	12,2	6,3	6,7	4,4	7,9	5,8	6,5	7,3	8,2	8,4	8,5	8,7	10,5	10,0	12,0	9,4	13,2	8,7	14,5	9,5

Nota: A Taxa de câmbio média do dólar foi extraída do site do BCB.

Fonte: In Motta até para dados de 1998 - IBGE (Anuários Estatísticos e Contas Regionais), dolarizados pela média de cada ano. Após 1998, os dados foram retirados do site do MDIC - sistema Alice - para valores referentes às balanças comerciais de exportação e importação. Os PIBs foram extraídos do IBGE - Contas Regionais, ano de referência de 1985.

O segundo momento ocorreu após a desvalorização do Real em 1999, que, impulsionado pelo aquecimento da economia mundial (e chinesa), foi responsável pela elevação das vendas externas, principalmente de produtos nacionais semi-elaborados, fazendo com que este coeficiente saltasse de 6,5% em 1998 para 14,5% em 2004. Já o coeficiente nacional de importações apresentou trajetória ascendente ao longo da segunda metade da década de noventa, fruto dos fenômenos já mencionados. Porém, de acordo com as considerações anteriores e literatura sobre o período, as alterações recentes no comércio internacional impactaram toda estrutura industrial da federação, provocando mudanças significativas, sendo que:

[...] a mais importante delas foi a ampliação da fatia dos setores intensivos em recursos naturais [...]. De tudo isso, resultou uma estrutura produtiva muito menos diversificada do que no início da década [...] concentrada em segmentos de baixo dinamismo. Com as exceções já apontadas, a indústria brasileira tendeu a concentrar-se naqueles segmentos direta ou indiretamente dependentes da base de recursos naturais. (CARNEIRO, 2002, p. 326).

Todavia, deve ser salientado que o comportamento desses coeficientes e de seus impactos sobre as estruturas produtivas estaduais foi diferenciado regionalmente, ocorrendo, pois, com maior intensidade naquelas unidades da federação cujas pautas de exportação eram intensivas na produção de semi-elaborados, especialmente agrícolas e minerais. Foi o caso, por exemplo, dos resultados alcançados por Minas Gerais, cujas exportações são compostas em grande parte por minerais metálicos; região Norte, exportadora também de minérios metálicos e não-metálicos, em virtude, sobretudo das atividades mineradoras da Vale; e das regiões Centro-Oeste, fruto principalmente do avanço de sua fronteira agrícola.

No que concerne às importações, estas se elevaram durante a década de noventa para a maior parte das unidades da federação, acompanhando o fenômeno nacional. Entretanto, quando analisados especificamente os coeficientes do estado capixaba, este se apresentou como um caso *sui generis*, pois, não obstante deter apenas 2% do PIB total, essa unidade da federação responde pelos maiores coeficientes de exportação e importação da economia. Seu coeficiente de exportação, que em 1970 se encontrava em 6,9% em 1980 saltou para 22,9%, resultado da maturação dos investimentos realizados nos Grandes Projetos na região. Em 1985, graças à implantação da CST e do ajuste exportador nacional, que beneficiou o estado pela exportação de bens intermediários, esse coeficiente saltou para 30,2%.

Contudo, este indicador apresentou queda entre 1985 e 1990, em razão da crise econômica do início da década, que prejudicou a indústria brasileira com um todo, inclusive a espírito-santense. Em seguida, a própria dinâmica econômica nacional, de abertura comercial e valorização cambial, incitou o crescimento das importações em detrimento às exportações nacionais e regionais. Porém, após a desvalorização cambial de 1999, bem como o aquecimento da demanda internacional e dos preços das *commodities*, as grandes empresas exportadoras de bens intermediários do Espírito Santo retomaram a realização de investimentos em modernização, implantação e ampliação de capacidade produtiva, fazendo com que o coeficiente de exportações do estado retomasse sua trajetória de crescimento, chegando a um patamar de 34,4%, o maior das regiões pesquisadas, acima inclusive da média brasileira.

A respeito do desempenho do coeficiente de importações, o Espírito Santo se notabilizou, a partir de 1994, como a unidade da federação de maior extroversão econômica, uma vez que a conjunção de fatores influenciou positivamente nas importações através de seu porto. Além dos efeitos macroeconômicos descritos, merece menção o fato de o estado apresentar uma estrutura própria de incentivos fiscais – o FUNDAP – que facilita e estimula a entrada de mercadorias pelo porto da capital. Esse mecanismo foi responsável pela substancial ampliação de seus coeficientes de importação no período, bem como implicou diretamente na proliferação de empresas especializadas no desembaraço aduaneiro – as *tradings companies* – na RMGV, nas quais se consolidaram entre as 150 maiores empresas estaduais. Tudo isto, no entanto, não seria possível se não fossem realizados investimentos expressivos em infra-estrutura e logística na região, o que impactou, conseqüentemente, no reordenamento de toda sua base rodo-ferro-portuária, promovido por ações públicas, mas principalmente pelas grandes empresas exportadoras, como a Vale, por exemplo, em virtude de suas estratégias internas. Assim:

[...] ocorria a partir daquele momento a formulação de estratégias de diversificação de cargas da CVRD que, associada aos planos privados de escoamento de grãos do Centro-Oeste brasileiro, compunham um quadro de consolidação de um consórcio denominado Corredor de Exportações Centro-Leste. Na Grande Vitória, além de estimular ainda mais as atividades no então cais de Capuaba, tais iniciativas da CVRD contemplava o Porto de Tubarão, que passaria a operar cargas diversas, aliadas ao tradicional carregamento de minério-de-ferro. (GOMES, 1998, p. 96).

Dessa forma, os embarques, os desembarques e o desembaraço aduaneiro das mercadorias comercializadas no território passaram a apresentar maior eficiência, marcadamente a partir da

década de noventa. Atualmente, o estado conta com uma infra-estrutura composta por um complexo de seis portos, oito terminais e quatro Estações Aduaneiras Interiores (Eadis)⁴³, especializados na movimentação de granéis, celulose, aço, automóveis, entre outros produtos. Essas estações aduaneiras têm se disseminado pelo país, inclusive no estado capixaba, em virtude do:

[...] baixo custo de armazenagem, muito inferior às taxas cobradas nas zonas primárias. Os importadores e exportadores são beneficiados por seguros e no local é possível encontrar uma série de serviços como embalagem, limpeza de contêineres, retirada de amostras, etiquetagem, colocação de lacres e marcação de volumes. Os portos secos também cuidam de todo o despacho aduaneiro, desde o registro da mercadoria até o seu desembarço. No interior dessas estações funcionam postos da Receita Federal. Com isso, a carga deixa o pátio da Eadi já conferida e lacrada, sem ter que passar por outra inspeção da Receita em seu próximo destino. No entanto, o maior atrativo das Estações Aduaneiras do Interior parece ser a questão tarifária. Ao armazenar sua mercadoria em uma Eadi, o importador tem até 120 dias para nacionalizá-la e retirá-la do armazém, caso a importação tenha sido feita por regime comum. Se ele tiver optado pelo regime de entreposto, este prazo sobe para um ano, prorrogável por até dois anos. Dessa forma, o importador pode utilizar este período para comercializar a mercadoria e só pagar os tributos de nacionalização quando a venda estiver engatilhada. A facilidade de logística é outra vantagem apresentada pelas Eadis. Apesar de estarem localizadas no interior, elas normalmente ficam próximas aos grandes centros comerciais, reduzindo os custos de distribuição da mercadoria. Se o cliente quiser, a operadora da estação cuida ainda do transporte do produto da zona primária até a Eadi e de lá até o seu destino final, ou vice-versa. (CUNHA & COUTINHO, 2001).

Esse complexo interliga-se ainda a uma importante malha aeroportuária e rodoferroviária⁴⁴, localizada notadamente na RMGV. A expansão nos últimos anos das atividades

⁴³ O complexo portuário é composto pelos portos de Vitória e Barra do Riacho (administrados pela Companhia das Docas do Espírito Santo – Codesa), Tubarão (administrado pela CVRD), Praia Mole (ArcelorMittal), Ubu (administrado pela Samarco Mineração – joint-venture da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) com a BHP Billiton), e Regência (Petrobrás). Os terminais são: Ilha do Príncipe, Granéis Líquidos, Paul - Ferro Gusa, Paul – Peiú, Paul, Capuaba, TVV - Terminal Portuário de Vila Velha e CPVV - Terminal da Companhia Portuária de Vila Velha. Já as quatro Estações Aduaneiras estaduais, conhecidas também como portos secos, são coordenadas (Terminal Retro-portuário Alfandegado – TRA, Silotec, Terca e Coimex) basicamente pelas suas maiores *tradings companies*.

⁴⁴ O Espírito Santo está interligado por importantes opções logísticas, constituída por trechos pertencentes à Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) e à Ferrovia Centro-Atlântica (FCA). A EFVM conecta o Espírito Santo à região Centro-Oeste e integra o eixo de transporte Centro-Leste. Por sua vez, a FCA é constituída pela antiga malha da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e liga o Espírito Santo ao Rio de Janeiro, passando por Cachoeiro de Itapemirim. Além do aeroporto de Vitória, o estado conta ainda com outros cinco aeroportos, nos municípios de Guarapari, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares e São Mateus. Disponível em <<http://www.sedes.es.gov.br>>. Acesso em 21/10/2008.

relacionadas às operações de comércio exterior na região se observou pelo crescimento no número de *tradings companies* sediadas nesse espaço, e também pelo volume de capital abarcado. Tais implicações influenciaram, por conseguinte, na própria retro-alimentação dessa dinâmica, tanto pela maior disponibilização de recursos estaduais a esses segmentos, quanto pela concentração dos investimentos em determinados setores, que serão mais bem estudados adiante. Deste modo, as benfeitorias executadas nas malhas de transporte e logística do estado repercutiram positivamente, explicando, portanto, seu caráter de extroversão. Isso, por sua vez, se notou no desempenho das exportações estaduais, quanto nas importações realizadas pelo complexo portuário.

Com relação à performance das exportações espírito-santenses entre 1970 a 2006 (tabela 3.2), são notórias as conseqüências da implantação do sistema estadual de incentivos e dos Grandes Projetos na região.

Tabela 3.2: Exportações brasileiras, por estados selecionados e regiões – 1970 - 2006 (%)

Estados e Regiões	1970	1975	1980	1985	1989	1994	1999	2002	2004	2005	2006
Espírito Santo	0,9	0,4	3,6	4,2	4,9	5,3	5,1	4,3	4,3	4,8	5,0
São Paulo	35,3	31,6	38,3	37,5	35,0	33,8	36,5	33,3	32,8	32,7	34,0
Rio de Janeiro	8,4	3	4,8	7,6	4,4	5,3	3,4	6,1	7,4	7,0	8,5
Minas Gerais	12,3	14,9	12	12,9	13,7	13,1	13,3	10,5	10,5	11,6	11,5
Sudeste	57	50	58,7	62,2	58,0	57,5	58,3	54,2	55,1	56,1	58,9
Sul	24,9	27,5	24,3	23,9	20,7	25,1	23,9	25,2	25,5	22,4	20,5
Centro-Oeste	0,4	0,5	0,3	0,5	2,0	2,5	2,7	4,7	5,4	6,1	5,5
Nordeste	14,6	19,4	13,3	11	8,4	8,0	7,0	7,7	8,5	9,1	8,6
Norte	3,1	2,6	3,4	2,3	4,6	4,8	5,6	5,7	5,6	6,4	6,6
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Para os anos de 1970 a 1985, Macedo (2002). Para os demais, base de dados SECEX.

Antes da década de setenta, as exportações do Espírito Santo representavam parcela muito modesta em relação ao total nacional e estavam concentradas em poucos produtos, minério de ferro e café em grãos, nos quais:

[...] representavam cerca de 88,3% em 1956 do total exportado para o exterior. Além do *minério de ferro* (mercadoria em trânsito vinda de Minas Gerais), que representa 42,9% do valor das exportações para o mercado externo, e do *café em grãos* (45,9%), a pauta exportadora capixaba, em 1956, estava formada, ainda,

pelas mercadorias *madeira* (0,6%), *cacau* (2,5%), *berilo* (0,6%), e *outras mercadorias* (7,4%). Observa-se, dessa forma, a presença exclusiva de produtos intensivos em recursos naturais (*minério de ferro, berilo e madeira*) e produtos agrícolas (*café em grãos e cacau*), não se verificando produtos industrializados intensivos em capital, embora a presença do grupo *outras mercadorias* não permita uma identificação precisa de toda a pauta. (MACEDO, 2002, p. 50).

Entretanto, após os investimentos realizados na ampliação da COFAVI, na construção da fábrica de cimento Itabira Agro-Industrial S/A e no porto de Tubarão (pela CVRD) em 1966, a estrutura produtiva e a pauta de exportações desse estado se tornaram um pouco mais diversificadas e passaram a agregar maior valor.

Em 1966, o grupo *outras mercadorias* tem sua participação decrescida na pauta exportadora, representando apenas 3,5% do valor total exportado. Novidade de relevo é a presença de produtos metalúrgicos classificados como chapa universal e grossa de ferro e aço, que nesse ano são responsáveis por 2,9% do valor das exportações, atingindo, no ano seguinte, a marca significativa de 7,8%. Esse desempenho deve-se, como já registrado, aos investimentos na COFAVI. O crescimento dos produtos metalúrgicos representou a participação de produtos manufaturados com maior valor agregado vis-à-vis às demais mercadorias. Cacau (1,0 % do valor das exportações), minério de ferro (47,4 %), café em grão (42,0 %) e madeira (3,3 %) são os demais componentes das exportações para o exterior. (MACEDO, 2002, p. 50).

Seu auge, no entanto, ocorreria somente após a implantação dos Grandes Projetos na região, cujos efeitos se notaram efetivamente na década de oitenta, quando maturaram os investimentos e sua participação saltou de 0,4 % em 1975 para 3,6 % em 1980 e 4,9% em 1989.

Na década de 1970, a pauta exportadora capixaba refletiria os investimentos nas indústrias de pelotização integrantes dos *Grandes Projetos* [...], e do crescimento das atividades portuárias, que estreitaram ainda mais as relações do Espírito Santo com o estado de Minas Gerais, fortalecendo o entreposto comercial da economia capixaba, a partir da movimentação das mercadorias em trânsito. (MACEDO, 2002, p. 51).

Apesar do valor das exportações ter se elevado em termos absolutos, sua participação relativa (em relação ao total nacional) manteve-se praticamente estável, em torno de 5%, entre 1994 a 2006. Entretanto, devido às causas já explicitadas anteriormente, de esfacelamento dos órgãos nacionais e regionais de fomento, durante a crise da década de oitenta, diminuição dos aportes financeiros para o desenvolvimento e diversificação das pequenas e médias empresas

loais, do aumento da demanda externa por *commodities* e dos investimentos das grandes empresas ao longo da década de noventa, essa economia foi se especializando na produção de bens semi-elaborados, cujos impactos se observaram na elevação de suas exportações e de seus coeficientes, em que pese num patamar bem acima das demais regiões. Isso denota, pois, a importância relativa de suas exportações na geração do PIB estadual, nas quais suas receitas provêm, sobretudo, das exportações de: café, *pellets*, rochas ornamentais, celulose e aço, como será visto adiante.

Entretanto, quando analisadas as taxas de crescimento das exportações nacionais, regionais e estaduais, inclusive as capixabas, entre 1970 e 2006 (tabela 3.3), verificou-se que estas alcançaram um patamar médio anual de 16,7% no período, superiores, portanto, à média nacional de 11,5% e inclusive, superior às demais regiões e estados brasileiros, à exceção da região Centro-Oeste que cresceu 20,2% devido ao avanço de sua fronteira agrícola. Os períodos de maior crescimento das exportações foram, de acordo com os dados, entre 1970 e 1975, 1970 e 1980 e 2002 e 2006. Os dois primeiros podem ser explicados como resposta da maturação dos investimentos realizados pelo governo federal no II PND, que favoreceram as regiões receptoras de investimentos designados à expansão da fronteira agrícola e mineral nacional. Já o último momento responde ao crescimento do comércio internacional e da elevação dos preços das *commodities*, já mencionado anteriormente, que se refletiu sobre o desempenho econômico de muitas regiões e estado brasileiros, como o Espírito Santo, especializados na produção e exportação desses bens.

Tabela 3.3: Taxas médias de crescimento das exportações brasileiras – 1989 - 2006 (%)

	1975/1970	1980/1970	1985/1970	1999/1989	2002/1999	2006/2002	2006/1970
Espírito Santo	4,8	39,6	28,3	3,7	2,0	26,8	16,7
São Paulo	23,2	23,1	16,5	3,8	4,7	23,1	11,3
Rio de Janeiro	2,6	15,4	15,2	0,9	30,6	33,1	11,5
Minas Gerais	30,8	21,8	16,5	3,1	-0,2	25,3	11,2
Sudeste	22,6	22,4	16,8	3,4	5,3	25,1	11,6
Sul	28,5	21,8	15,8	4,9	9,8	16,2	10,9
Centro-Oeste	35,2	19,9	18,6	6,3	30,1	27,3	20,2
Nordeste	33,3	20,9	13,9	1,5	11,5	25,7	9,8
Norte	43,7	23,3	13,9	5,3	8,8	26,8	13,8
Brasil	25,9	22,1	16,1	3,4	7,9	22,5	11,5

Fonte: Para os anos de 1970 a 1985, Macedo (2002). Para os demais, base de dados SECEX.

A implantação dos investimentos de grande porte no estado durante a década de setenta e oitenta foi decisiva para que suas taxas de crescimento se elevassem significativamente, haja

vista o salto observado comparando-se os períodos de, 1970/1980 e 1985/1970, que partiu de um nível de pouco mais de 3,0% no momento de 1970/1975, alcançando uma taxa de crescimento de quase 30,0% nesses quinze anos, sendo muito superiores, até mesmo em relação às performances das demais regiões e do total nacional.

O período compreendido entre 1989 e 1999 foi aquele em que as exportações nacionais apresentaram menor crescimento, tanto da crise econômica do início da década, quanto do resultado da abertura comercial, e da posterior valorização do câmbio, que estimularam principalmente as importações, ao invés das exportações nessa fase. Isso se observou para basicamente todas as regiões, inclusive para a unidade da federação capixaba.

Entretanto, quando examinado o momento mais recente (após 1999), identificou-se que os efeitos da desvalorização cambial e do aquecimento do mercado internacional estimularam as vendas de produtos brasileiros – notadamente *commodities* – ao exterior. Ao nível estadual, além desses fatores, os pesados investimentos produtivos realizados pelas grandes empresas exportadoras capixabas incitaram seu desempenho positivo no período. Desse modo, entre 2002 e 2006, enquanto as exportações nacionais se elevaram a uma taxa média 22,5%, as capixabas foram de 26,8%, ou seja, a taxa de crescimento relativo nessa unidade da federação foi maior que o percentual nacional, explicitando o desempenho de seus coeficientes de exportação.

No entanto, deve-se considerar que o comportamento de suas exportações não reflete apenas aquelas oriundas de suas empresas, pois, devido aos investimentos feitos em infraestrutura, especialmente logística e transportes, descritos antes, permitiram ao Espírito Santo escoar, por meio de seus portos, os bens produzidos por todo o corredor Centro-Leste, englobando o Centro-Oeste, Bahia e Minas Gerais. Conforme tabela 3.4, há um “saldo” considerável entre as exportações realizadas pelos portos capixabas e as exportações de suas empresas. Esse “saldo” representa, portanto, os produtos escoados pelos portos espírito-santenses cuja origem advém de outras regiões do Brasil. Entretanto, fazendo-se a relação “B/A” (ou seja, exportações das empresas capixabas / exportações dos portos capixabas), foi possível perceber o aumento de participação das empresas capixabas no total exportado pelos portos do estado, de 47,2% para 53,4%, indicando, portanto, o crescimento das exportações estaduais e a importância crescente de sua infraestrutura logística e portuária no comércio exterior brasileiro.

Tabela 3.4: Evolução das exportações realizadas pelos portos do Espírito Santo e de suas empresas – 1997 - 2006 (1000 US\$ - FOB)

	portos (A)	empresas (B)	"saldo"	(B/A)
1.997	5.402.122	2.547.246	2.854.876	47,2
1.998	5.735.205	2.408.534	3.326.671	42,0
1.999	5.149.016	2.447.098	2.701.918	47,5
2.000	5.924.112	2.791.275	3.132.837	47,1
2.001	5.316.467	2.429.076	2.887.391	45,7
2.002	5.778.627	2.596.759	3.181.868	44,9
2.003	7.075.249	3.534.564	3.540.685	50,0
2.004	8.722.138	4.054.552	4.667.586	46,5
2.005	11.373.183	5.591.454	5.781.729	49,2
2.006	12.578.560	6.720.018	5.858.542	53,4

Fonte: IJSN (2007b e 2007c).

Quanto ao comportamento das importações (tabela 3.5), deve-se mencionar que seu crescimento, num primeiro momento (até o início da década de oitenta, praticamente), esteve ligado à estratégia federal de política econômica do II PND de completar os elos produtivos da economia nacional e regionais (inclusive no Espírito Santo), por meio da importação de máquinas e equipamentos. Essa estratégia tinha, portanto, o objetivo de promover o desenvolvimento de novos ramos produtivos e a expansão considerável dos já existentes para suprir o mercado nacional de mercadorias ainda não produzidas internamente. Entretanto, após o início da crise da década de oitenta, em virtude da falta de crédito (nacional e internacional), as importações nacionais diminuíram consideravelmente, e em contrapartida se priorizaram as políticas de apoio ao *drive* exportador, como forma de geração internacional de divisas.

Tabela 3.5: Importações Brasileiras por Estados Selecionados e Regiões – 1970 – 2006 (%)

Estados e Regiões	1970	1975	1980	1985	1989	1994	1999	2002	2004	2005	2006
Espírito Santo	2,7	1,7	3,0	3,4	2,9	5,9	5,3	4,3	4,8	5,6	5,4
São Paulo	47,4	56,0	44,6	40,8	43,8	45,3	47,4	42,1	43,5	41,9	41,0
Rio de Janeiro	30,2	25,9	26,0	35,6	21,1	11,0	8,9	11,4	10,2	9,2	8,1
Minas Gerais	0,3	0,4	0,1	0,3	4,2	6,9	5,9	5,3	4,8	5,4	5,4
Sudeste	80,7	84,0	73,8	80,0	72,0	69,0	67,5	63,1	63,4	62,1	59,8
Sul	9,6	9,0	15,5	9,7	12,4	14,4	16,0	16,5	17,4	18,4	19,2
Centro-Oeste	0,1	0,3	0,7	0,2	0,6	0,6	1,1	2,0	2,9	3,0	3,5
Nordeste	5,8	4,3	6,4	5,8	7,1	7,4	7,2	9,8	8,8	8,7	9,8
Norte	3,8	2,4	3,6	4,1	7,3	8,0	6,3	7,3	7,5	7,8	7,7
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Para os anos de 1970 a 1985, Macedo (2002). Para os demais, base de dados SECEX.

No entanto, foi na década de noventa, após a abertura econômica e posterior valorização da moeda nacional, que as importações nacionais e estaduais se elevaram, tanto em termos absolutos quanto relativos. No Espírito Santo esse patamar saltou de 2,9% em 1989 para 5,9% em 1994 e se manteve na faixa de 5% até 2006. Como examinado no capítulo 2, não apenas o cenário mundial favorável, mas também o papel do FUNDAP nesse resultado foi fundamental, pois a concessão de benefícios fiscais às empresas sediadas no estado, em sua maior parte empresas ligadas às operações de comércio exterior, cresceu significativamente nessa fase. E não apenas isso, os investimentos realizados em infra-estrutura contribuíram para que se ratificasse ao longo do tempo o caráter de extroversão dessa economia frente às demais, impactando também na própria decisão de investimentos futuros, mormente centralizados nesses segmentos. Essas constatações podem também ser evidenciadas pelo comportamento das taxas de crescimento das importações nacionais na tabela 3.6.

Tabela 3.6: Taxa de crescimento das importações nacionais – 1970 - 2006 (%)

	1975/1970	1980/1970	1985/1970	1999/1989	2002/1999	2006/2002	2006/1970
Espírito Santo	25,2	26,4	13,4	17,4	-8,1	24,6	12,7
São Paulo	41,9	24,0	10,6	11,3	-5,2	16,9	10,0
Rio de Janeiro	33,1	23,0	12,9	1,2	7,3	7,9	6,5
Minas Gerais	37,7	10,3	10,5	14,3	-4,9	17,9	19,2
Sudeste	38,4	23,7	11,6	9,7	-3,6	16,1	9,6
Sul	35,5	30,9	11,8	13,2	-0,2	22,2	12,6
Centro-Oeste	66,9	49,8	17,0	16,5	21,9	34,3	21,3
Nordeste	28,9	25,8	11,7	10,5	9,7	17,5	12,1
Norte	25,5	24,4	12,4	8,9	3,7	19,3	12,7
Brasil	37,3	24,8	11,7	10,4	-1,4	17,6	10,5

Fonte: Para os anos de 1970 a 1985, Macedo (2002). Para os demais, base de dados SECEX.

Por esses dados foi possível entender porque o estado capixaba tem um papel significativo no total das importações nacionais, já que em grande parte das vezes sua taxa de crescimento superou a de muitas regiões e mesmo da média nacional. Entre 1970 e 1975 seu percentual era de 25,4%, um dos menores da federação, mas após a consolidação do sistema de incentivos e da implantação dos projetos de grande porte, este foi se elevando progressivamente e no período de 1970-1985 já computava um percentual apreciável. Foi, no entanto, a partir da década de noventa que essa peculiaridade se materializou, comprovando sua extroversão.

Isso denota, portanto, o papel das atividades de comércio exterior para a economia capixaba. Sua forte ligação com o exterior imprimiu uma trajetória econômica progressivamente menos dependente da dinâmica nacional, estabelecida fundamentalmente por dois pilares: uma plataforma de exportação de semi-elaborados e um sistema logístico e de infra-estrutura organizados, localizados principalmente na RMGV, e especializados na importação e, na maioria das vezes, na revenda de bens às demais regiões brasileiras⁴⁵. Diante dessas considerações há que se avaliar as implicações dessa disposição na estrutura produtiva estadual. Apesar de ter-se discutido em outras seções, é pertinente entender outras questões: como se constituem essencialmente suas pautas exportação e importação? Qual o conteúdo tecnológico envolvido? E de que modo isso contribuiu para sua inserção econômica nacional e internacional? Essas indagações serão respondidas no tópico a seguir.

3.3 O comércio exterior capixaba: o papel das exportações e importações em sua estrutura produtiva

Verificou-se no capítulo 2 que a produção industrial capixaba, extrativa e de transformação, tinha como característica ser muito concentrada, especialmente nos produtos: *pellets*, rochas ornamentais, celulose e aço, sendo que esses setores foram responsáveis pela geração da maior parcela do VTI e apresentavam as maiores taxas de produtividade do estado (além das atividades de extração de petróleo e gás). Entretanto, essa concentração também pode ser confirmada por suas exportações. Munida de informações mais detalhadas⁴⁶ será possível traçar com maior profundidade um esboço de sua estrutura produtiva no período recente.

Pela tabela 3.7, se observou que, além dos setores mencionados acima, destacaram-se as exportações dos ramos de fabricação de produtos de minerais não-metálicos (que em 2002 apresentou crescimento pelo aumento na demanda internacional de pedras ornamentais beneficiadas) e agricultura, principalmente de café e mamão. Os demais, apesar de terem apresentado queda em suas participações, continuaram a concentrar grande parte das exportações

⁴⁵ Concretizando, por sua vez, um intenso comércio inter-regional, no qual, infelizmente, não temos dados suficientes, embora Macedo (2002 e 2003) teça alguns comentários a respeito do tema.

⁴⁶ Para uma análise mais aprofundada sobre o comércio exterior do estado, foram tabulados e analisados os dados do comércio exterior (da base de dados mencionada anteriormente) por: frequência das importações e exportações (conforme ramos da CNAE); origens e destinos de importações e exportações; desenvolvimento/subdesenvolvimento das origens e destinos das importações e exportações e intensidade tecnológica dos bens importados e exportados.

estaduais, sendo eles: extração de minerais não-metálicos (basicamente a pedra bruta e sem polimento), fabricação de papel e celulose e, metalurgia, sendo este último efeito provável da queda das exportações de aços planos da ArcelorMittal Tubarão para o exterior, em razão do crescimento da produção de bobinas a quente para o mercado interno, quando da instalação de seu laminador em 2002. E finalmente, como observado no capítulo 2, em que se notou o declínio das atividades voltadas ao abastecimento do mercado interno, (principalmente para a produção de bens de consumo não durável, como os setores fabricantes de alimentos e bebidas, moveleira, preparação de couros e artefatos e têxteis) o mesmo se verificou quanto às suas participações no total das exportações do estado.

Tabela 3.7: Exportações do Espírito Santo, conforme classificação CNAE – 1989 - 2006 (%)

	1989	1994	1999	2000	2002	2004	2005	2006
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS	6,5	31,6	22,7	20,2	22,5	19,4	17,7	16,8
SILVICULTURA, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E SERVIÇOS RELACIONADOS			0,1	0,1		0,1	0,1	0,2
PESCA, AQUICULTURA E SERVIÇOS RELACIONADOS	2,7	0,9	1,4	1,5	3,1	3,3	2,5	2,2
EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL	0,1	0,1	0,2	0,3	0,2	0,1	0,0	0,0
EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E SERVIÇOS RELACIONADOS						0,0	0,0	
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	4,7	1,5	3,6	3,3	2,7	2,0	1,8	1,8
EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	12,1	1,4	2,7	3,6	4,7	6,5	6,6	7,1
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS	28,0	16,6	17,7	16,3	15,9	9,2	9,2	9,2
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO			0,0					
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS	3,7	2,2	3,3	5,6	1,3	0,4	0,5	0,4
CONFEÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	3,7	0,9	1,7	3,1	4,0	5,8	5,9	3,9
PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS	4,6	4,7	2,1	2,0	2,2	2,2	2,7	1,9
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA	6,5	2,2	0,5	0,6	0,6	0,2	0,3	0,3
FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL	1,7	1,0	4,0	3,3	2,9	0,9	0,8	0,9
EDIÇÃO, IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	0,3		0,0	0,1	0,1	0,2	0,7	0,4
FABRICAÇÃO DE COQUE, REFINO DE PETRÓLEO			0,0		0,4	0,1	0,3	0,1
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	0,5	1,4	1,7	2,5	1,7	1,1	0,7	0,8
FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E PLÁSTICO	0,4	0,1	0,1	0,3	1,0	0,7	0,6	0,4
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	10,6	24,4	22,6	20,9	22,0	38,7	40,1	42,9
METALURGIA BÁSICA	8,5	4,7	11,3	11,3	9,8	4,4	4,3	6,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL	2,6	0,6	0,7	1,0	1,3	0,7	0,9	0,7
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,5	2,4	1,6	1,7	0,8	0,7	0,9	1,1
FABRICAÇÃO DE MÁQ. ESCRITÓRIO			0,6			0,0	0,0	0,1
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS	0,1	0,9	0,1	0,1	0,3	0,3	0,6	0,4
FABRICAÇÃO DE MATERIAL ELETRÔNICO E EQUIP. DE COMUNICAÇÕES		0,3		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
FABRICAÇÃO DE EQUIP. INSTRUMENTAÇÃO		0,3	0,2	0,0	0,0	0,1	0,3	0,3
FABRICAÇÃO E MONT. VEÍCULOS AUTOMOTORES		0,1	0,2	0,1		0,0		0,0
FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE		0,1		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
FABRICAÇÃO DE MÓVEIS E INDÚSTRIAS DIVERSAS	2,2	1,1	1,4	2,0	2,4	2,9	2,5	2,2
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS		0,1		0,0		0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da SECEX. Elaboração própria.

Ao se examinar o conteúdo tecnológico das exportações capixabas (tabela 3.8), identificou-se que este era, em sua maioria (mais de 80% delas), intensivo em recursos naturais e trabalho, sendo que em segundo plano vinham as exportações de manufaturados de baixa tecnologia, com menos de 10%. Juntos, os três tipos de bens totalizavam 95,3% do valor das exportações em 2006, pouco acima dos 94,4% de 2002 e abaixo dos 96,7% de 1989.

Tabela 3.8: Conteúdo tecnológico das exportações do Espírito Santo – 1989 - 2006 (%)

Tecnologia	1989	1994	1999	2000	2002	2004	2005	2006
produtos primarios	57,2	54,6	54,2	50,1	48,1	40,3	37,9	37,7
manuf. recursos naturais e trabalho	27,7	32,1	28,7	31,4	33,5	49,8	51,4	50,9
manuf. Baixa	11,8	5,7	11,7	12,2	12,8	5,4	5,3	6,7
manuf. Média	0,6	3,5	1,9	2,0	1,8	1,4	1,7	1,2
manuf. Alta	1,9	3,5	3,0	3,5	3,1	1,8	1,8	1,8
combustíveis	0,1	0,2	0,5	0,6	0,5	0,2	0,2	0,2
produtos não-classificados	0,6	0,3	0,1	0,2	0,1	1,1	1,7	1,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da SECEX. Elaboração própria.

Por outro lado, quando verificados os destinos das exportações estaduais (tabela 3.9) constatou-se que a maior parte delas se dirigiu aos países desenvolvidos, e em segundo lugar aos países subdesenvolvidos (e emergentes, notadamente a China).

Tabela 3.9: Destino das importações do Espírito Santo, por nível de desenvolvimento – 1989-2006 (%)

	1989	1994	1999	2000	2002	2004	2005	2006
desenvolvido	55,2	50,1	46,5	47,4	53,1	63,6	62,3	64,1
subdesenvolvido	44,8	49,9	53,5	52,6	46,9	36,4	37,7	35,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da SECEX. Elaboração própria.

E dentre os países desenvolvidos (tabela 3.10), a maioria das exportações capixabas tiveram como destino final os países do bloco econômico⁴⁷ NAFTA, que elevaram sua participação, e UE, que diminuiu sua participação recentemente. Em seguida vieram os países da ALADI, que elevaram marginalmente sua participação no total e MERCOSUL, cuja atuação declinou expressivamente, de 21,3% para 5,9%. Já o comportamento das exportações para o bloco do ASEAN (incluindo a China, Coreia do Sul e Japão) passou por pequenas flutuações durante o período de 1989 a 2006, alcançando seu auge em 2002. Em posse dessas informações, pode-se afirmar que a maioria das exportações capixabas constitui-se de bens de baixo conteúdo tecnológico, intensivos em produtos primários, recursos naturais e trabalho (e atuam na forma de insumos e matérias-primas), e cujos destinos estão voltados aos países desenvolvidos e emergentes, notadamente as suas indústrias de bens de consumo duráveis e/ou de capitais.

⁴⁷ Deve ser ressaltado que a criação da maior parte dos Blocos Econômicos mencionados aqui ocorreu após o ano de 1989, início do período dessa pesquisa, porém, resolvemos agrupar os países que hoje os compõem, de modo a compreendermos a dinâmica do comércio exterior capixaba.

Tabela 3.10: Destino das Exportações do estado do Espírito Santo, conforme Blocos Econômicos selecionados – 1989 - 2006 (%)

	1989	1994	1999	2000	2002	2004	2005	2006
Nafta	14,3	15,3	16,8	17,9	21,1	37,3	37,8	41,1
Mercosul	21,3	16,9	19,3	19,6	11,3	6,8	6,3	5,9
Aladi	7,7	9,7	13,7	13,1	12,0	7,4	8,9	8,6
Asean	5,2	4,0	6,6	6,4	6,5	4,1	4,2	4,2
União Européia	35,8	32,3	25,6	25,2	27,3	26,1	24,2	23,3
Resto do Mundo	15,7	21,9	17,9	17,8	21,8	18,3	18,6	17,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da SECEX. Elaboração própria.

Quanto às importações espírito-santenses há que se fazer uma importante ressalva. Devido à concessão do benefício fiscal do FUNDAP, a entrada de mercadorias pelo porto de Vitória foi estimulada (como foi observado na movimentação dos portos, a seguir), o que superestimou as importações totais efetivamente feitas pelo estado, pois na realidade, a maior parte delas tinha como destino final outros estados e regiões, e não propriamente o território capixaba⁴⁸.

Isso foi percebido pela pauta de importação (tabela 3.11), nos quais, os ramos importados de maior relevância foram justamente aqueles cujas participações industriais no PIB, VTI e produtividade foram as mais modestas do estado (fabricação de máquinas e equipamentos, materiais para escritório, materiais elétricos, materiais eletrônicos e equipamentos de comunicações, equipamentos para instrumentação, produtos químicos e fabricação de artigos de borracha e plástico). Esses ramos, altamente intensivos em capital, tecnologia e conhecimentos, concentravam em 1989 74,1% do total das importações, e em 2006, 64,4%, confirmando mais uma vez a importância dos serviços de comércio exterior na estrutura produtiva capixaba.

⁴⁸ Relembramos novamente a relevância para o estado do Espírito Santo de seu comércio inter-regional, entretanto, infelizmente, esses dados não foram disponibilizados para consulta.

Tabela 3.11: Importações realizadas pelo Espírito Santo – 1989 - 2006

(%)

	1989	1994	1999	2000	2002	2004	2005	2006
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS	1,1	1,6	0,7	0,6	0,2	0,1	0,2	0,1
SILVICULTURA, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E SERVIÇOS RELACIONADOS	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PESCA, AQUICULTURA E SERVIÇOS RELACIONADOS		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL	0,4	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	0,6	0,3	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS	3,7	7,2	2,9	2,7	2,0	2,0	1,7	1,4
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS	1,4	4,7	3,3	3,9	3,1	3,9	4,1	4,9
CONFEÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	0,9	5,1	3,1	4,4	3,2	5,0	5,6	4,8
PREPARAÇÃO DE COURO E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS	0,2	1,5	1,8	2,0	2,2	2,6	2,5	2,1
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA	0,3	0,8	1,0	1,1	0,8	0,5	0,4	0,4
FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL	0,8	1,1	1,2	1,2	1,7	1,6	1,5	1,3
EDIÇÃO, IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	0,2	1,4	1,5	1,5	1,5	1,4	1,2	1,1
FABRICAÇÃO DE COQUE, REFINO DE PETRÓLEO	0,2	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	9,3	10,2	10,9	10,3	9,8	11,1	9,9	9,2
FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E PLÁSTICO	4,2	4,8	5,9	5,6	6,4	6,0	5,7	5,9
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	1,0	2,8	3,5	3,7	3,9	3,5	2,9	2,7
METALURGIA BÁSICA	3,7	2,4	1,6	1,8	1,8	1,9	2,1	2,4
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL	6,2	7,4	7,5	7,4	8,3	6,6	6,5	6,4
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	26,2	14,6	14,3	14,6	15,4	13,7	13,6	14,3
FABRICAÇÃO DE MÁQ. ESCRITÓRIO	1,4	2,5	5,8	6,4	7,1	9,4	9,4	8,7
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS	12,7	7,8	11,5	10,3	10,6	9,9	10,2	11,0
FABRICAÇÃO DE MATERIAL ELETRÔNICO E EQUIP. DE COMUNICAÇÕES	6,7	4,7	6,6	6,2	6,7	7,5	9,1	10,4
FABRICAÇÃO DE EQUIP. INSTRUMENTAÇÃO	13,5	5,6	5,4	5,7	6,0	4,7	5,0	4,9
FABRICAÇÃO E MONT. VEÍCULOS AUTOMOTORES	1,9	3,9	2,7	2,4	2,3	1,7	2,1	2,0
FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	1,3	1,1	1,0	0,8	1,0	1,4	1,7	1,8
FABRICAÇÃO DE MÓVEIS E INDÚSTRIAS DIVERSAS	1,0	8,0	7,1	7,0	5,1	4,8	4,1	3,6
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	0,3	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da SECEX. Elaboração própria.

Ratificam-se essas informações pelo estudo do conteúdo tecnológico das importações. Pela tabela 3.12, mais da metade delas era composta de manufaturados de médio e alto valor agregado (em 1989 representavam 75,9% do total e em 2006, mais de 60%) e também, a maioria das mercadorias tinha suas origens em países desenvolvidos (tabela 3.13), intensivos em capital e tecnologia. Especificando-se esses países em Blocos Econômicos, identificou-se que a maior parcela provinha, no início do período, da UE e NAFTA, mas que ao longo do tempo perderam participação para o ASEAN (incluindo a China, Coreia do Sul e Japão), no qual em 2006 passou a representar quase 60% do total. Com isso, MERCOSUL e ALADI também perderam participação.

Tabela 3.12: Conteúdo tecnológico das importações do Espírito Santo – 1989 - 2006

(%)

	1989	1994	1999	2000	2002	2004	2005	2006
produtos primários	8,3	10,5	4,5	4,2	3,3	3,5	3,1	5,1
Intensivos em recursos naturais e trabalho	4,9	20,4	18,1	20,6	17,4	20,1	19,6	18,3
manuf. Baixa	8,6	10,4	10,4	10,3	11,5	10,4	10,8	10,8
manuf. Média	34,0	26,7	28,2	26,4	27,5	26,0	26,7	27,2
manuf. Alta	41,9	25,6	33,5	32,9	35,1	34,6	35,1	34,1
combustíveis	0,6	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2
produtos não-classificados	1,7	6,1	5,1	5,4	5,0	5,1	4,4	4,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da SECEX. Elaboração própria.

Tabela 3.13: Origem das importações do Espírito Santo, por nível de desenvolvimento⁴⁹ - 1989 -2005 (%)

	1989	1994	1999	2000	2002	2004	2005	2006
países desenvolvidos	89,7	82,8	82,8	80,4	77,6	66,9	63,4	62,4
países subdesenvolvidos	10,3	17,2	17,2	19,6	22,4	33,1	36,6	37,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da SECEX. Elaboração própria.

Deste modo, apesar do sigilo dos dados do comércio inter-regional capixaba, apreende-se a importância do estado como porta de entrada para parcela considerável das importações dos demais estados, uma vez que esses produtos são, em sua maioria, de média ou alta intensidade de tecnologia e não constam de modo expressivo da produção de sua estrutura industrial. Isso demonstra, portanto, a abertura dessa economia ao exterior, justificada pelo volume significativo das exportações e importações em relação ao PIB estadual, confirmando-se assim, o peso dessas atividades nessa economia.

De uma forma alternativa, pode-se “quantificar” as considerações feitas acima sobre a especialização produtiva da economia capixaba, utilizando-se alguns indicadores⁵⁰, como por

⁴⁹ Para maiores informações quanto ao nível de desenvolvimento, consultar o apêndice metodológico.

⁵⁰ No entanto, deve-se alertar que este não deve ser o único argumento de análise e sim, apenas mais um método de comprovação. Há na literatura trabalhos que fazem o uso dessas ferramentas para confirmar a especialização produtiva de estados e regiões, apesar de estarem metodologicamente mais bem adequados ao estudo do comércio internacional entre países. À exceção do indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR), que envolve apenas dados de exportação, os demais, em sua estrutura (como Índice de Contribuição ao Saldo Comercial – ICSC; Taxa de Cobertura – TC; e Índice de Comércio Intra-industrial – G-I), baseiam-se também em dados de importação. Como o Espírito Santo tem suas importações muito superestimadas (em razão da concessão do benefício do FUNDAP à entrada de mercadorias pelos seus portos, que na maioria das vezes se direcionam a outros estados e regiões), essa pesquisa acredita não ser esta uma forma de análise suficientemente segura.

exemplo, o de Vantagem Comparativa Revelada (VCR). Esse indicador, citado por HIDALGO (1998), mas desenvolvido inicialmente por BALASSA (1965), se baseia metodologicamente nos fluxos de comércio entre os países, pois tem como escopo determinar o grau de especialização produtiva em determinadas atividades.

Nessa pesquisa, o VCR foi usado de modo a relacionar, ainda que genericamente, a participação das exportações de determinado produto nas exportações do estado capixaba em relação às exportações desse mesmo bem, no total das exportações brasileiras. Ele indicou, e mais uma vez confirmou (tabela 3.14), que determinados ramos da pauta exportadora capixaba apresentam vantagens comparativas reveladas (pois têm $VCR > 1$), em decorrência do volume considerável de suas exportações em relação ao total brasileiro. E esses ramos foram: extração de minerais metálicos (sendo a atividade principal a pelotização do minério de ferro), extração e fabricação de minerais não-metálicos, destacando-se a produção de mármore e granito, fabricação de papel e celulose, metalurgia e, em menor escala, pesca, justamente os segmentos cuja participação no PIB, VTI e produtividade mais se destacaram. Além disso, foram também os que receberam maior volume de incentivos e investimentos, privados e estaduais, como será visto na próxima seção.

Tabela 3.14: Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) do Espírito Santo – 1989 – 2006 (%)

Classificação CNAE	1989	1994	1999	2002	2004	2005	2006
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS	0,0	2,1	1,3	0,8	0,5	0,5	0,6
SILVICULTURA, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E SERVIÇOS RELACIONADOS	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PESCA, AQUICULTURA E SERVIÇOS RELACIONADOS	1,7	3,1	3,4	4,5	4,4	3,7	3,7
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	4,1	3,9	4,2	4,8	7,0	6,8	6,3
EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	1,2	0,0	0,3	1,3	3,2	3,7	4,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
CONFEÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL	6,3	7,5	6,1	5,6	5,9	4,5	4,0
FABRICAÇÃO DE COQUE, REFINO DE PETRÓLEO, ELABORAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS							
NUCLEARES E PRODUÇÃO DE ÁLCOOL	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E PLÁSTICO	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	0,3	1,2	2,5	4,1	4,7	5,1	5,8
METALURGIA BÁSICA	2,8	2,4	3,2	3,5	2,5	2,2	2,1
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL - EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS							
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3
FABRICAÇÃO DE MÓVEIS E INDÚSTRIAS DIVERSAS	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
Não-Classificadas	0,1	0,1	0,2	1,1	0,5	0,4	0,4
Total	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0

Fonte: Dados da SECEX. Elaboração própria.

A seguir, serão passados em revista os impactos dessa estrutura de comércio exterior sobre a evolução das principais cargas exportadas e importadas pelos portos do Espírito Santo, e de sua participação na movimentação geral de cargas dos portos brasileiros.

Na tabela 3.15 foi apresentada a evolução das principais cargas exportadas pelos portos e terminais do Espírito Santo, no período de 1997 a 2003. Foram explicitados os tipos de cargas predominantes em cada um dos portos capixabas, bem como sua evolução em toneladas ao longo do tempo. Foi visível o acréscimo das atividades nos portos do estado, resultado dos efeitos advindos tanto da desvalorização cambial em 1999, que estimulou as exportações nacionais, quanto da própria demanda internacional favorável, vista anteriormente.

Tabela 3.15: Evolução das principais cargas exportadas pelos portos e terminais do Espírito Santo - 1999 - 2003 (t)

Porto/Terminal/Cargas	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Barra do Riacho/ Portocel							
Celulose	1.639.018	1.825.536	1.887.284	2.015.831	2.045.212	2.273.620	2.761.633
Toras de madeira	248.945	242.453	85.297	52.479 -	-	-	-
Terminal de Praia Mole							
Produtos siderúrgicos	1.350.048	5.444.461	6.487.967	6.727.783	6.739.081	7.410.129	7.196.541
Carvão	-	-	7.796.978	8.390.560	9.370.810	8.101.129	9.005.544
Coque	-	-	602.388 -	-	1.014.739	1.326.865	1.139.068
Terminal de Tubarão							
Minério de ferro	43.731.340	43.656.149	64.048.650	69.021.562	64.249.460	70.320.321	72.594.684
Minério de ferro (pellets)	24.119.836	22.930.340	23.523.019	-	-	-	-
Minério de ferro (ferro e pellets)	-	-	-	69.021.562 -	-	-	-
Soja em grãos	330.789	420.678 -	-	-	710.264	1.529.095	1.665.514
Soja em farelo	467.414	829.456 -	-	1.116.875	1.273.701	1.327.405	1.300.064
Fertilizantes	-	-	-	340.609	491.455	565.014	958.237
Porto de Vitória							
Ferro Gusa	-	-	1.845.147	2.081.203	1.838.232	1.003.355	1.847.157
Mármore/granito em blocos	-	635.112	601.014	666.681	639.386	609.319	684.735
Celulose	-	250.560	282.383	329.316	373.322	335.251	349.238
Produtos siderúrgicos	-	-	-	-	-	-	172.885
Trigo	-	-	582.283	720.063	504.848	485.786	398.127
Fertilizantes	-	-	249.659	402.658	173.606	70.346	70.998
Automóveis	-	-	82.061	64.090	66.716	40.117 -	-
Terminal de Ponta de Ubu							
Minério de ferro	-	2.034.752 -	-	-	-	-	-
Minério de ferro (pellets)	-	9.021.927	12.460.709	14.620.212	10.624.808	14.686.305	15.969.743

Fonte: Séries Históricas da ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Disponível em: <www.antaq.gov.br>. Acesso em 04/02/2008.

O complexo portuário estadual concentrou-se na exportação de celulose (principalmente pelo porto de Barra do Riacho – Portocel, chegando a 2003 a quase 3 milhões de toneladas),

madeira, produtos siderúrgicos, minério-de-ferro (em pó), e também em *pellets* (principalmente Terminal de Tubarão, Praia Mole e Terminal de Ponta de Ubu), carvão, coque, ferro gusa e mármore/granito em blocos (basicamente por meio do Porto de Vitória). Pelo Terminal de Tubarão, foram exportados outros produtos: soja em grãos e em farelo, fertilizantes e trigo, provenientes do corredor Centro Leste⁵¹ cujos estados escoaram parcialmente sua produção pela infra-estrutura rodo-ferro-portuária estadual.

Em relação à evolução das principais cargas importadas (tabela 3.16), destacaram-se os fertilizantes (tanto pelo porto de Tubarão quanto pelo de Vitória, no qual a soma de ambos totalizou em 1998 mais de 500 mil toneladas e em 2003 essa quantidade quase se duplicou), carvão e coque, pelo porto da Praia Mole, e trigo e automóveis por Vitória, caracterizando, a relevância desse estado na importação de suas mercadorias, que, em razão da valorização do câmbio após 2002, fora perdendo participação, principalmente nesses dois últimos bens.

Tabela 3.16: Evolução das principais cargas importadas pelos portos e terminais do Espírito Santo - 1998 - 2003 (t)

Porto/Terminal/Cargas	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Terminal de Praia Mole - ES						
Carvão	7.158.690	7.796.978	8.390.560	9.370.810	8.101.129	9.005.544
Coque	974.524	602.388	0	1.014.739	1.326.865	1.139.068
Terminal de Tubarão - ES						
Fertilizantes	291.303	0	340.609	491.455	565.014	958.237
Porto de Vitória - ES						
Trigo	540.291	582.283	720.063	504.848	485.786	398.127
Fertilizantes	270.762	249.659	402.658	173.606	70.346	70.998
Automóveis	166.651	82.061	64.090	66.716	40.117	0

Fonte: Séries Históricas da ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Disponível em: <www.antaq.gov.br>. Acesso em 04/02/2008.

Já a tabela 3.17, sobre a evolução da movimentação geral de cargas nos portos de 1994 a 2006, indicou que a participação dos portos capixabas no total geral foi muito significativa, de 20% a 30%, sobrepondo-se aos resultados da região Norte, Sul, e, na maioria dos anos, para a região Nordeste. Quanto à região Sudeste, o Espírito Santo foi o que apresentou maior participação relativa, pois movimentou mais de um terço das cargas totais, destacando-se o porto de Tubarão.

⁵¹ Para maiores informações sobre o Corredor Centro-Leste, Martins e Lemos (2006, p. 10-11).

Tabela 3.17: Evolução da movimentação geral de cargas nos portos, por regiões e estados selecionados entre 1994 - 2006 (%)

Regiões e Portos	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Região Norte	1,8	5,2	5,9	6,2	7,0	7,1	7,0	7,5	6,7	7,5	8,1	7,9	8,4
Região Nordeste	22,7	23,8	23,6	22,9	22,5	21,6	22,1	22,5	21,8	20,9	21,7	22,5	22,4
Região Sul	15,0	12,5	12,6	12,5	12,8	12,8	13,4	15,0	14,5	15,4	14,2	13,0	13,5
Região Centro-Oeste	0,2	0,3	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4	0,3	0,4	0,5	0,4	0,4	0,5
Região Sudeste	60,4	58,2	57,5	58,0	57,2	58,1	57,1	54,7	56,7	55,7	55,6	56,2	55,1
Regência/Norte Capixaba-ES	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1
B. do Riacho-ES	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,5	0,7	0,7	0,8	1,0
Praia Mole-ES	4,2	4,1	4,2	3,9	3,6	3,7	4,1	3,7	3,8	3,4	3,2	2,7	2,5
Tubarão-ES	16,5	16,1	16,6	17,6	16,6	15,4	15,0	13,5	14,2	13,4	13,6	15,2	13,6
Vitória-ES	1,5	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,3	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,1
Ponta do Ubu-ES	2,4	2,5	2,5	2,4	2,5	3,0	3,1	2,2	2,8	2,8	2,7	2,4	2,3
Subtotal para o ES	25,2	24,6	25,2	25,7	24,5	23,9	24,0	21,1	22,7	21,7	21,5	22,4	20,7
Forno-RJ	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Niterói-RJ	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rio de Janeiro-RJ	4,8	4,8	3,5	3,1	2,7	3,3	2,8	3,1	2,5	2,5	2,3	2,4	2,4
Sepetiba/Itagui-RJ	7,4	6,5	6,2	6,4	6,1	6,8	8,2	7,7	8,1	8,9	9,6	10,3	10,9
Angra dos Reis-RJ	3,5	3,8	3,2	3,1	4,2	4,2	3,4	3,6	2,8	2,5	2,3	2,2	2,8
Subtotal para o RJ	15,9	15,4	13,1	12,8	13,2	14,6	14,5	14,5	13,5	14,1	14,3	15,0	16,1
Panorama-SP	0,0	0,1	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,2	0,2
Pres. Epitácio-SP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,2	0,3	0,1	0,1	0,2	0,2
São Sebastião-SP	9,7	9,2	9,6	10,1	10,2	9,5	9,4	9,3	10,0	9,1	8,6	7,3	6,9
Santos-SP	9,5	9,1	9,4	9,3	9,0	9,8	8,9	9,5	10,1	10,5	10,9	11,1	11,0
Subtotal para SP	19,2	18,3	19,1	19,5	19,5	19,5	18,5	19,1	20,4	20,0	19,8	18,8	18,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Disponível em: [www.antaq.gov.br] em 04/02/2008.

Fonte: Administrações portuárias. ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

É interessante notar que essa economia, não obstante representar apenas 2% do PIB e possuir os maiores coeficientes de importação e exportação, também possui participação expressiva no movimento regional de cargas dos portos, o que expandiu sua hinterlândia regional, mas que, no entanto, se destaca por exportar produtos, em sua maioria, de baixo valor agregado por tonelada:

Vitória é um porto regional e de grande porte. Ocupa o terceiro lugar no *ranking* nacional. Sua área de influência abrange cinco estados da Federação. Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás compõem sua *hinterland* primária. A *hinterland* secundária engloba Bahia e São Paulo. Dezenove unidades da Federação realizaram parte de suas transações comerciais internacionais pelo porto de Vitória. Entretanto, [...] por suas características, é o terceiro porto em termos de menor valor agregado dos produtos movimentados. CAMPOS NETO (2006, p. 33)

Desse modo, após o exame dos setores agropecuário, industrial e de comércio exterior conclui-se que essa estrutura produtiva, nos últimos quinze anos, se balizou em determinados

pilares: produtivos (semi-elaborados) e comerciais (importação e exportação de mercadorias). Isso incidiu, obviamente, sobre as decisões de produção e investimento que se direcionaram, na maior parte das vezes, ao aprimoramento de alguns ramos produtivos e regiões do território, cujas bases da acumulação já se encontravam mais amadurecidas (especificamente a RMGV), conforme será avaliado a seguir.

3.4 Investimentos realizados e potenciais no estado e influência dos instrumentos fiscais estaduais sobre a dinâmica econômica espírito-santense

O crescimento alcançado pela economia do Espírito Santo nesses últimos quinze anos foi, como notado, reflexo da organização e aprimoramento de uma estrutura fundamentada numa plataforma de exportação, cujo estímulo produtivo se ancorou no crescimento internacional e em condicionantes econômicas de ordem interna. Diante desse cenário é importante analisar a evolução dos investimentos totais realizados no estado, os aprovados e financiados pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – BANDES – em suas diversas modalidades (FUNRES, FUNDAP e INVEST-ES), bem como os potenciais, em seus diversos setores, fins e localizações.

Conforme tabela 3.18 verificou-se que mais da metade dos investimentos realizados, entre 2000 e 2006, se direcionou para a indústria. Como visto, uma parcela significativa se destinou à ampliação de capacidade e modernização das grandes empresas exportadoras (ArcelorMittal Tubarão, SAMARCO, Vale, Aracruz Celulose e Petrobrás), refletindo-se em elevações do VTI, PIM-PF e produtividade desses setores. Em seguida, aparecem os investimentos realizados em energia, (justamente para dar suporte as primeiras), e em terceiro, as atividades do comércio e serviço lazer. Finalmente, as atividades direcionadas ao transportes (3,2% dos recursos) e para terminal portuário, portos e armazenagem (0,9%). Há que se considerar que, dos investimentos privados realizados, apenas 3,2% se destinaram às demandas sociais, como saúde, educação, meio ambiente, irrigação e saneamento e 1,4% para a agroindústria.

Tabela 3.18: Investimentos realizados, segundo setores, por número de projetos e total dos investimentos no período de Jan/2000 – Nov/2006 (R\$ 1 milhão)

Setores	Nº de projetos	Total dos Investimentos	%
Indústria	48	4.620,2	50,7
Agroindústria	18	129,1	1,4
Energia	20	2.730,4	30,0
Comércio/Serviço e Lazer	70	979,5	10,8
Terminal Portuário/Aeroporto e Armazenagem	10	77,6	0,9
Meio Ambiente	6	88,4	1,0
Saúde	10	159,7	1,8
Educação	4	15,6	0,2
Transporte	9	287,4	3,2
Saneamento	2	2,2	0,0
Irrigação/Barragem e Açudes	1	18,0	0,2
Total	198	9.108,1	100,0

Fonte: IJSN (2007).

Deste modo, vislumbra-se que os setores de maiores escalas (ligados ao grande capital – a exportação de semi-elaborados e notadamente os serviços de comércio exterior) foram também os que mais cresceram, tendo seus desempenhos afetados tanto por políticas de seletividade para a concessão de créditos (basicamente concentrados nas mesmas áreas), quanto pela concessão do benefício do FUNDAP⁵², cujo percentual de recursos disponíveis é bem mais robusto que os demais benefícios, o que, por conseguinte, retro-alimenta o crescimento dessas atividades.

Quanto aos demais setores (notadamente aqueles voltados ao abastecimento do mercado interno) são atendidos fundamentalmente pelo FUNRES e o recente criado Programa de Incentivo ao Investimento no estado do Espírito Santo – INVEST-ES – para as empresas que venham realizar projetos de interesse para o desenvolvimento sócio-econômico do estado (mas que em comparação ao FUNDAP detêm uma parcela de recursos disponíveis mais modesta). No entanto, no que tange ao último incentivo (INVEST-ES) foi possível perceber, já em sua descrição legal, evidências de estímulo à *Guerra Fiscal* para a atração de investimentos no estado. Conforme decreto nº 1951-R, o INVEST-ES tem como objetivo:

Contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos do Espírito Santo, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na

⁵² O mecanismo de funcionamento do FUNRES e FUNDAP já foi mencionado nessa pesquisa e em outras literaturas antecedentes.

geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais”. Seus benefícios são: I- Diferimento do pagamento do ICMS: a) incidente nas operações de importação do exterior de máquinas e equipamentos destinados à integração no ativo permanente imobilizado do estabelecimento; b) devido a título de diferencial de alíquotas, incidente nas operações interestaduais da aquisição de máquinas e equipamentos destinados à integração no ativo permanente imobilizado do estabelecimento; c) incidente nas operações de importação do exterior de insumos e matérias-primas, destinados exclusivamente ao estabelecimento industrial importador, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes de sua industrialização, ressalvado o disposto na alínea “d”; d) incidente nas operações de saídas internas de máquinas e equipamentos destinados a empresas vinculadas ao INVEST-ES, para integração no ativo permanente imobilizado; II – crédito presumido, nas operações interestaduais, até o limite de setenta por cento do valor do imposto devido mensalmente; III – redução de base de cálculo, nas operações internas, até o limite de setenta por cento do seu respectivo valor.; IV – outras modalidades de benefícios fiscais, desde que respeitadas os limites e as condições previstas nos incisos I a III ⁵³.

De acordo com dados do BANDES, para FUNRES, FUNDAP e INVEST-ES, a partir de 1990, tabela 3.19, houve predominância dos recursos destinados ao FUNDAP frente aos demais, sendo 66,4% no período entre 1990 a 2000 e 54,6% de 2000 a 2007. Não se pode afirmar, no entanto, quanto os recursos do FUNRES efetivamente caíram, pois o período não é uniforme para os dois recortes, mas mesmo assim, constatou-se a importância do FUNDAP para o financiamento das empresas, em sua maioria *tradings companies*, que utilizam o benefício para importar pelo porto Vitória, o que significa um capital de giro a um custo financeiro muito baixo. Em segundo lugar vêm as operações destinadas ao FUNRES e em última posição o INVEST-ES, recentemente criado e que por isso não há base de comparação para o período anterior.

⁵³ Os benefícios II e III podem ser cumulativos. Excepcionalmente, o Comitê poderá conceder tratamentos tributários, alternativos aos previstos acima, para a instalação de empreendimento industrial novo (Art. 19, Decreto 1951-R). O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES e a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, através de um grupo técnico, procederão à análise do projeto que será, posteriormente, submetido à apreciação do Comitê de Avaliação, representado por representantes e suplentes não remunerados, com idênticas prerrogativas e responsabilidades, dos seguintes órgãos: Secretaria de Estado de Desenvolvimento - SEDES; Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ; Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG; Procuradoria Geral do Estado – PGE e Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES. A coordenação do Comitê de Avaliação será exercida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento. Para maiores detalhes consultar: [www.bandesonline.com.br].

Tabela 3.19: Investimentos Aprovados* pelo BANDES ao Espírito Santo – 1990 - 2007 (R\$ milhões e %)

	1990-2000		2001-2007	
	Recursos	%	Recursos	%
FUNRES	202.812.406,0	33,6	434.557.914,0	45,4
FUNDAP	401.634.427,6	66,4	523.614.522,6	54,6
INVEST -ES	0,0	0,0	5.594,2	0,0
Total	604.446.833,6	100,0	958.178.030,8	100,0

Nota: *De acordo com dados do banco, mais de 90 % dos investimentos foram realizados, mas não são considerados os investimentos realizáveis, existindo chances de serem aprovados com um valor e realizável com outro superior ou inferior.

Fonte: BANDES - ES. Data base: 05/09/2008.

Analisando-se separadamente cada um dos instrumentos, iniciando-se pelo FUNRES, verificou-se que (tabela 3.20) entre 1990 a 2000, mais de 50% dos investimentos se destinaram à indústria, cabendo o restante dos recursos à agropecuária (18,5%), aos serviços gerais (13,9%) e ao comércio (6%). Esta mesma estruturação se manteve no período seguinte, entretanto, elevaram-se as participações destinadas à agropecuária e ao comércio, sendo este último resultado, obviamente, dos investimentos em petróleo, gás e infra-estrutura, o que demandam crescimento das atividades do comércio.

Tabela 3.20: Operações Aprovadas* - FUNRES, por atividades – 1990 – 2007 (R\$ milhões e %)

Atividades	1990 a 2000		2001 a 2007	
	Recursos	%	Recursos	%
indústria	107.261.659,62	52,9	224.895.555,88	51,8
agropecuária	37.528.198,92	18,5	106.538.743,60	24,5
serviços gerais	28.118.685,22	13,9	10.769.045,29	2,5
serviços de transporte	7.661.175,30	3,8	0	0,0
comércio	12.252.361,69	6,0	70.249.489,59	16,2
pesca	1.626.714,70	0,8	917.035,51	0,2
armazenamento e depósito de cargas	8.363.610,56	4,1	20.868.784	4,8
Silvicultura	0,00	0,0	331.260,17	0,1
Total	202.812.406,01	100,0	434.569.914,04	100,0

Nota: *De acordo com dados do banco, mais de 90 % dos investimentos foram realizados, mas não são considerados os investimentos realizáveis, existindo chances serem aprovados com um valor e realizável com outro superior ou inferior.

Fonte: BANDES - ES. Data base: 05/09/2008.

Analisando-se esses dados segundo as Microrregiões de Planejamento (3.21), verificou-se que de 1990 a 2000 os recursos estavam muito concentrados na microrregião Metropolitana (mais de 50% deles) cabendo ao Pólo de Linhares quase 10% dos recursos e Colatina com 7,2%. Entretanto, de 2001 a 2007 a microrregião Metropolitana passou a receber menos recursos enquanto que a região de Linhares elevou sua participação, devido à expansão do setor petrolífero e de gás natural na região, indicando também um esforço do BANDES em priorizar investimentos fora da RMGV.

Tabela 3.21: Operações Aprovadas* FUNRES - por microrregiões – 1990 – 2007 (R\$ milhões e %)

Região	1990 a 2000		2001 a 2007	
	Recursos	%	Recursos	%
Metropolitana	100.300.924,0	52,3	162.423.385,0	37,4
Pólo Linhares	18.571.799,0	9,7	145.579.717,0	33,5
Metrópoles Expandida Sul	3.928.929,4	2,0	2.812.409,7	0,6
Central Serrana	3.945.048,8	2,1	2.749.064,8	0,6
Sudoeste Serrana	9.794.149,0	5,1	6.956.024,8	1,6
Litoral Norte	4.810.113,6	2,5	7.894.711,2	1,8
Extremo Norte	6.747.311,5	3,5	3.329.342,6	0,8
Pólo Colatina	13.883.747,8	7,2	9.814.658,9	2,3
Noroeste 1	7.817.249,0	4,1	30.849.349,4	7,1
Noroeste 2	5.230.909,7	2,7	10.926.880,4	2,5
Pólo Cachoeiro	9.377.459,4	4,9	31.730.638,8	7,3
Caparaó	7.471.105,1	3,9	18.971.539,0	4,4
Total	191.878.746,4	100,0	434.037.721,5	100,0

Nota: *De acordo com dados do banco, mais de 90 % dos investimentos foram realizados, mas não são considerados os investimentos realizáveis, existindo chances serem aprovados com um valor e realizável com outro superior ou inferior. Foram excluídas dos cálculos de 1990 a 2000 as operações de debêntures Conversíveis – ICMS (R\$ 10.933.659,66), pois no arquivo cedido pelo BANDES não constavam as cidades receptoras. E de 2001 a 2007 foram descontados os recursos destinados a municípios de outros estados (R\$ 520.192,53).

Fonte: BANDES - ES. Data base: 05/09/2008.

Quanto aos investimentos do FUNDAP (tabela 3.22), constatou-se novamente a predominância da microrregião Metropolitana, que absorveu 87% dos recursos, e o mesmo se evidenciando no período seguinte, com 77,5% do total. O Pólo de Linhares concentrou no segundo período 14,3% dos recursos, fruto dos investimentos mencionados acima.

Tabela 3.22: FUNDAP - Operações Aprovadas, por microrregiões – 1990 - 2007 (R\$ milhões e %)

Regiões	1990 a 2000		2001-2007	
	Recursos	%	Recursos	%
Metropolitana	349.647.324,8	87,1	405.928.465,1	77,5
Pólo Linhares	747.182,9	0,2	75.107.624,0	14,3
Metrópole Expandida Sul	2.805.351,8	0,7	226.231,0	0,0
Central Serrana	1.793.266,2	0,4	1.397.291,6	0,3
Sudoeste Serrana	6.518.590,3	1,6	1.238.962,0	0,2
Litoral Norte	22.950.047,1	5,7	4.878.557,7	0,9
Extremo Norte	0,0	0,0	4.814.368,4	0,9
Pólo Colatina	5.448.186,5	1,4	0,0	0,0
Noroeste 1	7.196.572,9	1,8	20.118.667,4	3,8
Noroeste 2	0,0	0,0	2.942.682,5	0,6
Pólo Cachoeiro	1.738.658,2	0,4	4.717.614,0	0,9
Caparaó	2.789.247,0	0,7	2.244.059,0	0,4
Total	401.634.427,6	100,0	523.614.522,6	100,0

Fonte: BANDES - ES. Data base: 05/09/2008.

Revistos os mesmos dados, porém de forma espacializada (tabela 3.23), primeiramente para a microrregião Metropolitana, verificou-se que a maioria dos investimentos se destinou à indústria e ao armazenamento de cargas e serviços de transporte, confirmando o fortalecimento das atividades ligadas ao comércio exterior na RMGV. Entre 2001 e 2007 esse fenômeno foi mais intenso, pois a participação do item armazenamento de depósito das cargas cresceu e ultrapassou a indústria, e, além disso, nesse período os recursos se tornaram mais concentrados, cabendo ao comércio, indústria e armazenamento de cargas 85,4% do total, contra 67,4% do período anterior.

Tabela 3.23: Principais atividades receptoras do FUNDAP na microrregião metropolitana – 1990 – 2007 (R\$ milhões e %)

	1990 a 2000		2001 a 2007	
	Recursos	%	Recursos	%
indústria	118.309.609,6	33,8	131.155.796,29	32,3
agropecuária	6.568.619,8	1,9	664.369,0	0,2
serviços gerais	43.788.987,9	12,5	38.595.812,5	9,5
serviços de transporte	63.524.600,4	18,2	18.528.093,5	4,6
comércio	16.180.616,6	4,6	83.498.542,0	20,6
pesca	0,0	0,0	0,0	0,0
armazenamento e depósito de cargas	101.274.890,4	29,0	133.485.851,7	32,9
silvicultura	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	349.647.324,8	100,0	405.928.465,1	100,0

Fonte: BANDES - ES. Data base: 05/09/2008.

Já para as demais regiões (cujas participações responderam por 12,9% do total do FUNDAP no primeiro recorte e 22,5% no segundo), conforme tabela 3.24, constatou-se a maior participação da indústria e das atividades voltadas ao comércio, e em seguida, a agricultura. Isto ocorreu, pois, nestas regiões não há praticamente atuação das *tradings companies*, devido sua distância do litoral.

Tabela 3.24: Principais atividades receptoras do FUNDAP, demais microrregiões – 1990 – 2007.

(R\$ e %)

	1990 a 2000				
	Recursos	%	Recursos	%	
indústria	21.572.281,9	41,5	79.809.188,1	67,8	
agropecuária	17.318.479,4	33,3	11.540.803,1	9,8	
serviços gerais	2.210.749,0	4,3	2.072.445,6	1,8	
serviços de transporte	0,0	0,0	0,0	0,0	
comércio	5.816.835,2	11,2	24.263.620,7	20,6	
pesca	0,0	0,0	0,0	0,0	
armazenamento e depósito de cargas	5.068.757,3	9,8	0,0	0,0	
silvicultura	0,0	0,0	0,0	0,0	
Total	51.987.102,8	100,0	117.686.057,5	100,0	

Fonte: BANDES - ES. Data base: 05/09/2008.

Finalmente, com relação aos dados do programa INVEST-ES⁵⁴ (tabela 3.25) para os anos de 2003 a 2007, verificou-se que a maior parte dos recursos disponíveis teve como destino, basicamente, os setores de metalurgia (41,7%) e fabricação de coque... (23,7% - principalmente coquerias). Há que se notar que o setor de fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias, apesar de gerar atualmente menos de 1,0% do VTI, recebeu uma parcela significativa dos recursos desse benefício, cerca de 10% do total. Isso pode estar ligado, por conseguinte, ao fenômeno observado no capítulo 2 (tabela 2.29), em que este mesmo ramo foi responsável, em 2006, pela geração de 10,2% do ICMS estadual.

⁵⁴ Os dados enviados pelo BANDES estão a três dígitos, mas para uma melhor visualização foram agregados aqui a dois. Entretanto, confirmamos a participação do setor de fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias com 10,6% do total dos recursos do INVEST-ES. Entretanto, o ramo de fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente conta com 10,5%, restando ao ramo fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos apenas 0,1%.

Tabela 3.25: Classificação dos projetos enquadrados com termo de acordo no INVEST-ES, por atividade – 2003 - 2007 (R\$ milhões e %)

CNAE	Recursos	%
Fabricação de Produtos Alimentícios	128,9	2,3
Fabricação de Bebidas	91,8	1,6
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	155,7	2,8
Fabricação de Produtos Têxteis	16,9	0,3
Confeção de artigos do Vestuário e Acessórios	12,2	0,2
Fabricação de Produtos de Madeira	3,4	0,1
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	7,8	0,1
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool	1.323,1	23,7
Metalurgia	228,1	4,1
Fabricação de Artigos de Borracha e de Material Plástico	140,6	2,5
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	263,1	4,7
Metalurgia Básica	2.331,0	41,7
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	38,7	0,7
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	42,2	0,8
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	94,0	1,7
Fabricação de Produtos Diversos	3,7	0,1
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	591,2	10,6
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	29,7	0,5
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	22,9	0,4
Construção	20,2	0,4
Comércio por Atacado e Representantes Comerciais e Agentes do Comércio	9,7	0,2
Serviços Prestados Principalmente às Empresas	39,3	0,7
TOTAL	5.594,2	100,0

Fonte: BANDES - ES. Data base: 05/09/2008.

Além disso, houve acréscimo de praticamente 34% no número de unidades locais relacionadas a esse tipo de atividade (39 unidades em 1996 para 52 em 2006, pela tabela 3.26).

Tabela 3.26: ES: Número de Unidades Locais – 1996 – 2006.

Unidades locais	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	39	42	43	39	39	32	37	35	42	47	52

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Anual – PIAs.

Para explicar esse tipo de ocorrência, deve-se fazer referência ao papel do Espírito Santo no contexto do comércio exterior brasileiro. Desde a abertura comercial na década de noventa, o

estado capixaba tornou-se conhecido como uma das principais portas de entrada às importações nacionais. Como mencionado anteriormente, seus rebatimentos se notaram na geração de seus investimentos e na busca por ganhos de eficiência em infra-estrutura e logística das operações de comércio exterior, que se avolumavam naquele período. Isso se materializou na expansão dos pátios e armazéns dos portos, na construção das quatro Estações Aduaneiras (Eadis), ou portos secos, e no melhoramento de sua malha rodo-ferroviária que elevou a centralidade da RMGV (como será visto no próximo capítulo). Assim, quando:

[...] o governo federal reduziu as alíquotas do Imposto sobre Importação, facilitando a entrada de produtos inclusive pelos portos capixabas, principalmente, automóveis. Com isso, as operações portuárias tributadas no estado do Espírito Santo passaram a gerar cerca de R\$ 36,7 milhões de ICMS mensalmente (preços correntes), cerca de 35% do ICMS total. Como boa parte desses recursos retornavam aos importadores em forma de financiamento, via FUNDAP, as agências importadoras passaram a articular a construção de imensos pátios para a estocagem de automóveis na Grande Vitória, demandando investimentos de adequação da infra-estrutura de transporte, envolvendo inclusive incentivos das prefeituras. Assim, mesmo após a retomada das alíquotas do imposto federal, o porto de Vitória continuou sendo referência para diversos importadores nacionais, atraídos pelas facilidades do FUNDAP. (GOMES, 1998, p. 101).

Assim, a partir do melhoramento das condições de estocagem e armazenagem em território capixaba, foi possível que novos desdobramentos ocorressem, podendo explicar, portanto, o crescimento do segmento de fabricação e montagem de veículos automotores, que depois de nacionalizados, em sua maioria *tradings*, poderiam receber no próprio local, a instalação de acessórios de luxo em sua composição, agregando valor aos mesmos na revenda para outros estados. Isso, portanto, parece responder a elevação na arrecadação de ICMS estadual, a parcela significativa de aportes do INVEST-ES e também, o acréscimo no número de unidades locais desses segmentos.

Observando-se a partir de agora os investimentos potenciais (tabela 3.27) para o Espírito Santo para o período de 2006 a 2011, verificou-se que o setor industrial responde pela maior parte dos projetos (166 projetos ou 39,4% do total)⁵⁵, vindo em seguida os investimentos em

⁵⁵ O relatório final de 2006 apresenta os levantamentos realizados no período de dezembro/05 a novembro/06 e os investimentos previstos a serem realizados entre os anos de 2006 e 2011.

As informações foram organizadas de três modos: i) a partir da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), distribuídas por Microrregião de Planejamento do estado, o que permite mostrar o desenvolvimento dos

comércio e lazer (93 projetos e 17,9%), terminal portuário/aeroporto e armazenagem (58 projetos e 11,1%) e energia (com 52 projetos e 10%). Sendo assim, esses três segmentos respondem por quase 40% do total dos projetos previstos para o estado no período. Quanto aos recursos financeiros, novamente se destacaram os destinados à geração de energia, seguidos daqueles para indústria, terminais aeroportuários/armazenagem e comércio/serviço e lazer.

Tabela 3.27: Investimentos potenciais, segundo setores, por números de projetos e total dos investimentos - 2006-2011 (R\$ 1 milhão)

Setores	Projetos		Investimentos	
	Número	%	Em valor	%
Indústria	166	31,9	15.104,3	33,3
Agroindústria	29	5,6	426,9	0,9
Energia	52	10,0	16.113,1	35,6
Comércio/Serviço e Lazer	93	17,9	3.539,9	7,8
Terminal Portuário/Aeroporto e Armazenagem	58	11,1	6.807,2	15,0
Meio Ambiente	19	3,6	597,8	1,3
Saúde	18	3,5	212,6	0,5
Educação	18	3,5	234,6	0,5
Transporte	43	8,3	1.802,0	4,0
Saneamento	25	4,8	459,6	1,0
Total	521	100,0	45.298,0	100,0

Fonte: IJSN (2007).

Essas mesmas informações, reordenadas conforme as principais atividades receptoras de investimento (tabela 3.28), indicaram a participação majoritária das atividades de extração de petróleo, minerais metálicos e fabricação de coque..., ou seja, esses segmentos respondem por

investimentos do Espírito Santo, inclusive sua repartição regional; ii) conforme os setores: indústria; agroindústria; energia; comércio/serviço e lazer; terminal portuário/aeroporto e armazenagem; meio ambiente; saúde; educação; transporte e saneamento; iii) e finalmente, de acordo com o estágio dos investimentos: Implantação, Expansão, Modernização e Outros.

De acordo com o documento, um investimento só é considerado realizado depois que for concluído um processo que se inicia com a identificação de uma oportunidade de negócio, passando por várias fases de estudos, definição do financiamento e licenciamento nos órgãos competentes. Esse documento tem o propósito de captar o volume de investimentos que estão sendo cogitados para o Estado nestes diferentes momentos de maturação. Uma observação com relação à obtenção de dados em processos desta natureza não poderia deixar de ser feita, que é a de que certas informações têm caráter sigiloso em determinadas fases. Além disso, muitas vezes o agente propõe o investimento sem que se tenha divulgado as informações sobre ele, o que dificulta a apresentação de dados precisos. Assim, a contribuição deste trabalho seria a de tão-somente fornecer os contornos do quadro de investimentos previstos, e não a de apresentar dados precisos.

Como fontes de informações foram consultados órgãos de financiamento (GERES/BANDES), de licenciamento (SEAMA), diversas empresas (como a CVRD, TELEMAR, ESCELSA, PETROBRÁS, SAMARCO, CST e Banco do Nordeste), além do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (INVEST-ES), jornais e revistas. As informações obtidas nessas fontes, sempre que necessário, foram complementadas ou confirmadas diretamente com o investidor.

mais de 50% dos recursos potenciais direcionados ao estado, sendo em grande parte deles os mesmos beneficiados pelos Grandes Projetos.

Tabela 3.28: Principais atividades receptoras de investimentos no Espírito Santo – 2006 – 2011 (%)

CNAE	Classificação	Milhões R\$	%
2	Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados	806,2	1,8
11	Extração de petróleo e serviços relacionados	9.640,4	21,3
13	Extração de minerais metálicos	8.488,5	18,7
15	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	678,8	1,5
23	Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e de produção de álcool	6.767,0	14,9
35	Fabricação de outros equipamentos de transporte	4.189,0	9,2
27	Metalurgia básica	2.802,1	6,2
40	Eletricidade, gás e água quente	2.563,0	5,7
45	Construção	2.447,0	5,4
63	Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	1.812,0	4,0
60	Transporte terrestre	847,0	1,9
	Outros	4257,0	9,4
	Total Espírito Santo	45.298,0	100,0

Fonte: IJSN (2007).

Ao se pesquisar a finalidade dos projetos potenciais (tabela 3.29) para o estado, atestou-se que a maior parte está concentrada na implantação de novos investimentos, à exceção dos investimentos em meio ambiente, cujas ações concentram-se na expansão de projetos já existentes. Entretanto, esses dados representam ainda muito pouco do total a ser aplicado. Em contrapartida, os investimentos em expansão também são muito significativos em relação ao total geral.

Tabela 3.29: Investimentos, segundo setores, por finalidade – 2006 - 2011

(%)

Setores	finalidade				Total dos investimentos
	Implantação	Expansão	Modernização	Outros	
Indústria	47,0	44,8	8,0	0,3	100,0
Agroindústria	71,6	26,7	1,7	0,0	100,0
Energia	97,7	2,1	0,2	0,0	100,0
Comércio/Serviço/Lazer	51,6	46,6	1,7	0,1	100,0
Terminal Portuário/Aeroporto e Armazenagem	74,1	16,9	9,0	0,0	100,0
Meio Ambiente	34,5	41,4	24,1	0,0	100,0
Saúde	86,2	12,9	0,9	0,0	100,0
Educação	56,9	20,1	23,0	0,0	100,0
Transporte	49,0	45,2	5,8	0,0	100,0
Saneamento	54,4	45,6	0,0	0,0	100,0
Total	69,9	25,1	4,9	0,1	100,0

Fonte: IJSN (2007).

No que tange aos investimentos direcionados à indústria, estes se referem, em grande parte, às estratégias empresariais, notadamente as grandes empresas exportadoras do estado, como a Vale, por exemplo, que procuram expandir seus investimentos em infra-estrutura e implantar outros novos, como sua oitava pelotizadora na RMGV e o terminal de Ubu, em Anchieta. Além disso, existem os investimentos de grande abrangência da Petrobrás na região para a extração de petróleo e gás natural nas suas reservas pré-sal. O mesmo se verificou em relação aos ramos de comércio/ serviços/lazer, resultado da política de desenvolvimento estadual, cujo objetivo atual visa, sobretudo, promover a atração locacional do território.

Fica clara também a participação dos investimentos em implantação de infra-estrutura (terminal portuário/aeroporto e armazenagem, energia e transporte) no estado capixaba, conforme mencionado. E por fim, seguem-se os investimentos na área social e ambiental, em sua maioria em implantação, mas que em termos quantitativos ainda se mostram modestos em comparação ao necessário.

Por fim, quando se analisaram os investimentos previstos para o estado, de acordo suas microrregiões (tabela 3.30 e 3.31), novamente se confirmou a primazia da microrregião Metropolitana como receptora dos investimentos potenciais (35,2% do total), destinados especialmente à indústria, comércio e serviços e armazéns. Vale a pena destacar sua importância no recebimento da maioria dos recursos destinados às áreas sociais, como saúde, educação, transporte, saneamento e meio ambiente, indicando a inegável centralidade de Vitória e seu entorno sobre as demais regiões do estado. Em seguida se apresenta a Metrópole Expandida Sul

(em virtude da formação do pólo industrial na região do porto de Ubu, em Anchieta ao sul do estado) e o Pólo de Linhares, que concentram 24,4% e 23,1% de recursos, respectivamente.

Tabela 3.30: Distribuição dos investimentos por microrregião administrativa no ES - 2006- 2011 (%)

Microrregiões	(R\$ 1 milhão)	%
Metropolitana	15.952,5	35,2
Pólo Linhares	10.485,6	23,1
Metrópoles Expandida Sul	11.035,2	24,4
Sudoeste Serrana	40,8	0,9
Central Serrana	390,3	0,1
Litoral Norte	3.083,6	6,8
Extremo Norte	138,3	0,3
Pólo Colatina	580,1	1,3
Noroeste 1	63,2	0,1
Noroeste 2	111,5	0,2
Pólo Cachoeiro	3.315,5	7,3
Caparaó	101,4	0,2
Total	45.298,0	100

Fonte: IJSN (2007).

Tabela 3.31: Distribuição regional e setorial dos investimentos previstos no ES, por microrregião – 2006 - 2011 (%)

Microrregiões	Indústria	Agronegócio	Energia	Comércio e Serviços	Terminais e Armazéns	Meio Ambiente	Saúde	Educação	Transporte	Saneamento	Total
Metropolitana	56,0	0,5	8,8	58,6	27,8	69,3	69,0	94,6	50,4	90,3	35,2
Pólo Linhares	9,6	45,9	17,1	36,7	67,2	28,8	3,3	-	1,2	0,5	23,1
Metrópoles Expandida Sul	28,0	-	41,1	-	2,6	0,5	-	-	0,1	0,3	24,4
Sudoeste Serrana	-	13,5	1,9	0,4	-	-	-	-	0,1	0,6	0,9
Central Serrana	-	1,0	-	-	-	-	-	-	1,9	-	0,1
Litoral Norte	1,0	25,1	16,3	0,1	2,4	-	1,9	0,9	1,2	-	6,8
Extremo Norte	0,9	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3
Pólo Colatina	2,4	7,0	-	3,4	-	-	24,0	-	1,1	-	1,3
Noroeste 1	0,1	-	0,1	0,6	-	-	-	-	-	-	0,1
Noroeste 2	0,6	0,7	-	-	-	-	-	-	0,9	0,3	0,2
Pólo Cachoeiro	1,2	5,2	14,0	0,2	-	1,3	1,9	4,5	43,2	8,1	7,3
Caparaó	-	-	0,6	-	-	-	-	-	-	-	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100

Fonte: IJSN (2007).

Esses resultados ratificam, portanto, o prognóstico para o Espírito Santo a curto e médio prazo. Denotam a centralização financeira na indústria de grande porte, produtora e exportadora

de bens intermediários, e em infra-estrutura e logística, consolidando pontos basilares: extroversão econômica e especialização produtiva. Assim, após a apreciação desse conjunto de dados, faz-se necessário refletir sobre algumas questões na conclusão do capítulo.

3.5 Conclusões

Este capítulo teve como escopo principal pesquisar a dinâmica do comércio exterior e dos investimentos do Espírito Santo no período recente em relação à economia nacional. Dentre os objetivos específicos, averiguaram-se alguns pontos cruciais: os setores exportadores de maior peso no estado, o conteúdo tecnológico e destino/origem das exportações/importações, as contribuições desses setores na especialização produtiva do estado e finalmente, o comportamento dos investimentos.

O estado capixaba foi o que apresentou os maiores coeficientes de exportação e importação nacionais, e, portanto, se consolidou como aquele de maior extroversão econômica e produtiva. Quando analisados os setores exportadores responsáveis por esse desempenho, verificou-se que eram os mesmos que tinham se destacado (no capítulo anterior) no PIB, VTI e produtividades estaduais (extração de minerais metálicos, extração e fabricação de minerais não-metálicos, produção de mármore e granito, fabricação de papel e celulose e metalurgia.).

Ademais, o indicador empregado (VCR) e a movimentação geral de cargas nos portos brasileiros, ratificaram a especialização dessa economia em atividades produtoras de semi-elaborados, voltados à exportação e de baixo conteúdo tecnológico. Quando analisadas as importações, apesar da dificuldade na obtenção de alguns dados, foi possível admitir que (conjugadas às informações do capítulo anterior) o aprimoramento dos serviços de comércio exterior na RMGV tinha como foco a revenda da maioria das mercadorias para outros estados, caracterizando-se numa atividade relevante para o Espírito Santo.

Em suma, esses setores foram responsáveis, em grande parte, pelas taxas de crescimento dessa economia, e também pela expansão expressiva de aportes financeiros e investimentos nessas áreas, contrastando, de certo modo, com o desempenho de outros setores (principalmente àqueles ligados ao mercado interno), e a ausência de interiorização do desenvolvimento no território. A partir dessas considerações, o capítulo a seguir versará sobre a organização de seu

espaço e rede urbana, bem como algumas noções sobre seus fluxos migratórios e mercado de trabalho.

Capítulo 4 – Rede Urbana do Espírito Santo – 1990 - 2005: a estruturação do espaço, migrações e mercado de trabalho

4.1 Introdução

Este último capítulo tem como foco analisar a urbanização e a rede urbana do Espírito Santo entre 1990 a 2005, englobando o comportamento de seu movimento migratório e mercado de trabalho. Tomando como dado os efeitos decorrentes da macroeconomia internacional e nacional (analisados nos capítulos anteriores), e da inserção produtiva e econômica do estado, este capítulo se propõe identificar as causas e implicações da concentração econômica, técnica e logística na RMGV e os rebatimentos sobre o restante do território, bem como sobre as migrações e a estrutura de seu mercado de trabalho.

Dessa forma, este capítulo se dividirá em mais seis seções: a segunda fará considerações gerais sobre o espaço e a rede urbana; a terceira versará particularmente do espaço e rede urbana capixaba, apontando-se de que forma a ascensão e consolidação atual das concepções pró-poder local no desenvolvimento regional permearam a retórica e as dinâmicas locais; e como essa visão legitimou a manutenção do comando de determinados grupos locais existentes no estado, favorecendo a continuidade dessa dinâmica específica. Na quarta seção serão observados os efeitos dessa estrutura sobre o movimento migratório e na quinta será analisado o mercado de trabalho. Na sexta seção serão comentadas algumas das propostas para a interiorização do desenvolvimento no Espírito Santo, e finalmente, na última seção, a conclusão do capítulo.

4.2 Comentários gerais sobre o espaço e a rede urbana

A apropriação capitalista do território é fundamental para a busca da compreensão da produção social do espaço pela qual é apropriado o excedente econômico e orientada sua utilização num processo de acumulação (CORAGGIO, 1988). Logo, o estudo dessa apropriação é de suma relevância para que se compreenda como a dinâmica capitalista incita o conflito de espaços e agentes contraditórios, em vista da destruição do espaço social e da explosão de espaços instrumentais à pluralidade de capitais (LEFEBVRE, 2001). Dessa forma, o espaço urbano é “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante espacial, um conjunto de símbolos e

campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada na formas espaciais”. (CORRÊA, 1995, p. 9).

Numa concepção teórica marxista e estruturalista, o espaço urbano reflete o modo de organização de sociedade, nos quais se enfatizam os aspectos históricos da constituição das cidades e também os conflitos dos agentes sociais e econômicos (os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado, e os grupos sociais excluídos) em busca do acesso à terra. Para Corrêa (1995), os marcos jurídico e regulatório do sistema não são, pois, imparciais, sendo reflexos do poder emanado das três primeiras representações, uma vez que estas detêm a posse da renda da terra. “A ação desses agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção, implicando a continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar os conflitos de classe, este aspecto cabendo ao Estado”. (CORRÊA, 1995, p. 12). Nesse caso, o Estado atua na organização espacial e urbana da cidade, contando com instrumentos de ação variados, capazes de alterar a dinâmica produtiva de apropriação dessa renda.

Entretanto, este reafirma a manutenção do *status quo*, pois: “sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como da aliança entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder” (CORRÊA, 1995, p. 26). E isso, por sua vez, é observável nos três níveis de poder (federal, estadual e municipal) principalmente na esfera local, nos quais:

[...] estes interesses se tornam mais evidentes e o discurso menos eficaz. Afinal a legislação garante à municipalidade muitos poderes sobre o espaço urbano, poderes que advêm, ao que parece, de uma longa tradição reforçada pelo fato de que, numa economia cada vez mais monopolista, os setores fundiário e imobiliário, menos concentrados, constituem-se em fértil campo de atuação para as elites locais (CORRÊA, 1995, p. 26).

Maricato (2000) também afirmou a importância do poder municipal como propulsor dos interesses locais: “Ao invés de priorizar o caráter público e social dos investimentos municipais em uma cidade com gigantescas carências, o governo municipal o fez de acordo com interesses privados, em especial em empreiteiras de construção pesada e agentes do mercado imobiliário”. (MARICATO, 2000, P. 159). E finalmente o último grupo, em que fazem parte os grupos sociais

excluídos, ou “os de baixo”, que avolumam o contingente de não-cidadãos, que se localizam cada vez mais à margem de uma cidade progressivamente privativa.

Esses conflitos se aplicam ao processo de urbanização brasileiro que avançou muito durante o último século, principalmente após a consolidação da indústria brasileira na primeira metade do século XX. Embora, conforme Cano (1998), as causas das disparidades regionais tenham sido frutos dos diversos processos históricos provenientes da época colonial, e anteriores à integração do mercado nacional, ocorrida a partir de 1929, foi nesta época que os desequilíbrios regionais e os conflitos centro-periferia repercutiram no cenário nacional. O processo acelerado de acumulação capitaneado e concentrado por São Paulo, confirmou-o como o centro dominante da economia nacional, ao mesmo tempo em se consolidou o capitalismo monopolista no Brasil. No bojo desse processo, seus impactos também recaíram sobre a questão regional, pois seu enfrentamento se resumiu na busca de uma lógica nacional para a maior articulação e integração produtiva regional.

Foi nessa época também que houve um significativo aumento do êxodo rural-rural, principalmente rural-urbano, notadamente de migrantes para São Paulo, que se direcionaram tanto para a indústria paulista, que avançava significativamente no período, quanto em direção ao setor terciário de menor qualificação, inchando-o. O êxodo rural-rural foi puxado pela expansão da fronteira agrícola, em direção às terras paranaenses, ao Maranhão, Centro-Oeste e Distrito Federal. A consolidação da indústria pesada no Brasil, no governo Juscelino Kubitchek, reforçou esse processo de atração populacional em direção ao estado paulista e a expansão das fronteiras agrícolas permitiu ao país absorver esse significativo exército social de reserva.

Entretanto, as reformas sociais foram sempre postergadas no Brasil, principalmente por confrontarem com interesses das classes mais altas. Aos pobres, migrantes, principalmente, o crescimento possibilitou empregos de baixa qualificação (e devido a isso uma relativa ascensão social) e acesso à educação, e saúde, ainda que de forma precária e incompleta⁵⁶.

Isso proporcionou à sociedade a formação de um complexo produtivo, urbano, regional, empregatício e social único em toda a sua história, que guardava grande dinamismo, mas que estava recheado de distorções e contradições. Expandiu-se um grande mercado de trabalho de profissionais subempregados, intensivos no fator trabalho, expostos às incertezas e mergulhados

⁵⁶ Para maiores informações sobre o assunto ver FAGNANI (2005).

num cenário de distribuição de renda desigual. Esse fenômeno, por sua vez, advém de malformações próprias do capitalismo periférico, cuja:

[...] heterogeneidade social explica-se, sobretudo pela conquista do espaço interno de acumulação de capital, em condições de dominação que vão se alterando no tempo e nas formas de ocupação do território, mas que sempre confirmaram a tendência à concentração crescente da renda e da riqueza e à exploração brutal da mão-de-obra. (TAVARES, 1999, p. 455).

Enquanto isso, nas classes detentoras de maior renda:

Na vida cotidiana só funciona a disciplina mecânica imposta pelo dinheiro ou pelas grandes estruturas burocráticas, [...] o cosmopolitismo das elites globalizadas, isto é, seu americanismo, chega ao paroxismo, transmitindo-se à nova classe média, que alimenta a expectativa de combinar o consumo ‘superior’ e os serviços que barateiam seu custo de vida. [...] o colapso efetivo dos serviços públicos aparece à consciência social como resultado da improbidade e do desperdício, e não da pilhagem do Estado pelos grandes interesses [...] A difusão do individualismo de massa [...] e a identificação do valor do homem à quantidade e à qualidade do consumo se impõe esmagadoramente, entre ricos, remediados e pobres. [...] Tudo isto, é claro, é acompanhado por sentimentos de fracos de benevolência social, que não conseguem mobilizar a vontade e gerar comportamentos políticos ativos e continuados. (MELLO & NOVAIS 1998, p. 656)

No entanto, esse processo disfarçava também outras contradições, pois, a consolidação dos padrões de consumo, absorvidos pela classe média brasileira e do fácil acesso ao crédito, possibilitaram a essa camada social (e também à baixa) consumir tanto bens de consumo durável, (como eletrodomésticos e móveis), quanto simultaneamente conquistar posição de destaque na sociedade brasileira.

A crescente influência da economia norte-americana, impulsionando uma cultura de massas dotada de meios extraordinários de difusão, opera como fator de desestabilização do quadro cultural fundado na dicotomia povo-elite. Com o avanço da urbanização a presença do povo torna-se mais visível, fazendo-se mais difícil escamotear sua criatividade cultural. (FURTADO, 1999, p. 65).

Simultaneamente, no âmbito urbano, gerou-se uma estrutura diferenciada e segmentada pela renda e pelo *status* das ocupações. Acentuou-se também, dentro das cidades, o processo de periferização e favelização (não nos esquecendo do crescimento de grandes construtoras e da valorização imobiliária das regiões intermediárias), em contraste ao crescimento dos grandes centros e bairros de luxo.

Contudo, com o fim do ciclo de crescimento e a crise da década de oitenta na economia brasileira, descortinou-se o véu da desigualdade nacional, pois o baixo dinamismo econômico não foi mais suficiente para escamotear os problemas estruturais de desigualdade. Com a mudança do papel do Estado e a desestruturação dos vetores de desenvolvimento nacional, a maior parte das grandes cidades brasileiras passou por um processo de segregação e guetificação. O processo de ocupação brasileiro foi marcado pela urbanização acompanhada da pobreza, assim como definiu Santos (1996), e se caracterizou por ser peculiar, complexo, extremamente desigual e segregacionista. A valorização imobiliária e os interesses de classe duramente, defendidos nas esferas de poder, pressionaram a ocupação do espaço urbano. O sucateamento de grande parte dos órgãos públicos, que tinham por objetivo suprir as necessidades da população, obrigou a grande maioria da sociedade a resolver privadamente suas necessidades.

Foi também a partir dessa crise que se consolidaram no cenário mundial as concepções do “estado mínimo” e da liberdade dos mercados, avessas, por conseguinte, ao poder macrodecisório, devido sua presumível ineficiência. No âmbito espacial passou-se a se revalorizar o território, principalmente o local, como forma imediata de ação e de combate às desigualdades regionais, desconsiderando, na maior parte, as múltiplas escalas existentes entre o nível local e global.

Houve um retorno a uma visão reificada do espaço, capaz de vontade e endogenia, ao oferecer sua plataforma vantajosa, seu espaço-receptáculo. Uma espécie de platô que busca atrair capital. Mera superfície recipiente, de embarque e desembarque de capitais/coisas. Apesar de todos os malabarismos analíticos praticados pelas “teorias modernas” do territorial, do regional e do urbano, jaz ainda uma visão de ambiente não construído socialmente. (BRANDÃO, 2007, p. 31).

O espaço-receptáculo contradiz, portanto, a concepção de espaço socialmente construído, o *locus* dos acontecimentos e reflexo da estruturação urbana e das classes sociais. Os microprocessos, as microdecisões e as políticas de escalas locais negariam, portanto, “[...] a política, os conflitos, as classes sociais, o papel da ação estatal, a nação e o espaço nacional. Na verdade, nega todas as questões estruturais e, assim, todas as escalas existentes entre o local e o global”. (BRANDÃO, 2007, P. 36-37). Em resumo, da visão teórica prevalente dos anos sessenta e setenta no espaço como locus do conflito social, ascendeu uma concepção conservadora do território como agente do desenvolvimento aonde o conflito dá lugar a um pacto harmonioso em prol da atração de investimentos.

Essa é a concepção que perpassa a grande maioria dos discursos, projetos, decisões e ações de investimento em muitas unidades da federação (como, por exemplo, no Espírito Santo), de modo a legitimar os detentores das rendas locais. Estes por sua vez, (ligados notadamente aos setores privilegiados nos Grandes Projetos ou ao setor de logístico e importador/exportador), localizados, nos estratos solváveis, foram amparados burocraticamente pelo Estado, que nessa concepção teórica, teve o papel de: “[...] engendrar um ambiente favorável, estimulante dos investimentos privados [...] no sentido que desobstruidora e restauradora de condições adequadas à maior produtividade dos fatores, aperfeiçoando o ambiente institucional e possibilitando a diminuição dos “custos de transação” na operação do sistema econômico”. (BRANDÃO, 2007, P. 38).

Eis, pois, a observação feita nos capítulos anteriores acerca do desenvolvimento de determinados segmentos produtivos, dos aportes financeiros na forma de benefícios fiscais e de volume de investimentos a eles ofertados. Aos demais setores, destinados principalmente ao mercado interno restariam às alternativas autônomas de desenvolvimento. Na literatura há uma infinidade de vertentes teóricas sobre desenvolvimento local⁵⁷, embasadas por ações atomizadas, empreendedoras, associativas, organizadas em redes e personificadas nos Arranjos Produtivos Locais (APL's) /Nichos/Clusters, que projetam o desenvolvimento das “regiões e cidades competitivas”, principalmente pelas parcerias público-privadas, como o que existe no estado capixaba, com os setores produtores de: rochas ornamentais ao sul e noroeste do estado, moveleiro em Linhares, vestuário na região noroeste e fruticultura ao longo do território, ou mesmo no planejamento estratégico de Vitória. Como lembra Harvey,

Normalmente, o novo empreendedorismo urbano [e regional] se apóia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico, enquanto seu objetivo econômico imediato (ainda que não exclusivo). (HARVEY, 2005, p. 175).

Ademais, apesar de o capitalismo promover a homogeneização das condições de acumulação, massifica também as especificidades e peculiaridades regionais⁵⁸. No entanto, o referencial teórico localista busca a formação de uma identidade local/regional, capaz de

⁵⁷ Ver quadro elaborado por BRANDÃO (2007 p. 42).

⁵⁸ Não quer dizer que as disparidades regionais e econômicas sejam niveladas, mas sim as amarras à sua expansão, para maiores informações, ver BRANDÃO (2007, capítulo 2)

conquistar rendas monopolistas, oriundas de processos de pertinentes à região e capazes de evocar sua singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade:

[...], pois o que está em jogo é o poder do capital simbólico coletivo, isto é, o poder dos marcos especiais de distinção vinculados a algum lugar, dotados de um poder de atração importante em relação aos fluxos de capital de modo mais geral. (HARVEY, 2005, p. 233).

E ainda:

[...] a homogeneidade insípida provocada pela transformação pura em *commodities* suprime as vantagens monopolistas. Para a renda monopolista se materializar, é preciso encontrar algum modo de conservar únicos e particulares as mercadorias ou os lugares, mantendo a vantagem monopolista numa economia mercantil e, freqüentemente, muito competitiva. (HARVEY, 2005, P. 224).

Dessa forma, para potencializar essas particularidades e atrair novos investimentos, ações para a renovação da estrutura física do urbano e modernização viária dos meios de logística e transporte têm convergido ao atendimento das demandas do capital privado, o que inclui melhores condições de mobilidade e acessibilidade, como portos, aeroportos e rodovias de qualidade. Isso, portanto, foi o observado nos capítulos anteriores para o Espírito Santo, nos quais grande parte dos investimentos realizados e potenciais destinaram-se à infra-estrutura e logística. Contudo, há que se notar que a maior parte desses investimentos ficou concentrada em determinados segmentos produtivos, como semi-elaborados para a exportação, e em determinadas regiões (principalmente na RMGV), dinamizando, portanto, áreas já com níveis significativos de desenvolvimento, ao contrário das demais, que se encontram em estagnação, como será visto adiante⁵⁹.

⁵⁹ “A difusão dos avanços tecnológicos, tanto no ramo de produtos quanto em processos, tem conferido crescente importância à questão da eficiência logística como vantagem competitiva de empresas e sistemas produtivos. Por essa razão, espaços econômicos que dispõem de logística avançada têm uma capacidade maior de atrair investimentos e de ampliar a vantagem competitiva de suas empresas. [...] A estratégia de longo prazo do Estado contempla um movimento de visível interiorização do desenvolvimento. Nesse sentido, os APL’s, vetores do processo de desconcentração econômica, requererão serviços logísticos cada vez mais ágeis e adequação da infra-estrutura existente. Além disso, o estímulo à configuração de uma rede de cidades equilibrada também terá na logística um de seus elementos de suporte e viabilização”. Para isso, foi organizado um grupo para a coordenação dos principais projetos a serem realizados no estado, dentro dessa ótica, nos quais destacam-se: i) desenvolvimento do porto de Barra do Riacho; ii) adequação do porto de Vitória; iii) desenvolvimento do porto de Ubu; iv) Eixo longitudinal litorâneo; v) eixo longitudinal interiorano; vi) adequação de capacidade da BR-262; vii) eixos transversais; viii) eixos diagonais; ix) ferrovia litorânea sul; x) adequação do corredor centro-leste; xi) implantação do ramal ferroviário norte; xii) terminal de carga aérea; xiii) transporte e distribuição de gás natural. Para maiores informações, ver: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento - ES (2006).

Assim, a concepção do empreendedorismo urbano e local “[...] negligencia totalmente a questão fundamental da hegemonia e do poder político”, pois “[...] a visão da endogenia exagerada, não reconhecendo essa complexidade social, deposita na vontade dos atores sociais de um determinado recorte territorial todos os requisitos de superação do subdesenvolvimento”. (BRANDÃO, 2007, p. 50). Quando, na realidade, a superação do subdesenvolvimento é um processo extremamente complexo, já que “a dificuldade maior está em gerar uma vontade política capaz de pôr em marcha tal projeto, pois existe uma correspondência entre a estrutura do sistema produtivo e o perfil de distribuição da renda” (FURTADO, 1994, p. 40).

Diante dessas colocações, observa-se que a obtenção dessas rendas monopolistas está intimamente interligada à promoção e venda de imagem de localidades, à busca de uma identidade local, à promoção de um clima favorável aos negócios e à atratividade de investimentos privados, por meio do melhoramento público de infra-estrutura e logística, de modo a estimular o desenvolvimento de vantagens comparativas dessas atividades. Essa dinâmica própria toma, no entanto, a concepção de espaço como espaço-receptáculo, não socialmente construído e homogeneizador dos conflitos de classe. Toma também como escala ótima o local, pois seria o menos “suscetível” à ineficiência econômica e refletiria as especificidades locais e as peculiaridades, reforçando ciclicamente as identidades. Isto é o que se observa no contexto atual em muitas regiões brasileiras que, fora dos grandes centros de decisão concentradores de tecnologias e serviços avançados, se valem de mecanismos - *city marketing*, empreendedorismo urbano e Guerra Fiscal - para a atração de investimentos,

[...] convergindo para o processamento e/ou industrialização de *commodities* minerais, minerometalúrgicas, siderúrgicas, agrícolas e agroindustriais. Sua competitividade esteve ancorada em economias de escala e energia, mão-de-obra e recursos naturais baratos, ou seja, em vantagens competitivas espúrias, altamente favorecidas e amparadas por incentivos fiscais e apoiadas em políticas de atração de investimentos a qualquer custo, muitas vezes com débeis requisitos de integração intersetorial. (BRANDÃO, 2007, p. 144).

E dentre essas regiões, destacou-se o Espírito Santo, cujas:

[...] indústrias de bens intermediários, notadamente os complexos produtores de *commodities* (papel e celulose, processamento de minérios, siderurgia), cuja lógica de localização é determinada pelo acesso à matéria-prima, continuaram expandindo-se em diversas “plataformas” semi-enclavadas (Pará-Carajás, Sul da

Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo). (BRANDÃO, 2007, p. 145).

Para as regiões fora do interesse do grande capital, sobram os localismos numa tentativa de criar condições – a maior parte das vezes inalcançáveis – para atração de investimentos que tendem a se localizar em áreas com maiores vantagens aglomerativas, como é o caso da RMGV e de alguns pontos do território capixaba dotados de infra-estrutura portuária como Aracruz e Anchieta que estão fortemente articuladas com a metrópole capixaba.

4.3 Considerações sobre o espaço e a rede urbana capixaba

Atualmente, além de concentrar os segmentos produtores de *commodities*, a RMGV reúne também as principais atividades burocráticas e administrativas do estado, ou seja, seus mais importantes centros de decisão. Como implicação tem-se a intensa concentração populacional, empresarial e de capital nessa área, ratificando-lhe sua dinâmica concentradora de alta renda. Conforme tabela 2.32 (p. 72), em 2005, 80% das 100 maiores empresas capixabas localizavam-se nesse território, o que explica seu dinamismo. Todavia, de acordo com os dados (tabela 4.1) do Ministério da Integração Nacional, ao contrário das Microrregiões de Vitória, Guarapari e Cachoeiro do Itapemirim⁶⁰, que concentravam alta renda, as demais se encontravam em situação de estagnação econômica e social.

Tabela 4.1: Classificação das Microrregiões do estado do Espírito Santo - tipologia da PNDR.

Microrregiões	PNDR 2005
Barra de São Francisco	Estagnada
Nova Venécia	Estagnada
Colatina	Estagnada
Montanha	Estagnada
São Mateus	Estagnada
Linhares	Estagnada
Afonso Cláudio	Estagnada
Santa Teresa	Estagnada
Vitória	Alta Renda
Guarapari	Alta Renda
Alegre	Estagnada
Cachoeiro do Itapemirim	Alta Renda
Itapemirim	Estagnada

Fonte: Ministério da Integração, 2005

⁶⁰ Esse tipo de agregação das microrregiões se baseou na divisão por microrregiões, elaborada pelo IBGE, e que consta no apêndice metodológico.

Essa informação indica, portanto, uma dualidade espaço-regional no Espírito Santo. Com a especialização dessa economia na produção de *commodities* e operacionalização de atividades ligadas ao comércio exterior, especificamente na RMGV (cujo entorno se compõe por grandes empresas exportadoras e importadoras e uma malha de fornecedores especializados) esta região possui alta densidade populacional, acumulação e centralização do excedente, oferecimento variado de serviços e representa ainda a sede das atividades administrativas e burocráticas estaduais. Simultaneamente, as demais regiões apresentam níveis de centralidade, representatividade no PIB estadual e de oferta de serviços em proporções bem menores. Suas economias são orientadas por determinadas atividades, intensivas em recursos naturais ou em mão-de-obra e que parecem ter algum nível de organização – os APL's, como antes mencionado.

No âmbito intra-regional da RMGV, seu espaço urbano foi fortemente influenciado pelos efeitos da valorização imobiliária que, em virtude de sua exígua extensão de terra na capital Vitória, se manifestaram inicialmente na verticalização das obras realizadas na capital⁶¹ e posteriormente no espraimento das atividades de maior participação no PIB para outros municípios contíguos, principalmente Serra e Vila Velha.

Do ponto de vista espacial essas mudanças também foram visualizadas. A nova inserção econômica na dinâmica nacional/internacional do estado na nação brasileira como região produtora de bens intermediários possibilitou a expansão da capital e o crescimento efetivo de seu mercado imobiliário. Conforme CAMPOS JÚNIOR (2000), isto se deveu fundamentalmente também, além dos fatores já descritos, às “estratégias internas de reprodução do capital na construção civil imobiliária”, cujo processo de organização foi se alterando progressivamente, partindo da construção impulsionada pelo incentivo do Estado ou privadamente por encomenda anterior aos anos 50, passando pela produção para o mercado (a preço fixo e a preço de custo) durante as décadas de cinquenta e sessenta e finalmente, para a construção por incorporação do fim dos anos sessenta e início dos setenta, nos quais se alteraram as relações capitalistas de

⁶¹ Ver IJSN (2005) e em CAMPOS JÚNIOR (2000).

Pari passu, apenas a título de comentário, pois este não é o foco da pesquisa, deve-se destacar o atual crescimento no número de condomínios fechados, especificamente no município de Serra, por empresas construtoras de porte nacional, conforme CAMPOS JÚNIOR (2008). Ainda que esse fato tenha ocorrido posteriormente ao observado em outros estados como São Paulo e Rio de Janeiro, estes eventos sinalizam a consolidação nesse território de movimentos de segregação sócio-espacial e econômica no estado. Não que esses acontecimentos não existissem até então, porém, atualmente passam a se manifestar de forma ainda mais evidente, ressaltando-se a segregação “dos de baixo” ao direito à cidade.

produção⁶². O crescimento da verticalização é reflexo da consolidação do processo de requalificação do setor da construção civil no estado, sob novas bases capitalistas de produção e cujo principal interesse reside na lógica acumulativa.

Entretanto, atualmente o espaço urbano da RMGV passa por um reordenamento. Durante a década de setenta as camadas nobres localizavam-se principalmente em bairros de alta renda de Vitória, rodeados por um ambiente ameno e de natureza (exíguas no território) e as classes despossuídas, ligadas ao setor produtivo das grandes plantas industriais de *commodities*, se localizavam na periferia do aglomerado urbano da Grande Vitória. Esse era o caso do município de Serra, por exemplo, que até o início da década de setenta contava com baixos índices de urbanização e de população. Era um município rural, excluído da lógica mercantil e exportadora de Vitória. Entretanto, esta municipalidade detém hoje grande importância no PIB do estado, pois:

[...] continua sendo município industrial, mas configura-se como fronteira interna de expansão da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Expansão essa dada por consequência do padrão pretérito de industrialização. Está atrelada à ampliação das grandes plantas produtoras de *commodities* e também decorre do crescimento das atividades do petróleo realizadas no Estado e da construção civil. (CAMPOS JÚNIOR, 2008, p. 7).

Ademais, passaram a atuar nessa região grandes grupos nacionais da construção civil. Além disso, o desenvolvimento do entroncamento rodoviário em Serra, permitiu ao bairro de Laranjeiras a criação de uma importante centralidade interna de pessoas, serviços e atividades comerciais. Isto permitiu a expansão do mercado imobiliário, especificamente entre a camada nobre. Dessa forma,

[...] a centralidade exercida por Vitória em relação à Serra se requalificou. Vitória tende muito mais a exercer o papel de centro de informações e de decisões do que propriamente de centro de consumo, como anteriormente. [...] A disponibilidade de terras e a acessibilidade foram fatores primordiais nesse contexto: ajudaram a promover mudanças e a explicar a nova função da Serra na RMGV. (CAMPOS JÚNIOR, 2008, p. 15).

Acompanhando um fenômeno nacional, destaca-se atualmente um processo de progressiva privatização da cidade, pela: expansão dos pólos industriais e construção de

⁶² Para maiores informações sobre as mudanças na construção civil do Espírito Santo ao longo das décadas, consultar CAMPOS JÚNIOR (2000).

condomínios fechados, *shopping centers*, e clubes, pois produz uma ocupação do território dispersa, de baixa densidade e de alto valor imobiliário, estimulando a segregação sócio-espacial.

Os pobres tenderiam a ocupar ainda mais as encostas dos vales que cercam os bairros ou a serem expulsos da cidade para irem morar mais distante, fora do perímetro urbano, contribuindo com isso para aumentar ainda mais a mancha urbana e ampliar a descontinuidade da ocupação. (CAMPOS JÚNIOR, 2008, p. 21).

Além dessas observações, do ponto de vista histórico, o espaço e o conjunto das redes urbanas capixabas também passaram por alterações expressivas nos últimos cinquenta anos, justamente pelo fato de estarem intrinsecamente atrelados às modificações estruturais da organização produtiva estadual, cujos impactos se notaram mais intensamente no processo migratório e no mercado de trabalho.

Não obstante a importância da implantação dos Grandes Projetos industriais na RMGV para a urbanização do estadual, também deve ser considerada uma outra conjunção de fatores, notadamente ocorridos no campo e já descritos no capítulo 2. A crise internacional do preço do café, a queda na fertilidade dos solos e a política de erradicação dos cafezais foram algumas das causas da desarticulação da estrutura de pequena agricultura familiar. Ademais, o esgotamento da fronteira agrícola ao norte do estado e os processos posteriores de modernização (notadamente entre 1970 a 1985) e diversificação produtivas contribuíram substancialmente tanto para o aumento de migrantes em direção à Grande Vitória quanto a outros estados, notadamente o Rio de Janeiro. Isso reflete, portanto, que essas áreas não possuíam as mesmas vantagens econômicas de outrora, para a atração e manutenção de população trabalhadora. Assim:

O esgotamento paulatino da fronteira agrícola e o empobrecimento dos solos, nas décadas de 1940 e 1950, ajudaram na alteração do sentido do saldo interestadual, tomando o estado pela primeira vez como expulsador [grifo nosso]. A crise na agricultura, a erradicação dos cafezais, o início da mecanização e utilização intensiva de insumos agrícolas pressionaram o movimento rural-urbano. Isto explica a elevação do grau de urbanização em todos os municípios, e os saldos migratórios interestaduais negativos, a partir da década de cinquenta, apesar de um afluxo contínuo de população para a região da Grande Vitória. (MACEDO, 2006, p.6).

Esses fatores contribuíram, por conseguinte, para a ruptura de um processo produtivo fundamentando em relações não-capitalistas, para uma nova redefinição das relações de produção

no campo, tornando-a progressivamente assalariada. Isso, por sua vez, está intimamente conectado ao processo de substituição da atividade cafeeira pelas atividades pecuaristas e de reflorestamento (e recentemente de cana-de-açúcar), especificamente após a implantação da Aracruz Celulose ao norte do território. Essas ocorrências ajudam a explicar, conseqüentemente, as três principais mudanças ocorridas nessa unidade da federação e que ecoaram no comportamento de seus fluxos migratórios, especialmente no sentido rural-urbano:

[...] (i) concentração fundiária pela incorporação das pequenas propriedades pelas propriedades mais extensas e capitalizadas que produzem em maior escala; (ii) mercantilização da produção com as atividades em maior escala se direcionando para o mercado externo em detrimento da produção voltada para o abastecimento do mercado interno, especialmente o urbano; (iii) incorporação crescente de tecnologia, elevando a produtividade e tornando relativamente dispensável parte da força de trabalho rural. (MACEDO, 2006, p.10).

Diante dessas considerações deve-se refletir a respeito da magnitude dos fenômenos observados no campo dessa unidade da federação. Esses acontecimentos foram muito significativos, pois ajudam a esclarecer o fato dessa região se manter como expulsadora populacional líquida até a década de oitenta, conforme atestou Cano (2008). Isso explicitou, portanto, que, apesar dos impactos positivos na indústria e comércio regionais, em razão da operacionalização do sistema estadual de incentivos e da implantação dos Grandes Projetos, localizados notadamente na Grande Vitória e em municípios fortemente articulados a ela, ainda assim estes não foram suficientes para que a maioria da população expulsa do campo fosse absorvida, restando a esse contingente, até a década de oitenta, dirigir-se a outros estados em busca de melhores oportunidades (como será visto adiante).

É nítido que dois movimentos se davam simultaneamente. O primeiro, e mais intenso, foi a expulsão da população do campo. O outro, a ela correlacionada, foi o crescimento urbano impulsionado por aumento nos fluxos migratórios (intra e interestaduais) para as cidades, especialmente a capital e seu entorno. No entanto, os fatores de atração (em direção à cidade) mostraram-se menores que os de expulsão, com o que, mesmo passando por crescimento industrial nos anos setenta, impulsionado tanto pelos sistemas de incentivos gerenciados pelo BANDES quanto pelos investimentos nos Grandes Projetos, a economia capixaba não mostrou pujança suficiente para reter, em seu território, parcela significativa de sua população que emigrou, especialmente porque a fronteira agrícola na região Norte estava aberta, permitindo-lhe o acolhimento de parte dos emigrantes capixabas. (MACEDO, 2006, p.15).

Com relação ao período posterior, de 1980 a 2000, verificou-se a reversão desse processo de expulsão, o que significa dizer que essa unidade da federação passou a reter um número maior de sua população, tanto em virtude de seu crescimento (estimulada pela maturação de seus investimentos de grande porte quanto da prioridade do esforço exportador), quanto pela própria queda da atividade econômica nacional. Em 2000 essa tendência se reverteu e o estado se transformou numa região de atração populacional. Em decorrência de seu crescimento econômico, novas oportunidades em serviços urbanos foram geradas, sobretudo em alguns municípios da RMGV, como será analisado no comportamento do mercado de trabalho.

4.4 O movimento migratório ao/do Espírito Santo

Após esses preâmbulos tratar-se-ão a seguir os dados específicos do processo migratório do estado. Conforme tabela 4.2, constatou-se que entre o primeiro e segundo período (entre 1950/60 e 1960/70) o interior do estado perdeu participação de forma significativa no crescimento da população, ao contrário, por exemplo, da Grande Vitória, cujas taxas, até a década de oitenta, foram expressivas (e muito acima da média do estado) principalmente nos municípios de Serra e Cariacica, em decorrência dos investimentos de grande porte realizados no território, que atraíram grande quantidade de trabalhadores⁶³ e permitiram a elevação de oferta de serviços urbanos na região. No entanto, a partir de 1991, as taxas de crescimento populacional, em geral, passaram a convergir, à exceção de Serra, cujo crescimento ainda superou às demais localidades. Para todo o período há que se destacar que o município de Vitória diminuiu sua taxa média de crescimento, tanto por conta de sua exígua extensão territorial quanto pela progressiva concentração de serviços e administrativos e burocráticos e que realocou a população para territórios próximos, como foi o caso de Serra, por exemplo, que viu sua população crescer de forma vigorosa.

⁶³ Em razão também do valor relativamente barato de suas terras que permitiram à população trabalhadora fixar residência, ao contrário das classes mais abastadas, que se localizavam majoritariamente até esse período nas proximidades de Vitória.

Tabela 4.2: Taxas médias anuais de crescimento populacional do ES (RMGV e Interior) – 1950 -2000 (%)

Região	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/2000
A - Espírito Santo	4,0	1,2	2,4	2,3	2,0
B - RMGV	5,8	7,1	6,2	3,8	2,6
Cariacica	6,2	9,9	6,4	3,4	1,9
Serra	-0,1	6,5	16,9	9,4	4,2
Viana	1,1	4,8	8,3	5,9	2,2
Vila Velha	9,2	8,3	5,1	2,5	3,0
Vitória	5,1	4,8	4,6	2,0	1,4
C - Interior do ES	3,8	-0,1	0,8	1,4	1,5

Fonte: *apud* Macedo (2006, p.17).

Pela tabela 4.3 foram analisados os dados referentes às entradas e saídas populacionais no/do Espírito Santo, e confirmou-se que essa unidade da federação, até a década de oitenta, se caracterizava como expulsadora populacional líquida. Esse comportamento foi consequência, além da desestruturação fundiária estadual, da dinâmica econômica e produtiva nacional que, ao longo do período de consolidação do mercado interno, absorveu no Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro, especificamente) um contingente expressivo de migrantes, substancialmente direcionados à indústria e ao terciário de menor qualificação, além das áreas de expansão de fronteira agrícola do Centro-Oeste e Norte.

Tabela 4.3: Fluxos migratórios inter-regionais acumulados de/para o ES⁶⁴ - 1970 – 2000 (%)

	até 1970	até 1980	até 1991	até 2000
Entradas	225.592	332.151	460.044	587.851
Saídas	392.470	523.158	536.522	570.541
Saldo	-166.878	-191.007	-76.478	17.310

Fonte: *apud* Cano (2008).

Entretanto, o processo de desconcentração produtiva regional, a partir da década de setenta, cujos impactos foram sentidos na década seguinte, colaboraram sensivelmente para a diminuição dos fluxos de saída, pois elevaram a urbanização em determinadas regiões,

⁶⁴ Para maiores informações, verificar tabelas dos fluxos migratórios inter-regionais acumulados até 1970, 1980, 1991 e 2000 do capítulo 6 e notas metodológicas.

proporcionaram seu maior encadeamento produtivo e contiveram, ao menos parcialmente, a migração da população (inclusive dos migrantes provenientes do estado capixaba) em direção às regiões mais desenvolvidas do país. Ademais, a crise da década de oitenta, que impactou negativamente sobre a economia paulista, também inibiu relativamente esse êxodo.

O estado do Espírito Santo foi dos mais beneficiados pela desconcentração produtiva, graças à maturação de grandes projetos iniciados no II PND e posteriormente, sobretudo à “guerra fiscal” e aos incentivos federais que o contemplam. Isso tanto expandiu seus setores produtivos quanto sua urbanização, tendo, no período, revertido seu movimento expulsador. (CANO, 2008, p. 208).

[...] a década de 1980 foi muito ruim para a economia paulista, diminuindo consideravelmente seus atrativos migratórios. Para a maior parte do restante do país, ainda ocorreu a maturação de investimentos realizados entre 1975 e 1985 e algum crescimento da renda e do emprego. (CANO, 2008, p. 203).

Isso foi observado no período entre 1980 e 1981, nas quais as saídas populacionais diminuíram consideravelmente em relação ao período anterior (1970-80), de mais de 130 mil pessoas para pouco mais de 13 mil pessoas de 1980 a 1991. Com relação às entradas, essas continuaram se elevando, porém num ritmo muito menor que as saídas, ficando praticamente estáveis nos dois últimos períodos (de 1980 a 1991 e de 1991 a 2000).

Quanto ao “saldo populacional”, ainda que negativo para os dados de 1991, este passou a diminuir, fruto, portanto, da maturação dos Grandes Projetos na região e dos incentivos fiscais estaduais, cuja implicação se reverteu em crescimento econômico para essa unidade da federação, ao contrário da economia nacional, como visto no capítulo 2. Ademais, isso proporcionou uma maior contenção do processo migratório estadual em virtude da geração de mais oportunidades de trabalho na região, o que fez com que o Espírito Santo deixasse de ser, a partir desse período, um estado expulsador líquido. Mas foi a partir dos dados de 2000 que o estado capixaba passou a ter um saldo líquido populacional positivo, em torno de 17 mil pessoas, e que, apesar do crescimento das saídas, encontra-se num patamar bem menor que o conferido no período entre 1970-80, produto, portanto, do crescimento estadual, dos investimentos realizados e das oportunidades de investimento em logística e produção de semi-elaborados.

Analisando-se intra-regionalmente os dados para população e migração do Espírito Santo⁶⁵, verificou-se que, a despeito de ainda ter uma estrutura fundiária desconcentrada, se comparada às demais unidades da federação, a grande maioria da população concentra-se na área urbana, conforme os dados dos Censos de 1991 e 2000 (tabela 4.4). Esse percentual ainda cresceu no período, de 74% em 1991 para 79,5% em 2000 do total da população na área urbana, ratificando o que foi mencionado no capítulo dois acerca da progressiva concentração fundiária e conseqüente expulsão da mão-de-obra do campo em direção aos principais centros urbanos do estado.

Tabela 4.4: Situação do domicílio – 1991 - 2000 (%)

	1991	2000
Urbano	74,0	79,5
Rural	26,0	20,5
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Elaboração própria.

Com relação aos dados mais recentes da PNAD, esse percentual é ainda mais expressivo, mais de 80% da população se localiza na área urbana do estado, sendo que sua participação cresceu marginalmente entre 2002 e 2007.

Tabela 4.5: Situação do domicílio – 2002 - 2007 (%)

	2002	2007
rural	18,3	17,8
urbano	81,7	82,2
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNADs. Elaboração própria.

⁶⁵ Essa pesquisa leva em conta a diferença metodológica existente entre os microdados dos Censos e PNAD's. Isso faz com que os dados sejam analisados separadamente, nos quais serão utilizados aqui os Censos Demográficos de 1991 e 2000 e as PNAD's de 2002 e 2007 à título de complementação das informações.

Foram também analisados os dados acerca da permanência da população nesse estado e em seus respectivos municípios e verificou-se que grande parte dos moradores não nasceu nas localidades de origem, sendo muitas das vezes oriundos de outros estados ou outros municípios dessa unidade da federação (tabela 4.6). Em 2002 54,2% do total das pessoas tinham nascido nos municípios em questão, e o restante era proveniente de outros municípios, 45,8%. Em 2007 essa proporção praticamente se manteve, atestando, portanto, a importância do fenômeno da migração nessa unidade da federação, bem como seu fluxo populacional intra-regional.

Tabela 4.6: Nasceu em algum município do ES? – 2002 - 2007 (%)

	2002	2007
sim	54,2	54,4
não	45,8	45,6
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNADs.

Quando analisada a permanência dessa população com relação a sua moradia na unidade da federação e no município em questão (tabela 4.7), para os dados disponíveis do Censo Demográfico 2000, verificou-se que mais da metade das pessoas, cerca de 55% delas, era oriunda do estado capixaba, mas que em contrapartida, mais de 40% era proveniente de outros estados. Quanto à moradia nos municípios, a proporção se manteve praticamente a mesma com relação aos que nasceram nessa unidade da federação, o que pode explicar o movimento recente de entrada de pessoas no estado em busca, basicamente, de oportunidades de trabalho.

Tabela 4.7: Dados de nascimento e moradia no ES e municípios (%)

	Nasceu nesta UF?	Sempre morou neste município?
Sim	55,7	53,5
Não	44,3	46,5
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

No entanto, quando verificados os dados conforme as Microrregiões de Planejamento, confirmou-se novamente a importância da Microrregião Metropolitana para o Espírito Santo, pois deteve a maior parte da população do estado, em seus sete municípios⁶⁶ (tabela 4.8). A concentração populacional na região Microrregião Metropolitana foi, pois, reflexo da própria concentração industrial (já discutida nos capítulos 2 e 3) e terciária, cujo impacto se notou no VTI e na localização das 100 maiores empresas estaduais. Isso, obviamente se configurou na incidência mais expressiva dos investimentos realizados e potenciais, a serem efetivados nessa área.

Em seguida vem a microrregião de Pólo Cachoeiro, nos quais se destacam as cidades de Cachoeiro do Itapemirim, Alegre, Guaçuí e Castelo, pelo comércio e pela indústria de extração e beneficiamento rochas ornamentais. Na sequência vem o Pólo de Linhares, localizada ao norte do estado, cuja economia se especializou na produção de papel e celulose, em virtude da localização da empresa Aracruz na região e também, devido ao crescimento na atividade petrolífera nos municípios de São Mateus e Linhares.

Tabela 4.8: Localização populacional, por Microrregiões de Planejamento – 1991 – 2000 (%)

Microrregião	1991	2000
Metropolitana	43,7	46,4
Pólo linhares	8,1	7,7
Metrópole Expandida Sul	3,5	3,8
Central Serrana	3,4	3,2
Sudoeste Serrana	4,2	4,0
Litoral Norte	5,2	5,1
Extremo Norte	2,0	1,6
Pólo Colatina	6,6	5,7
Noroeste 1	3,3	3,1
Noroeste 2	3,9	3,7
Pólo Cachoeiro	10,5	10,4
Caparaó	5,7	5,3
Total	100,0	100

Fonte: IBGE. Censos Demográficos.

E finalmente, quando verificados os fluxos populacionais intra-regionais (através do Censo de 2000, nas tabelas 4.09, 4.10 e 4.11) da Microrregião Metropolitana, justamente aquela de maior concentração populacional do estado, com o intuito de se indicar algumas considerações

⁶⁶ Ao contrário dos dados do IBGE para Microrregiões, foram agrupadas aqui as informações por Microrregiões de Planejamento, já mencionadas no capítulo anterior e listadas no apêndice metodológico.

sobre a pendularidade (trabalho e estudo) de sua população nos sete municípios, constatou-se que a maior parte da população que trabalha e/ou estuda na RMGV tem residência no município de Cariacica (33,7% do total) e trabalha majoritariamente em Vitória e seguida por Vila Velha.

Em segundo lugar aparece o município de Serra (que detém quase 40% da população total que realiza pendularidade), cujo deslocamento maior de sua população direciona-se para Vitória trabalhar ou estudar. Vila Velha, devido sua proximidade à capital do estado, e que detinha em 2000 cerca de 25% do total da população que realizava deslocamento para trabalhar e/ou estudar, quase 77% delas se deslocavam para Vitória. Quanto aos municípios de Vitória, este possui uma menor participação no número de deslocamentos (apenas 12.224 do total de 153.639), pois concentra as melhores opções para o oferecimento de serviços e empregos. Entretanto, apesar disso, a maioria dos deslocamentos se dirige a Serra, em razão deste município ser sede de grandes empresas e serviços de transporte e logística, de importância para o estado. Viana, que se encontra um pouco mais distante da capital, está relativamente mais integrada à Cariacica, uma vez que a maioria de seus deslocamentos se direciona para lá. Já os municípios de Guarapari e Fundão têm menor participação nos deslocamentos, mas também tem como destino principal Vitória, Vila Velha e Serra.

Tabela 4.9: Relação entre municípios de residência e municípios de trabalho ou estudo – 2000

		município que trabalha e estuda						Total
		Cariacica	Fundão	Guarapari	Vila Velha	Vitoria	Serra	
município de residência	Cariacica		21	254	14.392	30.446	3.824	51.728
	Fundão	15		5	17	326	386	749
	Guarapari	58			420	655	34	1.223
	Vila Velha	4.215	20	449		29.614	3.504	38.237
	Vitória	1.614	18	156	4.187		6.015	12.224
	Serra	1.228	262	58	3.412	34.049	58	39.067
	Viana	3.857	11	87	1.859	4.138	461	10.412
	Total	10.985	331	1.008	24.289	99.228	14.224	153.639

Fonte: IBGE. Censo Demográfico - 2000.

Tabela 4.10: Relação entre municípios de residência e municípios de trabalho ou estudo, em relação ao município de residência - 2000 (%)

		município de trabalho e/ou estuda							
		Cariacica	Fundao	Guarapari	Vila Velha	Vitoria	Serra	Viana	Total
município de residência	Cariacica	-	6,3	25,2	59,3	30,7	26,9	78,1	33,7
	Fundão	0,1	-	0,5	0,1	0,3	2,7		0,5
	Guarapari	0,5	-	-	1,7	0,7	0,2	1,5	0,8
	Vila Velha	38,4	5,9	44,5	-	29,8	24,6	12,2	24,9
	Vitória	14,7	5,4	15,5	17,2	-	42,3	6,5	8,0
	Serra	11,2	79,2	5,7	14,0	34,3	-	1,6	25,4
	Viana	35,1	3,2	8,6	7,7	4,2	3,2	-	6,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico - 2000.

Tabela 4.11: Relação entre municípios de residência e municípios de trabalho ou estudo, em relação ao município de destino – trabalho e estudo – 2000 (%)

		município de trabalho e/ou estuda							
		Cariacica	Fundao	Guarapari	Vila Velha	Vitoria	Serra	Viana	Total
município de residência	Cariacica		0,0	0,5	27,8	58,9	7,4	5,4	100,0
	Fundão	1,9		0,7	2,3	43,6	51,6		100,0
	Guarapari	4,8			34,4	53,6	2,8	4,5	100,0
	Vila Velha	11,0	0,1	1,2		77,4	9,2	1,1	100,0
	Vitória	13,2	0,1	1,3	34,3		49,2	1,9	100,0
	Serra	3,1	0,7	0,1	8,7	87,2		0,1	100,0
	Viana	37,0	0,1	0,8	17,9	39,7	4,4		100,0
	Total	7,2	0,2	0,7	15,8	64,6	9,3	2,3	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico - 2000.

O que deve ser apreendido das três tabelas acima, no entanto, é a capacidade de atração que esses três municípios (Vitória, Vila Velha e Serra) exercem sobre a população da Microrregião Metropolitana, caracterizando-se num movimento pendular intenso, em virtude do oferecimento de melhores condições de trabalho, estudo e serviços de saúde nessas regiões. Esses municípios, portanto, além contigüidade territorial, são os principais responsáveis pela centralização da maior parte do P&D, serviços de educação, técnico-profissionais, administrativos e burocráticos, além do fato de sediarem em suas localidades as principais plantas industriais e comerciais do estado e responderem por parcelas consideráveis do PIB Municipal, conforme tabela 4.12.

Na Região Metropolitana da Grande Vitória, a capital mantém seu papel de principal centro administrativo e terciário. Com a participação significativa da indústria, Vila Velha segue padrão de distribuição de atividades parecido com o da capital e divide com ela as funções de centro terciário; Serra e Viana apresentam participações do valor adicionado industrial superiores a 90% em 1985; e Cariacica, a despeito de participação de cerca de 60% do setor secundário, mantém participação importante do terciário. Existe certa distribuição de funções entre os municípios metropolitanos. Segundo a classificação da Regic, encontram-se na região metropolitana quatro dos nove municípios do estado que possuem nível de centralidade diferente de muito fraco: Vitória (muito forte); Vila Velha e Cariacica (médio); e Serra (médio/fraco). Na análise do padrão de urbanização da mesorregião, destacam-se os municípios de Vitória e de Vila Velha, com padrões superiores aos dos outros três, apesar de possuírem diferenças internas quanto a seus bairros e de Vitória concentrar a maioria dos equipamentos de educação e saúde. (IPEA, 2001, p. 73).

Tabela 4.12: Participação relativa no PIB Municipal, por Microrregiões e Municípios selecionados – 2002 - 2005 (%)

	2002	2003	2004	2005
Vila Velha	9,3	9,6	9,0	8,0
Vitória	28,4	26,8	29,0	31,8
Serra	14,8	15,1	17,0	15,3
Sub-total	52,6	51,5	55,0	55,1
Metropolitana	61,7	60,6	63,2	63,1
Pólo Linhares	9,6	10,3	9,1	9,6
Metrópole Expandida Sul	3,6	3,5	3,8	4,5
Central Serrana	1,7	1,9	1,8	1,8
Sudoeste Serrana	2,3	2,2	2,0	1,9
Litoral Norte	3,9	3,4	3,6	3,5
Extremo Norte	1,1	1,1	1,8	1,4
Pólo Colatina	3,7	3,6	3,2	3,1
Noroeste 1	1,3	1,4	1,2	1,2
Noroeste 2	2,0	2,0	1,7	1,8
Pólo Cachoeiro	6,7	7,6	6,5	6,2
Caparaó	2,5	2,4	2,1	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PIBs Municipais.

Deste modo, além da concentração inter-regional, observada no estado ao longo de grande parte dessa pesquisa, há que se destacar o movimento de concentração intra-regional existente na própria RMGV. Não obstante, essa constatação está em consonância com a própria organização da estrutura produtiva capixaba, voltada ao exterior, e cuja localização, próxima ao litoral, facilita a extração, a produção e as operações de comércio exterior de seus bens. Esse tipo de organização, além de atuar sobre a dinâmica do espaço e dos fluxos migratórios e pendulares estaduais, interfere igualmente na organização do mercado de trabalho dessa unidade da federação, na disposição das ocupações, das principais atividades econômicas e em sua localização inter-regional (conforme será observado a seguir).

Portanto, compreende-se que o estado do Espírito Santo, ao se beneficiar do processo de Desconcentração Regional Brasileiro, pelas razões já expostas, elevou, pelo menos nas últimas quatro décadas, sua concentração populacional, política e econômica na RMGV, mas não apenas isso, sobretudo em determinados municípios dessa região, notadamente Vitória, Vila Velha e Serra, caracterizando-se num processo de **Desconcentração Concentrada**. Sendo assim, apesar desta economia ter se beneficiado do processo de desconcentração regional nacional, em termos intra-regionais isto se deu de forma antagônica, ou seja, concentrada e de maneira especial, em determinado municípios de sua microrregião metropolitana.

4.5 O comportamento do mercado de trabalho capixaba

Conforme descrito, o comportamento do mercado de trabalho capixaba foi influenciado expressivamente pelo reordenamento das bases de sua estrutura produtiva. Essa economia, altamente orientada na produção de semi-elaborados para exportação, sofreu os efeitos da queda de sua atividade agrícola, em contrapartida ao crescimento das atividades comerciais e de produção de *commodities*.

Essas consequências, por sua vez, são perceptíveis no exame dos dados censitários da PEA restrita⁶⁷ para atividade econômica (tabela 4.13), no qual a quantidade de pessoas ocupadas no setor agrícola caiu entre 1991 a 2000, em contrapartida ao setor de comércio e serviços,

⁶⁷ Esta pesquisa utiliza os dados da PEA restrita, ou seja, estimada pela metodologia do Censo de 1991, uma vez que os dados da PEA, de acordo com a metodologia do Censo 2000 não são diretamente comparáveis à de 1991. Os dados foram gentilmente cedidos pelo Prof. Cláudio Deddeca ao prof. Wilson Cano e esses repassados aos demais pesquisadores do CEDE/IE/UNICAMP. Para maiores informações, consultar DEDECCA e ROSANDISKI (2003).

especificamente de serviços pessoais, sociais, outros/não-declarados de administração pública. Já os segmentos relacionados à indústria de transformação, extrativa, construção e utilidade pública apresentaram queda no número de pessoal ocupado, que podem ser explicados tanto de efeitos da crise econômica no início da década de noventa, quanto por prováveis mudanças em seus processos produtivos, uma vez que muitas dessas atividades tiveram crescimento no período, especialmente o setor de semi-elaborados. Entretanto, a participação das atividades terciárias estaduais se elevou, especificamente àquelas voltadas às atividades pessoais, o que pode refletir, na maioria das vezes em precarização das condições de trabalho, sendo estes mal remunerados e de baixa qualificação, acompanhando, pois, um fenômeno observado nacionalmente.

Analisando-se a estrutura da ocupação do mercado de trabalho capixaba (tabela 4.14), a partir dos dados da PEA restrita, constatou-se o crescimento do número de empregados lotados no setor privado, de 33,8 para 39,2% (acompanhando um fenômeno ocorrido no Brasil e na maior parte das regiões e estados brasileiros), implicação provável do crescimento das atividades industriais nessa unidade da federação e também, da formalização dessas atividades. Entretanto, houve também o crescimento de empregados domésticos, e ocupados sem remuneração nos demais setores, refletindo-se numa piora das condições de trabalho.

Tabela 4.13: Pessoas ocupadas – Brasil, Macrorregiões, estados, distrito federal, e atividade econômica - 1991 - 2000

(PEA restrita – %)

Atividade econômica	NO		NE		CO-DF		DF		SU		MG		ES		RJ		SP		BR	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Agricultura	33,8	23,6	37,6	25,1	24,4	17,2	2,2	1,4	26,3	19,1	26,0	19,3	27,0	24,5	3,9	2,5	8,0	5,6	22,8	16,0
Ind Extrativa	3,2	0,4	0,7	0,4	2,4	0,5	0,2	0,0	0,5	0,3	1,3	0,8	0,7	0,9	0,7	0,4	0,4	0,1	0,9	0,4
Ind Transformação	9,0	9,2	8,0	8,1	8,2	8,9	5,1	4,8	16,8	16,0	12,4	11,4	10,6	9,3	14,2	9,6	24,6	17,7	14,6	12,3
Ind Construção	5,2	6,1	5,8	6,5	7,7	7,9	6,8	6,6	6,1	7,0	7,8	8,0	8,0	7,3	7,5	8,1	7,4	7,5	6,7	7,2
Ind Util. Pública	1,0	0,8	1,2	1,0	1,3	0,9	1,8	1,7	1,0	0,7	1,1	0,9	1,2	0,8	1,4	1,2	1,0	0,7	1,1	0,9
Comércio	11,9	15,7	11,3	15,0	13,4	15,6	14,2	14,8	12,0	14,0	11,3	13,5	11,8	13,8	14,8	16,6	13,4	15,5	12,4	15,0
Instit. Financeiras	1,1	0,6	1,2	0,8	1,8	1,1	4,3	3,5	2,2	1,5	1,7	1,1	1,6	1,2	3,3	2,3	3,3	2,6	2,2	1,5
Transp e Comunic.	3,7	4,2	3,1	4,3	3,8	4,4	5,3	5,3	4,0	4,6	4,2	4,6	4,5	4,3	6,0	6,3	4,9	5,7	4,2	4,9
Serviços Pessoais	13,8	17,4	15,0	18,3	19,6	22,7	26,8	25,6	15,5	17,4	18,6	20,2	17,8	19,3	24,5	25,9	19,1	22,1	17,7	20,3
Servs Apoio Atividade	1,9	2,5	1,8	2,5	2,8	3,3	3,9	6,5	3,3	3,8	2,8	3,7	3,3	3,3	4,7	5,7	4,4	5,8	3,2	4,0
Serviços Sociais	8,9	9,9	9,2	10,8	8,7	10,1	13,4	14,6	7,8	9,7	8,4	10,7	8,5	9,4	12,1	13,2	8,8	10,9	9,0	10,7
Admin Pública	5,9	7,2	4,6	5,7	5,5	5,9	15,7	13,8	4,2	4,6	3,9	4,3	4,5	5,1	6,2	6,0	3,8	4,0	4,7	5,2
Outros/Não-declar.	0,6	2,1	0,5	1,5	0,3	1,4	0,3	1,4	0,4	1,4	0,5	1,4	0,5	0,9	0,7	2,2	0,7	1,7	0,6	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991 - 2000 microdados.

Tabela 4.14: Estrutura da ocupação - Brasil, Macrorregiões, estados e distrito federal - 1991 – 2000

(PEA restrita – %)

Região	Ocupação Agrícola		Empregado Setor Privado		Empregado Setor Público		Autônomo		Empregador		Empregado Doméstico		Sem Remuneração Agrícola		Sem Remuneração Demais Setores		Total	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
NO	29,0	18,2	26,0	32,1	15,2	14,0	17,2	18,8	2,1	1,9	5,1	7,8	4,8	5,1	0,6	2,1	100,0	100,0
NE	32,5	19,1	24,0	34,7	13,8	11,6	16,3	17,6	1,8	2,0	5,8	7,7	5,1	5,8	0,7	1,5	100,0	100,0
CO - DF	23,0	15,3	33,4	40,7	13,8	11,1	16,4	16,9	3,6	3,5	7,9	10,0	1,4	1,2	0,5	1,2	100,0	100,0
DF	2,2	1,2	38,3	49,7	30,8	20,6	14,5	14,2	3,3	3,0	10,6	10,2	0,0	0,1	0,3	0,9	100,0	100,0
SU	18,8	13,5	38,8	44,5	11,4	9,0	13,6	15,6	3,4	3,6	5,9	7,3	7,4	5,3	0,6	1,2	100,0	100,0
MG	24,4	17,2	35,1	42,0	12,3	9,6	14,8	15,7	3,2	3,1	8,2	9,5	1,6	1,7	0,4	1,1	100,0	100,0
ES	21,5	18,1	33,8	39,2	14,3	10,2	15,0	14,2	3,0	3,3	6,4	7,9	5,6	5,9	0,5	1,2	100,0	100,0
RJ	3,8	2,3	48,8	53,2	17,1	10,7	17,7	19,8	3,5	3,0	8,7	10,0	0,1	0,2	0,2	0,9	100,0	100,0
SP	7,7	5,2	54,9	56,1	11,0	8,1	15,0	17,3	4,1	3,4	6,7	8,6	0,3	0,3	0,3	1,0	100,0	100,0
BR	19,5	12,7	38,3	44,3	13,2	10,3	15,5	17,1	3,1	2,9	6,7	8,4	3,2	3,1	0,5	1,2	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991 - 2000 microdados.

Assim como foi também visto, a participação da ocupação agrícola novamente foi descendente, fruto da desestruturação da agrícola do estado, nos quais a diminuição da área plantada e colhida nesse período (capítulo 2) repercutiu negativamente sobre sua estrutura de ocupação. Ademais, pode-se conjecturar que a elevação do número de ocupados sem remuneração agrícola (de 5,6% em 1991 para 5,9% em 2000) poderia responder a seguinte questão: em virtude da queda na atividade agrícola estadual, os ocupados nessa atividade, contratados conforme as relações capitalistas de produção, podem ter sido, ao menos em parte, substituídos por trabalhadores agrícolas sem remuneração, do tipo relação familiar de produção.

Destacou-se também, por conta da diminuição do tamanho do Estado na década de noventa, a diminuição nesse período das ocupações referentes ao emprego no setor público, de 14,3% em 1991 para 10,2% em 2000, acompanhando, aliás, uma tendência nacional. Quanto às demais ocupações, de autônomos e empregadores, estas se mantiveram praticamente no mesmo patamar.

Entretanto, quando analisamos dados das PNAD's de 2002 e 2007, também para atividade econômica e estrutura da ocupação, constatou-se, nesse período, a continuidade da queda do número de ocupados na atividade agrícola. Em contrapartida, as atividades relacionadas à indústria extrativa e de transformação se elevaram no período, consequência do crescimento industrial recente dos últimos anos, que permitiu realizar novos investimentos e expandir suas plantas, refletindo-se no aumento da população ocupada nesses segmentos.

A respeito dos ocupados nas atividades (tabela 4.15) referentes à construção civil, comércio e transportes e comunicação, suas participações permaneceram praticamente estáveis no período, enquanto as demais atividades relacionadas ao setor terciário se expandiram como: serviços auxiliares da atividade econômica, atividades sociais e administração pública, defesa e seguridade social. Entretanto, esses primeiros setores concentram parcelas significativas do total de ocupados no estado. Estes setores, por sua vez, são responsáveis pela geração de parcelas significativas no VTI, sendo que suas principais companhias figuram entre as 150 maiores empresas estaduais. Exemplo disso são os Grupos Águia Branca e Viação Itapemirim, cujas atividades se especializaram essencialmente no ramo de transportes de pessoas, mas que hoje atuam também no transporte de cargas, serviços de logística, fretamentos e locação de veículos.

Tabela 4.15: Pessoas ocupadas no Espírito Santo, por atividade econômica – 2002 - 2007 (%)

Atividade Econômica	2002	2007
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	24,4	21,2
Indústria de transformação	10,9	12,7
Construção	7,1	7,0
Indústria Extrativa	0,5	1,2
Comércio	17,4	17,8
Transporte e comunicação	4,2	4,3
Serviços auxiliares da atividade econômica	2,0	6,0
Prestação de serviços	8,9	3,8
Administração pública, defesa e seguridade social	5,2	6,1
Social(comunitárias, médicas, odontológicas e ensino)	8,1	12,8
Outras atividades	11,2	7,1
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNADs 2002 e 2007. Elaboração Própria.

Quanto à posição na ocupação no estado (tabela 4.16), deve-se destacar a importância dos empregados nessa estrutura produtiva, cuja participação se elevou no período. Esse segmento representa mais da metade do total de ocupados, além do fato de apresentar tendência ascendente no período. Em seguida aparecem os trabalhadores por conta-própria e finalmente os trabalhadores domésticos que juntos somam, em média, de 25% a 30%, dos ocupados. Esse último setor se evidencia como expressivo no Espírito Santo, e confirma, portanto, uma de suas fragilidades, devido à baixa qualificação e salários envolvidos.

Tabela 4.16: Pessoas ocupadas no Espírito Santo, por posição na ocupação – 2002 e 2007 (%)

Posição na Ocupação	2002	2007
Empregado	61,7	67,8
Trabalhador Doméstico	10,0	9,0
Conta-própria	17,7	17,5
Empregador	5,9	3,6
Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar	3,6	1,2
Outro trabalhador não remunerado	0,6	0,5
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,4	0,3
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNADs 2002 e 2007. Elaboração Própria.

Todavia, para se aprofundar a análise da estrutura do mercado de trabalho capixaba, faz-se necessário aproximar-se aos níveis microrregionais⁶⁸. De acordo com os dados do Censo de 1991 e 2000, tomando-se como base as Microrregiões de Planejamento do Espírito Santo e as atividades econômicas (tabela 4.17), verificou-se que, apesar da queda de participação da atividade agrícola na ocupação de trabalhadores, em algumas regiões o percentual de pessoas ocupadas nessas atividades se elevou, como observado nas Microrregiões de Central Serrana, Sudoeste Serrana, Noroeste 2, Pólo Cachoeiro, Caparaó e Colatina, pelo crescimento nessas áreas das culturas alimentares como batata, feijão, milho, mandioca e tomate e que demandam mão-de-obra. Entretanto, esse movimento não foi suficiente para reverter o efeito do crescimento das atividades canavieiras, pecuaristas e de reflorestamento no estado que, por sua vez, demandam menor quantidade de trabalhadores.

No que tange as atividades relacionadas à indústria de transformação capixaba, verificou-se a importância da microrregião metropolitana na ocupação de trabalhadores no estado nessa área. Em seguida vem Pólo Cachoeiro, responsável pelo beneficiamento de rochas ornamentais, que também abriga um grande contingente de ocupadas, ainda que em condições de trabalho pesadas (o mesmo se verificou para a indústria extrativa, cuja região absorveu parcela considerável do total de ocupados). O pólo de Linhares também abriga grande parcela de ocupados no setor industrial, responsável pela produção petrolífera e moveleira em Linhares e produtora de papel e celulose em Aracruz. Quanto à indústria extrativa, a microrregião metropolitana continuou a concentrar a maior parcela dos ocupados, apesar de ter apresentado relativa queda de um período para outro, mas que foi compensada pela elevação da região de Pólo Cachoeiro.

Há que se destacar, no entanto, a significativa concentração das atividades comerciais e terciárias do estado na microrregião Metropolitana. Sua organização produtiva estimulou o crescimento das atividades relacionadas a transportes (mais de 60% do total de ocupados), prestação de serviços, serviços auxiliares da atividade econômica e aqueles destinados às áreas sociais, conforme já mencionado.

⁶⁸ Para isso, foram utilizados os dados dos Censos de 1991 e 2000 e os dados da RAIS de 1985 e 2006, apesar desta se referir apenas ao mercado de trabalho formal. Conforme mencionado anteriormente, a metodologia utilizada para os Censos de 1991 e 2000 não é diretamente comparável, por isso foi utilizado o conceito de PEA restrita. Entretanto, não há essa metodologia de agregação para posição na ocupação ao nível microrregional. Dessa forma, essa pesquisa abordará os dois períodos do Censo separadamente.

Tabela 4.17: Pessoas ocupadas, por Microrregiões de Planejamento do Espírito Santo e atividade econômica - 1991 - 2000

(%)

Microrregiões	Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca		Indústria de transformação		Indústria da construção civil		Indústria Extrativa		Comércio de mercadorias		Transporte e comunicação		Serv auxiliares da atividade econômica		Prestação de serviços		Social		Administração Pública		Outras atividades		Total	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Metropolitana	5,2	4,9	58,8	50,6	60,7	59,5	48,8	43,4	60,2	56,7	61,1	61,8	69,6	72,0	58,6	58,5	55,3	55,6	57,7	50,4	71,8	55,8	45,0	44,2
Pólo Linhares	10,5	8,4	8,1	9,7	7,0	6,2	7,0	3,3	7,6	7,0	5,8	6,8	4,8	4,8	7,6	6,6	6,6	7,3	5,8	8,5	4,1	6,3	7,9	7,4
Metrópole Expandida Sul	5,5	5,0	2,0	2,7	3,7	4,1	2,1	2,8	2,5	3,6	2,7	3,0	2,1	2,3	2,6	3,8	2,8	3,1	2,3	3,2	1,5	3,3	3,3	3,7
Central Serrana	10,7	11,0	1,9	2,1	1,5	1,8	1,7	1,7	1,3	1,7	1,2	1,4	1,0	1,2	1,4	1,7	2,0	2,1	1,9	2,0	1,0	1,8	4,0	4,1
Sudoeste Serrana	11,9	13,7	1,3	1,7	2,0	2,3	1,9	1,7	1,7	2,3	2,1	2,2	1,2	1,6	2,3	2,8	2,4	2,3	3,1	3,3	1,4	3,0	4,6	5,1
Litoral Norte	6,9	6,9	3,3	4,1	4,9	4,0	6,2	3,1	3,8	4,3	3,6	3,6	4,4	2,9	4,4	4,5	3,7	4,6	3,5	3,6	2,2	4,6	4,8	4,8
Extremo Norte	3,5	2,5	1,3	0,7	1,2	1,0	1,1	0,4	1,5	1,2	0,8	0,8	0,5	0,8	1,4	1,0	2,0	1,3	1,2	1,8	0,8	1,3	1,9	1,4
Pólo Colatina	10,1	8,9	7,7	7,9	5,1	4,2	8,4	5,5	6,1	5,7	4,4	4,3	4,7	3,4	5,2	4,9	6,6	5,5	5,5	5,1	4,3	5,1	7,0	6,2
Noroeste 1	7,2	6,8	0,6	1,1	1,2	1,7	2,8	9,6	1,5	1,8	1,4	1,1	1,0	0,9	1,7	2,1	2,3	2,2	2,8	2,8	1,0	2,1	3,0	3,1
Noroeste 2	7,7	8,6	2,9	3,9	1,6	2,0	3,1	6,8	2,3	2,4	1,7	2,1	1,2	1,3	2,2	2,4	2,8	2,8	3,7	3,8	2,0	2,7	3,8	4,1
Pólo Cachoeiro	9,0	9,8	11,0	13,3	8,1	9,8	13,2	20,3	8,6	10,1	13,5	10,6	7,6	7,0	9,2	8,4	9,0	8,9	7,6	9,9	7,6	10,3	9,3	10,1
Caparaó	11,9	13,5	1,1	2,2	2,9	3,6	3,7	1,4	3,1	3,3	1,7	2,3	1,9	2,0	3,4	3,1	4,4	4,1	4,8	5,8	2,3	3,6	5,3	5,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000. Elaboração Própria.

Analisando-se a posição da ocupação ao nível microrregional (tabela 4.18), inicialmente para os dados do Censo 1991, ratificou-se novamente a importância da microrregião Metropolitana na maior geração de ocupações de empregos públicos e privados, trabalhadores autônomos, empregadores e trabalhadores domésticos, justamente devido à localização nessa região das principais plantas industriais estaduais e por contar com uma maior malha de fornecedores, encadeamentos produtivos e infra-estrutura de transporte e logística. Às demais microrregiões couberam a geração e absorção de parcelas muito menores das ocupações totais, exemplificando o caráter extremamente concentrado da economia dessa unidade da federação. Assim:

Esses movimentos acabariam por consolidar a cidade de Vitória como o *locus* privilegiado na formulação e execução de políticas de desenvolvimento (sociais, educacionais, comerciais, industriais e até mesmo agrícolas). Nesse sentido, a capital aparece como o principal elo entre a estrutura produtiva capixaba e as economias nacional e internacional, exercendo forte centralidade sobre a rede urbana estadual [...]. (MACEDO, 2006, p. 19).

Esta região é também responsável por concentrar a maior parcela na geração das ocupações de empregadores, contas-próprias e estagiários sem remuneração, o que, por sua vez, demonstra sua relevância na diversificação das ocupações. Entretanto, é também a área com maior número de trabalhadores domésticos empregados e autônomos, o que explica, portanto, algumas das deficiências nesse mercado de trabalho, pois apesar de concentrar a maior parte do VTI estadual e ser capaz de gerar e absorver a maior parcela dos ocupados do estado, essa região (ao concentrar grande parcela do setor terciário), escamoteia também um nível expressivo de informalização nas relações de trabalho.

Quanto aos dados regionalizados do Censo 2000 (tabela 4.19), constatou-se novamente a importância da região metropolitana, sendo esta responsável pela geração da maior quantidade de ocupações, principalmente aquelas detentoras de carteira de trabalho assinada (64,4% dos trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada e 58,2% dos empregados com carteira de trabalho assinada).

Tabela 4.18: Posição na Ocupação, por Microrregiões de Planejamento do Espírito Santo - 1991

(%)

Microrregião	Trabalhador agrícola volante	Parceiro ou Meeiro - Empregado	Parceiro ou Meeiro - Autônomo ou Conta própria	Trabalhador Doméstico - Empregado	Trabalhador Doméstico - Autônomo ou Conta própria	Empregado do Setor Privado	Empregado do Setor Público - Servidor Público	Empregado do Setor Público - de Empresa Estatal	Autônomo ou conta-própria	Empregador	Sem remuneração	Total
	1991	1991	1991	1991	1991	1991	1991	1991	1991	1991	1991	1991
Metropolitana	7,1	4,6	3,8	49,9	66,9	56,5	52,0	78,3	44,2	38,7	4,3	44,3
Pólo Linhares	7,2	4,7	8,5	7,8	6,8	8,8	6,6	3,9	7,1	9,4	8,9	7,8
Metrópole Expandida Sul	5,6	6,1	4,8	2,8	1,9	2,1	3,0	0,7	5,3	2,8	2,7	3,3
Central Serrana	4,4	8,4	6,7	1,9	1,6	1,8	2,1	0,8	4,4	4,4	17,7	3,9
Sudoeste Serrana	4,0	15,0	12,8	2,6	2,8	1,7	2,9	0,9	5,4	4,0	16,0	4,5
Litoral Norte	9,2	3,2	3,3	5,1	2,8	5,1	4,0	3,2	4,9	3,2	3,1	4,7
Extremo Norte	8,1	0,4	0,7	1,6	2,2	1,8	1,9	0,5	1,9	2,0	1,1	1,9
Pólo Colatina	6,3	13,3	10,5	5,2	4,0	5,9	6,5	3,0	6,5	7,7	12,5	6,9
Noroeste 1	13,7	5,4	8,5	2,2	2,2	1,0	2,9	0,7	2,7	4,0	6,1	3,0
Noroeste 2	7,2	8,5	10,5	3,1	0,9	2,1	3,4	1,2	3,5	3,4	8,9	3,7
Pólo Cachoeiro	9,1	20,4	11,6	12,9	5,0	10,6	9,2	5,1	10,0	11,0	6,8	10,4
Caparaó	18,0	9,9	18,4	4,9	2,8	2,8	5,5	1,6	4,1	9,3	12,0	5,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991. Elaboração Própria.

Tabela 4.19: Posição na Ocupação, por Microrregiões de Planejamento do Espírito Santo - 2000

(%)

Microrregião	Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	Empregado com carteira de trabalho assinada	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Empregador	Conta-própria	Aprendiz ou estagiário sem remuneração	Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	Trabalhador na produção para o próprio consumo	Total
Metropolitana	64,4	48,6	58,2	36,3	51,5	41,7	50,3	8,8	9,7	44,2
Pólo Linhares	4,4	7,2	7,7	7,8	7,1	7,2	7,3	5,8	9,5	7,4
Metrópole Expandida Sul	2,0	4,1	2,1	4,5	3,6	5,0	3,5	3,9	2,6	3,7
Central Serrana	1,4	2,4	1,6	4,1	2,5	5,5	1,4	13,3	7,3	4,1
Sudoeste Serrana	2,4	4,0	1,9	5,0	3,8	6,9	4,5	16,7	11,6	5,1
Litoral Norte	2,9	5,6	4,7	5,2	3,4	4,7	6,8	3,9	11,7	4,8
Extremo Norte	0,7	1,7	1,0	2,2	1,3	1,3	1,6	0,9	2,7	1,4
Pólo Colatina	4,6	4,8	6,3	5,7	7,4	6,2	6,4	8,5	11,8	6,2
Noroeste 1	0,7	3,0	1,3	4,8	2,5	2,6	2,3	6,1	11,1	3,1
Noroeste 2	1,7	3,7	2,5	5,3	3,5	3,3	4,6	11,1	8,5	4,1
Pólo Cachoeiro	11,4	10,8	10,1	10,3	9,1	10,3	6,3	8,4	7,9	10,1
Caparaó	3,4	4,1	2,5	8,9	4,4	5,4	5,0	12,6	5,7	5,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991. Elaboração Própria.

Entretanto, quando estudadas apenas as atividades e posições na ocupação do setor formal da economia capixaba, verificou-se que (tabelas 4.20 e 4.21) que a microrregião metropolitana foi aquela que praticamente monopolizou os empregos formais do estado, para os seis setores abaixo. Entretanto, há que se notar que sua participação decaiu no período de 1985 a 2006, fruto talvez não de seu retrocesso, mas sim do crescimento de outras microrregiões, como de Pólo Cachoeiro, que teve impulso econômico no fim da década de 1990 até 2005 na produção e exportação de rochas ornamentais, e no pólo de Linhares, além da maior fiscalização do Ministério do Trabalho. Entretanto, a importância da região Metropolitana é preponderante frente às demais, haja vista sua participação no comércio, fruto principalmente das atividades de atacado e de comércio exterior, além da geração de ocupações no setor terciário, este tanto de alta quanto baixa qualificação.

De 1985 a 2006, a participação da região metropolitana na geração de ocupações formais manteve-se num patamar considerável, acima de 60%, todavia, sua participação caiu no período, de 69,5% em 1985 para 61,9% em 2006, indicando uma “provável desconcentração” da geração de postos de trabalho formais, principalmente em direção aos pólos de Cachoeiro, Linhares, Colatina e recentemente, a Metrópole Expandida Sul (devido aos investimentos a ser realizados em Ubu). Deve ser ressaltado, no entanto, que esse fenômeno é ainda muito recente e modesto, havendo, pois, a necessidade de sua interiorização num ritmo mais acelerado e homogêneo, para que se possam amenizar seus desequilíbrios intra-estaduais.

Tabela 4.20: Pessoas ocupadas no setor formal, por Microrregiões de Planejamento do Espírito Santo e atividade econômica - 1985 - 2006 (%)

Microrregiões	Indústria		Constr.Civil		Comércio		Serviços		Agropecuária		Outr/Ign.		Total	
	1985	2006	1985	2006	1985	2006	1985	2006	1985	2006	1985	2006	1985	2006
Metropolitana	62,3	47,5	81,0	77,0	60,8	61,7	74,9	69,5	18,5	7,9	69,1	0,0	69,5	61,9
Pólo Linhares	7,2	12,7	2,9	7,8	8,3	7,5	5,1	6,9	30,5	23,5	10,1	0,0	6,3	8,8
Metrópole Expaandida Sul	2,4	2,9	0,2	2,5	1,1	2,1	0,9	2,6	10,8	3,9	0,4	0,0	1,4	2,6
Central Serrana	0,3	1,9	0,1	0,6	0,8	1,6	0,4	1,2	0,6	5,4	0,0	0,0	0,4	1,5
Sudoeste Serrana	0,4	1,8	0,1	1,2	1,4	2,1	0,6	1,8	5,6	9,0	0,0	0,0	0,7	2,1
Litoral Norte	5,1	2,0	2,7	1,7	2,1	4,1	3,2	3,2	16,2	15,8	5,5	0,0	3,7	3,6
Extremo Norte	0,2	0,3	0,0	0,4	0,4	0,7	0,6	0,7	1,5	10,0	3,0	0,0	0,5	1,0
Pólo Colatina	6,9	9,3	2,9	2,4	8,3	5,8	3,6	3,2	7,8	5,0	3,1	0,0	5,1	4,8
Noroeste 1	0,3	2,6	0,0	0,2	1,0	1,4	0,9	1,2	0,7	2,6	2,2	0,0	0,7	1,5
Noroeste 2	2,1	4,7	0,0	0,4	2,3	2,3	1,2	1,5	1,5	4,3	0,1	0,0	1,5	2,3
Pólo Cachoeiro	11,0	13,6	9,4	5,0	10,1	8,5	6,5	6,3	1,7	7,7	5,4	0,0	8,2	8,0
Caparaó	0,6	0,8	0,1	0,9	2,4	2,2	1,6	2,0	0,3	4,8	0,6	0,0	1,4	1,9
Ignorado ES	1,2	0,0	0,4	0,0	0,9	0,0	0,5	0,0	4,3	0,0	0,4	0,0	0,8	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS/CAGED/MTE. Elaboração Própria.

Quando considerada a posição na ocupação do setor formal, por microrregiões, de acordo com dados da RAIS, também para os anos de 1985 e 2006, ratificou-se o papel da microrregião Metropolitana na geração de ocupações do estado, principalmente aquelas baseadas no regime estatutário, trabalho avulso, CLT e temporário, além de outras ocupações. Entretanto, é perceptível a queda de participação das ocupações celetistas e temporárias. Apesar de ainda concentrar parcela considerável dessas ocupações, isso se deveu basicamente ao crescimento de demais áreas, conforme já descrito acima.

Tabela 4.21: Posição na Ocupação no setor formal, por Microrregiões de Planejamento do Espírito Santo – 1985 - 2006 (%)

Microrregiões	CLT		Estatutário		Trab.Avulso		Trab. Temporário		Outros		Ignorado		Total	
	1985	2006	1985	2006	1985	2006	1985	2006	1985	2006	1985	2006	1985	2006
Metropolitana	66,6	61,2	96,3	63,4	98,5	99,9	87,9	64,7	41,6	55,3	65,2	0,0	69,5	61,9
Pólo Linhares	7,0	9,4	0,7	6,9	0,2	0,0	0,0	1,3	5,4	10,6	2,8	0,0	6,3	8,8
Metrópole Expandida Sul	1,5	2,4	0,2	3,6	0,2	0,0	1,5	1,4	2,3	0,8	0,2	0,0	1,4	2,6
Central Serrana	0,5	1,5	0,2	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	1,6	0,0	0,4	1,5
Sudoeste Serrana	0,7	2,1	0,2	2,4	0,0	0,0	0,0	0,1	1,7	0,9	0,8	0,0	0,7	2,1
Litoral Norte	3,7	3,7	0,1	3,2	0,1	0,0	0,0	31,9	34,1	2,0	2,2	0,0	3,7	3,6
Extremo Norte	0,5	0,9	0,1	1,3	0,0	0,0	1,5	0,0	0,6	0,0	10,4	0,0	0,5	1,0
Pólo Colatina	5,6	5,3	0,3	2,9	0,1	0,0	0,0	0,1	4,9	12,6	5,0	0,0	5,1	4,8
Noroeste 1	0,7	1,3	0,2	2,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	3,5	0,0	0,7	1,5
Noroeste 2	1,7	2,3	0,2	2,3	0,2	0,0	0,0	0,1	0,2	1,9	1,8	0,0	1,5	2,3
Pólo Cachoeiro	9,0	8,4	1,3	6,5	0,8	0,0	7,6	0,5	8,8	14,8	4,7	0,0	8,2	8,0
Caparaó	1,6	1,5	0,1	3,5	0,0	0,0	1,5	0,0	0,1	1,0	1,1	0,0	1,4	1,9
Ignorado ES	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,8	0,0	0,8	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS/CAGED/MTE. Elaboração Própria.

Há, por fim, a necessidade de se avaliar o peso das atividades terciárias na economia do estado do Espírito Santo. Como descrito em momento anterior, as atividades atuantes no comércio, seja ele atacado ou varejo, transporte e comunicações, alojamento, de apoio à atividade produtiva, saúde, educação e pessoais são extremamente importantes para essa estrutura produtiva. Conforme Cano (2008), a participação dessa unidade da federação no PIB terciário nacional, ainda que de baixa amplitude do ponto de vista regional, se elevou entre 1939 a 2004 (tabela 4.22), de 0,9% em 1939 para 1,9% em 2004, resultado das mudanças ocorridas na economia por conta dos processos de industrialização e urbanização no estado, o que demandaram, por sua vez, uma gama maior de serviços urbanos.

Tabela 4.22: Participação regional no PIB terciário - 1939-2004

(Brasil = 100%)

	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1990	1995	2004
NO	2,4	2,0	2,3	2,3	2,8	3,5	3,8	4,1	4,6
NE	14,9	13,0	12,7	12,2	12,4	13,6	13,0	12,8	15,0
MG	7,8	8,3	7,8	8,2	8,4	8,9	8,0	8,1	9,6
ES	0,9	1,0	0,7	1,4	1,5	1,7	1,4	1,5	1,9
RJ	27,6	26,7	24,8	20,6	18,2	13,9	15,4	12,6	12,2
SP	32,7	33,8	35,4	35,0	34,8	32,9	33,9	36,7	31,5
PR	2,1	3,1	4,2	5,3	5,4	5,7	4,9	5,6	5,5
SC	1,5	1,8	1,8	2,1	2,2	2,8	2,8	2,7	2,9
RS	8,9	8,0	8,1	8,2	7,5	8,0	7,0	7,2	7,2
CO	1,2	1,3	2,2	2,5	3,3	4,4	4,3	4,8	4,6
DF	-	-	-	2,2	3,5	4,6	5,5	3,9	5,0

Fonte: *apud* Cano (2008).

Quando analisados os dados referentes à participação regional do estado no emprego terciário nacional, verificou-se⁶⁹ que, entre 1980 e 1991 (tabela 4.23), as atividades referentes ao comércio e aquelas auxiliares ao desembaraço das operações de comércio exterior, como alojamentos e transportes se elevaram. Ademais, aquelas atividades de apoio às atividades econômicas também ganharam participação, o que pode indicar o aumento na variedade de serviços técnicos de apoio, como consultorias, escritórios jurídicos, localizados principalmente na capital Vitória. Há que se destacar também o crescimento na participação regional do Espírito Santo nas atividades relacionadas à educação e saúde, produto de ações dos municípios como um todo, que expandiram esses serviços as suas populações, especialmente após a implantação do FUNDEF e pela abertura de um grande número de cursos superiores no interior do estado.

⁶⁹ Serão analisados os dois períodos a seguir separadamente em virtude de problemas metodológicos entre Censos e PNADs, já descritos em Cano (2008).

Tabela 4.23: Participação regional no emprego terciário: 1980 - 1991

(Brasil = 100%)

	ES	
	1980	1991
Comércio	1,5	1,7
Transportes	1,9	2,0
Comunicações	1,6	1,6
Inst. Financeiras	1,2	1,3
Alojamentos e Alimentação	1,9	2,1
Aluguéis	1,6	1,0
Adm. Pública	1,6	1,7
Serviços médicos e ensino	1,6	1,7
Domésticos remunerados	1,5	1,7
Serv. apoio ativ. econômicas	1,6	1,9
Outros serviços diversos	1,5	1,8
Total	1,6	1,8

Fonte: *apud* Cano (2008).

Esse fenômeno, por sua vez, foi mais bem percebido na tabela 4.24, quando se verificou o crescimento de 1,6% para 1,9% no período entre 1989 a 2004 nesses ramos. Além disso, nesse mesmo momento a maioria dos setores do terciário apresentou crescimento, inclusive nos segmentos relacionados às operações de comércio exterior e desembaraço aduaneiro, decorrentes, enfim, da crescente extroversão dessa economia, já abordada na pesquisa. Deve-se destacar também os serviços de saúde que apresentaram investimentos que ampliaram a oferta privada aumentando a centralidade da região metropolitana.

Tabela 4.24: Participação regional no emprego terciário: 1989 - 2004

(Brasil = 100%)

	ES	
	1989	2004
Comércio	1,6	1,8
Transportes	1,7	2,0
Comunicações	1,3	1,5
Inst. Financeiras	1,6	1,6
Alojamentos e Alimentação	1,7	2,2
Aluguéis	1,5	1,8
Adm. Pública	1,5	2,1
Serviços médicos e ensino	1,6	1,9
Domésticos remunerados	1,9	2,0
Outros serviços diversos	1,8	1,8
Total	1,7	1,9

Fonte: *apud* Cano (2008).

Finalmente, quando se consideraram os dados relacionados ao emprego formal no setor terciário⁷⁰ (tabela 4.25), novamente se ratificou a centralidade da região metropolitana frente às outras. Ademais, constatou-se o crescimento nessa região das atividades relacionadas ao comércio (atacadista e varejista), financeiros, de aluguéis e transportes, denotando, portanto, o aquecimento desses ramos, principalmente ao nível da RMGV, explicitando o papel dessa região no total estadual.

Tabela: 4.25: Participação regional no emprego terciário, por setores - 1985 - 2006 (%)

Microrregiões	Serv. Ind. Util. Pública		Construção Civil		Comércio Varejista		Comércio Atacadista		Instituições Financeiras		Aluguéis		Transportes e Comunicações		Serviços Alojamento e alimentação		Serviços Méd. Odont. E Vet.		Ensino		Adm. Pública		Total	
	1985	2006	1985	2006	1985	2006	1985	2006	1985	2006	1985	2006	1985	2006	1985	2006	1985	2006	1985	2006	1985	2006	1985	2006
Metropolitana	70,5	69,3	81,0	77,2	59,7	58,8	66,9	77,4	66,4	71,5	63,7	82,2	68,5	72,7	79,1	73,1	66,0	64,8	84,2	72,6	79,3	62,7	69,5	62,2
Pólo linhares	5,3	5,8	2,9	7,8	8,5	8,1	7,1	5,2	4,4	4,7	12,5	7,3	4,4	6,8	3,7	7,1	2,3	8,2	3,1	5,0	3,8	7,0	6,3	8,8
Metrópole Expandida Sul	1,9	2,4	0,2	2,2	1,0	1,7	2,0	0,9	1,7	1,5	0,6	0,6	0,6	3,8	1,1	1,9	0,2	0,5	0,0	0,6	0,8	2,8	1,4	2,2
Central Serrana	1,6	1,0	0,1	0,6	0,7	1,8	1,1	0,6	1,0	1,8	0,2	0,3	0,2	0,5	0,3	0,8	0,4	1,6	0,0	1,9	0,5	1,8	0,4	1,5
Sudoeste Serrana	0,6	0,5	0,1	1,2	1,5	2,2	1,2	1,0	1,3	2,2	0,1	0,5	0,2	0,9	0,5	1,6	1,1	1,4	0,5	1,3	0,7	2,5	0,7	2,1
Litoral Norte	0,9	3,0	2,7	1,7	2,3	4,7	1,1	1,4	1,9	1,6	13,6	4,1	3,0	3,5	1,2	2,5	3,8	1,6	0,8	1,7	1,3	3,5	3,7	3,6
Extremo Norte	0,9	0,3	0,0	0,4	0,5	0,9	0,1	0,1	1,2	0,6	0,6	0,0	0,1	0,1	0,2	0,4	1,4	0,4	0,1	0,2	0,7	1,4	0,5	1,0
Pólo Colatina	5,4	7,7	2,9	2,4	8,5	5,9	6,7	5,5	5,0	3,4	1,6	1,7	4,6	3,0	4,0	4,0	11,0	4,7	1,8	5,8	3,5	3,2	5,1	4,9
Noroeste 1	1,2	0,6	0,0	0,2	1,0	1,7	0,8	0,4	1,9	0,8	0,1	0,2	0,4	0,4	0,7	0,5	1,0	0,7	0,0	0,4	1,1	2,4	0,7	1,5
Noroeste 2	2,3	1,1	0,0	0,4	2,7	2,6	0,6	1,0	2,3	2,2	2,0	0,3	0,4	0,8	0,7	1,3	2,9	1,3	0,4	1,2	1,2	2,3	1,5	2,3
Pólo Cachoeiro	5,6	6,3	9,4	5,0	10,5	9,2	8,3	5,9	8,0	7,9	4,4	2,3	16,7	6,9	6,6	4,9	8,7	13,1	6,3	7,8	4,5	7,0	8,2	8,0
Caparaó	3,0	1,8	0,1	0,9	2,4	2,5	2,4	0,8	3,6	1,9	0,4	0,4	0,5	0,7	1,3	1,9	1,0	1,8	2,7	1,4	2,1	3,4	1,4	1,9
Ignorado ES	0,9	0,0	0,4	0,0	0,7	0,0	1,7	0,0	1,2	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,7	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,5	0,0	0,8	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS/CAGED/MTE. Elaboração Própria.

Esses dados evidenciam também, o crescimento percentual de algumas outras microrregiões no emprego terciário estadual, notadamente Pólo Cachoeiro, que aumentou a cobertura do serviço de atendimento médico e de educação para sua população, mas que em contrapartida apresentou quedas em outros setores de peso, como transportes, comércio e construção civil, por exemplo. E na contramão desse fenômeno, tem-se a microrregião de Linhares, cujos empreendimentos recém-instalados na região⁷¹ e os previstos estimularam o crescimento dos setores do terciário, como: transportes, serviços de alojamento e alimentação, serviços médicos, de ensino e administrativos, além do crescimento da construção civil.

Após essas considerações serão avaliadas a seguir algumas das alternativas propostas pelo governo estadual para o desenvolvimento regional e interiorização do mesmo nessa unidade da federação.

⁷⁰ Lembrando-se novamente que há aqui o problema dos dados estarem subestimados em virtude do alto grau de informalidade do setor.

⁷¹ Como a Brandão Metalúrgica S/A, a Perfilados Rio Doce, a Indústria de Sucos Mais e a fábrica Ducoco, além dos investimentos potenciais em petróleo e gás na região.

4.6 Algumas propostas para a interiorização do desenvolvimento capixaba

Como forma de se impulsionar o desenvolvimento dessa unidade da federação como um todo, foi organizado pelo governo estadual um conjunto de propostas, compiladas no documento *Espírito Santo 2025: Plano de Desenvolvimento*, cujos principais conceitos foram dispostos no quadro 4.1 abaixo. Há o reconhecimento da importância para o estado das atividades exportadoras de *commodities*, de infra-estrutura para o escoamento de sua produção e às operações de comércio exterior. Existe, contudo, uma aparente preocupação quanto à dependência desta economia no mercado externo de *commodities* e da flutuação de seus mercados. Entretanto, as alternativas propostas de diversificação econômica ainda se mostram incipientes.

Quadro 4.1: Espírito Santo 2025 - Plano de Desenvolvimento (principais tópicos):

Constatações	Deficiências	Alternativas
• Disponibilidade de base logística de alta capacidade; • Segmentos econômicos de competitividade nacional e internacional; • Escoamento de graneis do Centro-Oeste pelo complexo portuário capixaba; • Relevância do comércio exterior; • Existência de gargalos no sistema logístico; • Impactos dos <i>royalties</i>; • Diversificada agricultura e formação de APL's; • Existência de plataformas marítimas de produção de petróleo e gás natural;	• Grande dependência de <i>commodities</i> e da demanda global; • Competitividade restrita das pequenas e médias empresas; • Dependência das grandes empresas; • Investimentos insuficientes em C&T; • Distribuição social e espacial da renda desigual e pressões na malha urbana pelo elevado nível de concentração na RMGV e pelo potencial crescimento em virtude das novas descobertas de jazidas de petróleo e gás;	• Interiorização do desenvolvimento; • Desenvolvimento da rede de cidades; • Agregação de valor à produção; • Adensamento das cadeias produtivas e diversificação econômica; • Desenvolvimento da logística e inserção estratégica regional do estado (pela maior integração com os estados vizinhos); • Fortalecimento da identidade capixaba, do capital social e da qualidade de suas instituições;

Fonte: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento – ES (2006).

As alternativas propostas para a interiorização do desenvolvimento e da ampliação da rede de cidades baseiam-se no avanço dos Arranjos Produtivos Locais – os APL's (que se destacam: Rochas Ornamentais, Confeções e Vestuário, Florestal-Moveleiro, Fruticultura, Metal-mecânico, Cafeicultura, Pecuária Leiteira e Turismo) como vetores de desenvolvimento do interior do estado, que possibilitariam a atração de investimentos privados e a exploração de “vocações” e potencialidades. Porém:

Mais do que resolver um sem-número de problemas de âmbito local, [...] são propostas que visam, sobretudo, atrair mais investimentos, por meio de investimentos de indução, diante da crise fiscal. Ganha mais importância a subjetividade – os cenários, plenos de significados, que visam criar um sentimento genérico positivo, com efeitos sinérgico. [...] Aliás, uma das características desse tipo de planejamento é o otimismo: não mencionar os problemas e, se for possível ignorá-los, destacar o lado positivo, já que constituem sempre oportunidades de mudar o jogo. (MARICATO, 2000, p. 172).

Deste modo, o que se propõe não é que ocorra um abandono dessas ações, mas sim, “reconhecer e assumir a pluralidade de arranjos institucionais possíveis, em variadas escalas”. E construir democraticamente (e operacionalizar) tais arranjos, pois:

[...] não ignoramos que, em termos locais (mesmo no âmbito municipal), a organização da sociedade – governo e sociedade civil – pode e deve atuar dentro de suas competências e possibilidades, para resolver um sem-número de problemas de âmbito local, mas não substituir o Estado na formulação de políticas de desenvolvimento que transcendam esse espaço restrito e que tenham nexos com os objetivos nacionais de uma política de desenvolvimento. (CANO, 2007, p.26).

Em um país periférico como o Brasil, no qual os diversos aglomerados existentes apresentam inúmeros gargalos econômicos e sociais, o desenvolvimento dos APL's somente pode ser concebível no contexto de um quadro mais amplo de intervenção do Estado ao planejar o desenvolvimento destas localidades, coordenar as ações dos agentes, coagir e constranger os interesses deletérios (especulativos e patrimonialistas, sobretudo) do atraso local e regional, as condições para que estes aglomerados construam forças centrípetas benéficas ao desenvolvimento do capital social local, da capacidade de governança local e do próprio desenvolvimento econômico local, e forças centrífugas capazes de dinamizar, a partir do aglomerado, toda a sua hinterlândia e, a partir da interação entre diversos complexos territorializados, toda a economia mesorregional.(UFMG/CEDEPLAR, 2004, p. 11).

E ainda:

[...] políticas multiescalares podem apreender dialeticamente as heterogeneidades estruturais de nossa nação subdesenvolvida, resgatando a força da diversidade e criatividade, historicamente atingidas pelas elites conservadoras, e, mais recentemente, pelos vários anos de neoliberalismo. (BRANDÃO, 2007, p. 210).

Quanto às propostas que envolvem o desenvolvimento logístico e de inserção regional estratégica, deve-se salientar que são ações circunscritas a um referencial teórico, balizado no modelo dos Eixos Nacionais⁷², cuja consequência incide na consolidação das regiões de maior dinamismo e mantém ao largo os territórios de dinamismo econômico mais ameno, reforçando-se assim, suas desigualdades intra-regionais.

A respeito da agregação de valor à produção, adensamento das cadeias produtivas e diversificação econômica, estas medidas decorrem principalmente da definição dos critérios para a seletividade dos investimentos, cujo principal propósito visaria à formação de maiores elos e encadeamentos produtivos. No entanto, as previsões para essa unidade da federação no período de 2006 a 2011, não seguem efetivamente essa direção, pois a maioria dos investimentos previstos tem como destino à manutenção da estrutura produtiva hoje existente. Assim:

[...] apesar do significativo crescimento no valor dos investimentos no Estado, é necessário observar que sua distribuição é desigual, seja do ponto de vista setorial, seja do ponto de vista regional. Na perspectiva setorial, observa-se uma significativa concentração em três atividades: energia, com 35,6% do total global, a indústria com 33,3% e terminal portuário, aeroporto e armazenagem com 15% do valor total. Em conjunto, esses três setores representam 83,9% do valor total dos investimentos previstos para o Estado. Do ponto de vista regional, observa-se uma concentração nos municípios do litoral, em especial os da Microrregião Metropolitana. (IJSN, 2007 p. 23).

Essa concentração pode ser observada a partir dos dados da tabela 4.26 (os mesmo dados apresentados no capítulo anterior, agrupados agora de acordo as Mesorregiões e Microrregiões de Planejamento), na qual a Mesorregião Central foi responsável pela geração de mais de 80% do ICMS arrecadado no estado para os anos de 1995 a 2006, restando às demais participações mais modestas. Dentre as Microrregiões, a Metropolitana foi a que mais arrecadou esse imposto, na média de 60% do total no período. Em segundo lugar vem o pólo de Linhares, cuja participação se mantém em torno de 10% a 15%.

⁷² Sobre os Eixos, ver GALVÃO & BRANDÃO (2003).

Tabela 4.26: Participação relativa na arrecadação do Espírito Santo, por Micro e Mesorregiões - VAF - 1995 - 2006 (%)

Mesorregiões	Microrregiões	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Central	Metropolitana	62,5	63,2	66,4	64,2	60,2	62,0	63,3	62,4	59,6	66,2	67,9	64,7
	Pólo Linhares	14,0	10,7	9,2	9,6	13,8	13,6	12,7	13,2	15,2	10,5	8,3	11,2
	Metrópole Expandida Sul	2,4	2,7	2,4	3,2	3,6	3,7	3,3	3,5	5,1	4,3	5,4	4,7
	Central Serrana	1,6	1,8	1,9	1,6	1,7	1,5	1,4	1,3	1,2	1,3	1,3	1,3
	Sudoeste Serrana	1,7	1,8	1,9	2,2	2,2	1,8	1,9	1,7	1,8	2,1	1,8	1,9
	Subtotal	82,1	80,1	81,7	80,8	81,5	82,5	82,6	82,1	83,0	84,5	84,7	83,8
Norte	Litoral Norte	2,6	3,0	2,5	2,4	2,7	2,6	3,1	3,6	3,5	2,4	2,6	2,9
	Extremo Norte	0,5	0,6	0,4	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
	Subtotal	3,2	3,5	2,9	2,9	3,2	3,1	3,7	4,2	4,1	3,0	3,2	3,5
Nordeste	Pólo Colatina	4,4	5,3	4,9	5,2	4,4	4,1	3,9	3,8	3,4	3,4	3,1	3,4
	Noroeste 1	0,8	1,0	0,8	0,8	0,9	0,7	0,8	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0
	Noroeste 2	1,6	1,7	1,7	1,6	1,5	1,5	1,6	1,6	1,3	1,3	1,4	1,4
	Subtotal	6,8	8,0	7,5	7,5	6,8	6,4	6,2	6,5	5,7	5,7	5,5	5,8
	Pólo Cachoeiro	6,2	6,8	6,9	7,0	6,6	6,3	6,0	5,8	6,0	5,6	5,4	5,7
Sul	Caparaó	1,7	1,6	1,0	1,8	1,8	1,7	1,5	1,4	1,2	1,1	1,1	1,2
	Subtotal	7,9	8,4	7,9	8,7	8,4	8,0	7,5	7,3	7,2	6,7	6,6	6,9
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEFAZ – ES.

Quanto ao fortalecimento da identidade capixaba e da qualidade de suas instituições, tem-se como embasamento a gestão pública em bases transparentes, de participação popular e acima de tudo, eficientes (ao invés de equânimes), uma vez que visam a atração de potenciais investidores devido ao seu “clima favorável aos negócios”. Porém:

[...] em todos os níveis, tanto do ponto de vista concreto (infra-estruturas, subsídios, favores fiscais, apoios institucionais e financeiros de todos os tipos) quanto do ponto de vista da imagem, não resta dúvida: a mercadoria-cidade tem um público consumidor muito específico e qualificado, [...], pois ela [a cidade] não é apenas uma mercadoria, mas também, e, sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis. (VAINER, 2000, p. 83).

A consolidação de uma identidade comum traria ao estado capixaba um sentimento otimista, de partilhamento e inclusão, em que se aplainariam os conflitos e diferenças em prol de um bem comum: o desenvolvimento do território. “A resposta está na transformação do fugaz sentimento de crise num consistente e durável patriotismo da cidade”. (idem, p. 94), no qual:

[...] o compromisso patriótico de não romper a unidade necessária ao bom andamento dos negócios nas quais a cidade está engajada, abdicação do poder a um chefe carismático, a estabilidade e a trégua assim conquistadas, seriam o preço a pagar pelo privilégio de disputar, junto com outras tantas dezenas ou

centenas de cidades, o direito de ser escolhida como localização dos próximos investimentos, das próximas feiras, das próximas convenções. (idem, p.98).

Dessa forma:

[...] a representação da “cidade” é uma ardilosa construção ideológica, pois torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem a função apenas de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico ligado à geração e captação de renda imobiliária. (MARICATO, 2000, p. 165).

Assim, cada nova imagem, ou melhor, cada nova modificação na cidade, há o objetivo de mostrá-la sem contradições, em que os cidadãos/consumidores são compelidos a participar de um grande consenso de pertencimento, adesão aos novos projetos elaborados e aprovação pública. Além do sentimento de pertencimento, o que normalmente estimularia uma participação ativa, gera-se, na realidade, uma participação contemplativa da nova cidade, em que se reforça um tipo peculiar de coesão social e dissolvem-se possíveis resistências, escondendo-se os verdadeiros agentes sociais interessados nos projetos urbanos. Evitam-se assim, as possibilidades de crítica à construção do mecanismo autoritário e verticalista, pois se imprime o patriotismo, o sentimento de pertencimento e a geração de uma possível unidade por cima das diferenças no intra-estadual. Há, dessa forma, a formação de um consenso social de legitimação do projeto hegemônico, que se reverte em maior atratividade local, e que ao mesmo tempo ocultam-se as mazelas geradas pela crise econômico-social dos últimos vinte e cinco anos.

Desse modo, as considerações feitas sobre o espaço urbano-regional capixaba refletem algumas de suas principais relações produtivas, comerciais e sociais e que por sua vez, explicam o caráter expressivamente concentrador de sua RMGV. Entretanto, essa concentração implica, pois, em alterações na geração do produto e renda, arrecadação fiscal, fluxos migratórios e geração de empregos nessa sociedade, cujos rebatimentos podem ser percebidos em determinados pontos: engessam a capacidade de investimento das regiões carentes, levam à branda interiorização do desenvolvimento e desconcentração produtiva no território e impossibilitam o adensamento da malha urbana através das cidades médias e da irradiação destas sobre as cidades menores. Esse questionamento é importante, pois:

[...] é fundamental respeitar a complexidade e a diversidade regional e urbana do estado, para daí se formularem políticas locais de desenvolvimento, articuladas. Portanto, é importante pensar, também, como o maior crescimento econômico

da RMGV, que tenderá a continuar nos próximos anos, poderá se articular com as atividades do interior e se distribuir ao longo da rede de cidades capixabas, beneficiando maior número de municípios e desconcentrando a atividade produtiva, a partir de um outro modelo de crescimento que se sustente na ampliação do mercado interno pela maior distribuição da renda, da riqueza e dos ativos. (MACEDO, 2006b).

Como foi dito anteriormente, as ações de escala local não são sem efeito, apenas imprimem “mais do mesmo” e aprofundam efeitos conhecidos: acirramento da competitividade locacional, criação de focos de prosperidade, ganhos de eficiência em setores detentores de vantagens comparativas, e criação de certas identidades. Ao invés disso, talvez fossem mais proveitosas ações multiescalares no sentido da ampliação dos espaços de sociabilidade; criação, adensamento de centralidades e irradiação para a rede urbana capixaba; inclusão social e completa cidadania; interiorização e desconcentração produtiva intra-regional; diversificação produtiva e aprofundamento tecnológico; diversificação do mercado de trabalho, para que assim ocorra o alargamento dos horizontes e possibilidades (BRANDÃO, 2007, p. 200) nessa unidade da federação.

Foram aqui mencionadas algumas das principais questões a ser mais pensadas sobre a dinâmica urbana e regional do Espírito Santo. Entretanto, como o foco da pesquisa é o estudo de sua estrutura produtiva, foi analisado o panorama geral do movimento migratório e do mercado de trabalho capixabas, deixando a outras pesquisas a incumbência do aprofundamento desses primeiros assuntos. A seguir, serão passadas em revista as principais conclusões do capítulo.

4.7 Conclusões

Após as colocações feitas nesse capítulo sobre o comportamento do espaço, fluxos migratórios e mercado de trabalho capixabas, algumas questões devem ser, pois, repassadas.

Após a crise internacional do café na década de sessenta e das ações políticas subseqüentes de Erradicação dos Cafezais, as bases produtivas dessa economia, marcadamente de pequena propriedade e trabalho familiar, foram desestruturadas, permitindo o avanço das atividades pecuaristas e, concomitantemente, de reflorestamento no estado. Isso, no entanto, estimulou o êxodo rural da população dessa federação, que, destituída dos meios de produção, tomou dois caminhos: tanto o entorno de Vitória, elevando seu grau de urbanização; como outros estados, e dentre eles, o Rio de Janeiro e a antiga Guanabara, por exemplo. Esse segundo

caminho foi, como visto, o de maior magnitude, pois, não conseguindo absorver todo o contingente populacional liberado do campo, fez com que o Espírito Santo se caracterizasse num estado expulsador populacional líquido até a década de oitenta.

Do ponto de vista intra-regional, o estado consolidou definitivamente a centralidade de sua capital Vitória e dos municípios adjacentes, recebedores das principais plantas industriais dos Grandes Projetos e beneficiados por grandes parcelas de investimentos, oriundos dos incentivos fiscais estaduais e federais. Ao mesmo tempo, isso estimulou, ainda que de forma relativa, sua diversificação produtiva e econômica até a primeira metade da década de oitenta.

Com o desenrolar dos acontecimentos macroeconômicos nacionais e internacionais, e a maturação dos investimentos de grande porte realizados no estado, o Espírito Santo alcançou taxas de crescimento acima da economia nacional e alavancou certos setores de sua economia, especificamente aqueles especializados na produção de semi-elaborados para exportação, cujas plantas haviam se instalado na RMGV. Ademais, o desenvolvimento das atividades de comércio exterior nessa região, notadamente na década de noventa, permitiu a proliferação de *tradings companies*, incitando investimentos relacionados a essas atividades.

Apesar dessas questões já terem sido discutidas nos capítulos anteriores, seus efeitos se entrelaçam de forma harmônica ao fortalecimento recente e mundial das correntes teóricas do desenvolvimento local. Suas bases se justapõem de tal modo que explicam e ao mesmo tempo justificam as ações no sentido de aprofundar a especialização produtiva de *commodities* na microrregião metropolitana, dinamizar áreas já com algum grau de desenvolvimento e promover ações autônomas no interior do estado como forma de combater os desequilíbrios intra-estaduais. No entanto, a literatura que considera o espaço não apenas como um mero platô/receptáculo e sim palco dos conflitos, visualiza nessas ações um pouco de mais do mesmo, haja vista seus principais efeitos sobre a privatização do espaço público, mudanças nas formas de sociabilidade e valorização e concentração fundiária capixabas, cujas implicações recaem, na maioria das vezes, sobre os “de baixo”, na forma de segregação urbana, social e econômica.

Esses efeitos, porquanto, interagem diretamente sobre o comportamento dos fluxos migratórios e mercado de trabalho estadual. Apesar dessa unidade da federação ter apresentado, conforme últimos dados, saldo líquido positivo no fluxo inter-regional populacional acumulado, os resultados observados, ao menos ao nível da RMGV, indicam a intensa pendularidade da população em direção principalmente à Vitória, Serra e Vila Velha, em virtude das melhores

oportunidades de estudo e trabalho. Ademais, o comportamento do mercado de trabalho capixaba indicou a expressiva centralização nesta região na geração de ocupações, sendo elas em sua maior parte industriais, comerciais e do terciário, que, não obstante o desenvolvimento econômico dessa federação, também dissimulam parcelas consideráveis de trabalhadores informais.

Deste modo, após as considerações feitas nesse capítulo, e o levantamento realizado ao longo de toda a pesquisa sobre as principais características da estrutura produtiva do Espírito Santo, num contexto de desconcentração produtiva regional do Brasil, a partir dos anos noventa até os dias atuais, partir-se-á para as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desempenho econômico recente do Espírito Santo tem sido o melhor de sua história, tanto no que se refere às taxas de crescimento do PIB, muitas delas acima da média nacional, quanto à significativa gama de investimentos realizados e a ser implantada a curto e médio prazo. No entanto, algumas qualificações devem ser feitas. Primeiro, o fato de essa performance ter se ocorrido no contexto de uma tendência oposta da dinâmica nacional. Segundo, por ter se materializado numa estrutura e lógica de acumulação muito particulares, cujas implicações foram notadas na apropriação do excedente, este muito concentrado em determinados setores produtivos e regiões do território. Por isso mesmo, ao longo deste estudo, procurou-se analisar mais profundamente esses setores e suas principais peculiaridades.

Avaliando-se o comportamento de sua estrutura produtiva, examinaram-se os desempenhos dos setores agropecuário e industrial (este subdividido em indústria extrativa e de transformação). Com relação ao primeiro segmento constatou-se que as alterações na estrutura produtiva fundiária (como a tendência de concentração nos estratos superiores e de agricultura patronal), que se manifestaram principalmente na elevação da produção de *commodities* para a exportação (reflorestamento, café e cana-de-açúcar), não foram suficientes para evitar a queda significativa no PIB agropecuário. E ainda, essas atividades, afeitas às propriedades de maior extensão territorial, comprimiram a atuação da pequena propriedade (voltada basicamente ao abastecimento do mercado interno) e também se manifestaram na redução na quantidade plantada, colhida e valor de produção.

Com relação ao setor industrial, tanto o setor extrativo quanto de transformação, a despeito de alguns de seus ramos deterem grande parte dos investimentos realizados e potenciais, e representarem parcelas vultosas do VTI estadual, em termos nacionais ainda representam parcelas muito modestas. Assim, apesar das boas oportunidades de investimento, essa estrutura guarda carências significativas, em razão de seus setores serem: i) intensivos em recursos naturais, logo, finitos; ii) expressivamente concentrados em determinados ramos (e muitos de seus elos serem incompletos); iii) apresentarem baixa capacidade de arrecadação, dada à exoneração do ICMS das exportações pela Lei Kandir; iv) agregarem baixos valores ao produto final; v) e serem sensíveis às flutuações na demanda internacional.

Analizou-se também outro importante pilar da economia capixaba, materializado nas atividades de comércio exterior e que, conectado a outros fatores (localização territorial privilegiada, dinâmicas macroeconômicas nacionais e internacionais favoráveis, investimentos em infra-estrutura e existência de um sistema de incentivos fiscais), transformaram o Espírito Santo no estado de estrutura produtiva mais extrovertida do país. Quando analisados os setores exportadores responsáveis por esse desempenho, constatou-se serem os mesmos que se destacaram na geração do PIB, VTI e das maiores produtividades estaduais (extração de minerais metálicos, extração e fabricação de minerais não-metálicos, produção de mármore e granito, fabricação de papel e celulose e metalurgia.). Verificaram-se outros pontos-chave, como os setores exportadores de maior peso no estado, o conteúdo tecnológico, o destino/origem das exportações/importações, as contribuições desses setores para sua especialização e, finalmente, o comportamento dos investimentos (realizados e potenciais). Por fim, foi utilizada a análise da movimentação geral de cargas nos portos brasileiros e o indicador de VCR. Esses anteparos ratificaram a progressiva especialização da economia capixaba em atividades produtoras de semi-elaborados, voltadas à exportação e intensivas em recursos naturais. Quanto às importações, apesar da dificuldade na obtenção de alguns dados, foi possível constatar o aprimoramento dos serviços de comércio exterior na RMGV (especialmente em eficiência e logística), bem como o fato de a maioria das mercadorias importadas pelo porto de Vitória tem como destino a revenda para outras unidades da federação, especialmente São Paulo.

Em suma, esses “segmentos”, destinados à produção e exportação de bens semi-elaborados e às atividades de operações de comércio exterior, foram responsáveis, em grande parte, pelas taxas de crescimento da economia capixaba e, também, pela expansão dos aportes financeiros e de investimentos nessas áreas, inibindo, de certo modo, o alargamento de outros setores (principalmente àqueles ligados ao mercado interno) e a interiorização do desenvolvimento.

Quanto aos fluxos migratórios e mercado de trabalho, algumas questões merecem ser repassadas. Depois da crise internacional cafeeira na década de cinquenta e das ações políticas federais de erradicação da atividade na década de sessenta, suas bases produtivas (marcadamente de pequena propriedade e trabalho familiar) foram desarticuladas, permitindo o avanço das atividades pecuaristas e de reflorestamento no estado. Isso, por sua vez, incitou o êxodo rural da população dessa unidade da federação, que, despossuída dos meios de produção, tomou dois

destinos: as áreas ao redor de Vitória, o que elevou seu grau de urbanização; e outros estados, dentre eles, a antiga Guanabara e o Rio de Janeiro principalmente. Esse segundo caminho foi o de maior proporção, pois, ao não conseguir absorver todo o contingente populacional liberado do campo, o Espírito Santo se tornou um estado expulsador populacional líquido até a década de oitenta. Do ponto de vista intra-regional, consolidou-se a centralidade de Vitória e dos municípios adjacentes (que hoje compõem a região metropolitana), recebedores das principais plantas industriais dos Grandes Projetos e beneficiados por grandes parcelas de investimentos. Simultaneamente, isso instigou, ainda que de forma relativa, sua diversificação econômica, produtiva e terciária, especialmente àquelas atividades de apoio ao desembarque aduaneiro e de infra-estrutura.

Em conformidade a esses fenômenos, seus efeitos se entrelaçam de forma afinada ao fortalecimento recente e mundial das correntes teóricas em prol do desenvolvimento local. Suas bases se justapõem de tal modo que explicam (e ao mesmo tempo justificam) ações no sentido de aprofundar a especialização produtiva de *commodities* na microrregião metropolitana, dinamizar áreas já com algum grau de desenvolvimento e promover ações autônomas no interior do estado como forma de combater os desequilíbrios intra-regionais. No entanto, a literatura que considera o espaço não apenas como um mero platô/receptáculo e sim palco dos conflitos, visualiza nessas ações do tipo mais do mesmo, haja vista seus principais efeitos sobre a privatização do espaço público, mudanças nas formas de sociabilidade e na valorização e concentração fundiária do seu território, cujas implicações recaem basicamente sobre os menos favorecidos, estes destituídos de uma cidadania plena.

Esses efeitos interagem também diretamente sobre os fluxos migratórios e do mercado de trabalho estadual. Apesar dessa unidade da federação ter apresentado recentemente saldo líquido positivo no fluxo inter-regional populacional acumulado, os resultados notados, ao menos para a RMGV, indicaram a intensa pendularidade da população em direção à Vitória, Serra e Vila Velha, em razão das melhores oportunidades de estudo e trabalho. Ademais, o comportamento do mercado de trabalho capixaba indicou a expressiva centralização nessa região (metropolitana) na geração de ocupações, sendo elas majoritariamente industriais, comerciais e terciárias, e que, não obstante o crescimento econômico dessa unidade da federação (e especialmente dessa região), camufla parcelas consideráveis de trabalhadores informais.

Finalmente, diante essas considerações há que também se ter em mente, a título de reflexão para trabalhos posteriores, as implicações da atual crise econômico-financeira mundial sobre as economias emergentes e regionais, especificamente àquelas cujos coeficientes de importação e exportação apresentam-se elevados, e baseados na produção de *commodities* (diretamente afetadas nessa conjuntura), como o caso da economia capixaba. Depois dos apontamentos feitos em relação ao peso de seu comércio exterior, pode-se brevemente inferir que o futuro próximo para a economia espírito-santense não contará com o mesmo “céu de brigadeiro” dos primeiros anos do século XXI. Isso, por sua vez, se refletirá sobre toda sua estrutura produtiva, inclusive na previsão e implementação de novos investimentos, bem como nas expectativas de crescimento das empresas estaduais.

Portanto, pode-se concluir que o crescimento econômico observado no estado do Espírito Santo, a partir do início da década de noventa, no bojo do processo de desconcentração produtiva regional, deve ser ao menos relativizado, em virtude de sua intensa concentração em setores e atividades específicas e de se basear na flutuação internacional de *commodities*. Essa estrutura resulta, por sua vez, numa irradiação heterogênea dos efeitos pelo interior capixaba, em determinados focos dinamizadores, ou “ilhas de produtividade”, o que tende a aprofundar seus desequilíbrios (intra) regionais, exatamente por não promover o enfrentamento de questões estruturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

150 MAIORES EMPRESAS DO ESPÍRITO SANTO. Instituto Euvaldo Lodi /Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo – IEL/IDEIES. Vitória, ES, *Next Niveau: Comunicação Integrada*, 1973-2003. Disponível em: <www.iel-es.org.br>. Acesso em: 15 set. 2007.

150 MAIORES EMPRESAS DO ESPÍRITO SANTO. Instituto Euvaldo Lodi /Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo – IEL/IDEIES. Vitória, ES, *Next Niveau: Comunicação Integrada*, 2004-2005. Disponível em: <www.iel-es.org.br>. Acesso em: 15 set. 2007.

CVRD investirá US\$ 11 bilhões em 2008. *Press Releases Capex*. Vale, 11/10/2007. Disponível em: <<http://www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=619>>. Acesso em: 20 out. 2008.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *A escravidão na História Econômica do Espírito Santo 1850/1888*. Dissertação de Mestrado em Ciências Econômicas - Universidade Federal Fluminense, 1981.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS – ABIROCHAS. *O Setor de Rochas Ornamentais e de Revestimento*. Informes nº 005/2006 e 02/2008.

BACELAR, T. Brasil: desafios de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional contemporânea. In: DINIZ, C. C. (Org.) *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil*. Brasília: DR: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

_____. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

AVERBUG, A. Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M.M. (Orgs.) *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 44-79.

_____. O Brasil ainda precisa se consolidar como nação. *Boletim Regional - Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional*, Brasília, DF, n. 1, p. 14-22, maio / ago. 2006.

BELLUZZO, G. L.; ALMEIDA, G. J. O Ajuste Empresarial: depois da queda: In: BELLUZZO, G.L.; ALMEIDA, G.J. (Orgs.). *A Economia Brasileira da Crise da Dívida aos Impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 199-240.

BERGAMIM, M. C. Trajetória da agricultura familiar do Espírito Santo: constituição, crise e recomposição. In: CAMPOS JÚNIOR, C.T. (Org.). *Transformações socioeconômicas do Espírito Santo: uma abordagem histórica e de manifestações recentes*. Vitória, ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2006 a. p. 81-109.

BRANDÃO. C.A, et al. *Construir o Espaço Supra-Local de Articulação Sócio-Produtiva e das Estratégias de Desenvolvimento*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2004. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br>. Acesso em: 15 set. 2007.

_____. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BUFFON, J.A. *O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*. Dissertação de Mestrado em Ciências Econômicas - Universidade de Campinas, 1992.

CAMPOS JÚNIOR, C.T. *A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória*. Vitória, ES: Florecultura, 2002. 192 p.

_____. Espaço urbano, habitação e uso do solo. Estudo Temático. In: SIMÕES, Roberto Garcia (Coord.). *Planejamento Estratégico da Cidade: Agenda 21 – 2007-2027*. Serra, jul. 2008. Disponível em: <www.es.serra.gov.br>. Acesso em: 30 jul. 2008.

CAMPOS NETO, C.A.S. *Portos Brasileiros: área de Influência, ranking, porte, e os principais produtos movimentados*. Brasília, DF, Fev. 2006. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 25 out. 2007.

CANO, W. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-70 e 1970-95*. 2ª ed. revista e aumentada. Campinas, SP: Instituto de Economia – Unicamp, 1998. (30 Anos de Economia, n.2).

_____. Questão Regional e Política Econômica Nacional. In: CASTRO, A.C. (Org.). *BNDES: painéis sobre o desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 3, 2002.

_____. A desconcentração espacial da indústria paulista. *Boletim Regional - Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional*, Brasília, DF, n. 1, p. 18 - 22, jan. / abr. 2006.

_____. Prefácio. In: *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005*. 2008. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CASTRO, Antônio Barros de. El Segundo Catch-Up brasileño: características y limitaciones. *Revista de la Cepal*, n. 80, ago. 2003.

CASTRO, Antônio Barros de. A Reestruturação Industrial Brasileira nos anos 90. Uma Interpretação. *Revista de Economia Política*, v. 21, n. 3, jul. / set. 2001.

CASTRO, A. B.; GOLDENSTEIN, L. Avaliação no Processo de Reestruturação Industrial Brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 17, n. 2, abr. / jun. 1997.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CORAGGIO, J. L. *Territorios en transición: crítica a la planificación en América Latina*. Quito: Ciudad, 1988.

CORRÊA, R. L. *O Espaço Urbano*. 3 ed. São Paulo, SP: Ática, 1995.

COUTINHO, L. A Especialização Regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, J.P.R. (Org.). *O Real e o Futuro da Economia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. (Orgs.). *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas: Papirus, 1995. 510 p.

CUNHA, A. C. e COUTINHO, C. Estações Aduaneiras do Interior: *Estímulo que vem do interior*. Revista do Mercosul, nº 72, Ano 2001.

DEDDECA, C.S. e ROSANDISKI, E. Sensos e Dissensos: as inovações metodológicas do Censo Demográfico 2000. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia/CESIT, 2003, mimeo.

DINIZ, C. C. Impactos Territoriais da Abertura Externa, Privatizações e Reestruturação Produtiva no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RII, 5., 1999, Toluca, Méx. *Anais...* Toluca, Mex., 1999. p. 21-24.

_____. A Nova Configuração Urbano-Industrial no Brasil. KON, A. (Org.). *Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil*. São Paulo, SP: Editora Perspectiva, 2002.

_____. Território e Nação. In: REZENDE, F; TAFNER, P. (Orgs.) *Brasil: o estado de uma nação*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005, 372p.

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO NO PERÍODO 2002-2006: Aprofundamento da Especialização e Impactos na Indústria. *Boletim NEIT*, [S.l.], n. 8, p. 1 - 7, abr. 2007. Disponível em: <[www.http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/NEIT/index.php](http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/NEIT/index.php)>. Acesso em: 15 set. 2007.

FAGNANI, E. *Política social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade*. Campinas: Ed. Unicamp, 2005.

FERREIRA, S. P. *Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional 1840-1960*. Dissertação de Mestrado em Ciências Econômicas - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

FGV-IBGE – Contas Nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

_____. Contas Nacionais e Regionais do Brasil, vários anos.

FROST, R. *A pocket book of Robert Frost's poems / With an introduction and commentary by Louis Untermeyer*. New York : Washington Square, 1966.

FURTADO, C. A superação do subdesenvolvimento. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 3, p. 37- 42, dez. 1994.

FURTADO, C. *O longo amanhecer*: reflexões sobre a formação do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GALVÃO, A. C. F.; BRANDÃO, C. A. Fundamentos, motivações e limitações da proposta dos “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento”. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. *Regiões e cidades, cidades nas regiões*: o desafio urbano-regional. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

GOMES, H. *Potencial e Limites às Políticas Regionais de Desenvolvimento no Estado do Espírito Santo*: o apego às formas tradicionais de intermediações de interesses. 1998. Dissertação de Mestrado em Ciências Econômicas - Universidade Federal do Espírito Santo, 1998.

HARVEY, D. *A produção capitalista no espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

HIRATUKA, C. et al. Inserção Brasileira no Comércio Mundial no Período 1995-2005. *Boletim NEIT*, [S.l.], n. 9, p. 1 - 6, ago. 2007. Disponível em: <[www.http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/NEIT/index.php](http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/NEIT/index.php)>. Acesso em: 15 set. 2007.

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Verticalização e Reestruturação Urbana na Região Metropolitana da Grande Vitória 1990-2002*. Vitória, ES, Instituto de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento Jones dos Santos Neves, 2005. 37 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas Regionais do Brasil – Departamento de Contas Nacionais. Vários anos.

_____. Censo Demográfico (Diversos anos).

_____. Censo Industrial (Diversos anos).

_____. PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (Diversos anos).

_____. PIA – Pesquisa Industrial Anual (Diversos anos).

_____. PimPf – Pesquisa Industrial mensal de Produção Física (Diversos anos).

_____. Contas Nacionais e Regionais (Diversos anos).

IPEA. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sudeste/* IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, SEADE. Brasília: IPEA, 2001. 168 p. (v. 5).

_____. *Séries históricas das Contas Regionais Atualizadas*. Acesso: <www.ipeadata.gov.br>, em 2008.

LEFEBVRE, H. *Direito à cidade*. São Paulo, SP: Centauro, 2001.

LEMOS, M. B. *Corredor Centro-Leste: Sistemas de Transporte de Minas Gerais na Perspectiva dos Eixos de Desenvolvimento e Integração*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2006, 27 p. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br>. Acesso em: 10 nov. 2007.

_____. *Investimentos previstos para o Espírito Santo, 2006-2011: relatório final*. Vitória, 2007, 44p.

MACEDO, F. C. *Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960-2000)*, Campinas: IE/UNICAMP, Tese de Doutorado, 2002.

_____. Dinâmica Regional Capixaba. In: CAMPOS JÚNIOR, C.T. (Org.) *Transformações socioeconômicas do Espírito Santo: uma abordagem histórica e de manifestações recentes*. Vitória, ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2006 a, p. 81-109.

_____. Migrações e concentração urbana no estado do Espírito Santo. Colatina (ES). UNESC em Revista, nº 19, jan-jun, 2006, p. 67-80

_____. Quebrando Consensos: apontamentos sobre a economia capixaba. *Revista Eletrônica Olhar Crítico*, Vitória, ES, n. 13, jan. 2006 b. Disponível em: <<http://www.olharcritico.com.br/olharcritico>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

_____. Lula lá, o outro cá: por um desenvolvimento diferente. *Revista Eletrônica Olhar Crítico*, Vitória, ES, dez. 2006 c. Disponível em: <<http://olharcritico.com.br/olharcritico>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARTINS, M. A. *O comércio exterior brasileiro nos anos 1980 e 1990: estrutura e evolução do padrão de especialização*. 2004. Tese de doutorado em Ciências Econômicas - Universidade de Campinas, 2004.

MELLO, J. M.C. & NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCS, Lilia M. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (v. 4)

MORANDI, A. *Na Mão da História: a CST na siderurgia mundial*, Vitória: EDUFES, 1997, p.147).

MOREIRA, M. M. A Indústria Brasileira nos Anos 90: o que já se pode dizer? In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. (Orgs.). *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

PACHECO, C. A. *Fragmentação da Nação*. Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp, 1998.

_____. *Novos Padrões de Localização Industrial?: tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial*. Brasília, DF: IPEA, 1999.

PEREIRA, G.H. *Política Industrial e localização de Investimentos – o caso do Espírito Santo*, Vitória: EDUFES, 1998;

PETRÓLEO, ROYALTIES & REGIÃO. *Boletim do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes*. Campos/RJ, Ano III, nº 12 - Jun/2007.

PETRÓLEO, ROYALTIES & REGIÃO. *Boletim do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes*. Campos/RJ, Ano IV, nº 15 - Mar/2007.

PINHEIRO, C. A. Privatização no Brasil: por quê? até onde? até quando? In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. (Orgs.). *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro, BNDES, 1999.

ROCHA, H. C.; COSSETI, M. P. *Dinâmica cafeeira e constituição da indústria no Espírito Santo -1850/1930*. Vitória, ES: UFES/NEP/COPLAN/IJSN/GERES, 1983.

ROCHA, H. C.; MORANDI, A. *Cafecultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985*. Vitória, ES: FCAA, 1991.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. Indústria Brasileira: a perda relativa de importância global. *Boletim NEIT*, [S.l.], n. 9, p. 7-12, ago. 2007. Disponível em: <[www.http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/NEIT/index.php](http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/NEIT/index.php)>. Acesso em: 15 set. 2007.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 3. ed. São Paulo, Hucitec, 1996.

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. *Espírito Santo 2025: plano de desenvolvimento*. Vitória, ES: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, 2006. 156p.

SILVA, J. C. *Espírito Santo: influência do processo de industrialização na formação da estrutura do poder executivo – 1967/1983*. 1993. Dissertação de Mestrado em Ciências Econômicas – Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.

SUNKEL, O.; PAZ, P. *A teoria do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1976.

TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

TAVARES, M. C.; BELLUZZO, L. G. M. Desenvolvimento no Brasil: relembrando um velho tema. In: BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. (Orgs.). *Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros*. Brasília, DF: IPEA/CEPAL, 2002. 207 p.

TÓPICO ESPECIAL. China: inserção comercial e produtiva. *Boletim NEIT*, [S.l.], n. 5, p. 5 - 9, ago. 2004. Disponível em: <[www.http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/NEIT/index.php](http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/NEIT/index.php)>. Acesso em: 15 set. 2007.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ZORZAL, M. *Espírito Santo: estado, interesse e poder*. Vitória, ES: FCAA, 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Mesorregiões e Microrregiões de Planejamento

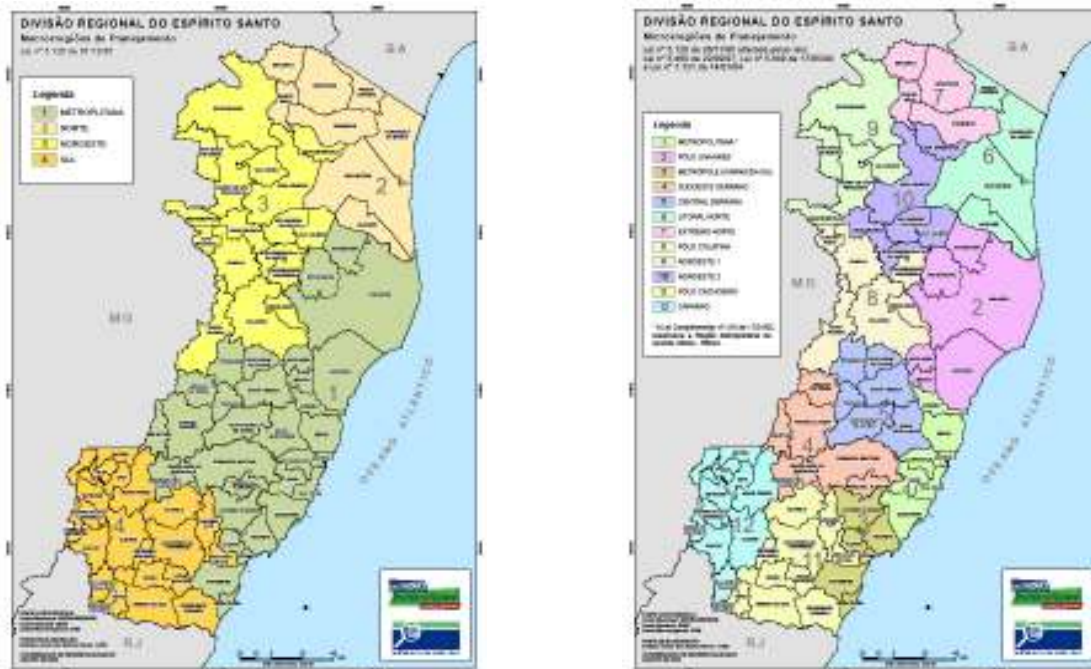
O estado do Espírito Santo possui 78 municípios que foram agregados em 12 Microrregiões de Planejamento, de acordo com a lei 5.120 de 01/12/1995. Essas Microrregiões, por sua vez, também foram re-agregadas em 4 Mesorregiões, de acordo com a mesma lei, a seguir no quadro 1.

Quadro 1: Mesorregiões e Microrregiões de Planejamento do Espírito Santo, cf. lei 5.120 de 01/12/1995.

Mesorregiões	Microrregiões	Municípios
Central	Metropolitana	Cariacica, Fundão, Guarapari, Vila Velha, Vitória, Serra e Viana.
	Pólo Linhares	Linhares, Aracruz, Rio Bananal, Sooretama, João Neiva e Ibirapu.
	Metrópole Expandida Sul	Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha, Itapemirim, Marataízes e Piúma.
	Central Serrana	Itaguaçu, Itarana, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa e São Roque do Canaã.
	Sudoeste Serrana	Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante, Afonso Cláudio, Marechal Floriano, Conceição do Castelo, Brejetuba e Laranja da Terra.
Norte	Litoral Norte	São Mateus, Conceição da Barra, Pedro Canário e Jaguaré.
	Extremo Norte	Montanha, Mucurici, Pinheiros e Ponto Belo.
Noroeste	Pólo Colatina	Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindenberg, Marilândia e Pancas.
	Noroeste 1	Barra de São Francisco, Ecoporanga, Água Doce do Norte, Mantenópolis e Vila Pavão.
	Noroeste 2	Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Boa Esperança, Vila Valério, Águia Branca e São Domingos do Norte.
Sul	Pólo Cachoeiro	Apiacá, Atílio Vivacqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul e Vargem Alta.
	Caparaó	Alegre, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupí, Iúna, Muniz Freire e São José do Calçado.

Fonte: IJSN.

Figuras 1 e 2: Microrregiões e Mesorregiões de Planejamento do Espírito Santo.



Fonte: IJSN. Extraído do site: [<http://www.ijsn.es.gov.br/>] em 20/10/2008.

APÊNDICE B – Mesorregiões e Microrregiões, conforme metodologia do IBGE

Quadro 2: Mesorregiões e Microrregiões – IBGE

Mesorregiões	Microrregiões	Municípios
Central	Vitória	Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.
	Afonso Cláudio	Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Laranja da Terra, Marechal Floriano e Venda Nova do Imigrante.
	Guarapari	Alfredo Chaves, Anchieta, Guarapari, Iconha, Piúma e Rio Novo do Sul.
	Santa Teresa	Itaguaçu, Itarana, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa e São Roque do Canaã.
Litoral Norte	Linhares	Aracruz, Fundão, Ibirapu, João Neiva, Linhares, Rio Bananal e Sooretama.
	Montanha	Montanha, Mucurici, Pinheiros e Ponto Belo.
	São Mateus	Conceição da Barra, Jaguaré, Pedro Canário e São Mateus.
Noroeste	Barra de São Francisco	Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Ecoporanga e Mantenópolis
	Colatina	Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindenberg, Marilândia, Pancas e São Domingos do Norte.
	Nova Venécia	Águia Branca, Boa Esperança, Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Vila Pavão e Vila Valério.
Sul	Alegre	Alegre, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupí, Iúna e Muniz Freire.
	Cachoeiro do Itapemirim	Apiacá, Atílio Vivácqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui, São José do Calçado e Vargem Alta.
	Itapemirim	Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy.

Fonte: IBGE.

APÊNDICE C – Lei 116/2006

Conforme descrito no capítulo 2, o estado do Espírito Santo sancionou uma lei estadual para a formação do Fundo para Redução das Desigualdades Regionais, constituído por 30% dos recursos do estado provenientes de suas receitas dos *royalties*. Esses recursos serão direcionados ao fundo para depois serem repassados aos municípios menos beneficiados pela distribuição inicial.

O governo do estado do Espírito Santo sancionou a Lei 116/2006 que ficou conhecida nos meios de comunicação como “Lei Robin Hood”, que prevê o recebimento de parte dos *royalties* por cidades que não são originalmente beneficiadas por estes recursos. [...]. Os recursos do fundo virão do repasse de 30% dos *royalties* do petróleo recebidos pelo Governo do Estado. O projeto, apresentado pelo próprio Executivo, beneficia 69 municípios capixabas. A distribuição será feita levando em consideração a população, o percentual de repasse do ICMS e a condição de não ser grande receptor de *royalties*. Os municípios que têm participação acima de 10% no ICMS e mais de 2% dos *royalties* não terão acesso aos recursos do Fundo. E quanto maior o for índice, maior será a quantia destinada ao município. [...] A Lei prevê destino definido para os recursos do Fundo. O dinheiro só poderá ser gasto em saneamento básico, destinação final de resíduos sólidos, universalização do ensino fundamental e atendimento à educação infantil, atendimento à saúde, construção de habitação para população de baixa renda, drenagem e pavimentação das vias urbanas e construção de centros integrados de assistência social⁷³.

A seguir, a relação dos municípios contemplados pelo Fundo, os dados da população e respectivas participações no ICMS e *royalties*.

Quadro 3: Municípios contemplados e não contemplados pelo Fundo para Redução das Desigualdades Regionais.

Não participam do Fundo para Redução das Desigualdades Regionais				
Ranking por ordem crescente	Município	População	Índice (%) ICMS – 2006	Índice (%) Royalties 2006
1	Aracruz	70.898	7,108	-
2	Conceição da Barra	28.655	0,805	-
3	Itapemirim	31.334	1,217	-
4	Jaguaré	20.816	1,121	-
5	Linhares	119.824	3,334	-
6	Presidente Kennedy	9.618	0,304	-
7	São Mateus	99.133	1,828	-
8	Serra	371.986	15,795	-
9	Vitória	309.507	21,333	-

⁷³ Boletim de Difusão das Informações e Promoção do Debate sobre a Distribuição dos *Royalties* do Petróleo. Campos dos Goytacazes/RJ - Ano III, nº 12 – Junho / 2006. ISSN 1980-6310.

Participam do Fundo para Redução das Desigualdades				
1	Anchieta	21.352	2,456	0,296
2	Governador Lindenberg	9.826	0,539	0,621
3	Mucurici	6.153	0,326	0,643
4	Marechal Floriano	13.555	0,707	0,653
5	Conceição do Castelo	11.103	0,57	0,663
6	Venda Nova do Imigrante	18.283	0,839	0,742
7	Vila Pavão	8.440	0,357	0,805
8	Ponto Belo	6.437	0,26	0,843
9	São Domingos do Norte	8.087	0,326	0,845
10	Baixo Guandu	28.177	1,132	0,848
11	Divino de São Lourenço	5.190	0,198	0,893
12	Santa Leopoldina	13.151	0,492	0,91
13	Vila Valério	14.228	0,53	0,914
14	Brejetuba	12.611	0,451	0,952
15	Santa Maria de Jetibá	31.599	1,112	0,968
16	Atílio Vivacqua	9.179	0,323	0,968
17	Ecoporanga	23.747	0,806	1,004
18	Água Branca	9.486	0,312	1,036
19	Alto Rio Novo	6.695	0,219	1,041
20	Montanha	16.817	0,545	1,051
21	Marilândia	10.396	0,333	1,063
22	Laranja da Terra	11.087	0,348	1,085
23	Rio Bananal	16.784	0,521	1,097
24	Pinheiros	21.327	0,63	1,153
25	Ibitirama	10.009	0,295	1,156
26	Castelo	34.351	0,998	1,172
27	São Roque do Canaã	10.849	0,315	1,173
28	Ibiraçu	10.522	0,302	1,187
29	Dores do Rio Preto	6.662	0,19	1,194
30	Domingos Martins	32.860	0,929	1,205
31	João Neiva	16.239	0,448	1,235
32	Alfredo Chaves	14.113	0,388	1,239
33	Itarana	11.954	0,328	1,241
34	Iconha	12.153	0,332	1,247
35	São José do Calçado	10.621	0,29	1,247
36	Irupi	10.774	0,289	1,27
37	Santa Teresa	21.021	0,559	1,281
38	Itaguaçu	15.060	0,39	1,315
39	Boa Esperança	14.077	0,358	1,339
40	Muniz Freire	19.449	0,489	1,355
41	Vargem Alta	19.579	0,49	1,361
42	Mantenópolis	11.311	0,28	1,376
43	Pancas	20.093	0,496	1,38

44	Apiacá	7.933	0,189	1,43
45	Rio Novo do Sul	11.921	0,28	1,45
46	Água Doce do Norte	12.777	0,291	1,495
47	Sooretama	20.364	0,456	1,521
48	Nova Venécia	44.814	0,962	1,587
49	Pedro Canário	22.276	0,476	1,594
50	Mimoso do Sul	27.306	0,57	1,632
51	Jerônimo Monteiro	10.851	0,225	1,643
52	São Gabriel da Palha	27.968	0,576	1,654
53	Muqui	13.696	0,275	1,696
54	Ibatiba	21.084	0,409	1,756
55	Viana	58.370	1,103	1,802
56	Iúna	27.723	0,523	1,805
57	Barra do São Francisco	38.551	0,723	1,809
58	Cachoeiro do Itapemim	191.033	3,491	1,864
59	Bom Jesus do Norte	9.874	0,177	1,9
60	Afonso Cláudio	33.318	0,584	1,943
61	Colatina	109.226	1,889	1,969
62	Fundão	14.448	0,216	2,278
63	Alegre	32.377	0,472	2,336
64	Guaçui	27.302	0,398	2,336
65	Vila Velha	387.204	5,624	2,345
66	Cariacica	349.811	3,5	3,404
67	Piúma	17.838	0,177	3,433
68	Marataízes	34.692	0,34	3,475
69	Guarapari	102.089	0,728	4,776
	Estado	3.352.024	100,00	100,00

Fonte: Petróleo, Royalties e Região (Jun/2006).

APÊNDICE D – Tipologia para a classificação do Comércio Exterior, conforme intensidade de tecnologia

No capítulo 3, foi utilizada uma base de dados de comércio exterior, disponibilizada pela SECEX (Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) a partir do SISCOMEX (Sistema de Comércio Exterior – sistema declaratório de transações comerciais do Brasil efetuado por empresas que fazem transações com o exterior), e sistematizada pelo NEIT-IE-UNICAMP. A elaboração dos dados, construída a partir desta sistematização, foi feita pela autora.

A série de dados compreende os anos de 1989 a 2006. Entretanto, delimitaram-se alguns anos que considerados essenciais à análise da economia mundial, brasileira e espírito-santense, como: 1989, fim da “década perdida” marcada pelo ajuste exportador, alta inflação, crise da dívida externa e aumento do desemprego; 1994, a implantação do Plano Real de estabilização macroeconômica, abertura comercial e financeira e valorização do câmbio; 1999, crise cambial brasileira e desvalorização do real frente ao dólar; 2000, período pós-desvalorização econômica; 2002, crise e eleição do presidente Lula; 2004, 2005, períodos de crescimento do comércio externo, estimulado pelo aumento dos preços e da quantidade de *commodities*, demandadas e a ascensão chinesa, e finalmente, 2006, último ano da base.

Para a classificação do fluxo de comércio nacional elaborou-se uma tipologia própria, baseada na classificação de comércio desenvolvida pela UNCTAD. A elaboração dos dados, a partir de sua sistematização, obedeceu a alguns passos. Re-classificaram-se todos os designados pelo NCM a 07 dígitos, para a classificação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – a 02 dígitos, para deste modo, analisar-se o desempenho dos ramos produtivos mais importantes.

Em seguida, foram agrupados os países de acordo com Blocos Econômicos⁷⁴ (quadro 4): NAFTA, MERCOSUL, ALADI (exclusive MERCOSUL E NAFTA), ASEAN (além de Coréia do Sul, Japão e China), União Européia, e os demais, como “Outros”. Os países foram também qualificados de acordo com o seu nível de desenvolvimento⁷⁵, conforme o quadro 5.

⁷⁴ Ver site: www.mdic.gov.br

⁷⁵ Ver site: www.imf.org

Quadro 4: Blocos Econômicos.

NAFTA	EUA, México, Canadá e Porto Rico.
MERCOSUL	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.
ALADI (exclusive NAFTA e MERCOSUL)	Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Peru e Venezuela.
ASEAN	Laos, Tailândia, Indonésia, Malásia, Singapura, Filipinas, Mianmar, Vietnã, Brunei, Camboja, China, Coreia do Sul e Japão ⁷⁶ .
União Europeia	Alemanha ⁷⁷ , Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Alborn, Ilhas do Canal, Ilhas Canárias, Portugal, Reino Unido, Rep. Checa, Romênia, Suécia, Inglaterra e Ilha da Madeira.
Demais Países	

Fonte: www.mdic.gov.br

Quadro 5: Países Desenvolvidos:

Países Desenvolvidos	Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chipre, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hong Kong, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coreia do Sul, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Singapura, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Reino Unido, EUA, Alborn-Perejil, Ilhas; Andorra, Ilhas do Canal, Ilhas Canárias, Inglaterra, Liechtenstein, Ilha da Madeira, Ilha de Man, Mônaco, San Marino e Vaticano.
Países Subdesenvolvidos	Demais países

Fonte: www.imf.gov

⁷⁶ Países que não fazem parte do Bloco do ASEAN, mas que foram incluídos devido ao seu peso econômico na região.

⁷⁷ Para a Alemanha, foi utilizada a Alemanha Ocidental para o ano de 1989. Para os dados de 1990 a 2006 as 2 Alemanhas foram agregadas.

Esse estudo teve também como preocupação avaliar o grau de sofisticação tecnológica da estrutura econômica do estado do Espírito Santo. A análise da composição das importações e exportações reflete as potencialidades e as tendências dessa estrutura produtiva. O banco de dados foi sistematizado conforme metodologia da *Standard International Trade Classification*, Revisão 3 (SITC), utilizada no comércio internacional e organizada pela UNCTAD. Entretanto, o agrupamento das mercadorias em cinco sub-classes seguiu a metodologia proposta no anexo 1 do capítulo 3 (*Grow And Classification of World Merchandise Exports*) do *Trade and Development Report*, 2002 da UNCTAD. Essa medida foi adotada em virtude da dificuldade de se localizar uma forma de agregação das mercadorias própria para a Revisão 3. A Revisão 2 foi elaborada em 1975 e muitos dos bens classificados atualmente já não existiam mais, foram re-classificados, e outros novos surgiram no mercado. Dessa forma, nesta pesquisa os bens foram agrupados um a um em cinco categorias, de acordo com a Revisão 3 da UNCTAD. Para a avaliação do conteúdo tecnológico, as importações e exportações foram classificadas de acordo com o grau de tecnologia utilizada no seu processamento, da seguinte maneira:

- A) *Commodities* Primárias;
- B) Intensivos em Recursos Naturais e Trabalho;
- C) Manufatura com Baixa Tecnologia;
- D) Manufatura com Média Tecnologia;
- E) Manufatura com Alta Tecnologia;
- F) Combustíveis;
- G) Produtos não-classificados;

Os produtos do item “A” se referem as *commodities* primárias e alimentos processados. O item “B” abarca as indústrias especializadas na produção de bens de baixo valor agregado, intensivas em matérias-primas ou em mão-de-obra, normalmente de baixa qualificação, e que se fundamentam em vantagens comparativas absolutas. O tópico “C” abrange os gêneros de baixo grau de valor agregado de capital, escalas, tecnologia e qualificação técnica da mão-de-obra. O grupo “D” se refere à produção de manufaturas de média tecnologia requerida. Já o grupo “E” se caracteriza pelos setores cuja intensidade de capital, escala, tecnologia e mão-de-obra são os mais altos da estrutura produtiva. O item “F” se refere à produção aos combustíveis e seus derivados e

aqueles bens que não podem ser classificados em nenhum dos itens anteriores enquadrando-os ao último grupo “G”.

A - Produtos Primários

- 1- Live animals other than animals of division 03
- 11- Meat of bovine animals, fresh, chilled or frozen
- 12- Other meat and edible meat offal, fresh, chilled or frozen (except meat and meat offal unfit or unsuitable for human consumption)
- 16- Meat and edible meat offal, salted, in brine, dried or smoked; edible flours and meals of meat or meat offal
- 17- Meat and edible meat offal, prepared or preserved, n.e.s.
- 22- Milk and cream and milk products other than butter or cheese
- 23- Butter and other fats and oils derived from milk
- 24- Cheese and curd
- 25- Eggs, birds', and egg yolks, fresh, dried or otherwise preserved, sweetened or not; egg albumin
- 34- Fish, fresh (live or dead), chilled or frozen
- 35- Fish, dried, salted or in brine; smoked fish (whether or not cooked before or during the smoking process); flours, meals and pellets of fish, fit for human consumption
- 36- Crustaceans, molluscs and aquatic invertebrates, whether in shell or not, fresh (live or dead), chilled, frozen, dried, salted or in brine; crustaceans, in shell, cooked by steaming or boiling in water, whether or not chilled, frozen, dried, salted or in brine; flours, meals and pellets of crustaceans or of aquatic invertebrates, fit for human consumption
- 37- Fish, crustaceans, molluscs and other aquatic invertebrates, prepared or preserved, n.e.s.
- 41- Wheat (including spelt) and meslin, unmilled
- 42- Rice
- 43- Barley, unmilled
- 44- Maize (not including sweet corn), unmilled
- 45- Cereals, unmilled (other than wheat, rice, barley and maize)
- 46- Meal and flour of wheat and flour of meslin
- 47- Other cereal meals and flours
- 48- Cereal preparations and preparations of flour or starch of fruits or vegetables
- 54- Vegetables, fresh, chilled, frozen or simply preserved (including dried leguminous vegetables); roots, tubers and other edible vegetable products, n.e.s., fresh or dried
- 56- Vegetables, roots and tubers, prepared or preserved, n.e.s.
- 57- Fruit and nuts (not including oil nuts), fresh or dried
- 58- Fruit, preserved, and fruit preparations (excluding fruit juices)
- 61- Sugars, molasses and honey
- 62- Sugar confectionery
- 71- Coffee and coffee substitutes
- 72- Cocoa
- 73- Chocolate and other food preparations containing cocoa, n.e.s.
- 74- Tea and mate

- 75- Spices
- 81- Feeding stuff for animals (not including unmilled cereals)
- 91- Margarine and shortening
- 98- Edible products and preparations, n.e.s.
- 111- Non-alcoholic beverages, n.e.s.
- 112- Alcoholic beverages
- 121- Tobacco, unmanufactured; tobacco refuse
- 122- Tobacco, manufactured (whether or not containing tobacco substitutes)
- 211- Hides and skins (except furskins), raw
- 212- Furskins, raw (including heads, tails, paws and other pieces or cuttings, suitable for furriers' use), other than hides and skins of group 211
- 222- Oil-seeds and oleaginous fruits of a kind used for the extraction of "soft" fixed vegetable oils (excluding flours and meals)
- 223- Oil-seeds and oleaginous fruits, whole or broken, of a kind used for the extraction of other fixed vegetable oils (including flours and meals of oil-seeds or oleaginous fruit, n.e.s.)
- 231- Natural rubber, balata, gutta-percha, guayule, chicle and similar natural gums, in primary forms (including latex) or in plates, sheets or strip.
- 232- Synthetic rubber; reclaimed rubber; waste, parings and scrap of unhardened rubber
- 244- Cork, natural, raw and waste (including natural cork in blocks or sheets)
- 245- Fuel wood (excluding wood waste) and wood charcoal
- 246- Wood in chips or particles and wood waste
- 247- Wood in the rough or roughly squared
- 248- Wood, simply worked, and railway sleepers of wood
- 251- Pulp and waste paper
- 261- Silk
- 263- Cotton
- 264- Jute and other textile bast fibres, n.e.s., raw or processed but not spun; tow and waste of these fibres (including yarn waste and garnetted stock)
- 265- Vegetable textile fibres (other than cotton and jute), raw or processed but not spun; waste of these fibres
- 266- Synthetic fibres suitable for spinning
- 267- Other man-made fibres suitable for spinning; waste of man-made fibres
- 268- Wool and other animal hair (including wool tops)
- 269- Worn clothing and other worn textile articles; rags
- 272- Fertilizers, crude, other than those of division 56
- 273- Stone, sand and gravel
- 274- Sulphur and unroasted iron pyrites
- 277- Natural abrasives, n.e.s. (including industrial diamonds)
- 278- Other crude minerals
- 281- Iron ore and concentrates
- 282- Ferrous waste and scrap; remelting scrap ingots of iron or steel
- 283- Copper ores and concentrates; copper mattes; cement copper
- 284- Nickel ores and concentrates; nickel mattes, nickel oxide sinters and other intermediate products of nickel metallurgy
- 285- Aluminium ores and concentrates (including alumina)
- 286- Uranium or thorium ores and concentrates

- 289- Ores and concentrates of precious metals; waste, scrap and sweepings of precious metals (other than of gold)
- 291- Crude animal materials, n.e.s.
- 292- Crude vegetable materials, n.e.s.
- 411- Animal oils and fats
- 421- Fixed vegetable fats and oils, "soft", crude, refined or fractionated
- 422- Fixed vegetable fats and oils, crude, refined or fractionated, other than "soft"
- 431- Animal or vegetable fats and oils, processed; waxes; inedible mixtures or preparations of animal or vegetable fats or oils, n.e.s.
- 681- Silver, platinum and other metals of the platinum group
- 682- Copper
- 683- Nickel
- 684- Aluminium
- 685- Lead
- 686- Zinc
- 687- Tin
- 689- Miscellaneous non-ferrous base metals employed in metallurgy, and cermets

B - Manufaturas baseadas em recursos naturais/intensivas em trabalho

- 59- Fruit juices (including grape must) and vegetable juices, unfermented and not containing added spirit, whether or not containing added sugar or other sweetening matter
- 611- Leather
- 612- Manufactures of leather or of composition leather, n.e.s.; saddlery and harness
- 613- Furskins, tanned or dressed (including heads, tails, paws and other pieces or cuttings), unassembled, or assembled (without the addition of other materials), other than those of heading 848.31
- 633- Cork manufactures
- 634- Veneers, plywood, particle board, and other wood, worked, n.e.s.
- 635- Wood manufactures, n.e.s.
- 641- Paper and paperboard
- 642- Paper and paperboard, cut to size or shape, and articles of paper or paperboard
- 651- Textile yarn
- 652- Cotton fabrics, woven (not including narrow or special fabrics)
- 653- Fabrics, woven, of man-made textile materials (not including narrow or special fabrics)
- 654- Other textile fabrics, woven
- 655- Knitted or crocheted fabrics (including tubular knit fabrics, n.e.s., pile fabrics and openwork fabrics), n.e.s.
- 656- Tulles, lace, embroidery, ribbons, trimmings and other smallwares
- 657- Special yarns, special textile fabrics and related products
- 658- Made-up articles, wholly or chiefly of textile materials, n.e.s.
- 659- Floor coverings, etc.
- 661- Lime, cement, and fabricated construction materials (except glass and clay materials)
- 662- Clay construction materials and refractory construction materials
- 663- Mineral manufactures, n.e.s.
- 664- Glass

665- Glassware

666- Pottery

667- Pearls and precious or semiprecious stones, unworked or worked

821- Furniture and parts thereof; bedding, mattresses, mattress supports, cushions and similar stuffed furnishings

831-Trunks, suitcases, vanity cases, executive cases, briefcases, school satchels, binocular cases, camera cases, musical instrument cases, spectacle cases, gun cases, holsters and similar containers; travelling bags, toilet bags, rucksacks, handbags, shopping bags, wallets, purses, map cases, cigarette cases, tobacco pouches, tool bags, sports bags, bottle cases, jewellery boxes, powder boxes, cutlery cases and similar containers, of leather or of composition leather, of sheeting of plastics, of textile materials, of vulcanized fibre or of paperboard, or wholly or mainly covered with such materials or with paper; travel sets for personal toilet, sewing or shoe or clothes cleaning

841- Men's or boys' coats, capes, jackets, suits, blazers, trousers, shorts, shirts, underwear, nightwear and similar articles of textile fabrics, not knitted or crocheted (other than those of subgroup 845.2)

842- Women's or girls' coats, capes, jackets, suits, trousers, shorts, shirts, dresses and skirts, underwear, nightwear and similar articles of textile fabrics, not knitted or crocheted (other than those of subgroup 842.2)

843- Men's or boys' coats, capes, jackets, suits, blazers, trousers, shorts, shirts, underwear, nightwear and similar articles of textile fabrics, knitted or crocheted (other than those of subgroup 845.2)

844- Women's or girls' coats, capes, jackets, suits, trousers, shorts, shirts, dresses and skirts, underwear, nightwear and similar articles of textile fabrics, knitted or crocheted (other than those of subgroup 845.2)

845- Articles of apparel, of textile fabrics, whether or not knitted or crocheted, n.e.s.

846- Clothing accessories, of textile fabrics, whether or not knitted or crocheted (other than those for babies).

848- Articles of apparel and clothing accessories of other than textile fabrics; headgear of all materials.

851- Footwear

894- Baby carriages, toys, games and sporting goods

C - Manufaturas com baixa intensidade tecnológica

581- Tubes, pipes and hoses, and fittings therefor, of plastics

671- Pig-iron, spiegeleisen, sponge iron, iron or steel granules and powders and ferro-alloys

672- Ingots and other primary forms, of iron or steel; semi-finished products of iron or steel

673- Flat-rolled products of iron or non-alloy steel, not clad, plated or coated

674- Flat-rolled products of iron or non-alloy steel, clad, plated or coated

675- Flat-rolled products of alloy steel

676- Iron and steel bars, rods, angles, shapes and sections (including sheet piling)

677- Rails or railway track construction material, of iron or steel

678- Wire of iron or steel

679- Tubes, pipes and hollow profiles, and tube or pipe fittings, of iron or steel

691- Structures and parts of structures, n.e.s., of iron, steel or aluminium

- 692- Metal containers for storage or transport
- 693- Wire products (excluding insulated electrical wiring) and fencing grills
- 694- Nails, screws, nuts, bolts, rivets and the like, of iron, steel, copper or aluminium
- 695- Tools for use in the hand or in machines
- 696- Cutlery
- 697- Household equipment of base metal, n.e.s
- 699- Manufactures of base metal, n.e.s.
- 785- Motor cycles (including mopeds) and cycles, motorized and non-motorized; invalid carriages
- 786- Trailers and semi-trailers; other vehicles, not mechanically-propelled; specially designed and equipped transport containers
- 791- Railway vehicles (including hovertrains) and associated equipment
- 793- Aircraft and associated equipment; spacecraft (including satellites) and spacecraft launch vehicles; parts thereof
- 812- Sanitary, plumbing and heating fixtures and fittings, n.e.s.
- 813- Lighting fixtures and fittings, n.e.s.

D - Manufaturas com média intensidade tecnológica

- 621- Materials of rubber (e.g., pastes, plates, sheets, rods, thread, tubes, of rubber)
- 625- Rubber tyres, interchangeable tyre treads, tyre flaps and inner tubes for wheels of all kinds
- 629- Articles of rubber, n.e.s.
- 711- Steam or other vapour-generating boilers, superheated water boilers, and auxiliary plant for use therewith; parts thereof
- 712- Steam turbines and other vapour turbines, and parts thereof, n.e.s.
- 713- Internal combustion piston engines, and parts thereof, n.e.s.
- 714- Engines and motors, non-electric (other than those of groups 712, 713 and 718); parts, n.e.s., of these engines and motors
- 716- Rotating electric plant, and parts thereof, n.e.s.
- 718- Power-generating machinery, and parts thereof, n.e.s
- 721- Agricultural machinery (excluding tractors), and parts thereof
- 722- Tractors (other than those of headings 744.14 and 744.15)
- 723- Civil engineering and contractors' plant and equipment; parts thereof
- 724- Textile and leather machinery, and parts thereof, n.e.s.
- 725- Paper mill and pulp mill machinery, paper-cutting machines and other machinery for the manufacture of paper articles; parts thereof
- 726- Printing and bookbinding machinery, and parts thereof
- 727- Food-processing machines (excluding domestic); parts thereof.
- 728- Other machinery and equipment specialized for particular industries; parts thereof, n.e.s.
- 731- Machine tools working by removing metal or other material
- 733- Machine tools for working metal, sintered metal carbides or cermets, without removing material
- 735- Parts, n.e.s., and accessories suitable for use solely or principally with the machines falling within groups 731 and 733 (including work or tool holders, self-opening die-heads, dividing heads and other special attachments for machine tools); tool holders for any type of tool for working in the hand

- 737- Metalworking machinery (other than machine tools), and parts thereof, n.e.s.
- 741- Heating and cooling equipment, and parts thereof, n.e.s.
- 742- Pumps for liquids, whether or not fitted with a measuring device; liquid elevators; parts for such pumps and liquid elevators
- 743- Pumps (other than pumps for liquids), air or other gas compressors and fans; ventilating or recycling hoods incorporating a fan, whether or not fitted with filters; centrifuges; filtering or purifying apparatus; parts thereof
- 744- Mechanical handling equipment, and parts thereof, n.e.s.
- 745- Non-electrical machinery, tools and mechanical apparatus, and parts thereof, n.e.s.
- 749- Non-electric parts and accessories of machinery, n.e.s.
- 771- Electric power machinery (other than rotating electric plant of group 716), and parts thereof
- 772- Electrical apparatus for switching or protecting electrical circuits or for making connections to or in electrical circuits (e.g., switches, relays, fuses, lightning arresters, voltage limiters, surge suppressors, plugs and sockets, lamp-holders and junction boxes); electrical resistors (including rheostats and potentiometers), other than heating resistors; printed circuits; boards, panels (including numerical control panels), consoles, desks, cabinets and other bases, equipped with two or more apparatus for switching, protecting or for making connections to or in electrical circuits, for electric control or the distribution of electricity (excluding switching apparatus of subgroup 764.1)
- 773- Equipment for distributing electricity, n.e.s.
- 774- Electrodiagnostic apparatus for medical, surgical, dental or veterinary purposes, and radiological apparatus
- 775- Household-type electrical and non-electrical equipment, n.e.s.
- 778- Electrical machinery and apparatus, n.e.s.
- 781- Motor cars and other motor vehicles principally designed for the transport of persons (other than motor vehicles for the transport of ten or more persons, including the driver), including station-wagons and racing cars
- 782- Motor vehicles for the transport of goods and special-purpose motor vehicles
- 783- Road motor vehicles, n.e.s.
- 784- Parts and accessories of the motor vehicles of groups 722, 781, 782 and
- 893- Articles, n.e.s., of plastics

E - Manufaturas com alta intensidade tecnológica

- 511- Hydrocarbons, n.e.s., and their halogenated, sulphonated, nitrated or nitrosated derivatives
- 512- Alcohols, phenols, phenol-alcohols, and their halogenated, sulphonated, nitrated or nitrosated derivatives
- 513- Carboxylic acids and their anhydrides, halides, peroxides and peroxyacids; their halogenated, sulphonated, nitrated or nitrosated derivatives
- 514- Nitrogen-function compounds
- 515- Organo-inorganic compounds, heterocyclic compounds, nucleic acids and their salts, and sulphonamides
- 516- Other organic chemicals
- 522- Inorganic chemical elements, oxides and halogen salts
- 523- Metal salts and peroxysalts, of inorganic acids
- 524- Other inorganic chemicals; organic and inorganic compounds of precious metals

- 525- Radioactive and associated materials
- 531- Synthetic organic colouring matter and colour lakes, and preparations based thereon
- 532- Dyeing and tanning extracts, and synthetic tanning materials
- 533- Pigments, paints, varnishes and related materials
- 541- Medicinal and pharmaceutical products, other than medicaments of group 542
- 542- Medicaments (including veterinary medicaments)
- 551- Essential oils, perfume and flavour materials
- 553- Perfumery, cosmetic or toilet preparations (excluding soaps)
- 554- Soap, cleansing and polishing preparations
- 562- Fertilizers (other than those of group 272)
- 571- Polymers of ethylene, in primary forms
- 572- Polymers of styrene, in primary forms
- 573- Polymers of vinyl chloride or of other halogenated olefins, in primary forms
- 574- Polyacetals, other polyethers and epoxide resins, in primary forms; polycarbonates, alkyd resins, polyallyl esters and other polyesters, in primary forms
- 575- Other plastics, in primary forms
- 579- Waste, parings and scrap, of plastics
- 582- Plates, sheets, film, foil and strip, of plastics
- 583- Monofilament of which any cross-sectional dimension exceeds 1 mm, rods, sticks and profile shapes, whether or not surface-worked but not otherwise worked, of plastics
- 591- Insecticides, rodenticides, fungicides, herbicides, anti-sprouting products and plant-growth regulators, disinfectants and similar products, put up in forms or packings for retail sale or as preparations or articles (e.g., sulphur-treated bands, wicks and candles, and fly-papers)
- 592- Starches, inulin and wheat gluten; albuminoidal substances; glues
- 593- Explosives and pyrotechnic products
- 597- Prepared additives for mineral oils and the like; prepared liquids for hydraulic transmission; anti-freezing preparations and prepared de-icing fluids; lubricating preparations
- 598- Miscellaneous chemical products, n.e.s.
- 746- Ball- or roller bearings
- 747- Taps, cocks, valves and similar appliances for pipes, boiler shells, tanks, vats or the like, including pressure-reducing valves and thermostatically controlled valves
- 748- Transmission shafts (including camshafts and crankshafts) and cranks; bearing housings and plain shaft bearings; gears and gearing; ball screws; gearboxes and other speed changers (including torque converters); flywheels and pulleys (including pulley blocks); clutches and shaft couplings (including universal joints); articulated link chain; parts thereof
- 751- Office machines
- 752- Automatic data-processing machines and units thereof; magnetic or optical readers, machines for transcribing data onto data media in coded form and machines for processing such data, n.e.s.
- 759- Parts and accessories (other than covers, carrying cases and the like) suitable for use solely or principally with machines falling within groups 751 and 752
- 761- Television receivers (including video monitors and video projectors), whether or not incorporating radio-broadcast receivers or sound- or video-recording or reproducing apparatus
- 762- Radio-broadcast receivers, whether or not incorporating sound-recording or reproducing apparatus or a clock
- 763- Sound recorders or reproducers; television image and sound recorders or reproducers; prepared unrecorded media

- 764- Telecommunications equipment, n.e.s., and parts, n.e.s., and accessories of apparatus falling within division 76
- 776- Thermionic, cold cathode or photo-cathode valves and tubes (e.g., vacuum or vapour or gas-filled valves and tubes, mercury arc rectifying valves and tubes, cathode-ray tubes, television camera tubes); diodes, transistors and similar semiconductor devices; photosensitive semiconductor devices; light-emitting diodes; mounted piezoelectric crystals; electronic integrated circuits and microassemblies; parts thereof
- 792- Aircraft and associated equipment; spacecraft (including satellites) and spacecraft launch vehicles; parts thereof
- 871- Optical instruments and apparatus, n.e.s
- 872- Instruments and appliances, n.e.s., for medical, surgical, dental or veterinary
- 873- Meters and counters, n.e.s.
- 874- Measuring, checking, analysing and controlling instruments and apparatus, n.e.s.
- 881- Photographic apparatus and equipment, n.e.s.
- 882- Photographic and cinematographic supplies
- 883- Cinematographic film, exposed and developed, whether or not incorporating soundtrack or consisting only of soundtrack
- 884- Optical goods, n.e.s.
- 885- Watches and clocks

F – Combustíveis

- 321- Coal, whether or not pulverized, but not agglomerated
- 322- Briquettes, lignite and peat
- 325- Coke and semi-coke (including char) of coal, of lignite or of peat, whether or not agglomerated; retort carbon
- 333- Petroleum oils and oils obtained from bituminous minerals, crude
- 334- Petroleum oils and oils obtained from bituminous minerals (other than crude); preparations, n.e.s., containing by weight 70% or more of petroleum oils or of oils obtained from bituminous minerals, these oils being the basic constituents of the preparations
- 335- Residual petroleum products, n.e.s., and related materials
- 342- Liquefied propane and butane
- 343- Natural gas, whether or not liquefied
- 344- Petroleum gases and other gaseous hydrocarbons, n.e.s.
- 345- Coal gas, water gas, producer gas and similar gases, other than petroleum gases and other gaseous hydrocarbons
- 351- Electric current

G - Produtos não-classificados

- 811- Prefabricated buildings
- 891- Arms and ammunition
- 892- Printed matter
- 895- Office and stationery supplies, n.e.s.

- 896- Works of art, collectors' pieces and antiques
- 897- Jewellery, goldsmiths' and silversmiths' wares, and other articles of precious or semiprecious materials, n.e.s.
- 898- Musical instruments and parts and accessories thereof; records, tapes and other sound or similar recordings (excluding goods of groups 763 and 883)
- 899- Miscellaneous manufactured articles, n.e.s.
- 911- Postal packages not classified according to kind
- 931- Special transactions and commodities not classified according to kind
- 961- Coin (other than gold coin), not being legal tender
- 971- Gold, non-monetary (excluding gold ores and concentrates)

APÊNDICE E – Indicadores de Comércio Exterior

O primeiro indicador utilizado, o de Vantagem Comparativa Revelada (VCR)⁷⁸, foi citado por Hidalgo (1998), mas desenvolvido inicialmente por Balassa (1965). Ele se baseia nos fluxos de comércio entre os países, e tem como objetivo determinar o grau de especialização produtiva em determinadas atividades. Esta é uma medida que revela as vantagens comparativas de comércio entre países e o resto do mundo, cujo cálculo está fundamentado nos dados observados de comércio, principalmente na dinâmica das exportações.

Na literatura geralmente é aceito que uma economia pode melhorar o seu bem-estar econômico através da especialização segundo o princípio das vantagens comparativas. O crescimento econômico é alcançado pela maior eficiência na alocação de recursos. O comércio internacional é uma fonte importante de competição para as firmas domésticas, posto que estimula a eficiência. Acredita-se assim que as medidas de política econômica a serem seguidas, sejam consistentes com um melhor aproveitamento das vantagens comparativas. (HIDALGO, 1998, p. 492).

O indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) calcula a participação das exportações de determinado bem nas exportações totais do estado em relação às exportações desse mesmo bem no total das exportações do país. Se $VCR_{ij} > 1$ então o produto i apresenta vantagem comparativa revelada e se $VCR_{ij} < 1$ o produto i apresenta desvantagem comparativa revelada. Assim, por exemplo, um valor de 1,10 (0,90) significa que a participação de um estado

⁷⁸ Assim, as vantagens comparativas, de acordo com o modelo neoclássico de Heckscher Ohlin, enfatizam-se a abundância nas dotações dos fatores dos países como fontes de vantagens comparativas entre os países e regiões e: “Na literatura geralmente é aceito que uma economia pode melhorar o seu bem-estar econômico através da especialização segundo o princípio das vantagens comparativas. O crescimento econômico é alcançado pela maior eficiência na alocação dos recursos. O comércio internacional é uma fonte importante de competição para as firmas domésticas, posto que estimula a eficiência. Acredita-se assim que as medidas de política econômica a serem seguidas, sejam consistentes com um melhor aproveitamento das vantagens comparativas”. Hidalgo, 1998 (p. 493-4).

em um determinado produto é 10% maior (menor) do que a sua participação nas exportações de todos os outros produtos. (HIDALGO, 1998).

O indicador VCR pode ser assim formalmente descrito:

$$VCR_{ij} = (X_{ij}/X_{iz}) / (X_j/X_z) \quad (1)$$

Onde: X_{ij} = é o valor das exportações do produto i do estado j;

X_{iz} = é o valor total das exportações do produto i da zona de referência z;

X_j = é o valor das exportações da região j;

X_z = é o valor total das exportações da zona de referência z.

Normalmente, quando uma região ou um estado (no caso, o Espírito Santo), exporta volumes consideráveis de determinados produtos, em relação ao que é exportado pelo país desse mesmo produto, isso sugere que o estado conta com vantagem comparativa nesse bem. O cálculo do VCR baseia-se no valor das exportações, pois as importações são muito afetadas por medidas protecionistas dos países. Apesar da eficácia dos índices de VCR em descrever os padrões e a estrutura básica do mercado, estes podem ser afetados por algumas distorções, como: intensificação dos blocos comerciais, subsídios às exportações, acordos comerciais e o desalinhamento das taxas de câmbio.

Além desse índice, existem outros indicadores (não utilizados na pesquisa), mas que devem ser comentados, como: o Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (ICSC), desenvolvido por Lafay (1990), e que toma por base para seus cálculos o saldo comercial, considerando, portanto, além das exportações, o comportamento das importações, para que o estudo das especializações produtivas regionais não se concentre num único posicionamento, calcado nas exportações. É assim definido:

$$ICSC_i = 100/(X+M)/2[(X_i-M_i) - (X-M)(X_i+M_i)/(X+M)] \quad (2),$$

X_j = exportações do bem i;

M_j = importações do bem i.

Se $ICSC_i > 0$, o produto i apresenta vantagem comparativa revelada, e se $ICSC_i < 0$ o bem i apresenta desvantagem comparativa revelada. O primeiro termo da equação $[1000/(X+M)/2]$ é a normalização do saldo comercial pelo PIB do país. O segundo termo (primeiro termo entre colchetes) expressa a balança comercial do bem i do estado. Já o segundo termo entre colchetes expressa a relação entre o saldo comercial de determinado bem “ i ” no conjunto da balança comercial do estado.

De acordo com GUTMAN, MIOTTI (1996), além dos indicadores de Vantagens Comparativas Reveladas para expressar as vantagens comparativas de regiões, e, por conseguinte, suas especializações produtivas regionais seria necessário calcular também a Taxa de Cobertura (TC), de modo a determinar, juntamente os indicadores anteriores, os “*pontos fortes*” (quando os produtos apresentarem vantagens comparativas e $TC > 1$) e “*pontos fracos*” (quando os produtos apresentarem desvantagens comparativas e $TC < 1$) dessa economia. A Taxa de Cobertura pode ser assim definida:

$$TC_i = X_i / M_i, \quad (3)$$

No qual X_i representam as exportações do bem i e M_i as importações do mesmo bem i para o estado. Assim:

A comparação dos “pontos fortes” de um país com os “pontos fracos” dos parceiros comerciais permitem identificar aqueles produtos com maior potencial em termos de comércio. A intercepção dos “pontos fortes” de um país com os “pontos fracos” de outro país dá origem aos produtos em que o primeiro país tem melhores oportunidades de inserção comercial no segundo país. (HIDALGO 1998, p. 494).

E finalmente, mais um indicador normalmente utilizado é o comércio intra-industrial, cujo objetivo reside em estudar o comércio entre um mesmo setor industrial.

O conhecimento mais aprofundado do comércio intra-indústria torna-se importante para a definição da melhor estratégia de inserção e da política comercial, principalmente, quando se delinea um mundo formado por grandes blocos comerciais e onde o fluxo comercial é caracterizado por um crescente comércio intra-indústria. (HIDALGO, 1998, p.499).

O cálculo deste indicador é realizado conforme o índice sugerido por Grubel e Lloyd (G-L), obtido pela expressão:

$$G-L = 1 - \sum_i |X_i - M_i| / \sum_i (X_i + M_i),^{79} \quad (4)$$

Nos quais:

X_i = valor das exportações do produto i ;

M_i = valor das importações do produto i .

O índice tem como limites $0 < G-L < 1$. Caso $G-L = 1$ o comércio é do tipo intra-indústria (troca de manufaturas por manufaturas) e se $G-L = 0$, então, todo o comércio será do tipo interindustrial, ou comércio do tipo Heckscher-Ohlin⁸⁰ (troca de manufaturas por outros bens).

⁷⁹ O índice de comércio intra-indústria, calculado para cada produto, foi calculado da seguinte maneira:

$GL_i = 1 - \{ |X_i - M_i| / (X_i + M_i) \}$.

⁸⁰ Este modelo está baseado em vantagens comparativas e analisa os fundamentos padrões do comércio internacional entre os países. Este modelo de equilíbrio geral 2 X 2 X 2, ou seja, dois fatores de produção, dois bens e dois países, busca analisar a relação entre a abundância relativa desses fatores num país e a intensidade utilizada dos fatores utilizadas nesses bens interferem no mercado internacional.

ANEXO(s)

ANEXO A – Tabela 2.14: Índice da Produção Física Industrial do Brasil, ES e SP – 1991- 2006

(dez.1991=100) (%)

UF's	Seções e atividades industriais	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
BR	1.Indústria geral	-3,7	7,5	7,6	1,8	1,7	3,9	-2,0	-0,7	6,6	1,6	2,7	0,0	8,3	3,1	2,8	6,0
	2.Indústria extrativa	0,7	0,5	4,8	3,2	9,6	6,9	12,2	8,5	11,8	3,4	19,0	4,7	4,3	10,2	7,4	5,9
	3.Indústria de transformação	-4,1	8,1	7,8	1,7	1,1	3,6	-3,3	-1,6	6,1	1,3	0,5	-0,2	8,5	2,7	2,6	6,0
	3.1Alimentos e bebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	3.2Alimentos	-0,2	0,4	2,2	7,9	5,4	1,0	1,3	3,1	-2,1	4,9	3,0	-1,4	4,1	0,6	1,8	2,6
	3.3Bebidas	-16,7	8,7	10,4	17,2	-3,3	-0,3	-2,2	0,0	4,0	0,3	-12,2	-4,1	5,8	6,4	7,1	5,4
	3.4Fumo	17,7	4,4	-14,8	-5,1	12,5	22,2	-22,7	-7,1	-7,8	-4,7	-40,0	-6,4	18,9	-0,9	3,9	-8,1
	3.5Têxtil	-4,6	0,1	3,8	-5,8	-5,8	-6,4	-6,8	2,1	6,1	-5,4	0,2	-4,5	10,1	-2,1	1,5	3,8
	3.6Vestuário e acessórios	-8,9	5,8	2,6	-2,8	-5,6	-5,9	1,2	-4,3	8,8	-9,6	5,6	-12,2	1,5	-5,0	-5,1	5,1
	3.7Calçados e artigos de couro	-5,2	16,0	-6,6	-14,0	1,8	-6,4	-12,5	-1,4	0,5	-4,0	-1,5	-9,7	2,3	-3,2	-2,7	-2,2
	3.8Madeira	-2,3	8,0	-2,3	-2,7	0,9	2,5	-6,7	7,0	3,1	-0,3	4,4	5,3	7,7	-4,5	-6,8	-2,9
	3.9Celulose, papel e produtos de papel	-2,0	4,8	2,8	0,4	2,9	2,9	0,3	6,3	4,1	0,1	3,3	6,3	7,9	3,1	2,2	0,8
	3.11Refino de petróleo e álcool	0,8	1,5	5,6	0,0	7,3	3,8	5,6	-0,5	-1,8	4,0	-2,6	-2,2	2,3	1,5	1,6	3,0
	3.13Farmacêutica	-11,3	12,4	-2,5	18,1	-8,6	11,4	4,0	-0,4	-2,0	-1,0	16,3	-7,6	1,0	14,4	4,4	1,9
	3.14Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	-0,1	4,5	2,6	5,4	4,2	5,5	3,2	7,3	2,7	-1,2	1,9	0,9	11,9	3,7	2,0	5,1
	3.15Outros produtos químicos	-2,3	11,5	10,7	0,2	2,2	5,1	1,1	3,8	6,0	-8,3	-4,2	3,0	7,0	-1,2	-0,9	5,7
	3.16Borracha e plástico	-6,1	8,3	4,1	5,6	5,6	3,8	-5,7	-1,8	4,1	-4,5	0,1	-3,5	7,8	-1,2	2,1	5,9
	3.17Minerais não metálicos	-7,5	5,1	3,0	3,7	6,2	8,0	-0,5	-2,9	1,7	-2,3	-1,0	-3,6	4,9	2,8	2,6	5,3
	3.18Metalurgia básica	0,3	6,7	8,3	-2,5	2,1	6,7	-3,7	-1,3	9,2	0,2	3,6	6,0	3,3	-2,0	2,8	6,7
	3.19Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-2,8	6,9	16,5	0,5	-4,5	4,0	-4,1	-1,1	2,2	2,3	2,7	-5,5	10,0	-0,2	-1,3	5,8
	3.20Máquinas e equipamentos	-9,3	19,1	21,4	-3,4	-7,4	6,9	-3,8	-5,9	18,9	4,2	2,8	5,3	16,1	-1,4	4,0	17,7
	3.22Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-0,3	6,2	14,8	7,4	0,4	10,2	0,8	-6,7	10,5	20,3	-0,9	1,8	7,1	7,9	8,7	14,0
	3.23Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações	-27,0	23,7	24,7	15,9	9,0	-6,5	-29,7	-19,4	32,7	-2,8	-11,2	0,5	17,8	14,2	0,0	-1,1
	3.25Veículos automotores	-5,0	26,1	12,4	7,0	2,2	13,7	-19,3	-9,3	18,5	0,0	-2,1	4,3	29,9	6,8	1,3	15,0
	3.26Outros equipamentos de transporte	10,5	-0,4	11,7	-10,8	-12,5	-4,1	27,9	11,0	21,4	24,2	21,8	9,2	10,3	5,5	2,1	13,9
	3.27Mobiliário	-8,9	21,6	9,2	5,8	11,3	-0,3	-10,3	0,1	8,1	0,0	-1,9	-9,2	6,9	0,5	8,4	7,4
ES	1.Indústria geral	0,8	1,4	9,0	-1,2	4,1	2,2	1,8	9,2	6,7	-0,3	11,7	6,4	5,1	1,4	7,6	7,5
	2.Indústria extrativa	-11,5	-0,8	9,4	-1,7	1,9	0,3	7,1	9,9	17,2	12,1	25,9	14,1	2,6	1,0	10,9	15,2
	3.Indústria de transformação	4,9	1,9	8,9	-0,8	4,6	2,6	0,4	9,0	3,8	-4,3	7,2	3,5	6,2	1,5	6,3	4,2
	3.1Alimentos e bebidas	9,1	-1,9	9,6	-2,1	4,8	-9,3	-1,9	1,0	1,1	-15,3	-5,1	-6,1	15,3	0,7	12,5	6,1
	3.9Celulose, papel e produtos de papel	30,0	-2,3	8,3	-2,8	3,6	-2,0	10,2	8,3	3,1	-2,3	30,2	22,7	3,0	2,0	2,1	-2,2
	3.17Minerais não metálicos	-10,9	4,9	3,5	8,3	23,0	18,4	2,4	-6,0	-4,5	7,6	-1,2	-1,7	-0,1	6,4	2,2	1,0
	3.18Metalurgia básica	-2,0	11,1	0,8	4,2	0,8	5,6	4,9	20,2	8,1	0,4	3,5	-2,5	6,9	-0,3	8,0	9,4
	1.Indústria geral	-4,9	8,5	8,7	1,7	-1,3	4,8	-2,5	-4,2	6,5	2,5	-0,7	-0,8	11,8	3,7	3,2	6,2
SP	3.Indústria de transformação	-4,9	8,6	8,7	1,7	-1,3	4,8	-2,5	-4,2	6,5	2,5	-0,7	-0,8	11,8	3,7	3,2	6,2
	2.Alimentos	-4,3	4,3	2,4	0,5	6,3	3,3	3,2	2,5	-9,2	5,7	-6,4	-5,9	4,8	-0,6	4,3	2,8
	3.3Bebidas	-12,2	14,2	14,9	12,5	-1,9	7,9	-4,2	-0,5	4,2	3,7	-19,3	-5,3	4,6	5,1	4,0	5,5
	3.5Têxtil	-6,7	1,9	4,2	-4,6	-2,6	-6,9	-5,7	2,8	5,9	-3,0	2,0	-5,7	4,6	-7,7	1,5	5,3
	3.6Vestuário e acessórios	-13,2	4,4	-8,1	-1,5	-9,0	-2,5	-0,9	10,1	6,5	3,8	21,9	-0,7	7,5	-4,9	1,2	3,5
	3.9Celulose, papel e produtos de papel	-3,5	5,3	2,7	1,3	0,5	4,4	-0,5	6,4	2,9	0,7	2,8	5,7	10,8	2,6	2,0	-1,4
	3.11Refino de petróleo e álcool	-1,4	0,7	12,1	1,7	2,2	7,7	6,9	-4,9	3,5	2,5	-8,8	-0,5	0,0	-0,3	1,7	3,3
	3.13Farmacêutica	-11,3	14,1	-1,8	18,6	-8,7	16,4	6,8	1,9	-4,2	-3,6	23,5	-9,4	5,5	25,7	3,1	9,5
	3.14Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	0,1	5,9	3,2	6,2	4,2	8,1	6,0	6,6	1,3	1,2	3,5	4,2	16,2	5,5	3,3	5,5
	3.15Outros produtos químicos	-8,1	14,7	5,1	-1,4	1,3	7,1	-2,6	-1,9	10,1	-3,9	1,4	-3,0	8,1	1,7	0,2	6,2
	3.16Borracha e plástico	-4,0	9,7	3,8	3,3	2,6	2,5	-8,1	-1,3	4,9	-5,0	2,2	1,6	7,8	0,1	-1,5	3,4
	3.17Minerais não metálicos	-10,2	8,7	5,5	8,8	4,2	10,5	-5,3	-1,2	1,6	-3,4	-1,1	0,0	6,2	-2,1	3,4	7,4
	3.18Metalurgia básica	0,9	4,3	12,4	2,0	-5,4	7,8	-7,8	-9,3	13,9	4,6	5,3	2,9	12,7	0,6	4,3	8,9
	3.19Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-1,5	1,9	18,3	-2,1	-9,3	4,6	-5,1	-2,5	9,5	-1,8	-6,0	-6,2	15,3	-2,2	-3,1	6,5
	3.20Máquinas e equipamentos	-7,0	15,4	18,5	-1,2	-9,1	3,0	1,3	-15,4	15,9	1,5	-5,0	1,4	21,0	6,0	5,6	16,2
	3.22Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1,8	4,2	16,8	4,4	5,3	7,8	1,8	-5,4	7,5	29,1	6,8	-0,9	12,0	14,1	4,1	-2,0
	3.25Veículos automotores	-6,3	25,6	9,5	11,8	-0,5	11,2	-19,0	-13,7	14,1	-5,3	-4,7	1,3	29,3	2,6	3,5	6,6
	3.26Outros equipamentos de transporte	15,3	-2,0	9,1	-25,1	-10,2	-15,1	60,1	24,9	15,8	26,3	24,2	9,5	11,9	3,9	-1,7	11,7

Fonte: IBGE/SIDRA - Tabela 2295, dados obtidos em 21/10/2008.

ANEXO A – Tabela 2.14: Índice da Produção Física Industrial de MG e RJ – 1991 - 2006

(dez. 1991=100) (%) (continuação)

UF's	Seções e atividades industriais	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
MG	1. Indústria geral	-3,5	5,2	8,4	3,0	4,9	4,4	-4,1	1,1	9,0	-0,3	-0,1	1,4	6,0	6,3	4,5	8,6
	2. Indústria extrativa	-4,6	2,7	7,0	6,2	1,1	3,7	4,2	-3,8	9,0	-12,1	4,8	9,4	12,0	12,7	8,8	12,4
	3. Indústria de transformação	-3,4	5,3	8,5	2,8	5,1	4,5	-4,6	1,5	9,1	0,6	0,1	0,4	5,1	5,3	3,8	8,0
	3.2 Alimentos	-12,0	3,9	8,6	29,0	5,4	0,7	13,0	19,3	20,8	6,3	12,2	0,8	5,9	6,7	4,0	-0,5
	3.3 Bebidas	-22,3	0,0	8,8	22,0	-14,3	0,6	-1,9	4,7	20,0	-2,7	-15,5	-7,1	-2,4	-11,0	7,4	7,3
	3.4 Fumo	-9,7	15,9	22,7	11,0	3,0	6,9	-9,7	-25,2	-4,8	9,3	-9,2	-11,4	-6,7	1,4	3,8	-0,6
	3.5 Têxtil	-2,6	-4,0	0,5	-13,8	-7,8	-7,5	-0,7	5,8	8,1	-9,4	11,7	-14,4	6,7	6,4	0,9	0,1
	3.9 Celulose, papel e produtos de papel	-4,6	-12,5	13,3	-0,6	58,7	14,3	-0,6	6,5	2,9	-3,4	3,0	4,1	4,8	5,5	-3,2	22,1
	3.11 Refino de petróleo e álcool	2,4	-0,2	-2,5	8,1	0,6	5,8	-7,1	-3,4	-4,9	11,0	-10,4	1,4	6,5	-0,6	5,3	1,2
	3.15 Outros produtos químicos	-12,8	23,7	11,5	-5,1	6,3	4,9	0,4	6,1	7,1	-7,0	25,5	10,2	12,3	2,5	4,4	9,0
	3.17 Minerais não metálicos	-4,5	-1,5	5,0	3,0	7,8	7,8	2,8	-4,5	-3,0	-5,4	-1,3	-10,8	3,6	10,6	4,0	0,8
	3.18 Metalurgia básica	-0,8	3,8	5,8	-3,7	6,7	5,4	-6,4	2,3	12,0	-2,4	-0,5	8,3	-2,2	-2,0	2,7	2,6
	3.19 Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	9,8	31,4	18,6	2,5	1,4	-8,4	-7,0	-13,7	-10,7	6,6	-21,8	-3,2	1,0	31,0	-13,6	20,5
	3.25 Veículos automotores	6,6	26,8	17,0	-7,6	21,9	19,2	-28,8	1,8	12,5	0,5	-11,1	-3,1	17,1	10,8	10,6	21,7
RJ	1. Indústria geral	-3,4	3,4	4,3	0,1	4,2	1,8	7,2	6,1	6,7	1,6	12,4	-1,0	2,4	2,0	1,9	2,1
	2. Indústria extrativa	-0,9	4,0	8,3	5,0	14,4	10,2	19,3	17,1	15,5	5,7	14,5	0,3	-3,6	15,0	5,0	-2,4
	3. Indústria de transformação	-4,4	3,2	2,6	-2,2	-0,8	-3,0	-0,6	-2,6	-1,7	-3,0	2,0	-1,3	3,8	-0,6	1,2	3,2
	3.2 Alimentos	-9,0	-4,0	1,7	6,9	-6,8	-8,8	2,7	-10,3	-4,0	-7,6	-4,6	-0,8	3,0	10,4	11,0	-6,6
	3.3 Bebidas	-28,3	5,6	9,3	33,3	11,7	5,4	0,0	-6,1	23,2	4,1	-6,6	-4,3	11,0	2,0	5,1	5,1
	3.5 Têxtil	-12,4	18,0	6,9	-20,4	-20,4	-23,9	-9,4	5,4	33,6	13,1	6,4	-4,7	20,2	15,9	-7,5	-10,4
	3.11 Refino de petróleo e álcool	-0,2	0,0	-4,1	-7,7	29,7	-3,2	9,4	3,9	-11,7	-0,8	3,5	-0,4	6,2	-2,1	-2,5	-3,2
	3.13 Farmacêutica	-12,6	0,2	-4,4	15,9	-8,0	-8,0	-8,2	-16,6	-18,1	6,5	-7,9	-2,6	-0,1	-3,8	5,1	-15,2
	3.14 Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	2,6	10,5	-5,6	-12,4	-1,4	24,5	-4,6	-7,7	14,4	0,6	-18,9	-3,6	9,4	-13,9	-7,7	10,7
	3.15 Outros produtos químicos	-3,3	-9,8	-0,4	6,8	-11,9	-1,4	-0,1	9,7	-11,5	-22,2	-18,1	0,0	-4,0	-2,0	2,0	9,0
	3.16 Borracha e plástico	-8,8	0,6	1,0	16,9	9,8	3,1	-5,8	-6,9	-10,3	-9,2	-0,8	-4,3	-5,5	-25,8	-2,0	13,9
	3.17 Minerais não metálicos	-13,3	0,0	-2,6	4,0	7,3	5,5	-4,9	-2,0	-2,1	-10,5	-1,9	3,8	23,2	20,1	-0,3	4,1
	3.18 Metalurgia básica	7,1	9,5	6,8	-5,0	-4,7	6,9	-5,6	-1,2	3,7	2,0	17,1	13,5	1,0	-7,2	-4,6	12,7
	3.25 Veículos automotores	-9,1	12,4	10,5	6,1	-20,3	138,7	20,0	2,5	41,3	22,4	2,1	12,4	23,2	14,9	-4,1	23,8

Fonte: IBGE/SIDRA - Tabela 2295, dados obtidos em 21/10/2008.

ANEXO A – Tabela 2.14: Índice da Produção Física Industrial do AM, CE e PE – 1991 - 2006

(dez. 1991=100) (%) (continuação)

UF's	Seções e atividades industriais	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
AM	1.Indústria geral	2,0	4,3	3,4	-1,0	4,1	1,2	5,8	0,3	-3,1	0,3	0,2	-0,7	10,1	4,3	3,2	2,0
	2.Indústria extrativa	3,9	4,1	-2,5	-6,1	-0,9	-5,8	-1,3	-7,5	0,1	-2,4	-0,9	0,8	1,8	-2,8	-1,4	0,5
	3.Indústria de transformação	1,5	4,3	4,9	0,3	5,3	2,7	7,2	1,7	-3,6	0,8	0,3	-0,8	10,6	4,7	3,4	2,1
	3.1Alimentos e bebidas	-13,0	1,4	-6,4	3,3	4,5	-9,6	-5,9	-6,4	-0,9	-7,7	-8,4	1,7	6,0	8,0	-1,2	7,9
	3.9Celulose, papel e produtos de papel	5,4	-16,2	-1,0	3,5	8,9	0,9	-21,8	9,3	8,3	24,8	6,9	0,5	-3,2	21,3	18,6	0,1
	3.11Refino de petróleo e álcool	13,0	-0,3	-9,1	-35,3	55,6	-37,9	126,5	5,5	-10,8	23,5	6,9	-11,9	27,1	3,8	4,6	-0,6
	3.12Produtos químicos	7,1	13,2	13,2	-22,4	34,6	-19,6	30,5	1,5	-3,1	-10,1	-2,4	3,8	5,0	0,1	-0,2	2,2
	3.16Borracha e plástico	-16,4	-14,5	13,9	11,7	-5,4	48,5	-27,4	-14,0	-2,4	-13,0	1,1	-10,5	10,8	7,7	5,9	14,8
	3.17Minerais não metálicos	-4,4	-6,1	-2,3	3,8	-14,1	17,8	16,4	-25,1	-2,1	-13,9	-17,7	-17,9	12,5	10,9	4,8	8,1
	3.18Metalurgia básica	-10,8	-4,4	20,5	-2,0	19,8	4,3	13,5	8,8	5,7	3,2	-12,0	4,5	6,9	0,7	9,7	0,2
	3.25Veículos automotores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9900,1	131,7	56,0	30,8	-6,4	-5,5
CE	1.Indústria geral	3,3	-12,9	10,3	7,9	-0,5	2,5	1,9	4,0	9,9	-7,3	0,9	-1,3	11,9	-1,6	8,2	1,2
	3.Indústria de transformação	3,3	-12,9	10,3	7,9	-0,5	2,5	1,9	4,0	9,9	-7,3	0,9	-1,3	11,9	-1,6	8,2	1,2
	3.1Alimentos e bebidas	18,5	-31,0	-5,8	35,0	6,9	-1,1	-5,5	3,1	16,5	-1,7	-5,0	1,7	11,1	-3,3	5,2	5,3
	3.5Têxtil	6,7	-5,2	23,7	-4,2	-8,3	0,2	-1,2	11,9	9,4	-8,9	-1,7	-9,6	12,9	-5,2	11,4	-3,1
	3.6Vestuário e acessórios	-17,3	8,1	8,1	-3,4	-10,2	11,2	-35,4	13,2	-15,1	-10,8	-1,0	0,9	8,1	4,8	-16,5	-8,1
	3.7Calçados e artigos de couro	-16,6	32,7	-6,1	-20,0	-0,1	38,4	41,2	-2,0	7,2	12,2	-3,8	3,8	16,5	-8,4	4,1	7,9
	3.11Refino de petróleo e álcool	-37,1	-38,6	86,1	79,4	-2,7	-56,8	85,9	-27,7	-43,4	-2,8	-30,2	5,2	3,4	6,2	8,3	-18,5
	3.12Produtos químicos	-5,8	-2,2	0,7	2,2	-15,1	-1,3	3,9	-7,0	24,5	-14,4	16,4	-3,6	15,6	4,1	31,8	15,3
	3.17Minerais não metálicos	-10,1	-8,3	5,0	13,3	10,1	20,9	32,2	-5,7	-2,7	2,2	-0,4	-11,4	4,3	21,0	-3,6	6,1
	3.18Metalurgia básica	-26,8	-4,6	12,2	-11,6	-6,4	0,0	9,4	1,9	13,6	-13,7	20,1	16,6	14,1	-15,1	19,8	41,4
PE	3.19Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-23,8	-2,8	20,6	-11,1	-24,5	59,7	194,9	30,8	28,8	-31,9	14,1	-13,2	-9,7	11,8	18,5	-23,2
	3.22Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	10,9	-63,9	328,1	34,0	37,2	-22,8	39,0	-34,5	32,3	-30,2	-43,9	39,4	53,9	21,7	71,9	-19,4
	1.Indústria geral	-9,1	-0,3	4,6	6,0	-10,1	2,1	-7,9	0,1	-3,5	0,9	-3,7	1,0	4,8	2,9	4,8	4,8
	3.Indústria de transformação	-9,2	-0,3	4,6	6,1	-10,1	2,1	-7,9	0,1	-3,5	0,9	-3,7	1,0	4,8	2,9	4,8	4,8
	3.1Alimentos e bebidas	-5,7	-5,5	-2,1	32,5	-13,8	15,3	-19,4	5,5	-15,4	13,4	-12,9	4,0	5,5	4,4	8,6	1,7
	3.5Têxtil	-6,9	-6,5	14,2	-18,7	-20,9	-13,3	-21,9	1,6	36,3	-11,2	-17,8	16,9	-12,2	-19,3	2,4	6,7
	3.7Calçados e artigos de couro	-60,0	5,3	18,7	-17,2	2,0	15,1	-9,9	-20,3	8,7	-36,2	-36,7	-1,0	10,4	-9,5	4,1	-14,7
	3.9Celulose, papel e produtos de papel	-3,5	12,7	-19,6	3,6	1,5	8,2	10,0	3,5	-5,6	6,2	-7,1	-3,5	3,8	4,7	13,1	-5,6
	3.11Refino de petróleo e álcool	-15,9	-33,8	-8,9	30,3	-6,4	3,2	-41,8	-8,4	-3,4	-18,7	-2,5	22,2	25,3	-2,6	-19,5	24,2
	3.12Produtos químicos	6,7	4,3	2,9	-7,0	-10,6	21,1	1,0	10,4	4,1	-3,0	18,8	-2,2	1,8	5,7	-6,9	23,2
PE	3.16Borracha e plástico	-18,5	32,8	-10,4	-6,3	22,1	15,0	11,1	20,1	6,4	-9,5	9,4	-9,0	-2,7	-1,0	27,7	10,3
	3.17Minerais não metálicos	-29,2	6,0	18,2	2,6	4,7	-3,3	5,3	-5,4	-0,3	1,3	-8,7	-5,3	4,9	6,4	5,0	7,6
	3.18Metalurgia básica	-5,2	16,8	16,0	-7,7	7,7	6,9	7,6	-8,2	4,0	-3,5	17,7	8,5	18,9	2,7	9,2	-1,0
	3.19Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-6,8	1,1	5,3	4,0	11,7	-22,1	-39,7	-14,9	-6,0	-14,6	52,8	-6,3	1,2	-11,9	3,0	4,4
	3.22Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-38,4	21,8	22,9	22,6	3,6	-7,6	4,7	-3,9	-2,6	11,3	7,4	-7,6	-8,6	20,0	-8,8	-3,3

Fonte: IBGE/SIDRA - Tabela 2295, dados obtidos em 21/10/2008.

ANEXO A – Tabela 2.14: Índice da Produção Física Industrial do PR, SC e RS – 1991 - 2006

(dez. 1991=100) (%) (continuação)

UF's	Seções e atividades industriais	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
PR	1.Indústria geral	-2,5	11,8	9,0	-5,6	3,7	5,7	3,4	-1,5	-0,6	3,4	-2,5	5,7	10,1	1,3	-1,6	6,7
	3.Indústria de transformação	-2,5	11,9	9,1	-5,6	3,7	5,7	3,5	-1,5	-0,6	3,5	-2,5	5,7	10,1	1,3	-1,6	6,7
	3.2Alimentos	-0,5	19,3	0,3	-10,0	5,5	-3,4	5,6	6,2	-2,5	5,7	0,7	4,7	4,8	-3,4	5,8	3,5
	3.3Bebidas	-19,7	-13,7	27,9	31,6	-11,3	-7,8	2,7	7,8	6,3	27,7	8,9	-5,7	4,8	7,2	14,3	-0,8
	3.8Madeira	3,0	4,7	-3,3	-1,4	8,3	-2,8	26,8	0,3	2,4	7,0	9,9	13,1	16,7	-12,2	-12,7	-5,4
	3.9Celulose, papel e produtos de papel	-2,2	3,3	3,9	-1,2	2,8	9,2	-0,7	-0,5	4,4	-11,5	-4,1	0,2	4,5	7,7	1,9	-0,6
	3.11Refino de petróleo e álcool	-3,8	13,4	11,9	-12,1	16,6	0,5	-3,8	15,3	-4,4	6,0	-8,0	-0,4	-11,9	9,6	1,2	-3,6
	3.15Outros produtos químicos	9,0	20,5	16,1	-14,5	28,7	6,0	-9,1	7,4	9,6	-1,2	-14,1	5,5	-10,5	-19,1	-2,6	10,9
	3.16Borracha e plástico	-5,9	9,1	-20,3	-2,1	42,5	12,8	-2,0	-10,1	-9,7	0,1	10,5	-5,0	5,0	-3,7	13,2	2,4
	3.17Minerais não metálicos	-1,4	0,6	-5,6	15,1	13,6	15,4	-6,1	3,2	2,0	1,3	7,9	-2,8	-6,0	3,5	-4,8	5,6
	3.19Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-3,7	-18,7	7,1	16,7	3,3	-1,4	-11,2	-9,3	-19,6	-3,1	5,3	-1,4	5,7	-2,6	0,9	5,2
	3.20Máquinas e equipamentos	-15,5	18,6	35,7	9,9	14,7	-1,3	-12,5	-1,1	16,9	10,4	23,6	13,8	21,3	-11,1	-0,8	21,4
	3.22Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-16,7	0,3	19,9	25,3	4,2	26,7	-3,6	-17,6	74,2	-6,5	-59,7	-2,7	-6,3	25,6	1,1	19,2
	3.25Veículos automotores	0,6	46,2	47,6	-4,3	-34,5	33,0	-5,7	-25,6	28,5	0,0	-1,8	17,3	50,7	21,1	-20,5	30,5
	3.27Mobiliário	-26,0	20,6	8,5	18,4	33,7	-4,5	6,4	5,7	7,5	-6,7	1,0	-9,3	2,4	-5,1	2,0	12,9
SC	1.Indústria geral	-1,9	6,5	5,4	5,7	2,6	6,3	-2,3	1,9	4,2	3,8	-8,2	-5,5	11,4	0,0	0,2	5,4
	3.Indústria de transformação	-1,1	6,8	5,4	5,9	2,7	5,9	-2,3	2,2	3,5	4,5	-8,1	-5,5	11,4	0,0	0,2	5,4
	3.2Alimentos	13,2	3,3	7,6	9,3	9,4	3,9	-2,6	8,3	1,1	4,2	4,4	-5,2	11,4	2,2	-8,1	7,8
	3.5Têxtil	-4,5	0,6	7,3	-1,2	-3,0	6,7	-3,8	-1,7	0,5	-1,8	-4,4	-7,4	13,2	5,0	-0,5	2,2
	3.6Vestuário e acessórios	-5,0	8,9	-5,4	-3,3	5,1	-8,7	-3,2	-2,8	1,4	-5,9	13,2	-14,8	-2,9	-12,0	-10,0	1,2
	3.8Madeira	1,6	5,5	4,8	-0,3	-0,6	17,8	-2,0	9,4	-4,4	-4,3	3,2	3,8	12,3	0,7	-17,2	-2,4
	3.9Celulose, papel e produtos de papel	-2,5	7,4	6,0	13,9	2,6	3,2	1,6	8,7	3,4	4,5	-11,6	0,4	12,7	6,3	2,9	2,5
	3.16Borracha e plástico	-8,8	-13,8	18,9	31,9	8,3	1,8	4,7	-2,8	-1,4	-5,7	-3,9	-18,2	17,1	2,2	9,0	6,2
	3.17Minerais não metálicos	10,9	8,0	-5,8	1,1	0,6	6,8	-3,7	-7,6	2,7	-4,7	2,2	1,1	-4,2	0,2	-3,5	1,0
	3.18Metalurgia básica	-4,9	27,9	25,2	3,1	-3,0	25,0	1,3	-6,0	15,3	6,7	-11,5	-1,5	29,6	3,7	-4,4	-0,6
	3.20Máquinas e equipamentos	-13,0	18,4	17,3	7,9	1,3	-1,2	1,5	4,7	6,7	5,0	0,6	5,8	14,2	-12,9	12,1	7,2
	3.22Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-3,3	22,2	28,2	25,8	-7,6	26,3	-1,1	2,7	15,5	51,9	-39,8	10,9	10,1	-11,9	8,0	14,3
	3.25Veículos automotores	8,6	-1,0	-2,2	27,7	-4,1	3,6	0,7	-3,9	14,9	3,5	-45,0	-34,5	42,3	39,6	24,9	11,1
RS	1.Indústria geral	7,3	16,5	7,6	-7,2	0,0	8,9	-3,8	2,2	8,7	-1,1	1,5	-0,3	6,4	-3,6	-2,0	7,4
	3.Indústria de transformação	7,3	16,6	7,6	-7,2	0,0	8,9	-3,7	2,2	8,7	-1,0	1,4	-0,4	6,4	-3,6	-2,0	7,4
	3.2Alimentos	16,2	3,5	-2,6	9,3	-2,9	0,7	-2,3	1,0	-0,1	-3,0	0,9	-9,0	-0,3	4,0	4,7	3,1
	3.3Bebidas	-10,4	14,1	5,2	-1,0	-8,4	10,6	-9,2	28,6	-1,1	-6,1	-26,0	-4,9	7,0	-0,2	7,3	3,5
	3.4Fumo	46,2	10,8	-25,3	-13,8	7,2	36,9	-21,8	25,9	-6,5	-5,6	-65,4	-5,7	26,8	-3,8	-7,3	-5,7
	3.7Calçados e artigos de couro	1,3	10,4	-10,0	-10,1	10,1	-10,1	-18,0	-1,2	-1,8	-8,5	1,8	-4,4	0,7	-5,2	-8,8	-7,6
	3.9Celulose, papel e produtos de papel	-3,3	4,5	-1,5	1,1	1,6	7,0	3,2	2,6	1,7	-2,0	7,4	12,6	1,6	-1,2	4,1	-0,2
	3.11Refino de petróleo e álcool	23,5	6,3	13,7	12,8	13,7	-2,8	2,8	3,8	3,2	-5,9	-8,5	-3,6	-6,2	6,3	-2,8	30,7
	3.15Outros produtos químicos	16,9	6,7	7,4	-3,3	-14,3	20,5	9,2	8,3	15,6	-9,5	-3,5	14,4	-0,6	-5,8	0,8	0,5
	3.16Borracha e plástico	-2,9	7,5	6,4	5,6	0,3	-3,7	-14,3	14,8	16,3	-1,1	-5,5	-4,0	13,3	-7,2	6,1	4,3
	3.18Metalurgia básica	-4,4	23,4	12,9	-12,6	5,2	17,4	-1,8	7,6	10,9	-2,6	5,2	1,3	14,6	-2,9	-0,4	7,9
	3.19Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	2,7	8,0	9,7	-4,2	-9,0	11,6	-0,6	9,1	-8,4	-5,8	9,3	5,3	8,7	-0,5	-10,7	1,8
	3.20Máquinas e equipamentos	0,2	56,8	37,7	-40,8	-12,4	36,8	-3,4	-10,6	26,6	16,4	20,9	11,2	16,8	-19,1	-16,3	33,3
	3.25Veículos automotores	2,2	38,0	21,3	6,5	-20,4	19,7	15,9	-6,6	30,7	4,8	21,0	5,8	21,8	-2,4	7,1	26,1
	3.27Mobiliário	16,4	24,3	4,2	23,2	21,3	7,4	-2,5	-5,4	8,8	5,4	-25,7	-9,6	12,1	-11,3	5,0	-6,1

Fonte: IBGE/SIDRA - Tabela 2295, dados obtidos em 21/10/2008.